

VOLUME 1 - NÚMERO 1

ISSN: 2175-3687

REVISTA
DIÁLOGO E
INTERAÇÃO

2009

<http://revista.faccrei.edu.br/>



FACCREI

BUCHICHO DO BRASÍLIO – O USO DA MÍDIA COMUNITÁRIA COMO
AUXILIADOR NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO PÚBLICO EM
BELA VISTA DO PARAÍSO – PR.

Prof. Esp. Marcos Rogério Ferreira (FACCREI)

RESUMO: Este estudo pretende mostrar as impressões sobre as experiências do projeto *Buchicho do Brasília - A mídia como instrumento de desenvolvimento social, político e cultural no ensino público*, realizado em Bela Vista do Paraíso, entre 1999 e 2001. Com o apoio da Universidade Estadual de Londrina e do Núcleo Regional de Educação de Londrina, alunos de colégios estaduais produziram jornais impressos e programas radiofônicos, baseados em conceitos da Comunicação Comunitária e Educomunicação. Buscou-se uma interação com a sociedade através da mídia, aplicando os conceitos aprendidos em sala de aula, reivindicando melhoras na comunidade escolar e local

PALAVRAS-CHAVE: educação; mídia; comunicação comunitária

ABSTRACT: This study intends to show the experiences of the project *Buchicho do Brasília - The media as instrument of social, political and cultural development in the public teaching*, developed in Bela Vista do Paraíso, between 1999 and 2001. With the support of the Londrina University and Regional Education Center of Londrina, students of public school produced newspapers and radio programs, searching, based on concepts of the Community Communication and Educommunication, an interaction with the society through the media, applying the concepts learned in classroom, demanding improvements in the school and local community

KEYWORDS: education, media, community communication

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa relatar as experiências e impressões obtidas pelo projeto intitulado *Buchicho do Brasília - A mídia como instrumento de desenvolvimento social, político e cultural no ensino público*, desenvolvido em dois colégios estaduais da cidade de Bela Vista do Paraíso, norte do Paraná, durante os anos de 1999, 2000 e 2001. A proposta do trabalho é o despertar do senso crítico, social, político e cultural no aluno do ensino público. Através da inserção do projeto de Jornal Comunitário e Rádio Comunitária, os estudantes poderiam manifestar suas preocupações com a sociedade em que vivem, passar a lutar por seus direitos e ajudar a construir um novo ambiente. Através da confecção pelos alunos de mídias na comunidade escolar e, posteriormente, na comunidade local, eles estabeleceriam relações dialógicas na troca de conhecimentos e preocupações para com a sociedade.

O projeto tem como objetivo ajudar no desenvolvimento intelectual, crítico e social dos estudantes atingidos. Assim, em um futuro próximo, quando terão que enfrentar a sociedade, em busca de emprego e desenvolvimento profissional, tenham capacidade e suporte educacional, social e político para ter consciência da sociedade que os cerca e capacidade para cumprir as exigências impostas por ela.

A aplicação dos conhecimentos de comunicação comunitária, mídias nas salas de aula e educomunicação foi o pilar de sustentação do projeto. O compartilhamento entre os conhecimentos dos alunos, professores e pesquisador possibilitou que o trabalho fosse estendido para outros ambientes e o tempo de observação fosse prorrogado por mais de 2 anos. Para a observação e o acolhimento dos resultados, foi utilizado o princípio da pesquisa-ação (SANTAELLA, 2001: 149).

2. COMUNIDADE E MÍDIA – QUAL SUA RELAÇÃO?

Para firmar o laço que a comunidade faz entre seus componentes é necessária uma forma de comunicação que mantenha seus indivíduos ligados e informados. Não serviria simplesmente um rádio ou um jornal de massa qualquer, mas um meio que servisse aos interesses do grupo comunitário. Como comunidade não é apenas uma reunião de indivíduos da mesma espécie ou com características comuns (grupo de negros, grupo de judeus, bairros), mas sim grupos com interesses comuns (grupo de negros, judeus, bairros organizados em busca de um ideal predefinido), esta passa a ser um conceito não somente sociológico, mas principalmente político (atuante e participativo, em busca de conquistas e melhorias para seus participantes), o jornalismo só poderá ser denominado comunitário se preenchesse esses requisitos.

Essa forma de comunicação, portanto, não pode ser confundida com a segmentação feita pela imprensa de massa, onde ela busca conquistar o mercado fragmentado (jornal para negros, jornal para gays). O jornal comum busca uma força política maior, melhor atuação de seus participantes, maior impacto social, sem privilegiar qualquer parte individualizada.

Ilustrando essa situação, podemos dizer que um jornal comunitário para as favelas buscaria a melhoria do saneamento básico, segurança ou atendimento na saúde. Uma comunidade negra poderia buscar melhor tratamento na sociedade, maior representatividade política, dentre outras reivindicações.

Uma comunidade escolar, por exemplo, buscaria a melhoria das escolas, da situação de ensino, da qualificação de professores, do material utilizado, da merenda escolar, dentre outras coisas.

Melo (apud FERREIRA, 2002: 7), ressalta que a utilização da comunicação midiática para o desenvolvimento dos alunos é uma forma de também desenvolver a cidadania. Ela fornece subsídios para a melhoria do senso crítico dos alunos. Essa utilização não se deve fazer como uma mera imitação da imprensa de massa, mas como uma forma de expressão dos alunos, com uma forma de exposição de conflitos e idéias e levá-los à compreensão melhor do espaço em que vivem e concluindo, como Romain

(apud FERREIRA, 2002: 8), o jornal escolar é um canal pelo qual o aluno consegue expressar-se efetivamente dentro da escola.

3. O QUE É O BUCHICHO?

A idéia do projeto surgiu como um trabalho da disciplina de Comunicação Comunitária. Seria um trabalho de 5 meses e seria realizado nos colégios estaduais do Núcleo Regional de Educação de Londrina. Esse projeto consistia em realizar jornais escolares, com produção dos próprios alunos. Seria um exemplo prático da disciplina de Comunicação Comunitária, já que, regularmente, os acadêmicos de Comunicação Social não têm contato com esse tipo de mídia. Normalmente, os estudantes de Comunicação Social têm contato com a imprensa de massa, todo dia, têm os olhos voltados para o trabalho profissional, mas desconhecem esse tipo de manifestação da imprensa. Raquel Paiva (1998), em **O Espírito Comum** ressalta que esse tipo de mídia pode até ser uma alternativa de trabalho para os jornalistas. Uma alternativa, como qualquer tipo de mídia, mas com a vantagem de que o comunicador social cumpra plenamente seu objetivo, que é de informar, trabalhar para a sociedade e ser um canal que liga a sociedade à realidade.

Portanto, para a realização do trabalho, foi feita uma enquete sobre experiências anteriores nos colégios sobre jornais-escolares. Dentre os colégios que responderam positivamente, que já haviam contado com a experiência do jornal escolar, havia o Colégio Brasília de Araújo, de Bela Vista do Paraíso, estabelecimento escolhido para receber a implantação do projeto. A escolha foi feita por se tratar de um local onde o trabalho poderia ser observado com maior frequência pelo pesquisador.

O trabalho com jornal escolar haveria de ser feito por um grupo de 4 ou 5 acadêmicos, que iriam apresentar o projeto para os colégios e verificar qual estabelecimento teria interesse.

O projeto foi apresentado à responsável pelo trabalho com jornais comunitários, professora de língua portuguesa Sebastiana Sirlene Rodrigues Fabrin, juntamente com o **Jornal Triálogos**, publicação do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual de Londrina, que visava a interação entre mídia, escola e universidade, que acabara de começar a circular e serviria como uma orientação. A professora relatou que o colégio já havia produzido um jornal. Os alunos elaboravam e vendiam o jornal. Depois virou um mural, mas acabou. O jornal circulou durante o ano de 1997. Em 1994, também houve uma pequena iniciativa, mas teve curta duração.

A professora aceitou iniciar o projeto e propôs que ele fosse desenvolvido com a turma do 1.º colegial, alunos com uma faixa etária entre 14 a 17 anos e uma turma que trazia muitos alunos do extinto programa de Correção de Fluxo do Governo do Estado do Paraná, que foi aplicado no Ensino Fundamental, entre 1997 e 2002. O programa consistia em fazer a correspondência entre a idade e a série cursada pelo aluno do Ensino Fundamental. Além disso, os alunos apresentavam certa dificuldade de aprendizagem na disciplina, fato que ficou evidente com os textos que os alunos

apresentavam à professora para a correção e a publicação no jornal e a divulgação no programa de rádio.

A proposta foi apresentada à turma, que gostou da idéia. A professora apresentou jornais e perguntou para os alunos o que eles conheciam sobre os jornais. Eles escolheram as seções e assim começou a ser definida a estrutura do jornal, quais assuntos seriam importantes para a publicação.

Os alunos se organizaram em grupos e iniciaram a produção das matérias. A turma tinha uma vantagem: era muito numerosa e facilitava assim o trabalho. Fizeram matérias, entrevistas e conseguiram patrocínio para a veiculação do jornal, pois a escola já havia declarado que não contava com recursos para bancar a publicação.

A idéia inicial era a confecção do jornal com estêncil. A escola forneceria os equipamentos para rodar o jornal. No entanto, houve alguns problemas e não conseguiram rodar o jornal com estêncil. Com os patrocínios angariados, conseguiram bancar a impressão por computador colorida do jornal. O jornal se chamaria *Buchicho do Brasílio*, nome escolhido pelos alunos participantes.

Anteriormente à publicação do primeiro exemplar, houve uma boa expectativa do alunos e professores do colégio . Os alunos envolvidos eram questionados sobre seu lançamento. Quando foi publicado, os alto-falantes do colégio anunciaram a novidade e a repercussão foi positiva. Mas, com a segunda edição, pode-se ter uma noção do que representava aquele instrumento para o colégio. Os alunos conseguiram patrocínios do comércio local, além do da prefeitura, e a direção enviou notícias de utilidade da escola, como a data da matrícula.

Interessante ressaltar também que um simples jornal interno despertava interesse também da prefeitura municipal, que no primeiro número enviou *releases* para serem publicados, juntamente com o jornalzinho. Seria a forma de pagamento do patrocínio do jornal, que circulariam como informe publicitário.

A segunda edição foi a última de 1999. Seria a última edição do projeto que seria supervisionada, pois a disciplina de comunicação comunitária já havia se encerrado.

Mas não foi isso que aconteceu. Os alunos se organizaram no ano de 2000 e entraram em contato com o diretor do jornal municipal, *O Vale do Paranapanema*, juntamente com o patrocínio da administração municipal.

O jornal, que antes somente circulava no colégio, passaria a circular nas cidades da região. O trabalho dos alunos seria exposto para todos os leitores do informativo.

O resultado pode ser mais bem observado, pois os belavistenses poderiam ler e comentar com os alunos. A melhor demonstração desse reconhecimento foi uma carta recebida pelos alunos do *Buchicho*. O então secretário da cultura, Marco César Paschoalini, respondeu a uma matéria publicada sobre os problemas que os alunos encontravam no município. Entre eles estavam o desemprego, pois os alunos alegavam que muitas famílias tinham que ir a Minas para procurar emprego na colheita do café (o

que acontece todo ano). Reclamavam também que havia falta de cursos profissionalizantes para os belavistenses e eventos culturais, o item que mais chamou atenção do secretário. Segundo os alunos, o município precisava de eventos culturais.

Então o secretário enviou uma carta para o *Buchicho* mostrando os projetos realizados e os que iriam se realizar no ano de 2000. Enviou um convite para os alunos para prestigiarem a apresentação da Orquestra Sinfônica da UEL, juntamente com uma entrevista com o Maestro Evgueni Ratchev. Esse contato com a Secretaria de Cultura abriu a porta para mais um canal de informação que o *Buchicho* conseguiria: o rádio.

Paschoalini, que desenvolvia um projeto de teatro com alunos do *Colégio Estadual Jayme Canet*, conseguiu um horário para os alunos do *Brasílio de Araújo* desenvolvessem um jornal. *Jayme Canet* e *Brasílio de Araújo* fariam jornais na Rádio Brasileira. Foi decidido que cada colégio faria um jornal-escolar para veiculação na Rádio.

Só que os alunos do Jayme não conseguiram se organizar para realizar o projeto. Como os alunos do *Buchicho* já estavam com quase um ano no projeto, conseguiram se organizar para fazer o jornal.

Os alunos conheceram as instalações da rádio, fizeram a proposta de programa e um programa piloto para habituar os alunos com a linguagem do rádio. O texto teria que ser mais sucinto e mais fácil para ser lido.

Com a experiência do rádio, houve uma melhor oportunidade para observar aplicação dos propósitos da comunicação comunitária. Com um programa semanal, com uma hora de duração, os alunos teriam que realizar mais pesquisas para assuntos variados durante a semana. Além disso, tinham que conquistar seu espaço dentro de outro veículo que já tinha o seu público e no qual estavam se inserindo. O trabalho teria que ser direcionado a um público mais abrangente, porém sem perder a essência do trabalho comunitário. O projeto, então, buscou também agregar o conhecimento da comunidade local, juntamente com a escolar, para a confecção do programa. Não haveria um foco só em construção do conhecimento no âmbito dos alunos, mas de toda uma comunidade que tem anseios e necessidades diferentes dos estudantes.

O principal objetivo das rádios comunitárias é procurar melhorar a comunidade onde ela está inserida. Informar, prestar serviços e procurar atender todos os interesses da comunidade, desde que estes sejam o desejo pleno dos envolvidos. Deve oferecer informações e dar a liberdade para quem quiser se expressar, abrindo espaço para reclamações e reivindicações dos comunitários. O trabalho deve ser voltado a servir a localidade, tentando solucionar problemas corriqueiros dos habitantes do local (FERREIRA, 2002: 20)

Por isso, a programação deveria ser decidida pela comunidade, através de reuniões, para atender o interesse do público alvo e sugerir mudanças, com diversas alternativas de programação. O programa deveria dar preferência a matérias com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício geral da comunidade. Proporcionar atividades de cunho artístico e jornalístico, integrando os membros da mesma.

O rádio tem como principal atributo beneficiar a comunidade da localidade, dando oportunidade à difusão de idéias, elementos da cultura, tradições e hábitos sociais da localidade; oferecendo mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social. Prestar serviços de utilidade pública (...) e permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível. (CARLOS, 1998: 6)

No princípio do programa, muitas matérias eram do próprio colégio, notícias sobre professores e trabalho de alunos. Depois, foi proposto programas temáticos e os alunos começaram a escrever matérias de interesse dos jovens em geral e pesquisando mais em revistas e jornais.

O poder do rádio popularizou ainda mais o projeto. A consciência e a responsabilidade aumentaram muito através do programa. Deveria haver uma maior dedicação por parte dos alunos. O conhecimento dos processos de construção do programa foi disseminado de modo que os alunos participantes realizassem alguns programas sem a presença da coordenação do projeto.

Os alunos realizavam as entrevistas nas ruas. Gravavam opiniões e enquetes e levavam ao rádio. Isso também foi um termômetro do programa, pois assim eles teriam mais contato com os ouvintes e receberiam sugestões para os programas.

Em uma dessas entrevistas, surgiu mais uma oportunidade de expansão da proposta do projeto comunitário. Os alunos entrevistaram a diretora do Colégio Presidente Vargas, no distrito de Santa Margarida, que propôs para que os alunos do *Buchicho* comessem a organizar um jornalzinho no colégio.

Foi criado um jornal-mural intitulado *Notícias do Presidente*. Entretanto, a proposta foi um pouquinho diferente da do início do *Buchicho*. Ao invés de uma turma ficar encarregada da produção, todas as turmas mandariam textos e trabalhos para a divulgação. Os professores ficariam encarregados de recolher as matérias. A aceitação do trabalho por parte dos professores foi facilitada pelo já conhecimento do projeto com os alunos do *Brasílio de Araújo*. Os alunos conseguiram produzir três jornais murais durante o período de 2 meses em 2001. Por se tratar de um distrito onde a concentração de população carente é muito grande, a possibilidade de ser ouvido motivou os alunos para expressarem suas idéias, suas necessidades e reivindicações em um espaço onde todo o colégio pudesse tomar conhecimento. Diversas reclamações de cunho político surgiam no espaço onde agora os alunos podiam se expressar. Os alunos pediam que as mesmas queixas fossem veiculadas no programa de rádio. Para Marcondes Filho,

o jornalismo comunitário é o meio de comunicação que interliga, atualiza e organiza a comunidade, e realiza os fins a que ela se propõe (...) Um jornal comunitário (...) é elaborado por membros de uma comunidade que procuram através dele obter mais força política, melhor poder de barganha, mais impacto social, não para alguns interesses particularizados (anunciantes, figuras proeminentes), mas para toda a comunidade que esteja operando o veículo". (MARCONDES FILHO, 1986: 161)

O projeto teve duração de 2 anos e meio. Em 1999, somente no Colégio Brasília de Araújo com o informativo. Em 2000, com o programa de rádio e o informativo no jornal Vale do Paranapanema. E em 2001, como o programa de rádio e o jornal mural no Colégio Presidente Vargas, em Santa Margarida. Como pesquisa, puderam ser observadas inúmeras aplicações para a utilização e construção de veículos midiáticos dentro das salas de aulas. Contudo, o ideal seria uma construção de cultura e capacitação dos atores sociais para que não seja o bom andamento dos trabalhos exclusividade de pequenos grupos inseridos na comunidade escolar. Para isso, o fator determinante não é o conhecimento técnico das mídias, mas a construção de consciência e engajamento para a formação da comunidade escolar, com interesses e objetivos comuns.

A elaboração de um jornal comunitário ou rádio comunitária, a partir da seqüência de aspectos técnicos, neste caso, é o que menos importa. O que verdadeiramente impõe-se em primeira instância é a reflexão sobre a estrutura comunitária, a sua força política e a inserção e papel dum veículo comunitário. Mesmo porque, sua característica fundamental é de planejar e fornecer subsídios para o processo dialógico e bidirecional, além de participativo”. (SCHENKEL, 1984: 26 *apud* PAIVA, 1998: 156)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os dois anos de *Buchicho* e *Notícias do Presidente*, do Presidente Vargas, foi possível observar um interesse grande dos alunos com o projeto.

Ele teve o intuito de despertar o interesse crítico, político e social dos alunos. Isso foi observado pelos textos dos alunos dos dois colégios. Muitas vezes, em vez da temática jovial nas seções de recados dos jornais, apareciam notas de reivindicações ou de “brincas”. Os alunos reconheciam que os canais eram eficientes para esse propósito. Em um das edições do *Buchicho*, no *Vale do Paranapanema*, foi proposto que os alunos falassem sobre o que eles sentiam ao escrever para o *Buchicho*. É interessante como eles tinham consciência da responsabilidade que lhes era designada.

É certo que não se pode afirmar que todos os objetivos de conscientizar os alunos do ensino médio de responsabilidades políticas e sociais através de uma experiência. Tampouco pode se mudar facilmente ou rapidamente. As transformações têm que ocorrer naturalmente, evidentemente diante de um acompanhamento e direcionamento. Contudo, através do projeto, verificou-se que é viável e pouco dispendioso. O custo maior é a dedicação e articulação com os atores sociais para que a troca de conhecimento e de experiências seja contínua e dialógica.

Pode-se verificar a importância da interação da escola com a sociedade. Não há educação completa sem que os alunos saibam o que acontece com a comunidade que eles estarão inseridos depois de formados. A Comunicação Social, associada com a educação formal, pode ser uma alternativa.

É fundamental a integração da escola com o cotidiano do aluno. Há que se refletir e trabalhar a comunicação como mediadora, para que se proceda a transformação da natureza da escola inserida e crítica frente às conservações e transformações na sociedade. (DELGADO, 2001: 1)

A discussão da interação entre educação e comunicação não é nova. Gutierrez (1978: 30), já ressaltava a importância da interação entre os meios de comunicação e processos educacionais. Segundo ele, a escola deve ser um centro de comunicação dialógica e realizar a conversão dos meios de comunicação em escola participante. Freire (1996: 157) em toda sua obra releva a importância da comunicação na educação. Para ele, a comunicação é fator preponderante para a diminuição da distância entre o assunto ensinado e os alunos.

Atualmente, vê-se que esse pensamento faz parte da construção dos normativos do ensino, com a crescente utilização e penetração dos meios de comunicação na sociedade. O que se propôs com esse trabalho não foi simplesmente a utilização dos meios como ferramentas didáticas. Foi a busca e a produção pelos alunos dos próprios meios de comunicação, com o propósito de estes serem participantes ativos dos processos comunicacionais. Não ignorando os meios de comunicação massivos, mas fazendo uma leitura crítica e construindo seu próprio meio com assuntos concernentes aos alunos, as matérias escolares e os assuntos do dia-a-dia foram discutidos em uma ótica voltada para os interesses escolares, construindo opiniões críticas e futuros cidadãos, que possam representar e construir uma sociedade, conscientes de seu papel.

Atualmente, o Brasil possui milhões de analfabetos. O governo, a todo custo, busca eliminar esse número, imprimindo uma formação a qualquer custo, sem preocupação com conteúdo ou formação do aluno, formando outros tantos que são considerados alfabetizados por apenas conseguirem escrever seu próprio nome com dificuldade. Estudantes chegam às faculdades (quando conseguem ingressar, devido ao baixo desempenho nos vestibulares), sem qualquer condição de concluir qualquer estudo superior. Alunos saem do ensino médio com dificuldades de compreender um texto simples de jornal.

Não é importante somente “passar” o aluno. É fundamental que se construa o futuro cidadão (indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este), futuro construtor do país. Quanto mais instrumentos efetivos agregarmos a essa formação, mais bem preparado estarão os homens e mulheres da comunidade chamada Brasil.

5. REFERÊNCIAS

CARLOS, Élson. **Rádio Comunitária** – A Democratização da informação. Disponível em : <http://www.elsoncarlos.hpg.com.br>. Acessado em 17/04/2002.

DELGADO, Osmar Carrasco. Os meios de comunicação na sala de aula. In: **INTERCOM-** Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação, 24 - Campo Grande, 2001; Faesa, 2001.

FARIA, Maria Alice. **O Jornal na sala de aula**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FERREIRA, Marcos Rogério. **Buchicho do Brasília Mídia e Educação** – Comunicação Comunitária - A mídia como instrumento de desenvolvimento social político e cultural no ensino público. 2002 (Trabalho de conclusão de curso). Curso de Comunicação Social – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

MELANI, Marisa. **A função social da rádio comunitária**. Disponível em: <http://intermega.globo.com/radiolivres/index.htm>. Acessado em 17/04/2002.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

PATRÍCIO, Edgar. O princípio educativo no Rádio: uma compreensão a partir dos estudos culturais. In: **INTERCOM-** Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação, 24 - Campo Grande, 2001.

PERUZZO, Cicília. (org.) Comunicação e Cultura Populares. Coleção GTS – **INTERCOM** n.º 5. São Paulo – INTERCOM/CNPq/FINEP, 1995.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001

**ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:
CONCEPÇÕES E DESAFIOS NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA –
CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL**

Me. Raquel Bevilaqua (IFF – SVS)¹
Me. Evanir Piccolo Carvalho (IFF – SVS)

RESUMO: O texto apresenta um breve panorama histórico da educação profissional no Brasil na modalidade de currículo integrado. A questão do currículo integrado nas instituições que oferecem educação profissional aliada ao ensino médio assume outros contornos com a nova política de desenvolvimento da educação adotada pelo atual Governo Federal. Assim, o texto busca discutir, no âmbito do Campus São Vicente do Sul, como se estabelece a integração no processo que iniciou em 2008 e que pretende transformar as antigas Escolas Agrotécnicas Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF).

PALAVRAS-CHAVE: currículo integrado; educação; institutos federais.

ABSTRACT: The text presents a brief historical overview concerning the professional education in Brazil in terms of integrated syllabus. The issue involving the integrated syllabus in the institutions that offer the professional education incorporated to the high school level makes emerge other concepts due to the new education development policy proposed by the current Federal Government. This way, the text discusses, on São Vicente do Sul Campus, how the integration is established in the process which began in 2008 and which intends to transform the old Federal Agrotechnical Schools and the Federal Centers of Technological Education into Federal Institutions of Education, Science and Technology (FI).

KEYWORDS: integrated syllabus; education; federal institution.

1. INTRODUÇÃO

O currículo de uma instituição está, de uma certa forma, arraigado a concepções ideológicas do que se entende por educação, por ensino e, mais do que isso, do que se entende por cidadania. Na Rede Federal de educação profissional, as políticas públicas atuais de educação emergem de ações fomentadas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), estipulado pelo atual governo, e parecem apontar para um entendimento de educação e cidadania pautado no desejo de superação de uma velha, mas presente, dicotomia.

Essa dicotomia tem acompanhado, de forma constante, a história da educação básica no Brasil. Isso se deve a uma série de razões que serão apontadas ao longo deste texto, uma vez que explicam, em parte, a dificuldade de se implantar um currículo integrado em uma instituição que oferece, simultaneamente, a educação básica e a educação profissional.

¹ IFF – SVS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

É sob esse paradigma que se pretende abordar o currículo integrado, entre ensino médio e educação profissional, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, bem como tecer considerações sobre as incertezas e as dificuldades advindas do processo de implantação dessa nova modalidade de educação.

2. O ENSINO MÉDIO EM NÚMEROS

Uma formação profissional que integre trabalho e ensino apresenta-se como um desafio, pois traz inovações e inquietações no âmbito da educação formal no cotidiano das instituições de ensino, visto que provoca rupturas com as concepções tradicionais do ensino e com as formas escolares academicistas desvinculadas da prática cotidiana de uma atividade profissional.

Ao analisarmos alguns dados divulgados pelo censo escolar 2005 – INEP, percebemos evidências da necessidade de ampliação da oferta da educação profissional no Brasil, a qual justifica a atual política do governo voltada à educação.

O censo escolar de 2005 nos informa que cerca dos 8 milhões de jovens matriculados na rede pública de ensino médio, isto é, 45% da população na faixa etária entre 15 e 19 anos, somente 4% conseguiu ingressar em cursos técnicos de nível médio (LODI, 2006).

Um outro dado do censo escolar 2005 revela que, do total da oferta da educação média pública e privada, 90 milhões de jovens matriculados no ensino médio representam 51% da população entre 15 a 19 anos. Desse total, somente 8% das matrículas foram efetuadas em curso técnicos de nível médio. Essa precariedade em relação às matrículas em cursos técnicos deve-se também às poucas vagas que são ofertadas nessa modalidade de ensino, fato que justifica o interesse da atual política educacional do governo federal em relação à expansão das escolas técnicas federais.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2005, a população entre 15 e 24 anos supera o número de 35 milhões de pessoas e, desse total, 53% estão fora da escola, representando a impossibilidade de ascensão social pela ocupação de postos no mundo do trabalho.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, apresentados por LODI (2006), há 7,3 milhões de desempregados. A taxa média de desemprego de jovens é de 17% na faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos. Este fato é explicado, em parte, pela falta de mão-de-obra qualificada para as oportunidades de emprego que surgem, uma vez que o ensino médio regular, além de não atender à demanda nacional, também não prepara de forma satisfatória para o ingresso no mercado do trabalho.

Na perspectiva da educação técnica de nível médio, o censo escolar de 2006 revela que, da oferta de vagas no ensino médio regular, apenas 6,98% das vagas são relativas ao ensino técnico de nível médio. Na rede federal, o total de matrículas nesses cursos não ultrapassa meros e insatisfatórios 10,79%.

Todos esses fatores acima expostos apontam para uma profunda crise em que se encontra a etapa final da educação básica. Pesquisas mostram que o ensino médio oferece apenas 50% das vagas que são necessárias para atender à população nessa faixa etária (LODI, 2006). Além disso, essa etapa do ensino básico carece de sentido, de

identidade, uma vez que a história mostra-nos um embate dicotômico sobre o qual vem se constituindo o ensino médio e o qual abordaremos em seguida.

Dessa forma, vemos surgir uma proposta governamental que visa à expansão da educação por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) na tentativa de dar conta, entre outras questões, da carência de vagas na etapa final da educação básica. Parte desse plano sugere, nas escolas profissionalizantes da rede federal, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional de Nível Técnico. A integração é entendida como a que apresenta melhores resultados pedagógicos. Além disso, o Ensino Médio Integrado propõe-se ainda a ser uma das formas de garantir a cidadania, uma prioridade social, pela integração entre educação e trabalho, entendido enquanto princípio educativo.

Abordamos aqui ‘trabalho’ enquanto princípio ontológico, ou seja, “(...) um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla o seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1983: 149). Trabalho é, ainda, ação do homem no real, apropriando-se de seus potenciais e transformando-o (RAMOS, 2005: 107). Assim, trabalho não se resume a uma função laboral, mas apresenta o seu sentido pautado na produção que abrange toda a vida humana. No entanto, na atual sociedade globalizada, constituída sob a égide do capital, o trabalho está estritamente relacionado à produção de valores de troca e tem por finalidade a geração de lucros. Esse entendimento de trabalho o situa em uma posição bastante imediatista, uma vez que bastaria o conhecimento de determinadas técnicas em uma dada área de produção para ser possível a atuação profissional. Em verdade, é necessário que se diga que o domínio de técnicas laborais foi deveras importante para o sistema capitalista. A escola, nesse sentido, poderia preparar seus educandos mais especificamente para o domínio de determinadas técnicas e, dessa maneira, formaria mão-de-obra mais rapidamente para o mercado de trabalho. Se levarmos em consideração a questão da escola enquanto formadora de mão-de-obra, podemos compreender parte da dificuldade em se pensar em integração no ensino médio, no modo como a abordaremos daqui em diante.

A perspectiva do ensino médio integrado aos princípios técnicos e tecnológicos traz desafios metodológicos, em uma estrutura educacional em que são comuns as formas de educar fragmentárias, desvinculadas do real, isto é, do contexto social do educando. A inovação, motivada pela integração, encontra obstáculos em articular teoria e prática, considerar o saber científico e os saberes dos educandos; entrelaçar a parte e a totalidade; romper com a disciplinaridade e a separação entre a formação geral e a profissional. O ensino médio integrado faz, ainda, ressurgir conflitos sobre o papel da escola, quais sejam: preparar para a continuidade dos estudos futuros (no nível superior) ou para ingressar prontamente no mercado de trabalho? Na realidade, à integração cabe dar conta de ambas as questões sem excluir uma ou outra. O grande desafio é: como?

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

Para que se possa compreender, em parte, as dificuldades inerentes ao estabelecimento do ensino médio integrado, é necessário que se volte a considerar a questão da dicotomia e seus reflexos na política educacional atual. Quando se considera a história do ensino profissionalizante no Brasil, observa-se que até meados do século

XIX, não havia registros sobre a educação profissional em nosso país. O que havia, até então, era a educação propedêutica, voltada para as classes dirigentes brasileiras.

A educação profissional surge por volta do ano de 1809, quando são criados, no Brasil, pelo Príncipe Regente, os Colégios de Fábricas. A intenção inicial quando da criação desses colégios era de prestar assistência a jovens órfãos, abandonados e em estado de mendicância. Pretendia-se ensinar-lhes as primeiras letras bem como um ofício. Essa assistência tinha por objetivo evitar que esses jovens se constituíssem em uma ameaça à moral e aos bons costumes da época caso fossem ignorados à própria sorte.

É nesse enfoque assistencialista que surge a educação profissionalizante. Sob forte influência da ideologia europeia, que entendia a escola como um aparelho de controle do estado (FOUCAULT, 1996), isto é, que deveria estar a serviço da ordem e da moral, vigiando e disciplinando os corpos a fim de prepará-los para a vida em sociedade, é que se constitui a dicotomia que marcará, indelevelmente, a educação básica e profissional no Brasil.

Ao passo que os filhos das classes dirigentes tinham direito a um ensino voltado ao domínio propedêutico de conteúdos e preparação para estudos futuros (cursos superiores), o ensino técnico resumia-se à preparação para a vida laboral. Neste paradigma, confundem-se trabalho, na sua concepção ontológica, e emprego, entendido enquanto seu valor de troca na concepção capitalista. Em outras palavras, sob o sentido de emprego, o trabalhador vende sua força de trabalho ao proprietário capitalista e, ao final de uma jornada, recebe por ele. Assim, na ótica do capitalismo, o trabalho é transmutado em emprego e apagam-se os processos históricos que transformaram as relações de classe, tornando natural a exploração do trabalho dos homens por outros homens, detentores do capital.

O efeito dessas relações pode ser sentido ainda nos dias de hoje quando se percebem certos (pré) conceitos sobre a educação profissional. Por ter um percurso histórico construído sobre uma base assistencialista e de aprendizagem de técnicas laborais para formação de mão-de-obra, mencionadas anteriormente, a educação profissional sofre algumas pré-conceitualizações que a situam em um campo voltado ao ensino de um ofício para os filhos das classes trabalhadoras.

Fruto dessas pré-conceitualizações está o Decreto 2.208/97, conhecido por Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Na década de 90, com a expansão da ideologia neoliberal, o governo brasileiro buscou a privatização do estado e, em consonância com essa política, estabeleceu o PROEP. Essa reforma previa que as escolas da rede federal fossem capazes de se reestruturar (via recursos do Proep) para entrarem de forma competitiva no mercado profissionalizante. Dessa forma, as instituições prestariam serviços à comunidade e seriam capazes de se autofinanciar para que, então, o estado pudesse se eximir do custo em mantê-las (DOCUMENTO-BASE, 2007).

No plano pedagógico, o Decreto 2.208/97 estabelecia o ensino propedêutico em nível de ensino médio enquanto que, ao mesmo tempo, separava-o do nível técnico. Assim, o ensino técnico passou a ser oferecido de duas formas: concomitante ao ensino médio e com matrículas distintas, podendo ser realizado na mesma instituição de ensino; e subsequente ao ensino médio, devendo o aluno já ter concluído o nível médio para poder ingressar nessa modalidade.

Observamos que em termos de política pública, a dicotomia, ou dualismo, que vinha permeando a história da educação de nível médio e profissional, retorna com

força total. A intenção dos gestores dessa política separatista era de que a rede federal não oferecesse mais a educação básica, mas apenas cursos profissionalizantes vendidos à sociedade.

Entretanto, em resposta a essa política, os setores educacionais relacionados à educação profissional mobilizaram-se mais intensamente por volta de 2002 e 2003, período em que foi eleito o governo Lula da Silva. Intensos debates foram realizados sobre a relação do ensino médio e da educação profissional.

A superação do então dualismo vigente entre educação básica e educação profissional estava na concepção da politecnicidade², isto é, concepção de ensino que reúne a cultura geral e a cultura técnica, que abrange fundamentos científicos das diferentes técnicas do trabalho juntamente com a formação geral do educando.

4. O DECRETO 5.154/04 E O INCENTIVO AO CURRÍCULO INTEGRADO

Em um momento de crise vivenciada pela educação básica, particularmente, pelo ensino médio, seja pela escassez de vagas oferecidas nas escolas públicas, seja pela falta de identidade a esta etapa de ensino, o Decreto 5.154/04 traz novamente a possibilidade de se integrar o ensino médio à educação profissional, buscando, de uma certa forma, imprimir uma identidade mais concreta à etapa final da educação básica.

É importante destacar que o Decreto 5.154/04 não proíbe a oferta de ensino nas modalidades concomitante e subsequente, explicadas anteriormente. No entanto, a modalidade de ensino integrada é mais amplamente estimulada pela atual política de educação.

O currículo integrado busca estruturar-se em uma base curricular unitária em que nela estejam inseridos o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia, a mediação entre ciência e produção e a pesquisa como princípio educativo.

Constitui pressuposto básico para a oferta de cursos e programas de Educação Profissional Técnica a sintonia com as características, necessidades e potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e tecnológico local e regional. Além disso, é necessária a articulação e a integração dos conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e humanísticos com o mundo do trabalho que exige a adoção da pesquisa e da interdisciplinaridade como princípios educativos. Nessa concepção, segundo Ramos (2005), os conteúdos passam a ser reconhecidos como conhecimentos construídos historicamente e que se constituem em pressupostos a partir dos quais novos conhecimentos podem ser construídos no processo de investigação e compreensão da realidade, uma vez que a produção da existência humana é mediada pelo trabalho. Esse permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes.

A avaliação é indissociável da dinâmica de ensino e da aprendizagem. Assim a avaliação tem também, nesse processo, um papel de extrema importância e distancia-se das concepções tradicionais. Ela tem por função o acompanhamento sistemático da evolução do educando no processo de construção do conhecimento. Visa subsidiar a tomada de decisão no sentido de superar dificuldades de operacionalização dos projetos.

A metodologia utilizada nos cursos integrados deve conduzir à preparação de um sujeito ativo, reflexivo, criativo, solidário por meio da integração entre trabalho e

² Para um maior entendimento sobre politecnicidade, ler Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005).

ensino, pelo encadeamento de atividades de aprendizagem que surgem de situações geradas no trabalho. A partir dessas situações, surgem outras novas que incentivarão a reflexão e a busca do conhecimento.

Nessa perspectiva, a educação profissional deve preparar os educandos para serem agentes de transformação da realidade socioeconômica, especialmente no âmbito local e regional. Desse modo, o aluno passa a ser construtor de seu conhecimento, agindo a partir da reflexão e da indagação sobre a prática.

Para que a formação auxilie no desenvolvimento de sujeitos ativos, conforme a proposta da educação profissional, também se faz necessária a interação com as políticas públicas de desenvolvimento em diversos âmbitos e a interação com todos os agentes sociais atuantes e comprometidos com esta modalidade educacional.

Nesse sentido, para que se consolide enquanto política pública, é imprescindível a atenção para com o corpo docente. É de responsabilidade do governo a questão da realização de concursos públicos para compor um corpo docente permanente nas instituições. Além disso, a formação continuada, tão em voga ultimamente, é de extrema relevância no âmbito de experiência e prática pedagógicas. A prática pedagógica, de acordo com o Documento-Base (2007), deve romper com o conhecimento fragmentado e descontextualizado atualmente em vigor em muitas escolas públicas. Para que esse rompimento se efetive e uma nova concepção de ensino possa ser construída, é necessário que todos os envolvidos no processo de ensino, quais sejam, professores, gestores e técnico-administrativos tenham a oportunidade de manter-se continuamente em formação.

5. IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO NO IFF-SVS: PROCESSO E DESAFIOS

Conforme mencionamos no decorrer deste texto, a complexidade do processo de integração entre o ensino médio e a educação profissional exige superar formas fragmentárias de educação, flexibilização das estruturas curriculares, entrelaçamento de saberes das diversas áreas, sintonizando-os com as características, necessidades e potencialidades de desenvolvimento socioeconômico regional.

Esse paradigma complexo e dinâmico suscita questionamentos e gera inquietações nas instituições que têm apostado na integração e na mudança como forma de ensinar e superar concepções tradicionais de educar tendo em vista o trabalho e o resgate da cidadania como objetivos educativos. Assim, apresenta-se como desafio a operacionalização do processo de integração curricular, uma vez que ainda estão muito presentes nas instituições as formas de fazer e estruturas que impedem a integração.

A fim de se pensar na efetivação de um currículo integrado, é necessário que mantenhamos em mente que o ensino médio integrado à educação profissional tem por finalidade, entre outras, a preparação para o trabalho, para o exercício de profissões técnicas, pela integração com a formação geral, possibilitando diferentes percursos, ou seja, a continuidade de estudos e a participação no mundo do trabalho. Portanto, o projeto de educação de nível médio traçado pelo Decreto 5154/04, mencionado anteriormente, consiste não só na integração de dois tipos de formação, mas por meio dele busca-se a integração com o mundo do trabalho e da vida, isto é, vincular as aprendizagens à realidade. Em síntese, o Decreto 5154/04 procura resgatar a concepção

unitária em termos de formação a ser alcançada, superando a dicotomia entre formação geral e profissional.

Essa integração exige a revisão de objetivos e métodos pedagógicos, uma vez que deve cumprir as exigências dos perfis profissionais, elencados, sucintamente, pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, e possibilitar o entrelaçamento entre trabalho, ciência e cultura. A nova organização educacional exige também a revisão de paradigmas e conceitos, com vistas a uma educação conectada ao contexto circundante; pressupõe um intenso diálogo entre teoria e prática, escola e mundo do trabalho. Essa aproximação acaba por propiciar melhores condições de cidadania, trabalho e inclusão social. Nesse sentido, LODI (2006: 14) afirma que:

a oferta de educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, estratégia para o desenvolvimento sócio-econômico nacional, revela-se um produto de construção coletiva, articulada institucionalmente e em sintonia com a demanda de trabalho.

A integração, nesse tipo de currículo, não é a mera sobreposição de disciplinas; nem tampouco constitui a adição de um ano de estudo profissionalizante a três de ensino médio. Em verdade, de acordo com Ramos (2005), a integração só se constitui como tal quando são considerados os eixos do trabalho, da ciência e da cultura em relação aos conhecimentos gerais em um processo contínuo de formação, reformulação e problematização de suas relações.

No Instituto Federal Farroupilha, campus São Vicente do Sul, a integração entre ensino médio e educação profissional técnica de nível médio teve sua primeira fase no primeiro semestre de 2008, quando foi iniciado o processo de estruturação curricular do curso Técnico em Agropecuária, na modalidade integrada ao ensino médio. O curso tem duração de três anos e conta ainda com um período de tempo reservado ao estágio curricular obrigatório.

Inicialmente, foram realizadas reuniões a fim de se discutirem os objetivos do curso, o perfil do aluno egresso e sua matriz curricular. Até então, o mesmo curso era oferecido por meio de dois outros cursos, Técnico em Agricultura e Técnico em Zootecnia, ambos na modalidade concomitante ao ensino médio. Professores e técnico-administrativos reuniram-se, com uma certa frequência, para discutirem de que forma dar-se-ia a integração do curso técnico ao ensino médio.

Em um primeiro momento, por não se conhecer a fundo o projeto de currículo integrado e as necessidades para sua implantação, as reuniões centraram-se, principalmente, no perfil do aluno egresso e na matriz curricular, uma vez que o Curso Técnico em Agropecuária, modalidade integrado, reúne o Ensino Médio, o Curso Técnico em Agricultura e o Curso Técnico em Zootecnia.

O desafio primeiro era reunir, em um único curso, três matrizes curriculares, respeitando-se à exigência do mínimo de horas para o ensino médio. As discussões sobre os elementos curriculares avançaram pouco devido ao processo de *ifetização*³ que

³ Em 2008, teve início o processo de *ifetização*, isto é, a transformação das Escolas Agrotécnicas Federais e dos Centros Federais de Educação Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esse processo tem a ver com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e culminou, no final de 2008, mais precisamente em 29 de dezembro de 2008, na Lei 11. 892, que cria os atuais 38 Institutos Federais no Brasil. Essa lei preconiza que os institutos devem, entre outros objetivos, instaurar e desenvolver a pesquisa, dialogar e desenvolver as regiões onde seus campi estão inseridos, oferecer cursos de licenciaturas, de graduação e pós-graduação e, ainda, reservar 50% de suas vagas para o ensino

já estava a caminho. O então Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul (CEFET-SVS) estava com os dias contados, uma vez que a intenção do governo era transformar os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e as Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF).

Devido a esse processo, as discussões sobre o currículo integrado ficaram para um segundo momento, pois se acreditou que algumas orientações envolvendo a questão de currículo e plano de curso fossem advir com a implantação dos institutos.

No final do ano de 2008, o processo de *ifetização* ainda não estava concluído e também não havia diretrizes sobre o currículo integrado. Nesse momento, foi necessário retomar a estruturação do Curso Técnico em Agropecuária na modalidade integrado, já que o processo seletivo do ainda CEFET-SVS oferecia 70 vagas nesse curso para o ano letivo de 2009. Assim, houve a construção de um grupo de trabalho constituído por professores e técnicos das três áreas, quais sejam, ensino médio, técnico em agricultura e técnico em zootecnia para então dar continuidade ao que havia iniciado no primeiro semestre de 2008.

No entanto, devido à pressa e à correria, típicas de final de ano, novamente incorreu-se no erro de centralizar as discussões apenas em torno da matriz curricular e da carga-horária do curso. De fato, tentou-se construir também as ementas do curso de forma a integrar os conteúdos do ensino médio e do técnico a fim de propiciar a interdisciplinaridade e o diálogo entre as disciplinas afins. Algumas discussões foram realizadas nesse sentido e alguns profissionais da educação trocaram ideias sobre as ementas de suas disciplinas.

Admitimos, porém, que esse processo ainda não condiz com a prática dialógica e democrática que acreditamos necessária e que desejamos implementar quando da construção de qualquer currículo e, em específico, do currículo integrado no IFF, campus São Vicente do Sul.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA NOVA CHANCE PARA A INTEGRAÇÃO

Mais recentemente, teve início a segunda fase da discussão sobre o currículo integrado. Essa fase coincide com as discussões de constituição e de implementação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Com um intenso cronograma de encontros, operacionalizam-se as discussões sobre objetivos, características, funções e finalidades da nova figura institucional; concepções de homem, sociedade e de educação que caracterizarão o instituto; princípios de gestão, projetos pedagógicos e de avaliação a serem adotados. Todas essas discussões acabam por mobilizar reflexões sobre a integração entre ensino médio e educação profissional, já que o projeto de criação dos Institutos Federais objetiva a expansão da educação profissional com vistas à articulação do projeto escolar com as demandas de desenvolvimento sócio-econômico local e regional e com os segmentos públicos e privados, almejando também a redução das desigualdades sociais.

Nesse contexto, a instituição tem intensificado o trabalho de construção coletiva dos currículos de forma a possibilitar diferentes itinerários formativos, mediante os quais o educando possa obter tanto a qualificação integral quanto a habilitação profissional. É fundamental para isso o desenvolvimento de parcerias, a promoção e a articulação com as demandas de trabalho a fim de se estabelecer mais amplamente o diálogo entre teoria e prática.

A complexidade desse processo de integração entre o ensino médio e a educação profissional exige superar formas fragmentárias de educação, flexibilização das estruturas curriculares entrelaçamento de saberes das diversas áreas, sintonizando-os com as características, necessidades e potencialidades de desenvolvimento socioeconômico. Esse novo contexto requer um comprometimento e mudanças de postura dos profissionais que compõem as diversas áreas do conhecimento e também mudança na organização dos tempos escolares a fim de possibilitar o desenvolvimento de projetos integrados.

Sabemos da dificuldade em se construir um currículo que seja de fato integrado, levando-se em consideração todos os fatores já expostos. Precisamos, porém, (re) lançarmo-nos no desafio de compreender o currículo integrado e, mais do que isso, buscar formas de construção conjunta, contando com representantes de todos os segmentos escolares: alunos, professores, técnico-administrativos, representantes de pais de alunos e da sociedade local. Para o Instituto Federal Farroupilha, talvez este momento, em que se efetiva a construção do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI), seja a oportunidade que esperávamos para voltar a discutir, formular e reformular, entre outras, a questão do currículo integrado. Ainda com muitas dúvidas, sim, mas com a crença de que, em conjunto e democraticamente, podemos (re)construir um currículo relacionado à prática de ensino que desejamos e à escola que tanto queremos.

7. REFERÊNCIAS

- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO – **Documento Base**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec>> Acesso em 18 set. 2008. 59 p.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir nascimento da prisão**. 14. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1996. 269 p.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (org.); CIAVATTA, Maria (org.); RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado – concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. 175 p.
- LODI, Lúcia Helena. Ensino Médio integrado: uma alternativa de educação inclusiva. In: **Ensino Médio Integrado à educação profissional: Integrar para quê?** Secretaria de Educação Básica, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2006. 196 p.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril, v. I, 1983. 160 p.
- RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: **Ensino Médio Integrado – concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 106-127.

DOCUMENTÁRIO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO:
JORNALISMO E INTERFACE DE LINGUAGENS

Grad. Sabrina Cancoro Generali (Unit)
Profa. Orientadora Dra. Maria Beatriz Colucci (Unit)

RESUMO: Com o avanço das tecnologias para a elaboração de vídeos documentários e a liberdade política para exibi-los a diversos tipos de públicos, seja em mídia aberta ou fechada, torna-se necessária a intensificação dos estudos sobre este tipo de produção, vinculados aos levantamentos relacionados à mídia. Portanto, a pesquisa que culminou neste artigo visa contribuir para esclarecer a tendência de exposição da violência na mídia e seus efeitos, com base no documentário **Falcão, meninos do tráfico** (2006), levando em consideração contextos culturais e sociais das personagens envolvidas.

PALAVRAS-CHAVE: documentário; violência; mídia.

ABSTRACT: Due to the technologies progress to create documentaries videos and the political freedom to show it to many different audiences, in public or private media, advanced, it became necessary to intensification the studies about this type of production, in order to attach to existing surveys about media. Thus, the research that culminated in this article aims to brighten the tendency of violence exposition in the media and its effects, based on the documentary **Falcão, meninos do tráfico** (2006), taking into account the cultural and social contexts of the involved personages.

KEY-WORDS: documentary; violence; media.

1. INTRODUÇÃO

A produção documentarista brasileira, nos últimos dez anos, mostrou sua força e conquistou um espaço junto ao mercado cinematográfico do país, o que permitiu a expressão de diferentes culturas e visões de mundo. O projeto de pesquisa **Documentário brasileiro contemporâneo: jornalismo e interface de linguagens**, que resultou no presente artigo, pretende estudar tal produção através do filme **Falcão, meninos do tráfico** (2006), de MV Bill e Celso Athayde. O objetivo principal foi o de identificar as formas de representação da violência na mídia, e a idéia de espetacularização do real produzida pela TV, buscando saber se esse documentário realiza uma crítica social ou crítica espetacularizando a realidade.

O cenário de violência contextualiza toda a análise descrita neste trabalho: as visões da realidade, diferenciadas entre o documentarista, o documentado e o espectador; a espetacularização da realidade dentro de um contexto midiático; além da maneira como a língua portuguesa é trabalhada na produção. Sendo assim, este artigo trabalha não apenas mídia, violência e linguagem, mas também a formação de um quadro etnográfico embasado nos contextos apresentados no documentário.

2. AS DIFERENTES VISÕES DO REAL

Inicialmente, devem ser identificadas as diferentes formas de interpretação que se pode ter de uma mesma imagem, ou de um grupo delas, pois dentro de uma

população encontram-se diferentes opiniões e interpretações de uma mesma notícia ou comercial, assim como em um documentário haverá a visão do documentarista, do documentado e do espectador. Quanto a este último, ainda se pode considerar que há uma vasta diversidade de formação de opiniões, a depender da classificação social, econômica, regional, além de toda a bagagem cultural acumulada até o momento do recebimento das informações.

O autor da obra **A linguagem cinematográfica**, Marcel Martin, afirma que “a imagem fílmica suscita, portanto, no espectador, um *sentimento de realidade* bastante forte, em certos casos, para induzir à crença na existência objetiva do que aparece na tela” (MARTIN, 2003: 22); e o som – captado por meio de microfones –, aplicado junto à imagem fílmica, reconstitui as capacidades humanas, o que traça um paralelo com a realidade do homem: “A imagem é um dado cuja existência se coloca simultaneamente em vários níveis de realidade, em virtude de um certo número de características fundamentais” (Ibidem:21). As características colocadas pelo autor explicam o fato de a imagem estar sempre no presente, bem como serem uma representação similar à realidade.

Nichols (2005) defende que o documentário não é uma simples reprodução da realidade, mas sim uma representação dela:

Representa uma determinada visão do mundo, uma visão com a qual talvez nunca tenhamos deparado antes, mesmo que os aspectos do mundo nela representados nos sejam familiares. Julgamos uma reprodução por sua fidelidade ao original – sua capacidade de parecer com o original, de atuar como ele e de servir aos mesmos propósitos. Julgamos uma representação mais pela natureza do prazer que ela proporciona, pelo valor das idéias ou do conhecimento que oferece e pela qualidade da orientação ou da direção, do tom ou do ponto de vista que instila. Esperamos mais da representação que da reprodução. (NICHOLS, 2005: 47-48)

2.1.O documentarista

O documentarista, ao elaborar seu roteiro de filmagem, já parte de pré-conceitos para definir o seu foco, sua visão sobre o assunto a ser abordado. Este profissional transformará um momento ou uma imagem no que ele bem entender, assim que registrada, tanto para transcender sua posição, quanto para atingir um determinado público. Essa não é uma manipulação de imagens, apenas um ponto de vista exposto propositalmente através de lentes que capturaram informações, com uma específica iluminação, em um local estratégico e com componentes referenciais – que ainda podem sofrer mudanças através de recursos tecnológicos. Em geral, não há necessidade de apresentar verbalmente o significado do que o documentarista está tentando expressar.

As cores, por constituírem pré-concepções, promovem sensações no espectador: o preto pode causar um efeito sombrio; o amarelo e o marrom, uma impressão de antigo, por exemplo. Quando um filme colorido é interceptado por imagens em preto e branco, normalmente faz-se alusão a um *flash-back*. Essas são intenções que podem ser ocasionadas natural ou tecnicamente. Pode-se determinar um horário ou um local específico onde é possível encontrar a realidade dentro da coloração desejada. Essas técnicas serão utilizadas ou não, de acordo com os objetivos do documentarista.

“As cores constituem estímulos psicológicos para a sensibilidade humana, influenciando no indivíduo, para gostar ou não de algo, para negar ou afirmar, para se abster ou agir” (FARINA, 1990). E estes estímulos, segundo estudos, estão vinculados aos sistemas nervosos simpático e parassimpático, o que resulta na alteração da circulação

sanguínea e reações da musculatura. Porém, sexo, idade e classe social podem fazer com que a mesma cor tenha múltiplos significados para diferentes indivíduos.

Também existem outras formas de expressão, como uma mensagem ao fundo do foco, a posição em que um indivíduo é documentado – mais elevado ou abaixo de outro, demonstrando superioridade ou inferioridade –, a paisagem em que se insere o contexto, entre outros. As películas (ou, atualmente, o modo digital de filmagem) e os equipamentos também são fatores que alteram o objetivo final, promovendo diferentes níveis de granulação em um filme.

No documentário **Falcão, meninos do tráfico** (2006), os documentaristas tiveram o auxílio de uma estrutura de produção pré-elaborada. Apesar de buscarem um foco novo, MV Bill e Celso Atayde seguiram um “roteiro” parcialmente traçado por outros documentaristas, desde a década de 1980, quando se começou a utilizar a favela, o tráfico de drogas, armas e violência como a essência da crítica social. Assim como fora exposta a luta contra a repressão durante a ditadura militar, ou mesmo a exploração da sensualidade pela pornochanchada, hoje são as imagens da população de baixa renda vivendo em estruturas precárias que imperam nas pautas documentaristas. Na realidade, eles buscam divulgar a um público de maior renda o que ocorre nas camadas sociais inferiores da sociedade. Ao determinar este público alvo, inicia-se a definição de qual impressão será transmitida sobre o assunto.

À época, parte da crítica afirmou que **Falcão** (2006) foi um trabalho parcial, pois não retratou outras vertentes da história, como policiais e consumidores. Alba Zaluar, em seu artigo para a Folha de São Paulo, ratifica essa afirmação, mas faz uma ressalva: “O documentário é unilateral. Poderia ter sido mais se pusesse vítimas dos assaltos, muitas delas tão destituídas quanto os meninos assaltantes e assassinos, a falar do que sofrem quando perdem seus bens e entes queridos” (ZALUAR, 2006).

Essa visão, porém, vai depender da intenção de quem produz o documentário. Espera-se obter-se o resultado mais próximo da realidade possível, entretanto, é preciso analisar primeiramente de quem é a realidade a ser retratada.

Quando o diretor pretende fazer uma obra de arte, sua influência sobre a coisa filmada é determinante. [...] Escolhida, composta, a realidade que aparece então na imagem é o resultado de uma percepção subjetiva, a do diretor. O cinema oferece uma imagem artística da realidade, ou seja, se refletirmos bem, totalmente não realista e reconstruída em função daquilo que o diretor pretende exprimir, sensorial e intelectualmente. (MARTIN, 2003)

2.2.O documentado

A primeira década do século XXI é um momento em que o cinema documental tem como objetivo principal a crítica social, que envolve, paralelamente, os temas economia e política. É exatamente neste ponto onde se mostra relevante o papel dos indivíduos documentados: expressar para além da sua comunidade ou sociedade o que acontece no local em foco e, em geral, não são bons eventos.

Deve-se observar que, apesar de o documentarista objetivar uma denúncia, nem sempre ele terá a mesma opinião que o documentado. Isso dependerá, mais uma vez, das experiências vivenciadas. Na produção trabalhada, porém, o documentarista já havia vivido todo o drama retratado, em uma favela carioca. Desta maneira, ele expõe a realidade com os sentimentos de quem já a viveu. Hoje, MV Bill veste roupas de marcas caras, vive em um bairro com mais segurança, frequenta lugares onde não poderia nem

chegar perto há alguns anos e até convive com pessoas com condições financeiras elevadas. Nem por isso, deixou de conviver com sua antiga comunidade.

Essa convivência o auxiliou na elaboração do documentário. Primeiramente, porque ele já sabia onde se encontravam e quais seriam seus principais focos para a filmagem. Em segundo lugar, ele vivera na Cidade de Deus, zona Oeste do Rio de Janeiro, e convivera com as pessoas enquadradas na realidade descrita pelo filme, facilitando o seu acesso às áreas perigosas das favelas. Além disso, os sentimentos transmitidos durante as filmagens já foram reais em algum momento de sua vida. Nestas condições, MV Bill optou por inserir-se em participações com comentários entre as tomadas, a fim de complementar as imagens e os registros com experiências próprias.

No caso de uma câmera apresentando um grau extremo de miséria humana, sob uma ótica, digamos, naturalista, o impacto da cena – o seu mexer com nossas emoções, o seu despertar mais fortemente valores morais – vela, por assim dizer, o ângulo de recorte da realidade. (ROSENFELD, 2006)

Além da seleção de cenários, o conjunto de opiniões colhidas dos documentados também define a parcialidade ou a imparcialidade do trabalho, bem como determina quanto verídico e próximo da realidade global ele pode ser considerado:

Surgem perguntas. Onde estão os "investidores"? Onde estão os "donos da firma"? Onde estão os grandes beneficiários desse negócio? A câmera não os encontrou? A câmera não os selecionou? Não têm eles responsabilidade naquilo que é apresentado como um destino desses meninos, como se não tivessem outra alternativa na vida? (Ibidem)

2.3.O espectador

A interpretação do espectador é a vertente mais difícil de ser explicada, devido à diversidade que pode abranger. Apesar de toda produção ter seu público alvo, o documentário **Falcão** (2006) tem um diferencial: ele foi exibido na revista eletrônica dominical da Rede Globo, **Fantástico**. Por ser o programa de maior audiência no horário em que é exibido, acabou sendo divulgado para diferentes comunidades, com características e opiniões que podem ser totalmente contraditórias umas às outras. Alba Zaluar reflete, em um de seus textos para a **Folha de São Paulo**, sobre esta exibição:

Fica provado mais uma vez o poder de comunicação que o veículo televisão tem sobre os demais, não só pela sua capacidade de penetrar em tantos lares mas pela força das imagens, associadas à voz e à letra do que é dito. Textos, especialmente se acadêmicos, não poderão jamais competir com tanta veracidade contida na imagem e na voz nem com a velocidade da comunicação televisiva. (ZALUAR, 2006)

Em um primeiro momento, o documentarista tenta expor as críticas àqueles que não têm a possibilidade de ver ou vivenciar tal realidade, com a intenção de mobilizar a população politicamente por melhor qualidade de vida para os documentados. Este é exatamente o papel social daqueles envolvidos com a produção fílmica. Mas, até que ponto e por meio de quais ferramentas o documentarista, o diretor ou o produtor conseguem permear em diferentes comunidades em busca de auxílio para os seus documentados? Isto depende do poder de persuasão empregado na elaboração do produto e do conhecimento sobre artifícios que sensibilizem aqueles que detêm potencial para ajudá-los a atingir este objetivo. A crítica sociopolítica, sozinha, não

basta. Pelo contrário: pode, inclusive, ser danosa, especialmente por haver a probabilidade de atingir potenciais solidários à causa. A espetacularização, entretanto, surge como solução: exacerbar a má qualidade de vida e os perigos que correm os jovens “falcões” foi uma alternativa para tentar mobilizar o espectador de **Falcão, meninos do tráfico** (2006), com a certeza de não agredi-lo, apenas sensibilizá-lo a, talvez, atuar em prol desta causa.

Para atingir alcance nacional, porém, é preciso ter respaldo financeiro – o que em alguns casos também significa auxílio político –, oportunidades e canais de comunicação. No Brasil, este é um grande problema, com destaque para a comunicação cinematográfica. O cinema hollywoodiano, por exemplo, “dominou” as telas brasileiras há algumas décadas e fidelizou consumidores, desestimulando a produção nacional, que também recebia pouco auxílio governamental. A falta de verbas e a conseqüente desaceleração na produção cinematográfica retardaram a possibilidade de criação de uma cultura de consumo do cinema nacional, justamente em um momento em que ela teve grandes chances de se firmar, respaldada por indivíduos arduamente envolvidos nesta luta, como Glauber Rocha e Eduardo Coutinho. Atualmente, tentando inverter o quadro, o Governo Federal passou a incentivar financeiramente cineastas, mas essa situação não mudará de repente, por dois principais motivos: a tecnologia desleal do cinema norte-americano, que tem a capacidade de gastar milhões e produzir filmes extremamente requintados, utilizando-se dos mais modernos recursos que a tecnologia pode oferecer; e o interesse do público, voltado mais para a comunicação de entretenimento fictício em suas horas de lazer.

É importante ressaltar que dentre esses espectadores muitos estão envolvidos ou co-relacionados, de alguma maneira, com o tráfico, e pouco ou nada fazem para exterminá-lo. Visam apenas o próprio bem estar, comprando e consumindo drogas e infringindo leis. Isso é destacado por Alba Zaluar em sua crítica sobre **Falcão** (2006). Ela afirma que o documentário “produz no espectador simpatia pelos meninos do tráfico” (Ibidem). Prossegue afirmando que o modo como é apresentado o cotidiano dos meninos mexe com a sensibilidade humana, fazendo com que o espectador sinta pena do documentado ao invés de criticá-lo pela infração cometida. “Poderíamos dizer que toda imagem *implica* mais do que *explicita*” (MARTIN, 2003: 91), pois o mesmo retrato provocará reações diversas, a depender da vivência de quem o vê.

Segundo Nichols (2005), a determinação do que é realidade ou ficção vai depender tanto do intuito da produtora, quanto do canal de exibição do filme, ou até mesmo do próprio espectador. Atualmente é difícil classificar um filme como documentário, mas pode-se dizer que ele transmite ao espectador a sensação de tal. Isso porque produtoras e documentaristas também permeiam pelos meandros da ficção, a depender do momento, da necessidade e da criatividade de um mercado de consumo. A sensação mencionada surgirá de acordo com a similaridade ao real, casando som e imagem.

Na ficção, desviamos nossa atenção da documentação de atores reais para a fabricação de personagens imaginários. (...) No documentário, continuamos atentos à documentação do que surge diante da câmera. Conservamos nossa crença na autenticidade do mundo histórico representado na tela. Continuamos a supor que o vínculo inextricável do som e da imagem com o que é gravado atesta o envolvimento do filme num mundo que não é inteiramente resultante de seu projeto. O documentário *re-*apresenta o mundo histórico, fazendo um registro indexado dele; ele *representa* o mundo histórico, moldando seu registro de uma perspectiva ou de um ponto de vista

distinto. A evidência da *re*-apresentação sustenta o argumento ou perspectiva da *representação*. (NICHOLS, 2005: 65-67)

3. ESPETACULARIZAÇÃO DO REAL

A notícia tornou-se um produto. A espetacularização dela foi a forma encontrada para sua divulgação. Um produto bem divulgado será muito consumido e continuará a ser produzido. Sua divulgação se expandirá para conquistar mais consumidores e, assim, sua indústria poderá crescer dentro desse modelo ocidental: a mídia de massa, que tenta padronizar o fornecimento para homens e mulheres, jovens e adultos, pobres e ricos. E essa massificação não é em vão: esse é o ciclo que sustenta o capitalismo. A espetacularização dos fatos move indústrias e comércios e por isso não pode parar em uma sociedade essencialmente capitalista.

3.1.O espetáculo

O espetáculo é herdeiro de toda a *fraqueza* do projeto filosófico ocidental, que foi um modo de compreender a atividade dominado pelas categorias do *ver*; da mesma forma, ele se baseia na incessante exibição da racionalidade técnica específica que decorreu desse pensamento. Ele não realiza a filosofia, filosofiza a realidade. A vida concreta de todos se degradou em universo *especulativo*. (DEBORD, 1997: 19)

Um espetáculo pode ocorrer de maneira positiva ou negativa. Na mídia, ele é utilizado como ferramenta para “esquentar” uma notícia. Isso acontece em programas e periódicos conhecidamente sensacionalistas. Entretanto, não se pode dizer que já fora encontrado algum veículo de comunicação na História classificado como imparcial. Por mais que não seja denominado sensacionalista, cada mídia, programa e jornalista terão suas próprias linhas editoriais, ou linhas de pensamento, diversas vezes, pendendo ao sensacionalismo em prol de uma causa.

O espetáculo não deixa de ser uma versão da realidade, ou uma tentativa de expressá-la, porém deve-se levar em consideração sua tendência para a distorção. Entretanto, este é o produto que muitos seres humanos querem consumir ao ligar seus aparelhos televisores na hora do noticiário, ou ao abrir o jornal. E é justamente por existir um público que se sacia apenas vendo a vida como um espetáculo – a ampliação e/ou distorção da realidade – que se produzem notícias com um tratamento parcial.

O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como *instrumento de unificação* (...) o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, medida por imagens (...) o espetáculo constitui o *modelo* atual da vida dominante na sociedade. (Ibidem: 14)

3.2.A aparência

A cultura construída a partir do modelo econômico capitalista promoveu o aumento das variedades. Todo e qualquer produto inserido em um mercado, logo ganha concorrentes à altura. A liberdade de escolha atrelada ao poder aquisitivo formatou a identidade hierárquica das sociedades: quanto mais dinheiro, maior o consumo, maior a possibilidade de formar opiniões e, portanto, maior o poder. Com isso, indivíduos com baixos salários, sentem-se cada vez mais inferiorizados por ver tamanha diversidade, da qual não podem desfrutar.

E por que todos necessitam ter tudo? Por que é preciso ter exatamente o que o outro tem? Essas são questões não levantadas na sociedade de consumo, onde o objetivo é ter sempre mais e melhor. Por outro lado, raciocina-se: se uma indústria pode confeccionar mil produtos em um tempo reduzido e por um custo baixo – tanto devido a agilidade, como pela substituição de uma mão-de-obra humana por maquinários –, por que, então, manter o padrão de fabricação artesanal de antigamente?

O aumento da velocidade nos processos de produção encheu prateleiras e barateou produtos, o que aumentou o consumo e, a partir de então, o *ter* deixou de referir-se apenas a *posse* para referir-se também a *aparência*, já que o *ter* não cabia apenas a elite. E, por sua vez, a busca pela melhor ou mais vantajosa aparência estimulou a espetacularização, um processo que enaltece e dá destaque a determinadas situações. A competição, agora, é contar vantagem sobre o outro. O que era vivência tornou-se representação e o que era real tornou-se produto: “a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real” (Ibidem: 15). Ainda segundo Debord (1997), a vida em uma sociedade ocidental atualmente não está mais atrelada apenas à realidade. Haveria ainda uma existência paralela, quase virtual, já que se passou a dar tamanha importância à aparência:

O espetáculo é a afirmação da aparência e a *afirmação* de toda a vida humana – isso é, social – como simples aparência. Mas a crítica que atinge a verdade do espetáculo o descobre como *negação* visível da vida; como negação da vida que *se tornou visível*. (Ibidem: 16)

Nada está além da realidade, depende apenas da visão que se tem sobre o fato, que pode ser mascarado ou não pela aparência provocada tanto pela notícia em si quanto por quem a retrata.

3.3. Espetacularização *versus* liberdade de expressão

Tudo o que agrida a vontade, a necessidade ou a moral de alguém é considerado espetacularização, por mais que esta investida contrarie apenas uns poucos espectadores ou leitores. Estipular o ponto onde acaba o real e começa a espetacularização tem uma tolerância muito baixa para os parâmetros de uma sociedade que se diz democrática e livre para absorver as mais diversas opiniões. A diferença de consciência crítica, de vivência, familiar e até mesmo de escolaridade são os principais agentes determinantes da opinião de cada indivíduo social. O local em que cresceram, as pessoas com quem conviveram e as condições financeira e intelectual de componentes de seu meio de vida proporcionam gostos e opiniões diversas. Portanto, como estipular que uma determinada cena ou programa espetaculariza a realidade? Qual é a tolerância ou censura para isso?

No texto de introdução da obra **Showrnlismo: a notícia como espetáculo** (2001), José Arbex Júnior expôs uma situação pela qual passou que pode evidenciar tamanha espetacularização:

Até que ponto aquilo que eu sentia, avaliava, escrevia e enviava seria levado em consideração pelos editores? No caso da queda do Muro de Berlim, a *Folha de S. Paulo* optou por dar a manchete para a cassação da candidatura do apresentador Silvio Santos à presidência do país. Isso, apesar do que significava o Muro, e de eu ter sido o único correspondente brasileiro presente em Berlim naquela noite. (ARBEX JR., 2001: 25)

O jornal **Folha de São Paulo**, que é tomado como referência de boa política, optou por dar destaque a uma notícia que, apesar de ser de relevância nacional, em dado momento histórico – que hoje preenche páginas de livros de história e geopolítica – foi exposta de tal forma para apenas auxiliar na promoção da venda do veículo. Silvio Santos, um popular apresentador de televisão sendo impedido de se candidatar à presidência da República, *versus* o fim de uma política separatista que travava uma guerra histórica, a qual rachou a Alemanha em duas partes. Até que ponto isso é liberdade de expressão da mídia? E quando passa a ser uma espetacularização da realidade? Classificar uma informação como forma de espetacularização do real e vetá-la pode ser o mesmo que podar o direito da imprensa, restringir que determinado veículo siga sua linha editorial. Esta não é uma política saudável, já que a opinião é o que vende jornal. Ninguém consome determinada mídia justamente por não concordar com sua ideologia ou linha de raciocínio. O leitor, espectador, ouvinte ou internauta está não mais do que disposto a receber notícias de maneira compatível com suas expectativas individuais.

O problema não se encontra no manual de jornalismo de cada veículo, mas nas provocações futuras dessa linha, que impactará sobre uma sociedade. Arbex Jr. (2001) coloca que “uma das conseqüências da prática de apresentar o jornalismo como *showrnalismo* é o enfraquecimento ou o total apagamento da fronteira entre o real e o fictício” (Ibidem: 32). Mas, nem sempre uma visão diferenciada, mais abrangente ou externa de um fato quer dizer que, ao relatá-lo, ele será tratado fantasiosamente. Assim como a bagagem cultural difere em cada ser humano, seus preconceitos, restrições e intensidade de sentimentos também são distintas. Portanto, não se pode culpar o profissional por uma exposição exacerbada. Porém, deve-se criticá-lo pela falta de bom senso e isenção ao retratar a notícia.

4. LINGUAGEM

No recorte social feito no documentário **Falcão, meninos do tráfico** (2006), fica evidente um retrato do real. Mas, para muitos que estão observando de fora, estas imagens pendem para a ficção, uma vez que a realidade exibida não se encaixa na do espectador: desde crianças, meninos e meninas são estimulados a encontrar um emprego para servir como outra fonte de renda para casa; ou ainda, famílias que contam apenas com auxílio financeiro da mãe, já que em diversos casos, o pai morrera em confrontos dentro da favela, ou ela preferiu não assumir ou quem é o pai de seus filhos. Ao vivenciar essa necessidade desde cedo, e saber que sempre há uma opção de renda trabalhando com o tráfico de entorpecentes, o jovem nem se preocupa em procurar uma alternativa. Ele acredita que não há nada que possa lhe render mais do que o tráfico.

Jovens mães entram no mercado de trabalho em busca de sustento para seus filhos. Enquanto isso, muitos garotos se envolvem no crime também para sustentar seus filhos ou a própria mãe, já cansada do trabalho pesado que enfrentou toda a vida em troca de um salário mínimo. Assim, grande parte da juventude da favela abandona os estudos. E desta forma, sem pensar no futuro, mesmo que sem intenção, esses jovens acabam criando uma nova língua portuguesa, que se distancia cada vez mais da Norma Culta, algo que remexe no imaginário do espectador de **Falcão, meninos do tráfico** (2006). Independente do foco da produção documental, sempre será retratado o linguajar proveniente do grupo em foco. O emprego das palavras, as gírias e a

conjugação verbal serão variáveis de acordo com a classe socioeconômica, etnia, sexo, idade e, sobretudo, a bagagem cultural dos indivíduos – considerando vivências e nível de instrução.

Entretanto, a forma de linguagem que mais chama atenção neste cenário é a própria violência nele inserida. Ela vai além de um contexto ou embasamento para retratar esta realidade. Simples atitudes revelam-se como linguagem, que pode ser manifestada de diversas maneiras, não apenas oral e escrita.

4.1.Linguagem e poder

O déficit educacional brasileiro provoca a fragilidade do emprego verbal, no sentido conservador de uso da Norma Culta. Ele tem início já nos primeiros anos de vida, com a falha alfabetização promovida pelas escolas, bem como a desistência de alunos que necessitam trabalhar para complementar a renda familiar. De acordo com Gnerre (1994), a linguagem não está presente em um diálogo simples e unicamente para informar, mas também para que o receptor da mensagem identifique “a posição que o falante ocupa na sociedade em que vive” (GNERRE, 1994: 05). Quando a referência é a linguagem escrita, também é possível determinar o status do autor. Gnerre menciona uma citação de Bourdieu (1977) a qual explica o porquê da relação entre linguagem e poder: “O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato lingüístico” (BOURDIEU, 1977 apud GNERRE, 1994: 05).

Diferenças podem ser notadas entre indivíduos que exerçam a mesma função, mas em condições diferentes: diálogo entre comerciantes e clientes (diferentes em lojas de shoppings e feiras livres, por exemplo). Além dos aspectos evidentes de grau de instrução, existe a situação que é empregada a linguagem: local, emissores, receptores, conteúdo da mensagem e período histórico. A variação pode ainda diferir a depender do status do indivíduo na sociedade em questão.

“Escrever nunca foi e nunca vai ser a mesma coisa que falar” (GNERRE, 1994: 08). Apesar disso, atualmente está se tornando mais comum a utilização de expressões coloquiais, adaptações de palavras para a forma como elas são pronunciadas em uma conversa descontraída, ou ainda contrações longe de serem aderidas como normas à ortografia em textos escritos. Um exemplo é a palavra “vombora” (ATHAYDE; BILL, 2006: 36), proveniente de “vamos embora”. Ou ainda o emprego da expressão “e aí?” em diversos diálogos, em forma de questionar o que virá a seguir.

Apenas cientistas lingüísticos com uma concepção moderna consideram o vocabulário exposto no **Falcão, meninos o tráfico** (2006) como “normal”. Isso porque seus estudos não reprimem os falantes por sua classe sócio-econômica, ou por seus poucos anos de estudo. Eles analisam a língua e o porquê dela ter se adaptado a determinada forma. Segundo Pécola e Osakabe, a solução para a quebra do preconceito com a linguagem, que a vincula com o status de poder, encontra-se:

(...) a partir de uma concepção de linguagem que não a confine a uma coletânea arbitrária de regras e exceções, e, tampouco, a um rígido bloco formalizado, imune às variações e diferenças existentes nas situações concretas em que a linguagem se torna, de fato, um processo de significação (PÉCOLA; OSAKABE apud GNERRE, 1994: 01-02).

4.2.A violência como linguagem no cinema

Os documentários visam expressar a violência cotidiana, mas sem o toque de comunicar “com violência” (HIKIJ, 2004: 84). A alimentação desse sentimento em um espectador, quando se busca transmitir a realidade, acontece através do ato de fazê-lo sentir, mas sem exatamente impor a sensação. Ele será estimulado a permear na vida dos documentados para perceber o que se passa com aqueles personagens. O cinema documentário tenta conscientizar quem o assiste de que aquelas imagens são reais e concretas e podem estar acontecendo naquele exato momento. Em contrapartida, na ficção pode-se fantasiar ou aumentar os fatos, pois se entende que o espectador sabe discernir que ao término do filme tudo foi imaginário.

Caso produções com base real, como o documentário **Falcão, meninos do tráfico** (2006), ainda utilizarem-se de recursos como tons de voz agressivos por parte do documentarista, indicando violência na comunicação com o espectador, por exemplo, elas poderão não surtir o efeito desejado. Para transmitir naturalidade ao receptor, MV Bill foi filmado sentado, durante a noite, em um morro, explicando que sua maior preocupação durante a elaboração do trabalho era mostrar às pessoas que, apesar de violenta e cruel, aquela era a realidade das favelas brasileiras. Ele anunciou que nesta produção não se pretende demonstrar aprovação ou desaprovação dos atos dos indivíduos daquela comunidade, apenas registrá-los. A maneira como foi elaborado o depoimento visa amenizar a sensação de desconforto e “questionar as referências e expectativas” (Ibidem: 85) de quem assiste ao filme.

No contexto deste documentário, especificamente, fica claro que quem sofre a violência é o documentado e não o espectador, o qual se encontra diante da tela na tentativa de ser mobilizado social e politicamente. Neste caso, o emprego da violência na linguagem utilizada para o documentarista se comunicar com o seu espectador poderia causar o já mencionado desconforto, resultando negativamente em sua proposta. O espectador que não se sentir satisfeito ou mobilizado com a produção pouco ou nada irá fazer em relação às suas aclamações.

É justamente na forma de expressão da violência que se atinge a espetacularização da realidade, e este não é o objetivo do cinema documentário, que procura refletir uma realidade, “ser um meio transparente de comunicação, uma janela para o mundo” (Ibidem: 90). Ele deve romper a barreira entre o documentado e o espectador, visando uma interação entre as partes e alguma influência no receptor, para que se mobilize em prol da sociedade retratada na produção.

O espectador não é inocente. Ele é um *voyeur*. Sem ele, a produção desse tipo de imagens não seria possível. Se os filmes ultraviolentos não vendessem, ninguém os produziria. O único meio de fazê-lo consciente deste estado de coisas é lhe dar um *chute no estômago*. (HANEKE, *apud* GUILLOUX, *apud* HIKIJ, 2004: 84)

5. CONCLUSÃO

A violência tornou-se presente nas diversas etapas da comunicação, como ferramenta de espetacularização da realidade, a fim de torná-la mais atrativa para que seja consumida. Ela também se torna cada vez mais presente no cotidiano de milhares de pessoas (personagens) retratadas freqüentemente por documentaristas, ansiosos por exacerbar suas críticas ao vigente sistema político, o que tornou possível elaborar um retrato da violência no Brasil dentro cenário fílmico documental, que vive, no país, após décadas de retração, uma fase de expansão, respaldada pela legislação, a qual lhe

assegura verbas – mesmo que não suficientes para que a produção se torne competitiva dentro do próprio território nacional –, mas que começa a possibilitar a manifestação de uma diversidade de expressões culturais e visões de mundo relacionadas intimamente aos contextos histórico, econômico e político de sua realização. É justamente na produção documental, que hoje compreende um grande número de cineastas e documentaristas envolvidos em causas políticas e sociais, tentando – por meio de suas ocupações – buscar soluções para as denominadas “minorias”, ou indivíduos situados à margem da sociedade, onde encontra-se, nas formas de representação da violência, a construção de uma rede de significados, composta pelas estruturas sociais brasileiras, violência urbana e ineficiência governamental no país.

Dentro deste contexto, as imagens veiculadas pela mídia atualmente, esboçam a espetacularização do real produzida pela TV e pelo cinema, quando não deveriam utilizar-se deste artifício, obedecendo a uma posição ética. Em contrapartida, seu papel – o qual é parcialmente executado, pois acaba cedendo lugar para o espetáculo – é realizar uma crítica social e política da realidade em questão. Porém, esta característica deixou de ser primordial a partir do momento em que cineastas e documentaristas notaram que, ao abordarem questões reais, precisavam ser mais incisivos para sensibilizar seus espectadores.

Tal postura gerou críticas, as quais foram rebatidas com a possibilidade de variação das visões de uma mesma realidade, a qual pode ser diferenciada entre o documentarista, os documentados e os espectadores, que têm capacidade de manifestar as múltiplas interpretações possíveis de se obter de um mesmo momento, trabalho, imagem, texto etc. Com isso, fez-se necessária uma colocação sobre questões de poder e de violência na aplicação da linguagem no documentário **Falcão, meninos do tráfico** (2006), manifestada não apenas de maneira oral ou escrita, mas também por meio de gestos, entonações e atitudes, dentre outras formas, entrando em questão as diferenças socioculturais dos envolvidos neste processo de comunicação.

6. REFERÊNCIAS

- ARBEX JR., José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- ATHAYDE, Celso; BILL, MV. **Falcão – meninos do tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- FALCÃO – meninos do tráfico. Direção de MV Bill e Celso Athayde. Rio de Janeiro: CUFA, 2006. 1 DVD (125 min.), color.
- FARINA, Modesto. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. São Paulo: Edgard Blücher, 1994.
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. “O mal-estar do Cinema. A violência como linguagem no cinema de Michael Haneke”. In: NOVAES, Sylvia Caiuby [et al.]. (orgs). **Escrituras da Imagem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 83-92.
- MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- ROSENFELD, Denis Lerrer. **Falcões ou pombos-correio?**. FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 26 mar. 2006.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. “Eu é outro: documentário e narrativa indireta livre”.
In: _____ (org.). **Documentário no Brasil: tradição e transformação**. São Paulo:
Summus, 2004, p. 29-67.

A UTILIZAÇÃO DO *MOUSE* OCULAR COMO FACILITADOR NA
APRENDIZAGEM DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Esp. Claudia Maria de Souza Buono (UENP-CP)
Profa. Orientadora Dra. Mara Peixoto Pessoa (UENP-CP)

RESUMO: Este trabalho demonstra a importância do uso da tecnologia na educação e como ela pode facilitar o aprendizado de pessoas especiais; para isso é apresentada a Tecnologia Assistiva, que se emprega para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com necessidades especiais e consequentemente promover vida independente e inclusão. O *Mouse* Ocular é apresentado como proposta para alcançar tais objetivos, através da implantação de um projeto de TA no contexto escolar.

PALAVRAS-CHAVE: educação especial; tecnologia assistiva; *mouse* ocular.

ABSTRACT: This work demonstrates the importance of the use of the technology in the education and as it can facilitate the learning of special people, for this is presented the Assistive Technology, used to provide or to extend functional abilities of people with necessities special and consequently to promote life and inclusion independent. The Ocular *Mouse* is offered as proposal to reach such objectives, through the implantation of a project TA in the pertaining to school context.

KEYWORDS: special education; assistive technology; mouse ocular.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, a importância da tecnologia na área da educação é muito discutida, mas quando falamos de educação especial ela se torna quase obrigatória, uma vez que muitas pessoas dependem desse meio para ter acesso ao aprendizado e adquirir as competências básicas que são de direito de todo cidadão. Aliar tecnologia à educação especial é garantir o direito de acesso ao conhecimento, dando à pessoa com necessidades especiais uma chance de mostrar seu potencial perante a sociedade.

A tecnologia está inserida no cotidiano das pessoas nas mais diversas formas, incorporando-se aos seus afazeres diários, e adentrando aos sistemas de educação pela necessidade de transpor as fronteiras do educar convencional, contribuindo, assim, no estabelecimento de novos paradigmas de informação e comunicação, caracterizando a passagem da era industrial para uma nova etapa da vida contemporânea, a era pós-industrial ou da informação.

O computador, junto com seus periféricos, apresenta ferramentas que têm formas especiais de possibilitar percepção, de simbolizar as idéias, permitindo níveis de interação simbólica ainda não oferecidos por outras ferramentas no que tange a capacidade de simular problemas e situações em rede ou em ambiente contínuo. Sendo assim, essas ferramentas podem ser um meio valioso para promover e facilitar o processo ensino-aprendizagem se bem utilizado, dando ao aluno o direito de participar, de aprender e ter uma convivência educacional como qualquer outra pessoa. Isso fez com que muitos órgãos e empresas de tecnologias da informação investissem em estudo e desenvolvimento de programas de assistência às pessoas com necessidades educativas especiais. Vemos que a preocupação em ensinar e aprender, é cada vez mais crescente; com esse empenho poderemos quebrar barreiras, levando educação e conhecimento para

todos, não importando o grau de necessidade especial, mais sim a constante sede de aprender.

Esse artigo faz uma análise sobre a aplicação da tecnologia como instrumento auxiliador na aprendizagem de pessoas com necessidades educativas especiais, mais especificamente através do *Mouse* Ocular, uma tecnologia inovadora, com preço acessível, mas usada em pequena escala por falta de conhecimento dos profissionais da educação.

Diante dos fatos do dia-a-dia, o uso da tecnologia na educação especial é, além de importante, necessário. Investir em estudos ou projetos nessa área é antes de tudo garantir que o direito básico à educação seja cumprido, sem nenhum tipo de discriminação, como diz o Artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito [...] (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2007).

Uma pessoa com deficiência motora pode realizar muitas tarefas, e até aprender coisas novas, só que para isso muitas vezes necessitará de uma ferramenta, a tecnologia.

O *Mouse* Ocular vem ao encontro dessas necessidades especiais, pois capta os estímulos elétricos da musculatura do olho e os transforma em linguagem de computador.

Por meio desse sistema avançado, o usuário consegue digitar palavras, frases ou textos, navegar na *Internet*, possibilitando ainda, o resgate da auto-estima, o aumento da sua autonomia, a reinserção no mercado de trabalho e o retorno aos estudos, proporcionando tanto a sua inclusão social, quanto digital.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL E TECNOLOGIA

As transformações sociais, econômicas e tecnológicas impõem novas formas de ensinar e aprender. Elas têm proporcionado um grande avanço, tanto nos negócios, quanto na vida acadêmica, minimizando as barreiras de hora e local, tornando-se cada vez mais viáveis, eficazes e dinâmicas.

O uso de tecnologias tende a ser cada vez maior. Com o advento da *Internet* tem-se cada vez mais, interatividade, mobilidade, globalização e velocidade. A utilização das tecnologias na escola contribui para o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem, favorecendo uma participação ativa, crítica e criativa dos alunos, de modo que eles estejam aptos para enfrentar a sociedade do futuro.

Todavia, observa-se que o uso de tecnologias avançadas no processo de trabalho pedagógico, por si mesmo, não altera em essência a qualidade deste no que diz respeito à aprendizagem. É preciso associar propostas pedagógicas inovadoras à exploração de tecnologias avançadas, e esse é o desafio maior. Sem mudar o princípio pedagógico, o computador pode continuar sendo uma máquina de ensinar um determinado assunto, detendo o controle do processo, como ocorre no processo escolarizado não informatizado, ou seja, reproduzindo analogicamente o método da transmissão, da reprodução e da avaliação da pedagogia tradicional, talvez diferenciado por características mais agradáveis e ricas em ilustrações e atividades, porém reduzido ao mesmo princípio epistemológico do empirismo ou em alguns casos ao apriorismo.

Apoiar a introdução de tecnologias dentro de um projeto pedagógico inovador, para Moran (1993), facilita o processo ensino-aprendizagem. Percebe-se que estas tecnologias melhoram consideravelmente o acesso a recursos de aprendizado e oferecem novas e potenciais maneiras de conexão entre aprendizes e professores.

Bill Gates, da empresa *Microsoft*, por exemplo, defende que até mesmo os grandes educadores, sempre souberam que aprender não é algo que se faz apenas dentro de uma sala de aula, ou sob a supervisão de professores. Hoje, segundo Gates (1995), para quem quer satisfazer uma curiosidade ou resolver dúvidas, é deveras difícil encontrar a informação apropriada. Portanto, ele acredita que a *Internet*, também chamada de superestrada da informação, dará maior acesso a informações aparentemente ilimitadas, a qualquer momento e a qualquer lugar que se queira. Gates afirma ser esta uma perspectiva animadora, pois colocar essa tecnologia a serviço da educação resultará em benefício para toda a sociedade.

Nesse sentido, o processo de trabalho pedagógico que se constitui entre cultura e educação, mediada pela comunicação, precisa transformar-se radicalmente para que não fique cada vez mais distanciado do novo modo de ser dos sujeitos. Portanto, o desafio está em descobrir, no espaço privilegiado do processo pedagógico, as possibilidades de interação que ocorrem na relação professor, aluno e conhecimentos mediados pela tecnologia.

A pedagogia move-se essencialmente pelo processo de comunicação. As formas como se comunicam determinadas informações definem o caráter e o nível da abstração dos processos na construção do conhecimento.

Propor a exploração da tecnologia, particularmente como mediação no processo pedagógico, implica entendê-la não apenas numa relação bilateral, aluno e computador, mas sim no sentido de uma relação multidimensional, em que os sujeitos geram nos processos de interação mediados pela tecnologia, outro lugar, uma rede de representações que, ao se constituir, subverte os padrões de aprendizagem preestabelecidos nos modelos tradicionais.

O computador deve proporcionar aos alunos condições para que eles exercitem a capacidade de procurar e selecionar informações, resolver problemas e aprender. Quando o aluno está construindo algo do seu interesse e para o qual está motivado, isto faz com que a aprendizagem se torne mais significativa. Quando o aluno está interagindo com o computador, ele está manipulando conceitos e isso contribui para o seu desenvolvimento mental.

O que não se deve confundir é que o computador na educação não significa aprender sobre computadores, mas sim, através dele; portanto, ele deve ser utilizado como uma ferramenta de construção de conhecimento.

A tecnologia educacional não se limita a mero uso de equipamentos, pois se volta para a organização lógica das atividades, de tal modo que elas possam ser sistematicamente observadas, compreendidas e transmitidas. O computador deve ser visto como um meio auxiliar de ensino, e não como ser determinante.

A educação deve ser vista como uma construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes e aptidão, da sua capacidade de discernir e agir. Deve levar cada um a tomar consciência de si próprio e do meio que o rodeia, e a desempenhar o papel social que lhe cabe enquanto trabalhador e cidadão.

Segundo Mercado (2002: 95), o uso adequado das tecnologias em processos de ensino-aprendizagem favorece a representação mental do conhecimento. Para isso, o aluno usa de várias estratégias de pensamento e torna-se autônomo na construção do seu saber.

Para que as pessoas com necessidades especiais interajam com o computador, são necessárias algumas adaptações, como por exemplo, adaptações físicas ou órteses (trata-se de equipamentos acoplados ao corpo do indivíduo); adaptações de *hardware* (dispositivos utilizados diretamente no micro, ou periféricos especiais); e os *softwares* especiais de acessibilidade (programas que facilitam o uso dos computadores) (BORBA; SELBACH, 1998).

A utilização do computador na Educação Especial teve início em 1975, na Escócia, quando a linguagem LOGO, de Seymour Papert, um dos teóricos mais conhecidos sobre o uso de computadores na educação e pioneiro da inteligência artificial, foi utilizado pela primeira vez com Donald, um menino autista de sete anos de idade. A linguagem LOGO possibilita que o aluno explore o computador de sua maneira, e não da forma pré-estabelecida pelo professor (PAPERT, 1994).

E, a partir daí, diversos pesquisadores vêm demonstrando que o computador pode ser utilizado por qualquer pessoa, mesmo as com necessidades especiais.

Segundo Valente (1997), por ser uma ferramenta de trabalho com a qual se escreve, desenha e resolvem-se problemas, o computador significa para as pessoas com necessidades especiais, um objeto desafiador das suas capacidades.

Santarosa, (1992: 115-138) defende que o computador na educação especial funciona como "prótese física e mental"; como "prótese física", em decorrência dos dispositivos e procedimentos criados, visando o desempenho de funções que o corpo não pode, ou tem dificuldades de executar devido à deficiência, e "prótese mental", por permitir processos de intervenção visando o desenvolvimento cognitivo, sócio-afetivo e de comunicação da pessoa com necessidade especial.

Segundo Rodrigues, (1995) a tecnologia em comunicação pode servir de aporte para a educação especial, sintetizando quatro áreas básicas de necessidades especiais.

A primeira refere-se ao desenvolvimento cognitivo, psicomotor, da linguagem, lembrando também da prevenção e da intervenção em crianças com insucesso escolar. Estudos e experiências estão sendo desenvolvidos em vários países. A título de exemplo, apontamos o trabalho de Morato (1993) com robótica e teclado de conceitos, na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, visando o desenvolvimento de cognição espacial.

A segunda área básica refere-se ao controle do ambiente, que diz respeito a todo o conjunto de dispositivos e procedimentos que visam o desempenho de funções que o corpo não pode, ou tem dificuldade de executar.

A terceira área básica de intervenção, diz respeito à possibilidade e à melhoria da comunicação. Nessa área, as tecnologias de informação e comunicação talvez tenham a contribuição mais decisiva e imprescindível, haja vista que, nesse âmbito elas podem representar a única possibilidade para que um pensamento, uma vontade, uma mensagem, se possa desprender de um corpo incapaz de fazer uma comunicação intencional elaborada, ou mesmo eficaz.

A quarta área refere-se à pré-profissionalização ou formação profissional, em que a utilização de sistemas utilitários e aplicativos abrem possibilidades de atuação profissional, dando origem, através da preparação profissional de jovens com necessidades especiais, a espaços para a criação de grupos produtivos, amenizando, assim, a discriminação e a marginalização.

O estudo da aplicabilidade da tecnologia voltada para pessoas com necessidades especiais tem por linha mestra o dilema em que a sociedade vive atualmente, migrando para o uso intensivo da informática como meio de comunicação, realidade da qual as pessoas com necessidades especiais não podem permanecer afastadas, ao mesmo tempo

em que são inseridas nas estatísticas da exclusão digital. Incluí-los na nova realidade digital, significa permitir que estes indivíduos possam fazer parte dos que possuem habilidades no uso da tecnologia para acessar informações. O acesso a ela é uma questão de direito de qualquer cidadão. Esta ferramenta estar presente no cotidiano destes indivíduos é diferente de acessá-la, compreendê-la, utilizá-la e operacionalizá-la (LÉVY, 1999).

Com a ajuda da tecnologia, é possível que pessoas com necessidades especiais façam uso de micro-computadores, basta que sejam utilizados programas especiais e dispositivos para adaptar o microcomputador à necessidade daquele indivíduo.

Segundo McLuhan (2002), “as tecnologias são extensões do corpo humano”. Assim, os recursos tecnológicos são verdadeiros prolongamentos do corpo humano, que por seu turno, causam mudanças nas relações entre os seres humanos. Na medida em que se pode considerar que, para as pessoas com necessidades especiais, os recursos tecnológicos são uma extensão do corpo humano, a proposta é de que esta tecnologia possa atender às necessidades de cada uma das pessoas que, por problemas congênitos ou adquiridos, estejam impossibilitadas de interagir e de se comunicar em igualdade de condições com as demais pessoas.

Mas essa integração, aprendizagem e comunicação, também estão sendo permitidas às pessoas com necessidades especiais, através da aplicação, do que chamamos de Tecnologia Assistiva (TA).

3. TECNOLOGIA ASSISTIVA

O termo Tecnologia Assistiva (TA), aparece pela primeira vez em 1988, nos Estados Unidos, no *Assistance for Individuals With Disabilities Act of 1988*, ato cujo principal objetivo era fornecer assistência financeira aos vários Estados de forma que eles desenvolvessem e implementassem programas de TA. Antes disso, a regulação americana existente para o setor era o *Rehabilitation Act of 1920* e *Rehabilitation Act of 1973* que, apesar de tratarem a respeito de pessoas com necessidades especiais, não usavam o termo TA (ANDRADE; MOTTA, 2008).

Dando continuidade ao ato que nomeou o setor, em 1990, o *Americans with Disabilities Act (ADA)*, uma abrangente lei americana sobre os direitos civis para pessoas com necessidades especiais definiu TA como

O conjunto de recursos e serviços utilizados pelas pessoas portadoras de deficiência para minorar suas dificuldades e ampliar suas habilidades funcionais de forma a contribuir para sua inclusão social e vida independente (ANDRADE; MOTTA, 2008: 83).

Nesse sentido, TA abarca qualquer processo, sistema ou equipamento destinado a dar suporte (mecânico, elétrico, eletrônico, computadorizado, entre outros) a pessoas com necessidades especiais: física, visual, auditiva, mental ou múltipla.

No Brasil, o termo TA é relativamente novo. A configuração do setor no mercado interno e a organização de informações sobre os segmentos com atividades voltadas às pessoas com necessidades especiais datam do fim da década de 1990, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE). Cabe ressaltar que, enquanto no Brasil o setor de TA surgiu no âmbito de políticas públicas, com o propósito de organizar e atender às demandas das pessoas com necessidades especiais, nos países desenvolvidos, o termo foi cunhado por entidades

que buscavam regulamentar os vários tipos de serviços voltados às pessoas com algum tipo de deficiência física (ANDRADE; MOTTA, 2008).

No Brasil, encontramos também terminologias diferentes para definir a TA, tais como: "Ajudas Técnicas", "Tecnologia de Apoio", "Tecnologia Adaptativa" e "Adaptações".

Os suportes de TA compreendem desde cadeiras de rodas de todos os tipos, próteses (peças artificiais que substituem partes ausentes do corpo), órteses (colocadas junto a um segmento do corpo, garantindo-lhe um melhor posicionamento, estabilização e/ou função, normalmente confeccionadas sob medida e servem no auxílio de mobilidade, de funções manuais, tais como escrita, digitação, utilização de talheres, manejo de objetos para higiene pessoal), correção postural, entre outros, até inúmeras adaptações, aparelhos e equipamentos nas mais diversas áreas de necessidade pessoal (comunicação, alimentação, mobilidade, transporte, educação, lazer, esporte e trabalho). (SANTAROSA, 1992).

O *Assistive Technology Act*, documento que subsidia e norteia programas americanos de fundos para TA, define os produtos contidos nesta indústria como: qualquer item parte de equipamento ou sistema de produto, que seja adquirido comercialmente, modificado ou personalizado e que é usado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais de indivíduos com necessidades especiais.

Por outro lado, não estão inclusos nesta definição, os dispositivos implantados (incluindo implante de retina); os projetos de desenho universal; tecnologia médica como: respiradores, inaladores e tanques de oxigênio; estimulação funcional elétrica; aparelhos usados por médicos, pessoais ou terapeutas ao fornecer tratamento.

Para Sales (2008) TA, são todos os recursos que contribuem para proporcionar vida independente às pessoas com necessidades especiais: linguagens de sinais, textos falados ou avisos sonoros. São detalhes que auxiliam a vida de muitas pessoas, principalmente aquelas com necessidades especiais, quando precisam lidar com computadores.

Sasaki (1997) afirma que nos artigos sobre equipamentos, aparelhos, adaptações e dispositivos técnicos para pessoas com deficiências, publicados em inglês, ou nos vídeos sobre esse assunto, produzidos também em inglês, encontra-se cada vez mais frequentemente o termo *assistive technology*.

No contexto de uma publicação ou de um vídeo, é fácil entender o que esse termo significa. Seria a tecnologia destinada a dar suporte (mecânico, elétrico, eletrônico, computadorizado, entre outros.) a pessoas com deficiência física, visual, auditiva, mental ou múltipla. Esses suportes, então, podem ser uma cadeira de rodas, uma prótese, uma órtese, uma série infindável de adaptações, aparelhos e equipamentos nas mais diversas áreas de necessidade pessoal (comunicação, alimentação, mobilidade, transporte, educação, lazer, esporte, trabalho e outras).

Nestes tempos em que a tecnologia está inserida na vida cotidiana das pessoas e tem despertado o interesse singular dos profissionais da educação no sentido de construir e utilizar a potencialidade desses recursos no trabalho pedagógico, o tema TA insere-se obrigatoriamente nas conversas, nos debates e na literatura. Urge, portanto, que haja certa uniformidade na terminologia adotada, tanto por parte dos meios acadêmicos, como por exemplo, com referência à fabricação de ajudas técnicas e à prestação de serviços de intervenção tecnológica junto às pessoas com necessidades especiais.

Bersch; Tonolli (2008), afirmam que TA é um termo usado para identificar todo o arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar

habilidades funcionais de pessoas com necessidades especiais e conseqüentemente promover vida independente e inclusão, seria uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas encontrados por pessoas com necessidades especiais.

a) Recursos: podem variar de uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado. Estão incluídos brinquedos e roupas adaptadas, computadores, *softwares* e *hardwares* especiais, que contemplam questões de acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, recursos para mobilidade manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e milhares de outros itens confeccionados ou disponíveis comercialmente.

b) Serviços: são aqueles prestados profissionalmente à pessoa com necessidade especial, visando selecionar, obter ou usar um instrumento TA. Como exemplo, podemos citar avaliações, experimentação e treinamento de novos equipamentos.

Os serviços de TA são normalmente transdisciplinares, envolvendo profissionais de diversas áreas, como fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, educadores, psicólogos, enfermeiros, médicos, engenheiros, arquitetos, entre outros.

A deficiência não deve ser vista como um atributo das pessoas, e sim como uma situação que se expressa pela inadequação dos fatores ambientais que pode afetar a capacidade de qualquer indivíduo, restringindo sua qualidade de vida e a ampla exploração do potencial individual no convívio social. Nesse cenário, a disponibilidade de tecnologias e produtos é o instrumento possível para que as barreiras impostas às pessoas com necessidades especiais sejam superadas. Essa afirmação torna-se cada vez mais verdadeira, já que o desenvolvimento de novos produtos, serviços e tecnologias têm auxiliado os usuários nos mais diversos aspectos de suas vidas (ANDRADE; MOTTA, 2008).

A aplicação do *mouse* ocular é de fundamental importância na comunicação de pessoas com paralisias crônicas, advindas desde acidentes automobilísticos até distrofias musculares e doenças degenerativas congênitas, bem como em pós-operatório de pacientes com graves enfermidades (GALERIA DE INVENTORES BRASILEIROS, 2008).

Proporcionando ao usuário o aumento de sua autonomia, a reinserção no mercado de trabalho e o retorno aos estudos, bem como a alfabetização de crianças, proporcionando tanto a sua inclusão digital, quanto social.

4. MOUSE OCULAR

A capacidade de comunicação do ser humano com seus semelhantes e o seu ambiente representam uma das necessidades mais básicas da sua existência, com a qual aquele expressa seus anseios, evolução e identidade. Perder tal capacidade torna a existência das pessoas uma terrível tortura pelo aprisionamento de sua mente num corpo que passa a ser o seu cativo.

Mas através da tecnologia é possível proporcionar a estas pessoas que não se movem mais, que vivem praticamente isoladas do mundo exterior e que só movimentam os olhos, uma solução capaz de inseri-las novamente à sociedade, aos estudos, aumentando sua autoestima e confiança (MANTOAN, 1997).

Foi pensando nisso que a Fundação Desembargador Paulo Feitoza (FPF), sediada em Manaus, (AM) norte do Brasil, desenvolveu o *Mouse* Ocular, através de

uma abordagem sistêmica, em que foram integrados conhecimentos de diversas áreas da ciência, com o objetivo de estabelecer uma tecnologia que possibilite a comunicação dessas pessoas para recuperar a sua capacidade de expressão.

A idéia de dar a essas pessoas especiais a opção de usar o computador nasceu três anos antes da FPF, em 1996, com o engenheiro eletrônico, doutor em automação e professor da Universidade Federal do Amazonas, (UFAM) Manuel Augusto Pinto Cardoso, que se sensibilizou ao conhecer um rapaz paralisado do pescoço para baixo.

Inicialmente, a própria UFAM assumiu o projeto, mas a falta de verbas provocou seu arquivamento. A partir de 1999, o *Mouse Ocular* tornou a ser estudado, mas pela FPF, que angariou recursos através de cotas de patrocínio encampadas pelas empresas Sweda, Olivetti, Thomsom e Philips. Quando ficou pronto, entretanto, a empresa que se interessou em produzi-lo foi a CCE. A equipe ressalta que uma de suas maiores conquistas não aparece em descobertas ou patentes, mas sim no encaminhamento à CCE, através do *Mouse Ocular*, de uma funcionária tetraplégica (CARDOSO, 2008).

A FPF, Instituição sem fins lucrativos, cuja finalidade principal é gerir, especificar e realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de *software* e *hardware*, biodiversidade e biotecnologia, projetos voltados à formação e capacitação de pessoal, apoio às atividades culturais, contribuindo, dessa forma, com a constante melhoria da qualidade de vida e da educação, dedicando também, especial atenção às comunidades menos favorecidas financeiramente, investiu R\$ 2,5 milhões no projeto do *Mouse Ocular*. (PINCIGHER, 2008).

Beneficiada pela Lei da Informática, que isenta a cobrança de IPI na Zona Franca para companhias que investirem, no mínimo, 2,7% de seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento junto a órgãos externos, a FPF tornou-se uma ilha de excelência tecnológica no Polo Industrial, abraçando novos projetos e desafios, como o *Mouse Ocular*, que pode ser classificado como um dispositivo de entrada para computadores, e é destinado para pessoas com deficiências motoras como: tetraplegia, distrofia muscular, doenças degenerativas, amputação ou ausência dos membros superiores e inferiores, pacientes com paralisias crônicas, advindas desde acidentes automobilísticos até doenças congênitas, bem como em pós-operatório com graves enfermidades, ou qualquer pessoa que tenha o controle motor normal dos olhos.

De acordo com o censo brasileiro de 2000, existem no Brasil cerca de 300.000 pessoas com necessidades especiais, mas que poderiam ter suas vidas modificadas positivamente através do *Mouse Ocular*.

Entre as oportunidades tecnológicas que o *Mouse Ocular* oferece, destacam-se a possibilidade de seus usuários digitarem textos e passarem a acessar a *Internet* com a probabilidade de comunicação através de todos os recursos disponíveis: enviar e receber *e-mail*, navegar no ciberespaço para distração e aprendizagem, utilizar programas de bate-papo, ler livros *e-books*, entre outros.

O custo estimado do *Mouse Ocular* é de R\$ 150,00. Os *royalties* da comercialização irão para a FPF dar continuidade a outras pesquisas. Há, ainda, certa dificuldade em relação à logística de venda por se tratar de um equipamento de uso bastante específico. Por isso, a FPF está buscando parcerias com instituições que possam ajudar a divulgar e treinar as pessoas para o uso do *Mouse Ocular* (INSTITUTO PARADIGMA, 2008).

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que teve uma demonstração dessa tecnologia no dia sete de maio de 2008, disse que, numa primeira etapa, vai autorizar a utilização do *Mouse Ocular* nos centros de referência de reabilitação do país, entre os

quais os da Rede Sarah Kubitschek. Num segundo momento, o produto será avaliado pela comissão de incorporação de novas tecnologias do Ministério e só depois de aprovado será incorporado à rede pública do Sistema Único de Saúde (SUS).

A incorporação do produto na rede hospitalar do SUS vai permitir que milhares de pessoas tenham acesso ao produto e será um experimento para que a FPF possa dar início à produção em grande escala. O *Mouse Ocular*, já está sendo utilizado pelo Hospital das Clínicas de São Paulo (SP), Hospital Pedro Ernesto no Rio de Janeiro (RJ) e no Hospital Pequeno Príncipe em Curitiba (PR).

O ministro garantiu que sua pasta dará total apoio ao Projeto de Lei (PL) nº 3.163/2008, que permite ao deficiente ingressar no mercado de trabalho sem a perda da aposentadoria especial por invalidez. Ele encaminhou cópia do PL para que a sua assessoria prepare uma nota de apoio que será enviada ao Congresso (SILVEIRA, 2008).

O *Mouse Ocular* ganhou em 2005, pela Financiadora de Estudos e Projetos, do Ministério da Ciência e Tecnologia, (FINEP) o primeiro lugar no Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica da Região Norte, na categoria produto.

A princípio, pode-se pensar que o *Mouse Ocular* é somente um dispositivo eletrônico que possibilita a utilização do computador por pessoas com necessidades especiais. Porém, ao se avaliar o impacto que o uso deste sistema tem gerado nessas pessoas, percebe-se claramente que a contribuição propiciada pelo *Mouse Ocular* vai muito, além disso, pois ele tem sido responsável tanto pela inclusão digital, quanto socioeconômica de diversas pessoas com necessidades especiais, melhorando a comunicação, o ingresso no mercado de trabalho, o retorno aos estudos, sua reintegração à sociedade, entre diversas outras contribuições.

Como no caso da estudante Luciana Gonçalves de Novaes, que ficou tetraplégica depois de ser baleada no pátio da Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, em 2003, a distância entre o mundo além das paredes do quarto da unidade de tratamento semi-intensivo em que está internada, ficou menor. A FPF doou para Luciana um *Mouse Ocular*, permitindo a ela usar o computador, dando um exemplo de como a tecnologia pode ajudar vítimas de limitações físicas graves a vencer barreiras de comunicação. No caso de Luciana, um mundo novo num piscar de olhos: ela já está enviando *e-mail*, pretende escrever um livro e tem perspectivas de criar um *site* na *Internet* (CONESUL NEWS, 2008).

Para Lucas, de quatro anos, que mora na cidade de Fortaleza (CE), é uma oportunidade de ser alfabetizado. O menino tem uma doença chamada de amiotrofia espinhal e, por causa dessa patologia, ele não tem movimento do pescoço para baixo, não fala (emite apenas pequenos sons), mas o seu cognitivo não foi afetado, ou seja, ele tem total entendimento de tudo que acontece a sua volta e de tudo que é falado para ele.

Lucas se mostrou muito interessado no aparelho; ele teve algumas dificuldades no controle, o que é perfeitamente normal para qualquer usuário no início de sua adaptação. A FPF espera que o *Mouse Ocular* possa contribuir para sua melhor qualidade de vida e ele possa ser alfabetizado, utilizando o computador com todas as funcionalidades que este oferece (INFO ATIVO DEFNET, 2006).

A possibilidade da reintegração de pessoas com necessidades especiais em atividades socioeconômicas, e que passam a exercer atividades econômicas a partir da sua competência e capacidade intelectual, através do uso do *Mouse Ocular*, é um ganho social enorme para toda a sociedade. Essa reintegração traz de volta à sociedade uma pessoa que estava fisicamente limitada, sem motivação e com baixa autoestima, dando a este cidadão uma nova perspectiva de qualidade de vida para ultrapassar os limites

físicos do seu corpo através da utilização e desenvolvimento da sua capacidade intelectual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor não é mais o detentor do conhecimento; precisa entender como se dá a aprendizagem e mediar a avalanche de informações disponíveis, a fim de que seus alunos saibam como processá-las e utilizá-las de forma crítica e em prol da construção de seu conhecimento e necessidades, pois como afirmam Linhares e Trindade, (2003: 115) “hoje as teorias do conhecimento na educação estão centradas na aprendizagem”.

As Tas, como práticas pedagógicas, estão sendo cada vez mais incorporadas ao cotidiano da escola. Porém, o uso significativo, como ferramenta que contribua para a construção de conhecimento, está longe de ser efetivada, pois se percebe ainda que sua utilização esteja servindo apenas como ferramenta para incrementar a aula, como um instrumento para se repassar determinado conteúdo, não para o aluno construir, por meio dele e com ele, o seu conhecimento.

Tendo agora o entendimento conceitual da TA e sabendo de sua importância na inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, sugere-se uma revisão sobre um Processo de Avaliação Básica, proposto pela Califórnia *State University Northridge* (CENTER ON DISABILITIES, 2008), que ajuda a organizar os passos necessários, desde o conhecimento do aluno até a implementação e seguimento relativo à utilização da TA. Nesse protocolo de avaliação para implementação da TA, são propostos dez passos:

- histórico e conhecimento do aluno e usuário da TA;
- identificação das necessidades no contexto escolar;
- identificação de objetivos a serem alcançados pela equipe;
- avaliação das habilidades do aluno;
- seleção e confecção e teste de recursos;
- tempo para aprender a utilizar o recurso;
- orientação para aquisição;
- implementação da TA;
- seguimento e acompanhamento do aluno na utilização da TA;
- desenvolvimento e fortalecimento de equipe durante todo o processo.

Deve-se então conhecer o aluno, sua história, suas necessidades e desejos.

Identificar também quais sejam as necessidades do contexto escolar, incluindo seu professor e/ou professores, colegas, os desafios curriculares e as tarefas exigidas no âmbito coletivo da sala de aula e as possíveis barreiras encontradas, que lhe impedem acesso aos espaços da escola ou ao conhecimento.

É necessário observar o aluno, e essa avaliação servirá essencialmente para pesquisar suas habilidades. Em TA aproveita-se aquilo que o aluno consegue fazer e amplia-se sua ação por meio da introdução de um recurso.

Conhecendo necessidades e habilidades do aluno e tendo objetivos claros a atingir, faz-se a pesquisa sobre os recursos disponíveis para aquisição ou desenvolve-se um projeto de confecção de um equipamento personalizado, que corresponda aos objetivos. O aluno poderá precisar de um tempo para experimentar, aprender e ele mesmo definir se o resultado vai ao encontro de sua expectativa e necessidade.

Confirmada a eficácia do recurso proposto, deve-se fornecê-lo ao aluno ou orientá-lo para a aquisição. Todo o projeto de TA encontra sentido se o aluno parte e

leva consigo o recurso que lhe garante mais habilidade. É importante entender que a “TA é um recurso do usuário” e não pode ficar restrita ao espaço do atendimento especializado. A implementação da TA se dá, de fato, quando o recurso sai com o aluno e fica ao seu serviço, em todos os espaços, onde for útil. A equipe de TA deverá conhecer fontes de financiamento e propor à escola a aquisição dos recursos que venham atender às necessidades de sua clientela.

A equipe de TA deverá seguir o aluno e acompanhar o seu desenvolvimento no uso da tecnologia. Modificações podem ser necessárias, e novos desafios funcionais aparecerão no dia-a-dia, trazendo novos objetivos para intervenção desses profissionais.

Os serviços de TA são geralmente de característica multidisciplinar e devem envolver profundamente o usuário da tecnologia, bem como os profissionais de várias áreas, já envolvidos no atendimento desse aluno. Fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e psicólogos poderão auxiliar muito os professores na busca da resolução de dificuldades do aluno com deficiência, bem como arquitetos, engenheiros, marceneiros e demais pessoas criativas poderão ser parceiros, fazendo parte da equipe de TA.

O último item do processo de avaliação básica é desenvolver e avaliar os mecanismos existentes para o fortalecimento da equipe que atua no serviço de TA. Nesse ponto, valoriza-se a organização do serviço implementado, questões de liderança, trocas efetivas de experiências, objetividade nas ações e resultados obtidos pela equipe. Esse item perpassa todos os outros, e essa ação interdisciplinar, que envolve também o aluno, sua família e demais profissionais, são fundamentais para que se tenha um bom resultado na utilização da TA.

O uso do *Mouse* Ocular representa o encontro entre um indivíduo e um aparelho para a realização de uma determinada tarefa em um determinado lugar; logo, temos como principais variáveis para prescrição: o desempenho do sujeito, as capacidades do aparelho, as tarefas requeridas e as características físicas e sociais do ambiente.

No contexto educacional, o *Mouse* Ocular apresenta-se como um meio para viabilizar a interação do indivíduo com o processo pedagógico. Consequentemente, o professor, atento e sensível às habilidades de seus alunos e responsável pelo planejamento dos conteúdos que pretende desenvolver em sala de aula, torna-se fundamental na seleção e uso desse dispositivo.

6. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carolina; MOTTA, Flávia. **Tecnologia assistiva**. Financiadora de Estudos e Projetos. Diretório da Pesquisa Privada. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/PortalDPP/include/redeDPP_externo.htm>. Acesso em: 01 maio 2008.
- BERSCH, Rita; TONOLLI, José Carlos. **Assistiva.com.br**. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/tecnol-a.php#topo>>. Acesso em: 15 jan. 2008.
- BORBA, Márcia; SELBACH, Milene. **Tecnologias para educação especial**. In: CONGRESSO RIBIE 4, Anais Brasília, 1998.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996: Diário Oficial da União, Brasília, n. 248, Seção 1, 1996.
- CENTER ON DISABILITIES. **Califórnia State University Northridge**. Disponível em: <<http://www.csun.edu/cod/>>. Acesso em: 23 set. 2008.

- CARDOSO, Manuel Augusto Pinto. **Cientista brasileiro cria o primeiro mouse ocular do mercado.** Disponível em: <<http://www.forumpcs.com.br/noticia.php?b=86487>>. Acesso em: 14 set. 2008.
- CONESUL NEWS. **Brasileiros criam mouse para tetraplégicos.** Disponível em: <http://www.conesulnews.com.br/leitura.php?can_id=19&id=32631>. Acesso em: 20 jun. 2008.
- GALERIA DE INVENTORES BRASILEIROS. **Mouse ocular.** Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 12 mar. 2008.
- GATES, Bill. **A estrada do futuro.** São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- INFO ATIVO DEFNET. **Inclusão Digital.** Nº 2537. ANO 10. EDIÇÃO EXTRA. MAIO DE 2006.
- INSTITUTO PARADIGMA. **Engenheiro cria mouse para tetraplégicos.** Disponível em: <<http://www.institutoparadigma.org.br/site/noticias.asp?id=567>>. Acesso em: 12 ago. 2008.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo, Ed. 34, 1999.
- LINHARES, Célia, TRINDADE, Maria de Nazaret. **Compartilhando o mundo com Paulo Freire.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon/SENAC, 1997.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Cultrix, 2002.
- MERCADO, Luís Paulo Leopoldo (org.). **Novas tecnologias na educação: reflexões sobre a prática.** Maceió: Edufal, 2002.
- MORAN, José Manoel. A Escola do Amanhã: Desafio do Presente, Educação, Meio de Comunicação e Conhecimento. **Revista Tecnologia Educacional** - v. 22 (113/114) Jul./Out. 1993.
- MORATO, Pedro Parrot. **Deficiência Mental e Aprendizagem.** Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana, 1993.
- NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 07 out. 2007.
- NISKIER, Arnaldo. **Tecnologia educacional: uma visão política.** Petrópolis: Vozes, 1993.
- PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PINCIGHER, Eduardo. **Força do olhar: Cientista brasileiro cria o primeiro mouse ocular do mercado.** Isto é dinheiro. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoedinheiro/370/negocios/forca_olhar.htm>. Acesso em: 10 set. 2008.
- RODRIGUES, Andréia dos Santos; MAIA, Pedro Fernandes. **BIBLIVOX: Sistema de controle, cadastro e consulta bibliográfica vocal para deficientes visuais.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL LOGO, 7. CONGRESSO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA DO MERCOSUL, 1. Anais. Porto Alegre: Pallotti, 1995.
- SALES, Ana Letícia. **Tecnologia assistiva: recursos a serviço dos deficientes visuais e auditivos.** Disponível em: <<http://www.jfsservice.com.br/informatica/arquivo/tecnologias/2002/05/10-deficiente>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

SANTAROSA, Lucila Maria Costi. **Ambientes de Aprendizagem Computacionais com Prótese para o Desenvolvimento de Pessoas com Paralisia Cerebral**. Porto Alegre: CIES-EDUCOM - FAGED/UFRGS, 1992.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVEIRA, Michele. **Notícias da Amazônia**. Rede Sarah vai usar mouse ocular desenvolvido na federal do Amazonas. Disponível em: <<http://www.noticiasdaamazonia.com.br/2274-rede-sarah-vai-usar-mouse-ocular-desenvolvido-na-federal-do-amazonas/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

VALENTE, José Armando. **Diagnóstico e remediação da capacidade intelectual da criança deficiente usando a linguagem logo**. NIED Memo n.25, UNICAMP. Campinas: São Paulo, 1997.

A RELAÇÃO ENTRE A CIDADANIA E O DIREITO À IGUALDADE: A FACE POSITIVA E A NEGATIVA

Me. Lana Ferreira de Lima (UFG/CAC)¹

RESUMO: Este texto tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca da relação entre a cidadania e o direito à igualdade, em uma tentativa de evidenciar as faces positiva e negativa desta relação hoje. Pretende-se explicitar o paradoxo que se exprime pela ampliação da igualdade, princípio defendido e garantido em lei, em contraposição à capacidade do Estado para efetivar esse direito, num contexto em que há o agravamento da desigualdade social.

PALAVRAS-CHAVE: cidadania; direito; igualdade; equidade.

ABSTRACT: This text aims to provide a reflection on the relationship between citizenship and the right to equality, seeking to highlight the positive and negative sides of this relationship today. It is intended to highlight the paradox that is expressed by the expansion of equality, a principle upheld by citizenship and guaranteed by law, as opposed to the ability of the State to ensure the effectiveness of this law, in a context where there is the aggravation of social inequality.

KEYWORDS: citizenship; right; equality; equity.

1. INTRODUÇÃO

O texto apresenta uma reflexão acerca da relação entre a cidadania e o direito à igualdade, em uma tentativa de evidenciar as faces positiva e negativa desta relação. Pretende-se também explicitar a ampliação do conceito de ‘cidadania’ desde seu surgimento até a atualidade.

Inicialmente aborda-se, de forma sucinta, a evolução do conceito mencionado e, em seguida, direciona-se a reflexão para a relação entre a noção de cidadania e o direito à igualdade, com o objetivo de evidenciar um paradoxo que se exprime pela ampliação da igualdade garantida em lei em contraposição à capacidade do Estado para concretizar esse direito, num contexto em que há o agravamento da desigualdade social.

2. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE “CIDADANIA”

Observa-se um processo de redefinição das estratégias de manutenção e expansão do capitalismo, por exemplo, por meio da reconfiguração e minimização do papel do Estado no que diz respeito, principalmente, ao plano da intervenção social. Como consequência desse processo, tem-se vivenciado mudanças nas diferentes esferas do tecido social, sobretudo nas dinâmicas econômica, política, cultural e social. (SILVA, M; SILVA, S, 2008).

No plano socioeconômico, num contexto de reestruturação produtiva, verificam-se alterações no mundo do trabalho e o acirramento do desemprego estrutural, bem

¹ Professora do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão (UFG/CAC) e aluna do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

como o ajustamento das sociedades à globalização. Nessa realidade dois terços da humanidade são excluídos dos direitos básicos de sobrevivência, emprego, saúde e educação ocorrendo com isso o conseqüente aumento da desigualdade social em âmbito mundial. Por sua vez, nos planos cultural e ético-político, a ideologia neoliberal prega o individualismo e a naturalização do processo de exclusão social, processo esse compreendido como sacrifício inevitável para se alcançar a modernização e globalização da sociedade.

As transformações na configuração do Estado implicam, principalmente, uma nova postura política desse frente às demandas sociais, contribuindo assim para a dissolução de políticas sociais e para o arrefecimento dos espaços coletivos e participativos em todas as instâncias do tecido social. (SILVA, M, 2008). Mas é nessa conjuntura que, paradoxalmente, a palavra ‘cidadania’ ganha cada vez mais espaço na sociedade em diferentes contextos e com intenções diversas, aspecto esse apontado por autores como Ferreira (1993), Dagnino (2004), Paoli (2002) e Lin (2003).

Assim, a expressão ‘cidadania’ se faz presente nos meios de comunicação [como rádio, jornal, televisão], entre aqueles [políticos, empresários, etc] que detêm o poder político e entre as pessoas que compõem as camadas menos privilegiadas da população, essas últimas excluídas do acesso a direitos como a educação, a habitação, a saúde e até mesmo à igualdade de participação na sociedade.

Mas, afinal, qual é a origem e o significado da palavra cidadania?

Ao se buscar o significado etimológico da referida palavra, verifica-se que ela vem do latim: ‘*civitas*’, que quer dizer ‘cidade’, o que nos permite dizer, conforme Covre-Manzini (1996), que a origem da referida palavra está relacionada ao surgimento da vida na cidade e à capacidade dos indivíduos que nela se inserem de poderem exercer seus direitos e deveres de cidadão. Tais idéias nos levam a considerar que a cidade é a comunidade organizada politicamente e que o cidadão é aquele que está integrado na vida política da cidade.

Conforme apontam Covre-Manzini (1996), Lin (2003), Rezende Filho e Câmara Neto (2008), embora seja difícil precisar a data de aparecimento da palavra em questão, o seu significado clássico está associado à participação política, o que nos remete à idéia de *polis* e de democracia, fundadas na Grécia Antiga. Aqui o significado do espírito da democracia era o de se “[...] viver numa relação de iguais como a da *polis* significava, portanto, que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, sem violência.” (COVRE-MANZINI, 1996: 19)

Covre-Manzini (1996: 18) afirma que, no contexto da Grécia Antiga, o termo ‘cidadania’ leva ao entendimento de que a atuação do indivíduo ocorre em duas esferas: a esfera privada [que diz respeito ao particular] e a pública [que diz respeito a tudo que é comum a todos os cidadãos, mas que estava relacionada à atuação de homens livres, correspondentes a 10% da população, visto que não se incluíam aqui os estrangeiros, mulheres, crianças e escravos].

Desse modo, o indivíduo está envolvido numa dupla esfera: a esfera privada, na qual ele se preocupa com seus interesses particulares e é percebido como um ser único e inigualável; e uma esfera pública, na qual se preocupa com interesses comuns, políticos, públicos e onde cada indivíduo é cidadão, porém teoricamente igual a todos os demais que compõem a sociedade. (FERREIRA, 1993: 20)

Nessa perspectiva, observa-se que, apesar do ‘espírito de democracia’ estar presente na *polis* grega, a idéia de igualdade não se aplicava a todas as pessoas. Isso nos permite inferir, que, mesmo naquele contexto grego, seria uma ingenuidade pensar que

a garantia de plenos direitos, oferecidos aos cidadãos, lhes possibilitava participar efetivamente das decisões políticas. (REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2008).

Assim, mesmo naquela sociedade, o princípio da 'igualdade' estava associado ao pertencimento a uma classe social e ao fato de ter poder aquisitivo. Portanto, a cidadania configurava-se como um *status* concedido àqueles considerados 'cidadãos gregos' que eram oriundos de famílias ricas. Desse modo, é possível dizer que há uma discrepância entre a democracia real e a democracia ideal, visto que a igualdade de direitos políticos não se efetivava na prática.

Já na Idade Média, em que a sociedade feudal se funda na propriedade da terra, verifica-se a prevalência do campo sobre a cidade e da agricultura sobre a indústria. Nesse tipo de organização social, baseado nos ideais de fidelidade, a participação política se torna "um assunto secundário", pois as questões religiosas se sobrepõem às políticas. (REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2008: 3).

Desse modo, a idéia de cidadania [exercício de direitos e deveres do cidadão, isto é, daquele que vive na cidade e que possui *status* de cidadão] ficará restrita aos senhores feudais, aos reis e ao clero, portanto, eram excluídos as mulheres, os servos e os camponeses.

A partir da Baixa Idade Média, por ocasião do renascimento urbano, ocorrem mudanças nos campos da política [com o ressurgir da idéia dos Estados Nacionais], da economia, da técnica, da arte, bem como na ciência e nas relações e condições de trabalho (REZENDE FILHO; CÂMARA NETO, 2008). Então, começam a ocorrer transformações na organização política da sociedade [com a formação do Estado moderno] que contribuirão para gerar novas relações do homem com a natureza [ciência moderna], bem como para alterar, de forma significativa, a relação produtiva e, conseqüentemente, as relações sociais. Isso porque a propriedade capitalista não será mais a terra, mas os instrumentos de produção, os quais serão conseguidos por meio do trabalho.

Com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, o homem se torna um trabalhador livre, pois pode dispor de sua força de trabalho como mercadoria. A organização do trabalho se modifica completamente em relação ao trabalho feudal, pois passa a se realizar nos centros urbanos e a se dirigir para a produção de mercadorias. A própria organização capitalista do trabalho também se modifica: a indústria doméstica cede espaço à manufatura até chegar à grande indústria moderna, na qual o instrumento de trabalho do homem é a máquina.

Quando as cidades se tornam novamente o eixo da vida coletiva, abre-se o terreno para a retomada do conceito de cidadania. Embora ele passe a ser abordado com o jusnaturalismo², somente a partir das revoluções democrático-burguesas se verifica

² Jusnaturalismo (ou direito de natureza; uso individual e privado da força) é a doutrina segundo a qual existe um direito cujas normas de conduta são estabelecidas pela própria natureza e, assim, torna-se válido em qualquer lugar, sendo considerado diverso, anterior e superior ao sistema constituído pelas normas fixadas pelo Estado (o direito positivo). Assim, para Thomas Hobbes (1588-1679), o "estado de natureza" é caracterizado como o direito e a liberdade de cada um para usar todo o seu poder (até mesmo a força) com o objetivo de preservar a sua natureza e satisfazer os seus desejos. Diante disso, para assegurar a paz e segurança, os homens devem, de comum acordo, renunciar ao direito de natureza em nome de um soberano, ação essa que configura o chamado contrato social, o qual por sua vez cria a figura do soberano, na qual está concentrada toda a força à qual renunciaram os demais homens. Desse modo, diante do soberano, os demais homens se tornam súditos e passam a lhe dever obediência. Portanto, a concepção jusnaturalista resulta das transformações econômicas e sociais que impuseram mudanças na concepção de poder do Estado, o qual passou a ser compreendido como uma instituição

um retorno a esse conceito sob o matiz em que era usado na Grécia. Contudo, como é dentro do próprio capitalismo que avança a idéia da igualdade social, ele é ampliado. Assim, passa a abranger, além do aspecto político, também a busca da liberdade de pensamento e da igualdade entre os indivíduos. Assim, observar-se-á que foi somente com o desenvolvimento da sociedade capitalista, por volta aproximadamente do século XV, que pouco a pouco será retomado o “[...]exercício da cidadania como parte da existência dos homens vivendo novamente em núcleos urbanos”.(COVRE-MANZINI, 1996: 20)

No contexto do século XV, em que o espírito de igualdade e liberdade é enfatizado e buscado por todos, importantes filósofos, como Hobbes [que é do final do século XVI], Locke [que viveu entre o século XVII e XVIII] e Rousseau [que nasceu no século XVIII] apresentaram idéias em suas obras concebendo uma democracia liberal que se baseava na razão e não mais, unicamente, no direito divino, portanto, procuravam garantir ao cidadão a livre atuação civil, econômica e política.

As idéias apresentadas por Hobbes, Locke e Rousseau serão a base filosófica para a definição da concepção de cidadania do liberalismo, alimentando também as Revoluções Burguesas na Inglaterra [século XVII] e na França [século XVIII], bem como para a elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789 (BUFFA, 1995: 25), na qual são enunciados os direitos do homem [liberdade, propriedade, igualdade perante a lei] e da nação [soberania nacional, separação do poderes executivo, legislativo e judiciário].

Conforme Lin (2003: 37), neste momento, o conceito liberal de cidadania se pauta na noção de direitos naturais e imprescritíveis dos homens: o direito à liberdade de pensamento e religião; o direito de igualdade perante a lei e o direito à propriedade. Esses pressupostos histórico-filosóficos que fundamentam a noção do referido conceito estão associados à idéia de integração/participação do indivíduo na organização social e, nesse sentido, se opõem à noção de marginalidade social³. (Cf. COVRE-MANZINI, 1996). Assim, o cidadão passou a ser visto como detentor de um *status* formal que reconhecia o seu pertencimento à comunidade política nacional e assegurava o seu direito de participar da escolha de governos e de representantes.

A igualdade presente nesse conceito no século XVIII relaciona-se, primeiramente, à igualdade de troca, pois a maior parte dos filósofos e políticos que tratavam do conceito partia da idéia do estabelecimento de um contrato entre cidadãos livres e iguais. Num segundo momento, a igualdade é concebida no âmbito jurídico, porque os teóricos e políticos de então consideravam que todos eram iguais perante a lei e que esta era igual para todos os indivíduos. Nessa perspectiva, Ferreira (1993: 31) afirma que ‘o governo, na figura do Estado’, existirá com a finalidade de garantir ao indivíduo a defesa do direito à liberdade e à propriedade.

Desse modo, “os homens ‘abstratamente’ passaram a ter os mesmos direitos e deveres, podendo a seus critérios e juízos traçarem suas próprias vidas” (CARMO, 2006: 48). Entretanto, como assinala Barbalet (1989: 13 apud REZENDE FILHO;

criada através do consentimento dos indivíduos por meio do contrato e/ou pacto social. (Fonte: www.histedbr.fae.unicamp.br Acessado em: 04 abr. 2009)

³ Conforme Quijano (1978: 43 apud FERREIRA, 1993: 160), estamos chamando de marginalidade social “[...] o modo limitado e inconsistente de pertencimento e participação na estrutura geral da sociedade”. Portanto, diz respeito à situação de pessoas que, mesmo estando aptas ao trabalho, são vítimas da conjuntura sócio-político-econômica e não têm acesso às riquezas geradas pelos homens, tais como habitação, educação, saúde, alimentação, lazer, esporte, trabalho, participação política.

CÂMARA NETO, 2008: 4), a desigualdade entre as classes sociais operava no sentido de limitar a prática do exercício dos direitos de modo que o *status* do cidadão não estava ao alcance de todos aqueles que compunham a sociedade.

Assim, por exemplo, somente teria o poder de voto quem possuísse propriedades e poder econômico. Portanto, o direito à posse de uma propriedade, considerado um direito supremo, é o que levará, a partir do século XV, ao reconhecimento do indivíduo como cidadão e lhe dará o direito à plena cidadania, independentemente de sua classe social.

A partir do século XIX, ocorre uma nova ampliação do conceito, o qual passa a abarcar os chamados direitos sociais [educação, alimentação, moradia, dentre outros]. Em decorrência de mudanças na ordem social e política que passaram a dar ênfase à razão, e se pautando no princípio da igualdade básica entre os homens, a burguesia defenderá a proposta da educação para todos. Pode-se considerar que, desde a Revolução francesa, a educação para todos foi defendida. A mesma defesa no contexto do final do século XIX, cem anos depois, é muito mais uma redefinição do projeto de poder da burguesia, que passa a acolher parte das reivindicações da classe trabalhadora, em vista do exercício da hegemonia.

Nesse sentido, torna-se uma conquista a exigência da instrução para o indivíduo ser considerado cidadão. Somada a essa, há a conquista do sufrágio universal para os homens. Estes são importantes aspectos a serem considerados, pois a concessão de um direito político, como diz Marshall (1967), implica também o elo com a instrução pública e gratuita, um direito social. Isso, porque a nova organização econômica da sociedade, que estava assentada no capitalismo, exigia não só o trabalhador qualificado, mas, acima de tudo, disciplinado ao convívio social, passivo, ordeiro e disposto ao trabalho.

Entretanto, como salienta Buffa (1995), a educação de caráter comum para todos será somente aquela desenvolvida na escola primária, visando à aprendizagem da leitura, escrita e de ensinamentos morais. A autora destaca que, apesar do discurso de igualdade, a proposta da burguesia previa uma educação diferenciada para os proprietários [cidadãos], os quais seriam preparados para administrar os serviços públicos, e outra, destinada àqueles que não eram proprietários e que iriam exercer atividades de comércio, agricultura ou ofícios manuais. É possível dizer, desse modo, que a educação, para além da instrução, passa a servir como um mecanismo de controle social e forma de evitar a desordem.

Os elementos apresentados até o momento mostram que o desenvolvimento da cidadania esteve, até o final do século XIX, associado à questão das relações entre as diferentes e antagônicas classes sociais. Para além disso, as mudanças que ocorreram na estrutura social, na política e economia influenciaram diretamente os direitos e deveres dos cidadãos e por consequência a própria compreensão do conceito aqui tratado.

A partir dessas idéias, pode-se recorrer à reflexão de Marshall (1967) sobre o desenvolvimento progressivo da cidadania, embora sua teoria não contemple o papel e ação dinâmica/progressiva das classes trabalhadoras⁴ no processo de formação/evolução do conceito. Contudo, ao partir de uma análise histórica do termo ora analisado,

⁴ Bendix (1996), na obra 'Construção Nacional e Cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança' (1996), chama a atenção para a posição dinâmica e progressiva das classes trabalhadoras no processo global de criação de direitos na sociedade capitalista e traça comparações entre regiões como Europa Ocidental, Rússia, Japão e Alemanha para tentar entender como as sociedades analisadas respondem a questões referentes à organização da comunidade política e da autoridade pública.

Marshall (1967) elabora uma definição, considerada clássica, e que será a base para o entendimento do mesmo, conforme reconhecem os autores Lavallo (2003) e Saes (2008).

Marshall (1967) toma como referência para seus estudos o caso específico da sociedade inglesa no século XIX e afirma que o conceito pode ser compreendido a partir do que ele classifica em três blocos de direitos imprescindíveis. O primeiro deles é o direito civil, correspondente à liberdade individual de ir e vir, bem como de pensamento, de fé, propriedade, justiça e trabalho. O direito civil permitiu a reivindicação do direito político, que compreende duas possibilidades de participação do indivíduo no exercício do poder político: participação como membro de um organismo ou como eleitor. Uma vez consolidado o direito político, esse levaria os representantes eleitos pelo povo ao governo, os quais implementariam os direitos sociais, correspondentes ao direito de participar da herança social, o que garantiria o acesso dos cidadãos a um mínimo de bem-estar econômico conforme os padrões presentes na sociedade.

Na perspectiva de Marshall (1967), a concretização dos direitos sociais dependeria de um Estado dotado de infra-estrutura administrativa a fim de elaborar políticas sociais com vistas a atender aos direitos dos cidadãos e às demandas postas pela sociedade. A função da instituição Estado é, portanto, concretizar direitos previstos nas leis, pois o que está declarado na lei não tem força para materializar-se.

A cidadania para Marshall (1967: 76) é um “*status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade”, pois “*todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e às obrigações pertinentes ao status*”. Portanto, a compreensão do autor em relação ao conceito se apóia na idéia de igualdade fundamental entre as pessoas, aspecto esse decorrente da integração e participação das mesmas em todas as instâncias da sociedade.

Considerando o conceito elaborado por Marshall (1967), como podemos analisá-lo no contexto atual, em que observamos diferentes grupos sociais [negros, crianças, idosos, deficientes, mulheres, homossexuais, etc), lutando e exigindo o cumprimento de seus direitos como cidadãos?

Dagnino (2004) considera que, a partir da década de oitenta, é possível se falar em uma nova noção de cidadania, demarcada por três dimensões.

A primeira dimensão faz referência ao fato de que, no contexto atual, a cidadania deriva de e se relaciona diretamente aos movimentos sociais. Esses, partindo do reconhecimento da singularidade de cada grupo social [deficientes, idosos, mulheres, crianças, desempregados, homossexuais, etc], lutam tanto pela igualdade de direitos e deveres quanto pelo reconhecimento da ‘diferença’⁵ e também pela oportunidade de

⁵ Em relação ao ‘reconhecimento da diferença’, temos claro que a idéia da ‘diferença’ historicamente tem sido entendida de várias formas e influenciado as ações políticas que visam reparar as desigualdades sociais presentes em cada época. Assim, podemos dizer que, a partir do desenvolvimento da ciência, no período do Renascimento, o entendimento do termo ‘diferença’ esteve centrado nos aspectos fisiológicos, biológicos, físicos para explicar as distinções entre os seres humanos. Tal compreensão ainda se faz fortemente presente nas explicações acerca das diferenças, bem como no discurso das políticas sociais que atualmente utilizam os termos igualdade e diferença, como se os mesmos fossem antônimos, mas, na verdade, o contrário de diferença é semelhança e de igualdade é desigualdade. Desse modo, por exemplo, enfatiza-se nas políticas públicas a aceitação e respeito à diferença, buscando tornar os indivíduos iguais e acredita-se que só por aceitar a diferença [biológica] os indivíduos poderão se tornar iguais socialmente. Com isso, não se estabelece a distinção de que a diferença diz respeito à nossa natureza biológica [inata/adquirida] enquanto a desigualdade relaciona-se com as condições sociais, econômicas e culturais.

acesso a escolas, clubes, habitação, saúde, emprego, alimentação, transporte, dentre outros.

Dagnino (2004) destaca que uma segunda dimensão da cidadania diz respeito ao fato de que somada à experiência dos movimentos sociais passou-se a enfatizar a construção da democracia. Isso significa dizer que foi possibilitada a sua extensão [remete às classes sócias contempladas pela cidadania] e o seu aprofundamento [relativo aos componentes do bem-estar importantes para que uma pessoa tenha uma vida digna]. Já a terceira e última dimensão se relaciona com o fato de que a elaboração de uma nova cidadania “[...] aponta para a construção e difusão de uma cultura democrática” (DAGNINO, 2004: 104).

Para além dessas dimensões, Dagnino (2004) destaca que, embora a questão da democracia e a noção de direitos sejam comuns entre a nova concepção de cidadania [elaborada a partir dos anos 80] e a visão liberal que tratamos anteriormente, é possível distinguir alguns aspectos que nos ajudam a diferenciar uma visão da outra, quais sejam: a) redefine-se a noção de direito, que diz respeito não só ao direito a ter direito mas também ao poder de criar direitos que estejam relacionados com lutas de grupos sociais específicos; b) a nova ‘cidadania’ não se configura como uma estratégia das classes dominantes e do Estado, mas se estrutura a partir da constituição de direitos pensados e defendidos por sujeitos sociais ativos, mas que estão excluídos/marginalizados da estrutura geral da sociedade; c) enfatiza-se a ampliação de formas mais igualitárias de participação social, não restringindo essa apenas à incorporação ao sistema político, mas também o direito de participar da definição do sistema.

Estes elementos nos permitem afirmar, de acordo com Laval (2003: 02), que a cidadania na contemporaneidade pode ser definida e ampliada mediante o reconhecimento de novos direitos e de novos setores da população investidos de capacidade legal para deles usufruir.

Desse modo, partindo do entendimento de que há uma estreita relação entre as noções de sociedade civil, participação e cidadania, pode-se pensar em uma sociedade civil mais ativa e propositiva?.

Conforme evidencia Dagnino (2004), a implantação em âmbito global do projeto neoliberal trouxe profundas conseqüências para as sociedades, bem como acarretou um deslocamento de sentidos não só relativo ao termo aqui analisado como também no que se refere à sociedade civil e participação política. Assim, no tocante à chamada ‘nova cidadania’ ou ‘cidadania ampliada’, a autora afirma que no Brasil, a partir do final da década de setenta e ao longo da década de oitenta, essa começou a ser formulada pelos movimentos sociais que lutavam pelo direito de acesso a moradia, transporte, educação e saúde, bem como colocavam em debate questões sobre gênero, raça e etnia. Portanto, entra em pauta uma concepção da mesma que busca lutar pela transformação social e

Assim, esquece-se que o direito de igualdade, conforme afirma Carmo (2006: 30-32), implica colocarmos “[...]em discussão a globalização e seus desdobramentos econômicos”, denunciando e explicitando “as armadilhas e simulacros do ideário globalizante que tenta a todo custo igualar, em nome da livre concorrência, da abertura de mercado e lei da oferta e da procura, as histórias dos povos em todo o mundo”. Concordamos, desse modo, com Carmo (2006: 30-32), quando este aponta que a compreensão acerca do termo ‘diferença’ não deve estar “[...]centrada nem na natureza humana, tampouco em aspectos físicos e psicológicos do Ser”, mas na crítica severa e radical às condições sócio-econômicas da sociedade de classes que temos hoje. Para tanto, deve ser estabelecida uma “[...] relação dialética entre o Ser unidade com os Outros diversidade”, de modo que o outro não seja visto “[...] tendo como referência meus valores, crenças, conceitos e preconceitos, mas [...] como ele realmente é, diferente e igual simultaneamente”.

construção democrática do país e que traz características que expressam tanto uma estratégia política quanto uma política cultural. (DAGNINO, 2004)

A autora destaca que há, na contemporaneidade, uma tendência mundial em identificar ‘sociedade civil’ com as chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs), o que acaba por gerar uma situação peculiar, visto que essas organizações tornam-se responsáveis perante o Estado e as agências internacionais que as financiam e/ou contratam como prestadoras de serviços, porém não se expressam como representantes da sociedade civil da qual se dizem representantes, de modo que “[...] por mais bem intencionadas que sejam, sua atuação traduz fundamentalmente os desejos de suas equipes diretivas”. (DAGNINO, 2004: 101)

E no tocante à noção de ‘participação’, Dagnino (2004: 102) chama a atenção para “[...] a emergência da chamada ‘participação solidária’ e a ênfase no trabalho voluntário e na ‘responsabilidade social’, tanto de indivíduos como de empresas”, aspecto esse que tem contribuído, de acordo com a autora, para despir a ‘participação’ de seu significado político e coletivo, restringindo-se ao terreno privado da moral e com isso “[...] o seu significado político e potencial democratizante é substituído por formas estritamente individualizadas de tratar questões, tais como a desigualdade social e a pobreza”.

A partir da década de noventa, do século passado, a eficiência das ONGs em pensar e propor projetos locais e em participar de redes globalizadas de informação e conscientização coincidiu com a redução do papel do Estado e da sua disposição para manter os compromissos do contrato social público. Tais aspectos contribuíram para que houvesse uma aproximação da palavra ‘filantropia’ e a noção de ‘cidadania’ e a estas duas foi acrescentada a palavra ‘solidária’ (PAOLI, 2002).

Com isso, num quadro de significativas transformações econômicas e políticas, se observará o surgimento de uma “sociedade civil” que, num primeiro momento, por meio de movimentos sociais autônomos e politizados, depois, por meio de organizações não-governamentais profissionalizadas, passou do ativismo político pela cidadania e justiça social para o ativismo civil voltado para a solidariedade social.

Nesse sentido, se os movimentos sociais manifestavam-se de forma fortemente politizada na demanda direta da população carente por bens públicos, as ONGs, no contexto atual, optam “[...] por representar as demandas populares em negociações pragmáticas, tecnicamente formuladas, com os governos, dispensando a base ampliada da participação popular” (PAOLI, 2002: 378).

A partir das idéias aqui apresentadas sobre o conceito aqui abordado, pode-se dizer que esse – ou a chamada ‘cidadania ampliada’ - enfatiza, hoje, mais do que nunca, o ativismo social voluntário da população. Isso abre espaços para relacionar as políticas de desregulamentação ao empobrecimento da participação popular no que diz respeito ao campo político, bem como ao aprofundamento das desigualdades sociais em face da negligência a que foram relegadas as políticas públicas (PAOLI, 2002).

3. A RELAÇÃO ENTRE A IDÉIA DE IGUALDADE E A NOÇÃO DE CIDADANIA

De acordo com a análise de Marshall (1967) sobre a ‘cidadania’, há um ideal de universalização, que tem por princípio estabelecer a ordem da igualdade numa

sociedade de desiguais. Pode-se assim indagar: qual o impacto da cidadania para as diferentes classes sociais? Quais são os reflexos dela sobre a desigualdade social?

Marshall (1967) afirma que, na sociedade inglesa do século XIX, o impacto da cidadania sobre a classe social se desenvolve na forma de um conflito entre princípios opostos. Isso porque o autor considera que o crescimento da cidadania naquele período coincide com o desenvolvimento do capitalismo, sistema econômico-político que não se funda na igualdade, mas na hierarquia de *status*, na desigualdade e na diferença entre as classes sociais, as quais, por sua vez, se fundamentam no princípio da diferença/desigualdade de segmentos sociais na estrutura da economia da sociedade.

Desse modo, a desigualdade social é necessária e proposital, pois atua como um “[...] incentivo ao esforço e determina a distribuição de poder” (MARSHALL, 1967: 77-109). Com base nessa idéia, o autor considera que, na organização da estrutura social por aqueles que possuem o poder, o objetivo não é o estabelecimento de uma igualdade absoluta, mas a remoção daquelas desigualdades que não podem ser consideradas como legítimas, como, por exemplo, quando a desigualdade econômica se torna tão excessiva a ponto de levar uma família a permanecer quase tão pobre quanto o era antes.

Se for tomada como referência a idéia de Marshall (1967: 76), segundo a qual o capitalismo “[...] é o sistema não de igualdade, mas de desigualdade”, pode-se afirmar, ainda com base na reflexão do referido autor, que “[...] a cidadania e o sistema de classe capitalista estão em guerra” no contexto atual, ou mesmo que a mesma é “[...] um calcanhar-de-aquiles para o capitalismo”, conforme observa Ferreira (1993: 155).

Essa consideração é apropriada devido ao entendimento de que o sistema capitalista reforça princípios, tais como os da competição e da individualidade, os quais têm como objetivo promover a concentração de rendas, bem como manter a organização de uma sociedade dividida em classes antagônicas. Nessa perspectiva, é mantido um contingente de pessoas excluídas do mercado de trabalho, as quais, por não serem incorporadas novamente ao setor produtivo, são consideradas os não-cidadãos e passam a criar “[...] formas próprias de sobrevivência fora do sistema, seja no mercado informal de trabalho, seja junto ao crime organizado”. (FERREIRA, 1993: 166). Desse modo, na sociedade capitalista, não só a ‘cidadania’, mas também a marginalização social, aspecto esse que revela a face perversa desse modo de produção ao impossibilitar, a grande parte da população, o acesso a condições mínimas e dignas de sobrevivência.

Frente ao contingente significativo de pessoas que não tem acesso às condições dignas de sobrevivência, o Estado se vê pressionado a desenvolver políticas públicas que reduzam as tensões sociais, as quais podem representar um risco para estabilidade do sistema capitalista. Desse modo, a ação do Estado, na busca do controle das tensões sociais, se configura como “[...] uma estratégia política de sobrevivência do próprio sistema” (FERREIRA, 1993: 165).

Portanto, a forma de organização social e econômica do sistema capitalista apresenta uma contradição entre acumulação e distribuição, o que acaba por contrariar e inviabilizar o ideal de igualdade e o de universalização de direitos, presentes na noção de cidadania. Isso porque se, de um lado, a sociedade capitalista “[...] procura manter a propriedade privada dos meios de produção, a competição do mercado, a acumulação do capital[...]”, de outro, ela necessita “[...] que o capital circule e que um maior número de pessoas se integre nos benefícios que essa acumulação deve produzir”. (FERREIRA, 1993: 159).

A partir dos elementos aqui apresentados, pode-se questionar como se manifesta, no contexto atual, a relação entre a idéia de igualdade e a cidadania.

A noção de cidadania remete à idéia de igualdade e essa, por sua vez, ao plano da identidade entre pessoas que compõem uma comunidade política de iguais e que, portanto, possuem um *status* e direitos iguais. Partindo desse entendimento, considera-se, conforme Lavallo (2003: 10), que “[...] a cidadania tornou-se o fulcro da articulação entre legitimidade, identidade e a integração social.”

O termo ‘igualdade’ vem sendo substituído por ‘equidade’, o qual está vinculado ao desempenho/esforço individual, bem como enfatiza a lógica da competição, de modo que a determinação do êxito ou do fracasso da pessoa são suas próprias ações e não as condições estruturais da sociedade. (SANTOS, 2004). A palavra ‘equidade’ por sua vez relaciona-se com o conceito de justiça, o qual reconhece a necessidade de respeito e promoção das diferenças naturais existentes entre os indivíduos. O sistema social justo se caracterizaria como sendo aquele em que as diferenças são respeitadas.

Nessa perspectiva, há uma contraposição entre os termos equidade e igualdade, haja vista que o primeiro expressaria a noção que promove as diferenças produtivas entre os indivíduos e o segundo se relacionaria com a reprodução de um “[...] critério homogeneizador de caráter artificial, a serviço de aparentes interesses coletivos que negam as diferenças mencionadas e, conseqüentemente, a própria individualidade das pessoas”. (GENTILI, 1996: 43 apud SANTOS, 2004: 17)

Em face disso, têm surgido movimentos sociais que lutam pelo direito à diferença e que procuram garantir seus territórios e zonas de identidades coletivas longe da intervenção do Estado. (Cf. FERREIRA, 1993; LAVALLO, 2003; DAGNINO, 2004). Como conseqüência desse fato, o conceito aqui tratado acaba, no contexto atual, por apresentar-se com um caráter ambíguo e contraditório, pois se de um lado é considerado como “[...] instrumento de redução da desigualdade”, ao estabelecer para todas as pessoas padrões mínimos de bem-estar para uma vida digna, de outro, atua “[...] na homogeneização forçada de qualquer diferença não equacionável em termos de ‘legítima’ igualdade universal”, e, portanto, suprimindo qualidades consideradas estranhas aos atributos [tais como raça, língua, religião, gênero, cultura etc] entendidos como sendo os fundadores da identidade nacional, como afirma Lavallo (2003: 11), com base nos autores Lomnitz (2001) e Tilly (1992).

A participação/intervenção da população, por meio dos movimentos sociais, nas decisões que o Estado vem tomando na atualidade, no âmbito das políticas sociais, contribui para o fortalecimento da sociedade civil, pois favorece formas de organização popular, fato esse que expressa a face positiva da relação entre cidadania e igualdade.

Contudo, as políticas sociais que são formuladas a partir da manifestação dos movimentos sociais se tornam fragmentadas, setorializadas e limitadas a grupos específicos, bem como apresentam um caráter paliativo e compensatório, pois não contemplam a eliminação radical da desigualdade sócio-econômica entre os grupos sociais. Portanto, tais políticas permanecem não atendendo à idéia de universalização implícita na noção de cidadania, o que expressa a face negativa da relação entre essa e a idéia de igualdade, e que leva à corroboração das idéias de Pierucci (1990: 04), quando esse afirma que o efeito perverso do enfoque na diferença [de gênero, de cultura, de raízes, de modos de vida etc.] enquanto bandeira de luta dos movimentos de esquerda seria o obscurecimento ainda maior das diferenças que definem os campos adversários no embate ideológico.

A questão que se coloca, então, a partir dos aspectos apresentados, não se refere à capacidade ou não da cidadania de ampliar o leque de direitos sociais específicos. Para isso, ela tem se mostrado eficaz. O aspecto a ser considerado é a criação, por parte do

Estado, de condições institucionais que possibilitem a efetivação, de forma igualitária, dos direitos reconhecidos politicamente. Tais condições a serem criadas pelo Estado dependerão da correlação de forças e da pressão dos movimentos sociais para que essas sejam efetivamente realizadas.

4. CONCLUSÃO

A 'cidadania' como categoria histórica "[...] é dinâmica, refletindo, portanto, as condições econômicas, políticas e sociais da sociedade na qual foi forjada" (FERREIRA, 1993: 21), bem como interesses e práticas concretas de luta. Nessa perspectiva, é possível dizer que o termo tem diferentes significados que se expressam e estão presentes em diferentes projetos de sociedade. Não há, portanto, uma essência única imanente ao conceito aqui tratado, pois o seu conteúdo e seu significado respondem à dinâmica dos conflitos reais vividos pela sociedade num determinado momento histórico e, portanto, serão sempre definidos pela luta política.

Apesar do capitalismo ter conseguido gerar grandes conquistas no campo da ciência, da técnica e da política, o que contribuiu para a produção de grandes avanços em todos os âmbitos da vida do ser humano [habitação, saúde, alimentação, lazer, emprego, transporte, etc.], ele ainda não conseguiu proporcionar a todas as pessoas o acesso aos fundamentos de uma vida digna e, portanto, o direito a uma cidadania igualitária para todos ainda não foi alcançado.

Dessa forma, os conteúdos do termo abordado têm significados positivos e, ao mesmo tempo, negativos. Positivo, porque evidenciam o interesse da população em exercer seus direitos e deveres políticos. Há também o significado negativo, pois há uma banalização e um esvaziamento do sentido original do termo 'cidadania', o qual desloca o ativismo político para o ativismo civil voltado para a solidariedade social (Cf. PAOLI, 2002).

Somando-se a esse aspecto negativo, está o fato de que os movimentos sociais têm enfatizado como bandeira de luta a diferença [de gênero, de cultura, de raízes, de modos de vida etc.], o que tem gerado uma fragmentação na luta pela igualdade. Como foi destacado anteriormente, o próprio termo 'igualdade' vem sendo deslocado para o de 'equidade', o qual, como forma de igualar os desiguais, coloca toda a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do indivíduo em suas próprias ações e isenta as condições sócio-econômicas da sociedade de classes que temos hoje.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**: estudos de nossa ordem social em mudança. São Paulo: Edusp. 1996.
- BUFFA, Ester (org). **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão? 5 ed., São Paulo: Cortez. 1995.
- CARMO, Apolônio Abadio do. **Escola não seriada e inclusão escolar**: a pedagogia da unidade na diversidade. Uberlândia: EDUFU, 2006.
- COVRE-MANZINI, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. 2 ed., São Paulo: Brasiliense. 1996.

- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: ____ (org.) **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 2004.
- FERREIRA, Nilda Tevês. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1993.
- LAVALLE, Adrián Gurza. Cidadania, igualdade e diferença. **Lua Nova**, n.59. São Paulo. 2003.
- LIN, Sung Chen. **Participação da comunidade na escola pública: os modelos colegiados e voluntariado e seus campos de significação**. 2003. 297f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unicamp – Campinas. 2003.
- MARSHALL, Thomas Humprey. Cidadania e classe social. In: _____. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar. 1967.
- PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. **Tempo Social**, São Paulo, v.2, n.2, p.7-33, 2.sem. 1990.
- REZENDE FILHO, Cyro de Barros; CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. **A evolução do conceito de cidadania**. Disponível em: <<http://www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/aevolucao-N2-2001.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2008.
- SAES, Décio Azevedo Marques de. **Cidadania e capitalismo: uma abordagem teórica**. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/artigos/saescidadania.pdf>> Acesso em: 14 mai. 2008.
- SANTOS, Cristiane da Silva. **Políticas públicas de educação para alunos portadores de necessidades educativas especiais no ensino regular de Minas Gerais: inclusão ou exclusão educacional?** 2004. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG. 2004.
- SILVA, Maria Vieira Gestão democrática na educação: as contribuições e omissões da LDB (Lei 9.394/96). In: SILVA, Maria Vieira; MARQUES, Mara Rúbia Alves. (Orgs). **LDB: balanços e perspectivas para a educação brasileira**. Campinas, SP: Alínea, 2008. p.71-95.
- SILVA, Sarita Medina da. As diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores e o imperativo da flexibilização. In: SILVA, Maria Vieira; MARQUES, Mara Rúbia Alves. (Orgs). **LDB: balanços e perspectivas para a educação brasileira**. Campinas, SP: Alínea, 2008. p.175-203.

A DEMOCRACIA POSSÍVEL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Esp. Cristini Colleoni (UNIOESTE)
M^e. Julia Malanchen (UENP)

RESUMO: Neste artigo foi exposto o cenário da década de 1980 no Brasil, no qual o desejo e o processo de democratização da sociedade, da escola e da educação tornaram-se essenciais na luta da classe trabalhadora. Na sequência, buscou-se compreender e analisar o que significa o conceito de democracia e como esta pode existir numa sociedade capitalista, já que no primeiro momento isto parece um paradoxo. Para tal, realizou-se um estudo bibliográfico apoiando-se, inicialmente, em autores como Saes, Wood, Toledo, entre outros que fundamentam esta análise.

PALAVRAS-CHAVES: democracia; educação; redemocratização; políticas públicas

ABSTRACT: This article was on viewed the scene of the 1980s in Brazil, where the desire and the process of democratization of society, school and education has become essential in the quest for democracy. Next, it searched to understand and analyze what the concept of democracy and how it can exist in a capitalist society, since at first it seems a paradox. To this end, there was a study literature supporting it, initially, as authors in Saes, Wood, Toledo, and others that support this analysis.

KEY WORDS: democracy, education, redemocratization; policy

1. A EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1980 E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

No final da década de 1970, a sociedade civil brasileira passou a se organizar em busca da redemocratização do país. E, nesse cenário de mudanças econômicas e políticas, a educação também passou a ser reavaliada. Muitos educadores reuniram-se em diferentes encontros, simpósios e congressos, com o intuito de refletir sobre a educação brasileira. Desses, pode-se citar: SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência); a UNE (União Nacional dos Estudantes), no final da década de 1970; o I Seminário Brasileiro em Educação, em 1978, na cidade de Campinas, SP.

Segundo Moraes (2003:22), o I seminário de Educação, realizado em 1978 na Unicamp, sistematizou o movimento dos educadores brasileiros. Neste seminário, diversas questões pertinentes a educação foram pontuadas.

De forma geral, as discussões em torno da educação nas décadas de 1980 e 1990 apresentaram duas questões principais: “a democratização do ensino e a reorganização da escola, segundo as novas exigências econômicas e tecnológicas de produção” (MORAES, 2003: 22).

A forte tensão econômica e política vivenciada pelos brasileiros até meados da década de 1980 fizeram com que o movimento dos educadores se posicionasse contra os rumos que a política do país tomava. De acordo com Moraes (2003: 23),

Brzezinski (1996) considera que esses movimentos provocaram um repensar sobre a educação através das ‘teorias críticas’, o que permitiu superar a ‘esterilização intelectual’ fortemente instalada pelas práticas tecnicistas. A grande maioria dos

educadores mobilizou-se para repensar o novo papel da educação. Em consequência, argumentam sobre a necessidade de um educador com consciência política e esta deveria fazer parte do processo de formação científica e didático-pedagógica deste profissional.

Durante o período da ditadura militar a educação sofreu fortes pressões e, para implantar o projeto de educação proposto pelo governo militar, alterações e atualizações foram feitas como os acordos realizados desde o golpe e que se tornaram públicos anos mais tarde. Dentre estes, estão os acordos MEC-USAID, pelos quais o Brasil receberia assistência técnica e cooperação financeira para a implantação da reforma. Além destes acordos, outras reformas educacionais ocorreram como a reforma universitária, reforma do primeiro e segundo graus e reforma da LDB. Porém, não se entrará em detalhes sobre estas reformas, pois, o foco principal deste item é procurar entender o que aconteceu na educação, na década de 1980, que motivou os movimentos de redemocratização política.

Com a abertura política, partidos extintos e movimentos estudantis voltam à legalidade. Com a diminuição da censura, o debate político retorna à cena não só nas praças, mas também nas salas de aula.

No ano de 1978, os professores de diversos lugares do Brasil se mobilizaram a fim de recuperar as perdas salariais e pela regulamentação da carreira do magistério, além de pedirem por condições mais dignas para exercê-la.

Segundo Aranha (1996:218), além da necessidade da valorização do magistério, a escola também necessitava ser repensada devido ao enfraquecimento que sofrera nos anos da ditadura. Assim, o debate pedagógico foi reativado em cinco Conferências Brasileiras de Educação, em revistas especializadas e por produções de teses universitárias voltadas para esta área.

No final da década de 1970, um grupo de filósofos e pedagogos passou a rever a educação brasileira iniciando uma teoria que recebeu diversas denominações, dentre as quais, pedagogia crítico-social dos conteúdos, pedagogia dialética e finalmente, pedagogia histórico-crítica.

Essa tendência se iniciou com Dermeval Saviani e teve outros representantes como José Carlos Libâneo, Guiomar Namó de Mello, Carlos Roberto Jamil Cury e outros. Estes se apóiam no materialismo histórico dialético de Marx, Makarenko e Gramsci, na teoria progressista de George Snyders e também em Bernard Charlot e Bogdan Suchodolski (ARANHA, 1996).

Nos estudos feitos por estes pensadores e mais precisamente por Dermeval Saviani, a conclusão que tiveram foi a de que no Brasil inexistia um sistema educacional, isto porque, as leis sobre a educação não resultam de intencionalidade e planejamento, prevalecendo à importação e improvisação de teorias. Sendo assim, a tarefa da pedagogia histórico-crítica está inserida na tentativa de reverter esta desorganização do sistema educacional brasileiro que possui uma escola excludente, com altos índices de analfabetismo, evasão, repetência, etc. Em outras palavras, o que pretendem é a democratização da educação.

Segundo Aranha (1996: 220),

A proposta histórico-crítica tentando superar tanto a ingenuidade como o pessimismo, conclui que a pedagogia realmente democrática deveria ser formulada do ponto de vista dos interesses dos dominados. Coerente com o caráter histórico da educação, cabe ao pedagogo discernir, dentre o saber produzido, os conteúdos essenciais a serem elaborados e apropriados pelo estudante. Mais ainda, conforme o contexto econômico,

social e político, esse ‘saber burguês’ precisa ser apropriado pela classe trabalhadora, que o colocará a serviço de seus interesses. Só assim seria possível alcançar uma ‘cultura popular elaborada, sistematizada. Isto aponta para a superação dessa dicotomia [saber erudito versus saber popular], porque se o povo tem acesso ao saber erudito, o saber erudito não é mais sinal distintivo de elites, quer dizer, ele se torna popular’.

O que se percebe durante o final da década de 1970 e nos anos 1980 é que havia um forte debate em torno da democratização da escola. Neste sentido, os educadores destes períodos lutavam pela instauração de uma política educacional decente, que destinasse verbas públicas para o ensino público, com diretrizes educacionais condizentes a situação do país; valorização do professor com salários dignos, formação continuada para garantir a qualidade e por fim, a escola para todos, com qualidade de ensino, materiais de qualidade, bibliotecas, instalações adequadas e assim por diante. Somente desta forma é que se implantaria a escola pública, universal, gratuita, democrática e de qualidade.

Segundo Piletti (1991), com a instalação da Assembléia Constituinte, em 1987, quatorze entidades formaram o Fórum da Educação na Constituinte¹. O Fórum defendia e reivindicava o ensino público, gratuito e laico para todos; a destinação das verbas do Governo Federal para a educação num total de 13% e de 25% dos outros governos, verbas públicas destinadas exclusivamente para a educação, mais precisamente, para as escolas públicas e a democratização da escola.

Estas exigências foram respondidas na nova Constituição de cinco de outubro de 1988. Porém, não bem da forma como o Fórum pretendia. Entre os dispositivos da Constituição estão: educação como direito de todos e dever do Estado e da família; igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade, valorização do educador, gestão democrática, qualidade; deveres do Estado: gratuidade e obrigatoriedade progressivas, atendimento aos deficientes e às crianças de zero a seis anos; conteúdos mínimos comuns e ensino religioso de matrícula facultativa; 18% das verbas do Governo Federal e 25% dos demais governos para o ensino; verbas públicas a escolas privadas sob certas condições.

A partir da nova Constituição, os educadores e as entidades representativas mobilizaram-se para oferecer propostas para a nova LDB. Isto porque, para eles, esta nova Lei de Diretrizes e Bases da educação deveria abranger todos os níveis e modalidades do ensino com o intuito de favorecer o avanço democrático da sociedade e da escola.

O que se percebeu nas leituras sobre a educação nas décadas de 1970 e 1980 foi uma forte mobilização em torno da democracia não apenas na escola, mas também na sociedade. Viu-se que algumas reivindicações foram atendidas, porém com alguns entraves por parte do Estado. Segundo este, o Brasil encontrava-se e encontra-se num regime democrático. Mas, há a dúvida de que tipo de democracia é esta que está cheia de limites e não dá a garantia de acesso às melhores condições de vida ao povo brasileiro? Na lei, está o direito desta garantia. Mas, o acesso é restrito aos que podem mais. Desta forma, no próximo item deste artigo, buscou-se analisar o debate de teóricos da esquerda sobre a democracia existente na sociedade brasileira.

¹ Para obter mais informações, ver: PILETTI (1991).

2. O QUE, DE FATO, SIGNIFICA A PALAVRA DEMOCRACIA?

Para tentar responder esta pergunta baseou-se em pesquisadores que, de uma forma ou de outra, já fizeram (e outros ainda fazem) estudos e análises referentes a este tema. Dentre estes, delimitou-se as idéias principais de Décio Saes, Lilian Faria Porto Borges, Caio Navarro de Toledo e Ellen Wood. Além dos supracitados, recorreu-se a alguns outros autores para dar suporte a esta análise.

Quando se fala em democracia, palavras como igualdade de direitos, liberdade, justiça e participação, parecem ser sinônimas deste termo. E, quando se recorre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, percebe-se que logo nos primeiros artigos, estes direitos são garantidos pela lei.

Mas, falar em democracia numa sociedade capitalista é definitivamente contraditório. Pois, nesta sociedade, o que interessa é a proteção e manutenção dos interesses da classe dominante. Além disso, sabe-se que a atual sociedade é excludente. Então, que forma de igualdade, liberdade, justiça e participação podem existir numa sociedade como esta? Que forma de democracia existe nesta sociedade?

Segundo Rosenfield (2003: 7):

A democracia, no sentido etimológico da palavra, significa o ‘governo do povo’, o ‘governo da maioria’. Prevalece nesta primeira aproximação deste fenômeno político uma definição quantitativa. Basta lembrar que a democracia, na antiguidade grega, mais particularmente em Heródoto, é uma ‘forma de governo’ entre duas outras: a monarquia ou ‘governo de um só’ e a aristocracia ou ‘governo de alguns’.

O autor ainda prossegue afirmando que, na sociedade grega clássica o que realmente importava não era a simples sobrevivência e o bem-estar material. Mas sim, “a liberdade política, “o bem viver”, isto é, o viver de acordo com os valores de uma “comunidade virtuosa e justa” (ROSENFELD, 2003: 8). Porém, este governo da “maioria” tinha um significado restrito, pois servia apenas àqueles cidadãos reconhecidos politicamente como tais. Neste caso, mulheres e escravos não eram considerados cidadãos. Entretanto, o caso da escravidão era “estatuto jurídico”, decorrente de forças instauradas na guerra. Assim, para o mundo ateniense, ela não interferia nos princípios políticos e morais da organização da *polis*.

Recorrendo a Wood (2003), no sentido de retomar o significado da palavra democracia também na Grécia Antiga, Malanchen (2007) afirma que o termo foi modificado para que pudesse ser usado de maneira formal², sem apresentar riscos para a classe hegemônica da sociedade atual. Ainda baseando-se em Wood (2003), Malanchen (2007: 198) afirma que:

A autora explica que a mudança na concepção de democracia ateniense para os dias atuais articula-se diretamente ao papel político que camponeses e outros produtores possuíam em Atenas, onde participavam diretamente nos processos de decisão próprios do poder. Tal participação debilitava o poder de exploração dos ricos, conferindo às classes produtoras direitos políticos que lhe permitiam desfrutar de um grau de liberdade sem precedentes. A importância da democracia era, além de política, econômica porque na democracia ateniense o trabalho era a espinha dorsal,

² Este termo democracia formal, para Wood (2003) e Bóron (2000) significa a democracia que existe hoje, na sociedade capitalista, a qual garante a igualdade política e jurídica e não a igualdade econômica (Malanchen, 2007:198).

a essência da democracia. Quem trabalhava tinha o direito de decisão era um cidadão com todos os direitos efetivados na prática.

Ainda segundo Wood (2003), a palavra democracia na sociedade ateniense tinha o significado etimológico de “governo pelo povo ou pelo poder do povo” e assim acontecia, efetivamente, em Atenas.

Mas, no decorrer da história e com as transformações econômicas que aconteceram com a sociedade (e, principalmente, pela renovação do capitalismo), o conceito de democracia também foi mudando. Na atual sociedade, o que resta ao trabalhador é apenas o direito ao voto e a igualdade jurídica. Porém, esta última é restrita, pois infelizmente o que se vê na justiça brasileira é que quem tem o maior poder aquisitivo acaba se prevalecendo quanto aos demais.

Confirmando também esta análise, Rosenfield (2003) diz que o advento da sociedade capitalista foi um fator definitivo para o surgimento de novas formas de representação política, direitos e liberdades. O autor ainda afirma que esta democracia moderna, produz valores que ultrapassam as condições históricas que os geraram. Valores estes que se devem as condições de mercado. Assim, o autor diz que “Esta contradição está na base dos dilemas atuais das sociedades que, tentando eliminar o mercado, terminaram na verdade eliminando a democracia” (ROSENFELD, 2003: 30).

Dentre as diferentes interpretações e análises do termo democracia na sociedade capitalista, para Wood (2006: 1), a história da democracia moderna é inseparável do capitalismo. Para ela,

[...] esto ha sido así solamente porque el capitalismo ha creado una relación enteramente nueva entre poder político y económico, que torna imposible que la dominación de clase se mantenga coexistiendo con los derechos políticos universales. Es el capitalismo el que hizo posible una democracia limitada, “formal” antes que “sustantiva”, algo que nunca fue factible con anterioridad.

O que Wood (2006) pretende afirmar é que nas atuais condições do capitalismo global e do novo imperialismo advindo de países considerados superpotências, a democracia se tornou um regime formal, não real e limitada. Nesta democracia formal o que se percebe são as desigualdades, frutos desta sociedade excludente. Na análise da autora, a democracia é incompatível com a sociedade capitalista.

Para a autora, toda prática humana convertida em mercadoria deixa de ter sentido ao acesso democrático. Isto porque, como já dito, no significado original da palavra democracia, o poder é de todos. E, no capitalismo, o poder só é daqueles que detém os meios de produção. Não existe, nesta sociedade, uma democracia popular. Neste caso, os detentores dos meios de produção são a classe dominante. Assim, os trabalhadores, a maioria da população mundial, é a classe dominada e subordinada às leis de mercado. Classe esta que vende sua força de trabalho para ter acesso a um mínimo de poder aquisitivo, mas que perante a lei e os atuais princípios democráticos, tem seus direitos garantidos e o voto, por exemplo, é apenas mais um direito passivo. Sobre isso e concordando com Wood (2006), Malanchen (2007: 199-200), afirma:

De uma maneira ou outra, as concepções dominantes de democracia tendem a igualar ação política com cidadania passiva e evitam qualquer forma de confrontação da classe trabalhadora com a classe dominante, despolitizando, dessa maneira, a esfera política. Com o direito ao voto individual, característica dessa nova democracia, procura-se retirar qualquer tipo de poder coletivo. Tal concepção

de democracia supõe muitos indivíduos, mas separados, colaborando para a instituição de uma cidadania passiva.

Para Wood (2006), a única democracia possível na sociedade capitalista é esta que está posta, ou seja, uma democracia “às avessas”, excludente, desigual e limitada. Para ela, uma democracia mais efetiva no capitalismo é tão utópica quanto o socialismo.

Assim, pode-se concluir que para Wood (2006), o caminho para uma sociedade mais igualitária não está na ampliação desta democracia.

Décio Saes (1993; 1998) é outro importante teórico que se dedica ao estudo da democracia e também defende que a ampliação desta não é o melhor caminho para o socialismo. Lilian Faria Porto Borges (2006a)³, em sua tese de doutoramento, concorda com Saes e também faz sua análise a este respeito.

Saes (1993; 1998) define democracia como uma forma de Estado, pois é um padrão de organização interno das atividades estatais. Desta forma, para ele, qualquer Estado pode ser democrático. Mas, acaba se tornando um regime político devido o fato da relação entre a classe trabalhadora e a classe dominante.

Assim, o Estado é um *corpus* institucional que tem como objetivo a manutenção do *status quo* com o intuito de garantir a dominação de classes. E, segundo Saes (1998), ele é democrático, mas para a classe a qual lhe interessa, ou seja, a classe dominante. Isto significa que ele é democrático no sentido de que tem a total liberdade para escolher e implantar suas políticas.

Baseando-se em Saes (1993 e 1998), Borges (2006a) afirma que, na sociedade capitalista, a democracia só é efetiva no sentido da liberdade de representatividade “e essa só é possível pela diluição da unidade de classe – por meio da igualdade jurídica – e a atomização dos indivíduos – por meio das relações sociais”. (BORGES, 2006a: 36). E prossegue afirmando que não há equilíbrio na divisão dos poderes do Estado e desta forma, na democracia burguesa não é possível a plena representatividade.

Para Saes, a esquerda acaba fazendo análises sobre a democracia de forma equivocada. No artigo *A Democracia Burguesa e a Luta Proletária* (1998) o autor apresenta duas teses sobre a democracia burguesa e que acabam por confundir a esquerda no Brasil.

A primeira tese corresponde à posição política dominante na Segunda Internacional, que, baseada nas idéias de Karl Kautsky (*A ditadura do proletariado*) e de Max Adler (*Democracia social e Democracia política*), o autor aponta a consistência na negação do caráter burguês das democracias que surgem com o desenvolvimento do capitalismo. E, para análise desta tese, o autor sugere que se questione se esta democracia corresponde aos interesses da classe operária. E a resposta, como já se sabe e busca-se aqui confirmar é não, pois ela sempre favorece os donos do poder. O autor ainda prossegue a primeira tese dizendo que alguns autores da esquerda separam instituições democráticas e Estado Burguês, pois argumentam que quem criou a democracia foi o proletariado. No Brasil, Carlos Nelson Coutinho, em sua obra “*A democracia como valor universal*”, publicada na década de 1980, é um dos autores que defende esta idéia.

A segunda tese, que também aparece freqüentemente como pano de fundo das análises de alguns teóricos brasileiros, afirma que foram os burgueses quem criaram as

³ Recorreu-se a alguns textos da autora nos quais ela apresenta as idéias de Saes e suas análises. Sendo assim, os dois autores aparecerão concomitantemente nas análises deste trabalho.

instituições democráticas, pois essa democracia corresponde aos objetivos, intenções e finalidades da burguesia.

Então, surge a proposta de uma democracia liberal onde todos têm os mesmos direitos e o trabalho depende do indivíduo, ou seja, se ele é pobre, a culpa recai a ele mesmo e isso só depende dele. Na verdade, isso é um dos princípios do liberalismo e do seu primo-irmão (como diz Saes), o neoliberalismo, que além de transmitir ao povo as responsabilidades dos seus problemas, devido à desigualdade, fortalece cada vez mais o individualismo e faz com que as pessoas arquem com as responsabilidades que deveriam ser do Estado.

Assim, o que se pode perceber é que se a democracia foi criada pela classe dos proletariados, como parte da esquerda procura afirmar, ela mudou de lado, pois sempre atende aos interesses do Estado burguês⁴. Desta forma, Saes *apud* Borges (2006b: 4), formula sua tese:

[...] de um lado, é possível que as instituições políticas democráticas sirvam como instrumento da dominação ideológica burguesa sobre o proletariado; de outro lado, é possível que tais instituições se constituam em fator de desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado. É evidente que, no tempo e lugar em que se concretiza uma dessas possibilidades, a outra possibilidade se acha excluída.

Em toda sua análise sobre a democracia, Saes (1993; 1998) procura deixar bem claro que a democracia existente na sociedade capitalista é uma democracia burguesa. Mas, também afirma que essa mesma democracia burguesa pode alimentar a luta de classes. Obviamente, isso é bem limitado, mas é considerável, pois, com afirma Borges (2006b:4), “A contradição entre as promessas do mundo democrático burguês e a possibilidade de – como classes – termos acesso a essas promessas, é um espaço de possível avanço da classe trabalhadora”.

Entretanto, essa contradição é insuficiente no que diz respeito à consciência de classe por parte do proletariado. Saes afirma que o máximo que ela pode fazer é “clarear a visão” dos que já se reconhecem como classe.

O proletariado não tem como utilizar livremente a sua liberdade política (aquela garantida por lei). Entretanto, pode questionar o Estado a respeito dos seus direitos e deveres e ter uma noção de como funciona a organização deste Estado, no sentido de manter a classe dominante.

Assim, pelas análises de Borges (2006b: 5),

[...] conclui Saes, a democracia pode servir de reforço à dominação burguesa e (que é sempre ou) para a conscientização revolucionária do proletariado. Daí formula nova questão: o proletariado deve ser indiferente à forma de organização do Estado burguês? Se democrático ou se Ditatorial? E responde não – por conta da revolução proletária e por conta do longo processo de construção do socialismo.

As instituições democrático-burguesas interessam como tática, afirma, pois a liberdade política possibilita maior circulação de informações e maior relação entre o partido proletário e as massas. A construção do socialismo é mais difícil na ditadura.

Para Saes, como já citado, a ampliação da democracia não levará ao socialismo. Porém, ele afirma que é necessário que a classe do proletariado, ou mais precisamente

⁴ Vale aqui ressaltar que para Saes, o Estado é burguês, pois como já citado, ele tem por objetivo manter os interesses da burguesia. Para saber mais detalhes, ver: SAES (1998).

os partidos desta classe, tomem a consciência de classe através de princípios leninistas do centralismo democrático. Desta forma, a democracia de massas pode se tornar efetiva. Vale ressaltar que, para Saes, a democracia de massas é a interferência da classe do proletariado nas políticas do Estado.

Desta forma, não se pode afirmar que a democracia burguesa é a democracia do proletariado – como pensam alguns teóricos da esquerda, idéia já exposta acima. Assim sendo, o proletariado não pode ser indiferente a esta organização de Estado, pois, é nesta democracia que pode haver espaço para uma nova forma de administrar a coisa pública.

Borges (2005) também apresenta que há a crença de que através da democracia poder-se-á chegar ao socialismo ou, que a ampliação da democracia reformará a sociedade capitalista, humanizando-a.

Mas, é na sua tese que ela entrará em maiores detalhes a respeito deste tema. Inicialmente, Borges (2006a) retoma que perante a lei, todos são iguais. Mas, no capitalismo, não é isso que ocorre, pois se tem o direito garantido por lei, mas não se tem o acesso ao que é de direito de todos. Nas palavras da autora, “é no capitalismo que temos o tratamento igual dos desiguais que caracteriza o direito burguês. Todos os homens estão igualizados e individualizados e têm, portanto, capacidade jurídica de estabelecer pelo contrato sua livre vontade (BORGES, 2006a: 26).

Assim, o que resta ao povo no modelo capitalista de Estado é apenas a igualdade jurídica. Isto porque, os outros direitos de igualdade material, melhores condições de vida, acesso aos meios de informação para todos, educação para todos, acesso a riqueza e outros direitos (ideológicos) do povo, não passam de pura ideologia. Ideologia, aliás, muito bem fixada pela classe dominante e pelo Estado. Isso porque, como já se sabe, o capitalismo visa à acumulação e a expropriação do trabalho. Entretanto, outras análises podem ser formuladas, no que diz respeito à igualdade jurídica, pois, o que se percebe em países democráticos como o Brasil, a classe dominante sempre se favorece sobre a classe trabalhadora até mesmo na justiça e acaba por ter vantagens, devido o poder aquisitivo.

Outro grande teórico da esquerda que também trouxe contribuições para as análises deste trabalho é Caio Navarro de Toledo. Segundo ele (1992; 1994), nos anos 1950 e 1960 intelectuais - marxistas ou não - vinculados a partidos políticos como o PT (Partido dos trabalhadores), PCB (Partido Comunista Brasileiro) e outros órgãos como ISEB (Instituto de Estudos Brasileiro), CEPAL (Comissão Econômica da América Latina e Caribe) entre outros, tinham no desenvolvimento econômico e no processo de industrialização do Brasil a efetivação da autonomia e da afirmação nacional e traziam isto como principal suporte político e ideológico.

Conforme o autor, a questão da democracia acabava por ficar em segundo plano nas reflexões políticas e na luta ideológica da época. Os intelectuais da esquerda acreditavam que a efetiva democracia política só se efetivaria a partir do momento em que as reivindicações da classe trabalhadora e das massas populares fossem atendidas. Do contrário, a democracia continuaria “formal” e “abstrata” aos interesses dessas classes. Já para a esquerda marxista, antes de ser uma democracia política, era fundamental e necessária a efetivação da democracia social e econômica, pois a democracia política não poderia ter um valor em si mesma.

Assim, percebe-se que para a efetivação da democracia, na visão da esquerda, era necessário o pleno desenvolvimento econômico do país, pois a partir disto, as outras questões de cunho social também se “ajustariam”.

Segundo Toledo (1992; 1994), a partir de 1975 houve uma retomada da esquerda sobre o debate da democracia. Isto foi percebido através do forte debate em revistas e artigos produzidos na época e também pelas bandeiras levantadas, em prol da democratização do Brasil, por alguns partidos políticos.

Entretanto, nos dois artigos citados, o autor diz que presenciou uma concepção de democracia, por parte da esquerda e até mesmo de alguns partidos políticos, que para ele, predomina até hoje. É a democracia vista como um valor universal. Este conceito, formulado originalmente por teóricos marxistas italianos, teve adeptos, no Brasil, como Carlos Nelson Coutinho⁵ e Francisco Weffort⁶.

Para Toledo (1992; 1994), Coutinho e Weffort não consideram a democracia como burguesa e estes acreditam que a dominação social ou, a transformação da sociedade capitalista, se dará através de meios consensuais e não mediante recursos repressivos. Já para Toledo (1992: 61-62),

Ninguém pode discordar da tese segundo a qual o alargamento da democracia política tem sido possível fundamentalmente graças às iniciativas e lutas das classes populares e trabalhadoras. Mas disso não se pode concluir – como pretendem os adeptos da democracia moderna (‘subversiva’, ‘revolucionária’) é um poder exclusivo dos setores populares. Ou seja, a democracia, na perspectiva acima, serviria prioritariamente às massas trabalhadoras e não aos seus opressores. Subestima-se, assim, a realidade de que o funcionamento regular das instituições políticas democráticas (as eleições rituais, o pluripartidarismo, as liberdades políticas etc.) contribui também decisivamente para a legitimação da ordem social burguesa. A realização da democracia representativa, na plena vigência da racionalidade capitalista, cria e difunde também a ideologia do Estado neutro, do Estado representativo de toda a população, abstraída de sua divisão em classes sociais. Tais efeitos ideológicos não devem, pois, serem subestimados embora daqui não se conclua absolutamente que a democracia política seja prejudicial à luta dos trabalhadores.

Toledo (1992; 1994) considera esta democracia moderna como poderoso recurso ideológico e garantia da reprodução da desigualdade. Assim, pode-se afirmar que, como outros autores já citados, Toledo também considera esta democracia como uma democracia das classes dominantes que atende apenas aos seus interesses e que dá ao povo a garantia do direito de voto como parte dessas “igualdades as avessas” da democracia brasileira. Toledo (1992: 62) referindo-se ao Estado representativo, diz que “é ingênuo pensar que sua crescente democratização lhe retirará o caráter burguês”. E prossegue dizendo que enquanto a classe dominante estiver no poder, restará para as classes dominadas à submissão e a reprodução da desigualdade.

Isto posto, o que se pode concluir do conceito de democracia da sociedade capitalista é a afirmação do que os autores acima citados pensam a respeito desta. Sendo a atual sociedade dirigida pela classe dominante, os projetos de lei, as políticas e as implementações vindas desta classe só poderão atender os seus próprios objetivos.

Nas palavras de Borges (2006a: 42),

⁵ Esta expressão foi utilizada por Coutinho em 1978, com seu ensaio intitulado “Encontros com a civilização brasileira”. Outra obra importante deste autor em que ele fala sobre este conceito de democracia é o livro “A Democracia como valor universal e outros ensaios”, publicado em 1984.

⁶ Aqui, Toledo se refere à obra “Por que democracia” de Francisco Weffort, publicado em meados da década de 1980.

Tal entendimento nos leva a concluir, que é acertado teórica e historicamente associar a democracia à burguesia e entendê-la burguesa, já que é uma forma do Estado burguês, num contexto e numa formação social definida. Porém, apesar disso, defendê-la enquanto tática e nunca enquanto estratégia, pois a relativização nos obriga a pensar que esse Estado e suas instituições não nos servem enquanto projeto de classe.

Vale ressaltar que esta democracia é burguesa, mas não se pode afirmar que ela é em si mesma, burguesa e só pode ser burguesa. Isto porque, segundo Borges (2006a:42), “há que se considerar que a democracia é burguesa na formação social em que esta classe for dominante, hegemônica”. Desta forma, no possível Estado socialista, a democracia seria socialista ou uma democracia proletária, já que a classe hegemônica, neste caso, seria a classe trabalhadora. Assim, ainda segundo Borges (2006a: 42), “[...] a democracia, enquanto uma forma de Estado, pode se constituir historicamente em diferentes modos de produção”.

Entretanto, e como sempre ressaltou Marx, há a necessidade de “pensar por contradição”. Ao mesmo tempo em que as políticas sociais implantadas pela democracia burguesa buscam atender os seus interesses, de uma forma ou de outra elas acabam proporcionando acesso (mesmo que restrito) à classe trabalhadora de garantirem alguns direitos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, pôde-se analisar a crença que a sociedade ainda tem na democracia.

No período da ditadura, viu-se que a luta pelo fim do regime fez com que artistas, educadores, políticos de esquerda e a sociedade, no geral, criassem a coragem para se voltarem contra o governo austero e arbitrário.

No campo da educação, perceberam-se as frustrações advindas de acordos internacionais que tinham o interesse em desenvolver o país para que este se tornasse mais produtivo e, conseqüentemente, seguidor das regras do mercado capitalista. Também foi possível observar que, até hoje, a educação é utilizada para este fim. Pois, as políticas educacionais atuais, além de seguirem a risca a cartilha dos Organismos Internacionais, pregam chavões que acabam iludindo o povo com a garantia da ascensão social, através do acesso a escola.

O discurso da democratização, expressa a ideologia segundo a qual se deve acreditar que, por meio da educação, pode-se diminuir ou terminar com as desigualdades sociais. Entretanto, não é demais reafirmar que as desigualdades que as políticas pretendem suprimir não foram produzidas no âmbito da educação. Do mesmo modo, não será neste âmbito que tais questões encontrarão solução. Isto porque, acredita-se que a desigualdade social e econômica não tem no terreno educacional seu lócus de produção e tampouco de superação. Como afirma Borges (2006a:106), “a luta histórica da classe trabalhadora por melhores condições de vida, em contraposição à luta histórica da burguesia pela ampliação da acumulação, teve como vitória mediada a democracia, com toda possibilidade de ampliação dos direitos e supressão de tais direitos.”

Porém, através das análises aqui feitas, observou-se que o que sobrou para a sociedade brasileira após a ditadura não foi a democracia que o povo tanto almejou e,

esta que está posta, não passa de um arremedo, visto que, como enfatiza Borges (2006a), não se configurou em avanços sociais.

Pelas análises dos autores apontados neste trabalho, percebe-se que a democracia existente na sociedade capitalista é a única que a classe dominante permite que exista. E, esta democracia da burguesia, traz a igualdade formal de direitos políticos que é mínima, em relação às desigualdades através das relações de dominação e de exploração.

Entretanto, como afirmado por diferentes autores, não se pode negar que a democracia política no Estado burguês teve seus avanços e acabou criando algumas medidas que foram importantes para a classe trabalhadora. Mas, ela continua sendo um poderoso instrumento de garantia e reprodução do modelo social existente.

Esta democracia da sociedade capitalista recebe diversas denominações. Dentre as quais: democracia limitada, democracia limitadora, democracia formal, democracia representativa, democracia burguesa, democracia política, etc. E, percebeu-se no decorrer das análises, que muitas pessoas acreditam que com a ampliação da democracia, independentemente de sua denominação, uma sociedade igualitária, justa e mais humana – socialista – pode ser alcançada. Entretanto, o Estado não permitirá que isso aconteça, pois, tem como sua principal função garantir a manutenção e a reprodução do capitalismo. E, a democracia real, aquela que tem o seu significado “o governo da maioria”, também é mera ilusão.

Em Saes *apud* Malanchen (2007: 205), afirma-se que:

[...] como ‘nova democracia brasileira’, existem três limitações que nos impedem de vivermos um regime democrático real. Uma primeira limitação é a conservação da militarização em nosso país, reforçada pela constituição de 1988, que favorece politicamente as forças armadas em favor da ‘manutenção da ordem’. A segunda limitação da democracia está na constituição de 1988, em que se reforçou a posição do executivo, que havia sido devolvido ao parlamento, ao dotar o governo de um instrumento poderoso como ‘a medida provisória’, retirando as decisões de sua tramitação no congresso. A terceira limitação, é a de que o governo não se constitui rigorosamente como partidário, o que evidencia a ascendência da burocracia de Estado, abrindo espaço para intervenção da burocracia estatal no processo político, instrumentalizada pelos segmentos da classe dominante que organizam ativamente a sua hegemonia política no seio do bloco do poder.

Em suma, pode-se concluir que a democracia burguesa é sempre desastrosa para a classe trabalhadora e, desta maneira, todas as implementações advindas do Estado democrático serão em prol dos seus objetivos. E, por ser uma forma de Estado, será sempre melhor para apenas uma classe, pois, como afirma Borges (2006a:184), baseando-se em Martorano “Se puder existir uma democracia para todos é porque não existe mais classe social e possivelmente nem Estado e então nem mesmo democracia”.

Dessa maneira encerra-se com Rosenfield (2003: 31), entendendo que “a democracia veio a ser apenas formal, pois está principalmente voltada para a proteção das fortunas privadas e dos novos privilégios sociais”. Compreende-se, então, que a democracia é uma forma de poder político, portanto, de Estado. É um instrumento de dominação política e os fins a que subordina esse instrumento são determinados por interesses de classe. Sendo assim, sobre a base das relações capitalistas de produção, a democracia será sempre a forma política de dominação de classe da burguesia. Somente nesse modelo de democracia pode existir privatização, terceirização, dolarização, degradação dos serviços públicos, subordinação dos interesses coletivos à lógica

selvagem do capital e “supressão dos direitos conquistados em secular combate da classe operária” [...], “culto do sucesso financeiro e monetário” [...] e “banalização da crueldade social” (MORAES, 2001: 17).

Pode-se, a este ponto, utilizar a fala (a qual cabe perfeitamente) de Saviani (2003:10), quando se referia à escola nova, para caracterizar a democratização proposta pelas atuais políticas, que cumprem, “[...] ao mesmo tempo uma dupla função: manter a expansão da escola em limites suportáveis pelos interesses dominantes e desenvolver um tipo de ensino adequado a esses interesses. É esse fenômeno que denominei de ‘mecanismo de recomposição da hegemonia da classe dominante’.

Por essa razão, reafirma-se o entendimento do conceito de democracia da era moderna, logo, burguesa, como estratégia capitalista de manutenção de um Estado que garante a realização de seu projeto de classe, nesse caso, da classe dominante, que assim assegura a reprodução e acumulação do capital, em condições adequadas e controláveis.

Cabe aos educadores comprometidos com a transformação desta sociedade a luta insistente em busca de uma nova proposta educacional que possa dar suporte a esta mudança.

4. REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BORGES, Liliam Faria Porto. Sobre o conceito de democracia no debate da esquerda: Contribuições de Décio Saes. In: **Anais do II Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo**. Curitiba, 2006. p. 01 – 16.
- _____. **Democracia e Educação: Uma análise da crítica às políticas educacionais no Brasil (1995–2002)**. São Carlos – SP: 2006. Tese de doutorado defendida no programa de pós-graduação em Educação na Universidade Federal de São Carlos.
- MALANCHEN, Julia. **As políticas de formação inicial a distância de professores no Brasil: democratização ou mistificação?** Florianópolis: 2007. Dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina.
- MORAES, Silvia Pereira Gonzaga de Moraes. Retrospectiva Histórica da disciplina de Prática de Ensino no Curso de Pedagogia: focalizando a década de 1980. In: GALTER, Maria Inalva (org.). **Anais do IV Seminário de Prática de Ensino**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.
- MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. In: _____. **Crítica Marxista**. São Paulo. v. 12 p. 9-40, mai. 2001.
- PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2003. Coleção Primeiros Passos.
- SAES, Décio. A democracia burguesa e a luta proletária. In: SAES, Décio. **Estado e Democracia: ensaios teóricos**. 2. ed. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **Intelectuais de Esquerda e a Questão da Democracia**. In: BRANDÃO, Zaia; WARDE, Mirian Jorge; IANNI, Octávio et AL. **Universidade e educação**. Campinas, SP: Papyrus: 1992.
- _____. A Modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? In: **Crítica Marxista**, v. 1, n. 1, 1994, p. 27 – 37.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Trabajo, Clase y Estado em El Capitalismo Global**. Buenos Aires. CLACSO, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/seattle/wood.pdf>> Acesso em agosto de 2008.
- _____. **Estado, democracia y globalización: La Teoría Marxista hoy - problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxis/marix.html> Acesso em 12 de setembro de 2006.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 27 de agosto de 2008.

GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO BASE PARA
EMPREENDER COM SUSTENTABILIDADE: ESTUDO DE CASO COM
MULHERES EMPREENDEDORAS

Profa. Dra. Daniela Carnio C. Marasea (UNAERP)*
Kelly Lopes Bassaneni - UNAERP
Yná Bicego Queiroz – UNAERP
Guilherme Lopes Nakamoto - UNAERP

RESUMO: O presente estudo teve objetivo de verificar a qualidade de vida de mulheres empreendedoras das classes sociais A, B, C e D da cidade de Ribeirão Preto. Propôs-se também verificar se estas mulheres fizeram a gestão do conhecimento para empreender os seus negócios e indagar se conseguiram obter qualidade de vida e satisfação pessoal com seus empreendimentos. O trabalho foi desenvolvido de forma exploratória por um estudo de campo. Deste modo, os empreendedores devem aprender gestão do conhecimento para buscar melhor qualidade de vida e satisfação pessoal dentro e fora do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: qualidade de vida no trabalho; mulheres empreendedoras; gestão do conhecimento.

ABSTRACT: This study aims to verify the quality of life of women entrepreneurs from social classes A, B, C and D of Ribeirão Preto city. It is also proposed to raise if these women have the knowledge to undertake management their business and to obtain quality of life and personal satisfaction with their ventures. The study was conducted in an exploratory study in the field. Thus, the entrepreneurs must learn to manage knowledge get better quality of life and personal satisfaction within and outside of work.

KEYWORDS: quality of life at work, women entrepreneurs, management of knowledge.

1. INTRODUÇÃO

Para que se possa iniciar a discussão entre a gestão do conhecimento como base para empreender com sustentabilidade tendo foco no empreender, principalmente no caso de mulheres, há necessidade de se fazer um breve preâmbulo sobre a mulher e o mercado de trabalho.

Nos últimos anos a participação de mulheres no mercado de trabalho tem aumentado significativamente. Desde a década de 70 as mulheres vêm conquistando seu espaço no mercado de trabalho brasileiro. Segundo Bruschini e Lombardi (2002) o número de mulheres participantes da população economicamente ativa (PEA) no Brasil em 1976 era de 11,4 milhões. Já em 1990 este número passou para 22,9 milhões e em 1998 este número saltou para 31,3 milhões, o que significa um aumento de 174% em 14 anos. Segundo dados do IBGE, as mulheres já são mais da metade da população brasileira — 96 milhões, contra 91 milhões de homens. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada em 2007 revelou que, em 2006, o total de mulheres empregadas no Brasil atingiu 42,6 milhões, quase o total da população feminina brasileira em 1970. Dos 10,1 milhões de postos de trabalho abertos no Brasil

*Professora Titular do Departamento de Administração da Universidade de Ribeirão Preto

na década de 90, quase 7 milhões foram ocupados por mulheres. De setembro de 2005 ao mesmo período de 2006, segundo revelou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, 2,1 milhões de pessoas entraram no mercado brasileiro de trabalho. Neste montante, a participação das mulheres cresceu 3,3%, enquanto os homens registraram crescimento de 1,82%.

Muitas são as razões deste aumento de mulheres no mercado de trabalho desde as econômicas, e não econômicas, de natureza sociológica, dentre outras, mas o que se observa é que é uma mudança de comportamento que não tem volta cuja trajetória parece desenhar-se na caminha da modernidade ocidental. (LINDO et al, 2007)

Alia-se a estes dados o fato de que na década de 90 terem sido constituídas 4,9 milhões de empresas no Brasil, que segundo o SEBRAE destas empresas 2,7 milhões são microempresas. Isto corresponde a mais de 55% das empresas criadas no período. Estes dados direcionam para o forte apelo ao empreendedorismo como alternativa para a economia (VEJA, 2007). Por outro lado, pesquisa realizada pela GEM em 2003 mostra que 68% das mulheres donas de seus próprios negócios passaram a empreender por necessidade, enquanto apenas 49% dos homens empreenderam por necessidade (LINDO et al, 2007).

A busca de oportunidades não é algo feito pelas novas gerações de cidadãos do século XXI. A procura do preenchimento dessas lacunas sempre existiu. Entretanto, a fusão do ato de empreender conciliado com a Qualidade de Vida no Trabalho é uma atitude recente, pouco desenvolvida e com um campo de aplicação extenso. O conceito QVT refere-se à preocupação com o bem estar geral e a saúde dos trabalhadores no desempenho de suas tarefas. Atualmente, o conceito de QVT envolve tanto os aspectos físicos e ambientais como os aspectos psicológicos do local de trabalho. (NADLER & LAWLER, 1983)

Segundo Fleury & Fleury (1997), ao se gerir conhecimentos, se apropria de conhecimentos tácitos e transforma este conhecimento em explícito. Este processo de transformação do conhecimento tácito em explícito só é possível quando o mesmo é compreendido e transformado em algo palpável e aplicado a rotina diária, dentro das dimensões e realidade de quem o utiliza. Ao se falar, então, desta gestão do conhecimento, tem-se o homem como elemento central de toda transformação, pois embora haja a evolução das tecnologias, dentre outros aspectos, esta evolução só acontece porque pessoas viabilizam, sendo então o capital intelectual para a contemporaneidade. Deste modo, o empreender deve considerar a sustentabilidade do negócio, a qualidade de vida no trabalho incluindo a discussão do ser humano como diferencial competitivo.

Considerando o exposto acima, este trabalho se justifica pela necessidade de se compreender a crescente importância das mulheres no mercado de trabalho. Tem-se como objetivo geral verificar a qualidade de vida de mulheres empreendedoras das classes sociais A, B, C e D da cidade de Ribeirão Preto. Como objetivos secundários este trabalho se propôs a levantar se estas mulheres fizeram a gestão do conhecimento para empreender os seus negócios, indagar se conseguiram obter qualidade de vida e satisfação pessoal com seus empreendimentos.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio de um estudo de campo que segundo Gil (1999) parece ser o mais pertinente para este tipo de problema, uma vez que se trata de um fenômeno pouco explorado, cujas variáveis não estão claramente consolidadas em termos conceituais. Os estudos de campo procuram mais o aprofundamento das questões propostas que distribuição de características da população de acordo com determinadas variáveis. Desta forma, o planejamento do estudo de campo apresenta maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa.

Segundo o autor, no estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, assim o estudo de campo torna-se viável por meio da pesquisa exploratória.

Trata-se de uma pesquisa exploratória que visa familiarizar-se com a percepção da qualidade de vida no trabalho de mulheres empreendedoras. Para Malhotra (2006), a pesquisa exploratória é usada nestes casos nos quais é necessário definir o problema com maior precisão, identificar cursos relevantes de ação ou obter dados adicionais antes que se possa desenvolver uma abordagem.

A pesquisa teve como objetivo estudar a qualidade de vida das mulheres empreendedoras de classes sociais A, B, C e D da cidade de Ribeirão Preto. Especificamente, o estudo se propôs a investigar, a partir das percepções de mulheres empreendedoras, as questões relativas a esse equilíbrio entre vida profissional e vida familiar e pessoal, abordando aspectos de relacionamento com o cônjuge ou companheiro, filhos, cuidados pessoais e lazer.

Segundo Folha On-line (2008), são consideradas de classes sociais A e B pessoas com uma renda média salarial acima de 10 salários mínimos, e de classes sociais C e D pessoas que recebem de 4 a 10 salários mínimos.

Foram definidos como os sujeitos da pesquisa: mulheres que estabeleceram um negócio próprio, consistindo este na sua atividade principal, sendo de classes sociais A, B, C e D, que residem na cidade de Ribeirão Preto. A amostra foi intencional, buscando pesquisar mulheres de diferentes classes sociais que empreenderam seus próprios negócios e cujos negócios são reconhecidos como bem sucedidos.

Foi escolhido o tipo de amostragem não probabilística e por conveniência, que segundo Malhotra (2006) na amostra por conveniência escolhem-se empresas e/ou indivíduos que se apresentam mais convenientes (local, hora) para o estudo.

Tais mulheres se encontravam ativas em seus negócios até a data das entrevistas e não possuíam outra atividade profissional, podendo ser as únicas proprietárias do negócio ou possuir sociedades. A escolha destas mulheres deu-se pelo sucesso reconhecido pelo mercado de seus empreendimentos, e pela disponibilidade em responder a entrevista. As participantes responderam a entrevista e falaram um pouco da sua evolução profissional.

O método de pesquisa envolveu entrevistas em profundidade, que permitiram a obtenção das perspectivas relativas ao equilíbrio entre vida pessoal e vida profissional de cada entrevistada. Foram construídos dois roteiros de entrevista, um direcionado para as classes sociais A e B que contém 29 questões, sendo 19 de múltipla escolha e 10 abertas, e outro direcionado para as classes sociais C e D que contém 34 questões, sendo 29 múltipla escolha e 5 abertas.

Para montar o roteiro de entrevistas, foram selecionadas variáveis a partir da literatura sobre o tema. No quadro 1 abaixo estas variáveis podem ser observadas:

| | Variável | Descrição |
|---|--------------------|--|
| 1 | Empreendedorismo | O que entende por empreender. |
| 2 | Dedicação | Quanto tempo diário é dedicado ao empreendimento, qual o intervalo e a periodicidade do lazer. |
| 3 | Auto-imagem | Qual a descrição que a empreendedora dá de si própria. |
| 4 | Satisfação pessoal | Conciliação entre mercado de trabalho e atividades domésticas. O equilíbrio entre a vida profissional, a dedicação à família e o próprio sustendo, ou as limitações impostas pelo mercado de trabalho. |
| 5 | QVT | Como é analisada a qualidade de vida pelas empreendedoras. |
| 6 | Projeto de vida | Qual a expectativa para a vida num prazo de cinco anos. A busca da satisfação pessoal integral. |

Quadro 1: Variáveis do estudo

Fonte: Elaborado pelos autores

Tendo como base as variáveis acima, foram construídas perguntas que compuseram o roteiro das entrevistas. Este roteiro contemplou questões relativas ao perfil das respondentes (nome, idade, grau de escolaridade, nível salarial e conhecimento sobre o negócio) e questões sobre cada variável do quadro acima. O roteiro foi elaborado com 17 (dezessete) questões estruturadas e houve espaço para complementações das questões conforme necessidades nas entrevistas.

Optou-se pelas entrevistas focadas por se acreditar que esse seja o meio mais apropriado para se compreender as interpretações do grupo pesquisado.

Buscou-se realizar o maior número possível de entrevistas, sendo estas previamente agendadas com as participantes. Em relação ao grupo 1 (classes sociais A e B) foram realizadas 12 entrevistas e em relação ao grupo 2 (classes sociais C e D) obteve-se 23 depoimentos.

Antes de cada entrevista ser iniciada, foram explicados às entrevistadas o objetivo e a relevância da pesquisa, a importância de sua colaboração, bem como foi garantida a confidencialidade da identidade das participantes. Alguns pontos relevantes dos depoimentos obtidos foram registrados pelas pesquisadoras em blocos de notas, durante as entrevistas, de modo a manter a fidedignidade dos dados.

Os dados coletados foram agrupados de acordo com as variáveis do estudo e similaridade de respostas e foram comparados à teoria, por meio de análise de conteúdo. Vergara (2005) diz que a análise de conteúdo é considerada uma técnica para tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de um tema e que este tipo de análise é mais adequado quando se tem transcrição de entrevistas e documentos instrucionais. A análise de conteúdo com grade mista permite maior flexibilidade de análise, uma vez que existem as categorias definidas a priori, com base na literatura e

também a possibilidade de inserção de elementos presentes nos dados coletados, sendo recomendada para pesquisas exploratórias.

3. APORTE TEÓRICO

Segundo Marasea (2007) o tema Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) está relacionado ao desempenho e ao bem estar do colaborador dentro das empresas, e são vários os fatores que podem interferir nesta relação. O equilíbrio entre a vida pessoal e a vida profissional quando considerado pela empresa e incentivado, torna esta empresa e seus colaboradores um dos diferenciais no mercado de trabalho. Com o aumento da participação da mulher nesse contexto, em particular o aumento da participação das mulheres casadas e com filhos, essa qualidade de vida passou a ser um indicador importante quando se busca uma empresa para trabalhar. Muitas dessas mulheres começaram a empreender seus próprios negócios, pois não encontraram respaldo nas empresas para manter a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

Silva (1999) também condiciona que o principal motivo para se investir em qualidade de vida é a própria sobrevivência da organização. Segundo ele, em uma época em que se valoriza o individualismo, se observa uma forte tendência em todos os setores de resgatar o lado humano, já que para crescer é necessário qualidade e excelência no que se faz, isso só é possível quando se leva em conta o principal capital de uma empresa, ou seja, seus recursos humanos. Hoje, além do conhecimento técnico, o grande diferencial é a motivação e o comprometimento com o trabalho, que tem necessariamente uma relação direta com a satisfação.

Ainda de acordo com os autores, Fernandes & Tardivo (2003) desde épocas passadas era notável a preocupação das organizações com a valorização do individualismo, lucratividade e a produtividade. Entretanto hoje se observa que nas empresas onde os empregados percebem que há QVT há uma maior produtividade e lucratividade.

Existem várias conceituações sobre Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), Limongi-França & Arellano (2002), conceitua QVT como um conjunto de ações de uma empresa no sentido de implantar melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais no ambiente de trabalho.

Fenandes & Tardivo (2003) também acrescentam que o trabalho não era visto como gerador de satisfação e desenvolvimento de capacidade na maioria das vezes, muito pelo contrário, trazia sofrimento, ausência de significação e alienação do trabalhador, que não conhecia o processo de produção como um todo e não podia se apropriar do resultado de sua atividade.

Segundo Fleury e Fleury (2001) o conhecimento e a aprendizagem possuem aspectos diferentes. Assim, os autores diferenciam os conceitos de aprender e aprendizagem, onde aprender implica entendimento do passado, capacitação no presente e preparo adequado para o futuro. Já a aprendizagem é processo de mudança resultante de prática ou experiência anterior que pode manifestar-se em uma mudança perceptível de comportamento ou não.

Um fator de grande importância é a busca por um maior entendimento sobre como as organizações maximizam sua competitividade através da Gestão do Conhecimento. Ury (1999: 46) explica que “a falta de informação e conhecimento na consecução dos negócios leva a formação de uma cultura organizacional/empresarial

enviesada e distanciada dos padrões necessários a Era da Informação e a própria Gestão do Conhecimento.”.

A Gestão do Conhecimento, vista como uma coleção de processos que governa a criação, disseminação e utilização do conhecimento para atingir plenamente os objetivos da organização, é uma área nova na confluência entre Tecnologia da Informação e Administração, um campo entre a estratégia, a cultura e os sistemas de informação de uma organização. Com o enfoque da Gestão do Conhecimento começa-se a rever a empresa, suas estratégias, sua estrutura e sua cultura. Trata-se de uma mudança cultural enorme, de adoção de novas ferramentas e métodos de gestão voltados à valorização ampla e democrática dos conhecimentos de cada indivíduo, da facilitação do processo de compartilhamento de conhecimentos em todos os níveis, do redesenho de processos e regras do trabalho e da noção de que o conhecimento mais valioso é aquele tácito e inserido nos valores da organização. (DAVENPORT E PRUSAK: 1998)

Fillion (1999), entretanto associou o empreendedorismo à inovação. Sustenta que a essência do empreendedorismo está na percepção e no aproveitamento das novas oportunidades no âmbito de negócios. Especificamente Fillion (1999) afirma que é fundamental não se limitar a uma abordagem unidimensional do empreendedorismo, pois as diferentes abordagens não devem ser consideradas erradas, mas complementares.

Para Fernandes & Tardivo (2003), muitos empreendedores passaram a entender que quanto maior a satisfação do trabalhador dentro das empresas, maior seu rendimento. Com isso, algumas organizações passaram a investir mais nos trabalhadores buscando oferecer-lhes uma melhor qualidade de vida no trabalho.

No entanto devido às diferenças entre as classes sociais, não são todos os empreendedores que têm condições de investir em qualidade de vida de seus funcionários, visto que, alguns pequenos empreendedores ocupam todos os cargos dentro de sua organização, como por exemplo, o dono de um carrinho de cachorro quente. É ele quem faz os lanches, supervisiona e corrige seus erros e administra o seu negócio (DOLABELA, 2003).

Com respeito às características do empreendedor, Tonelli (1997) e Borchert (1999), demonstraram que os empreendedores possuem necessidades - sociais e pessoais -, habilidades, valores e conhecimentos comuns entre si que trabalhadas simultaneamente desenvolve o perfil de empreendedor.

Borchert (1999) ainda acrescenta que o desenvolvimento de habilidades e competências está intimamente ligado à preparação do sujeito para a resolução de problemas e a elaboração de resultados importantes para si próprio e para o meio social no qual está inserido. Para Mirshawka (2003), essas habilidades se sobressaem muito nas mulheres, pois têm vocação nata para poli valência.

Jonathan (2001) afirma que dentro do contexto de um significativo crescimento do trabalho feminino no Brasil, as mulheres vêm aumentando sua atuação em posições de liderança nas empresas e conquistando mais terreno no espaço público.

De acordo com Bruschini & Puppini (2004) estudos apontaram que essa realidade é caracterizada pelas contínuas mudanças. Para Ferber, O'Farrel & Allen (1991) esse aumento expressivo da participação das mulheres na força de trabalho pode ser considerado a causa da transformação mais importante no mercado de trabalho nos últimos vinte anos.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente estudo aborda de maneira qualitativa por meio de análise de conteúdo a qualidade de vida no trabalho das mulheres empreendedoras das classes sociais A, B, C e D na cidade de Ribeirão Preto, inseridas em diversos setores e com funções/atividades distintas.

Empreendedoras das classes sociais A e B são proprietárias de empreendimentos comerciais e possuem renda mensal que varia desde R\$2.100,00 até valores superiores a R\$12.000,00. Constata-se que o segmento que apresenta o maior número de empreendedoras entrevistadas é o setor de vestuário, onde oito das doze entrevistadas possuem loja(s) de confecção de roupas, as demais possuem ramos diversos, que variam entre indústria de calçados, restaurantes e salão de beleza.

Já as mulheres das classes sociais C e D possuem renda mensal variando entre R\$700,00 e R\$1900,00. Estas mulheres, na maioria das vezes, estão vinculadas com o comércio em geral relacionadas à venda de produtos diversos ou a prestação de serviços; onde amplia-se a variedade de atividades exercidas, tais como costureiras, manicures, cabeleireiras e outras atividades voltadas à estética.

A diferença de idade de empreendedoras varia numa faixa de dez anos, geralmente as mulheres das classes sociais A e B iniciam o empreendimento entre 31 e 40 anos, já as classes sociais C e D iniciam o empreendimento entre 41 e 50 anos. Essa diferença pode ser atribuída aos melhores recursos financeiros que as mulheres das classes sociais A e B possuem, possibilitando a contratação de serviços de terceiros para o conforto e desenvolvimento familiar. Em relação à classe social C e D, pode-se aventar a possibilidade delas terem iniciado seus negócios mais tardiamente, pois em um primeiro momento trabalharam como empregadas em algum tipo de organização, e possivelmente tiveram a oportunidade de aprender o ofício e/ou como gerenciar o negócio por meio desta experiência. O que pode tê-las incentivado, após deixarem os seus antigos empregos, a abrir o próprio negócio.

Outro fator observado acima para o início do ato de empreender é o grau de escolaridade, as mulheres das classes sociais A e B, quase em sua totalidade (11 de 12 respondentes), possuem um curso superior completo, sugerindo que em um primeiro momento buscaram uma formação específica na área onde queriam se realizar profissionalmente para depois abrirem seus próprios negócios, ou seja, o conhecimento explícito. Por sua vez, as mulheres das classes sociais C e D muitas vezes não terminaram o Segundo Grau, corroborando a hipótese acima, de que primeiro aprenderam o ofício trabalhando como empregadas e depois se sentiram melhor preparadas para abrir o próprio negócio. Este tipo de aprendizado pode ter ocorrido por meio do conhecimento tácito.

Com a diferença de idade e escolaridade entre as classes sócias, nota-se que muitas mulheres das classes sociais A e B empreendem por desejo ou conquista pessoal/profissional, já as mulheres das classes sociais C e D empreendem por necessidades, sendo o único recurso ou meio de atividade profissional geradora de fonte de renda e sustento familiar.

Praticamente todas as respondentes afirmaram serem casadas, independente da classe social. Apenas quatro respondentes pertencentes à classe social C e D disseram que não são casadas. Junto ainda este fato das empreendedoras terem um parceiro fixo que as ajude no sustento da casa e nas responsabilidades, em especial para as mulheres pertencentes às classes A e B, reforça os dados da literatura. Para Dolabela (1999),

primeiro a mulher deve desenvolver o conceito de si, ou seja, se auto-analisar e decidir as metas, identificando suas características pessoais, os pontos fortes e fracos em relação à atividade empreendedora.

O orgulho da profissão, que reflete o quanto o indivíduo possui sentimentos positivos em relação à sua profissão, é uma característica frequentemente presente nas mulheres que possuem seus próprios negócios. As pesquisadas demonstram estar satisfeitas com a sua profissão e ter orgulho desta, principalmente devido ao interesse pelo trabalho e à autonomia. Abaixo dois depoimentos ilustram o fato nas palavras das entrevistadas:

Eu não pensava em nada disso. Eu não planejei muito. Mas tenho prazer de fazer. De ver crescer, fazer planos para crescer mais. Meu marido, que trabalha numa empresa, não é assim. Eu fico muito mais empolgada do que ele quando chego em casa. Eu acho o meu trabalho muito mais interessante, meu trabalho tem muito mais novidades a cada dia. Cada trabalho feito é uma vitória. Classe Social A e B

Lógico que se eu pudesse escolher não iria ser sacoleira, talvez até outra profissão. Sempre gostei de mexer com venda roupas, mas queria ter uma loja grande e bonita, em um shopping... Mas me orgulho de ser o que sou, pois tenho tudo que quero através do meu suor e muito trabalho. Classe Social C e D

De acordo com os depoimentos relatados acima, afirma-se que todas as entrevistadas têm orgulho da profissão, porém as mulheres de classes sociais C e D gostariam de ter condições melhores para investir no seu empreendimento, passando de micro ou pequena empresa para média ou grande empresa, obtendo maior qualidade no serviço ofertado, sendo assim prestigiada pela sociedade.

Em relação à satisfação com a carreira, que reflete uma avaliação da satisfação com o progresso e o sucesso dos indivíduos ao longo do tempo na sua vida profissional, as mulheres empreendedoras brasileiras demonstram estarem satisfeitas com o desenvolvimento de seus negócios.

As satisfações pessoais, pelo Restaurante, pelo que ele é. Se eu tivesse outro negócio, uma sapataria, conserto de relógio, talvez não me desse tanto prazer. Mas o meu negócio me dá muito prazer. Eu tenho satisfação com o sucesso que o Restaurante tem.”

Gosto muito do que faço. Não conseguiria me imaginar hoje em dia sem meu trabalho. Classe Social A e B

Gosto muito do que faço, tenho meu próprio negócio, minhas freguesas sempre elogiam meu trabalho e me indicam para amigas e tal...

Não gosto muito do que faço não. Preferia ter um negócio diferente, onde eu não tivesse que trabalhar muito, apenas orientar e tivesse mais tempo pra ficar com meus filhos. Classe Social C e D

Este aspecto parece corroborar a afirmação de Loscocco (1997) de que as pessoas que possuem seus próprios negócios reportam uma maior liberdade, autonomia e oportunidade de auto-realização do que aquelas empregadas em grandes organizações. Outro fator observado foi a motivação que as entrevistadas demonstraram possuir para gerir e expandir seus negócios. Mas um dos depoimentos ilustra o conflito entre trabalho e cuidar do filho, evidenciando que a atividade empreendida foca-se exclusivamente na necessidade.

No quesito “satisfação pessoal” aferiu-se que para as mulheres pesquisadas o convívio doméstico-familiar é parte primordial da qualidade de vida. Quando indagadas sobre o que esperam para suas vidas dentro de cinco anos, duas respondentes afirmaram pretender transferir as empresas para seus filhos.

Há cinco anos eu esperava estar trabalhando um pouco menos e dedicando-me mais à família. Não consegui. Esperava colocar um empreendimento em pé e estar funcionando: isso parece que vai dar certo. Espero daqui a cinco anos estar trabalhando, com a família unida e com saúde, que a minha empresa já consiga estar estabilizada. Classe Social A e B

Ah, eu quero mesmo é ser feliz. Trabalhar, ter meu cantinho e ser feliz com minha família. Queria ter mais tempo pra eles, mas gosto muito do que faço. A costura, além de me dar um dinheirinho, me distrai. Não sei se vou conseguir ficar parada um dia. Classe Social C e D

As histórias de vida das 35 entrevistadas deixam claro que todas têm criatividade na resolução de problemas cotidianos, bem como *feeling* na identificação de oportunidades, e competência para trabalhar com essas oportunidades. Para a maioria das mulheres, o objetivo maior de um negócio próprio é ter flexibilidade e alcançar satisfação pessoal. É poder trabalhar a quantidade de horas que quiser e conseguir conciliar a atividade profissional com a familiar.

Segundo Gosselin e Grise (1990 apud LINDO et al, 2007) as mulheres preferem manter um lento crescimento de seus negócios visando preservar a qualidade de vida. Também há a influência da questão trabalho e família, onde quanto maior for o porte do empreendimento, mais tempo terão que despende com o trabalho e, conseqüentemente, menos tempo vão ter para a vida familiar.

Desse modo, pode-se afirmar que o objetivo inicial dessa pesquisa “avaliar as expectativas de algumas mulheres empreendedoras das classes sociais A, B, C e D da cidade de Ribeirão Preto, destacando as dificuldades encontradas por estas para obterem qualidade de vida no trabalho”, aponta o excesso de atividades e a dupla jornada de trabalho como principais fatores que dificultam a busca pela qualidade de vida o trabalho.

O empreendedorismo feminino evidencia um fenômeno social recente: a mudança na estrutura familiar. Como constatado pela pesquisa, todas as entrevistadas afirmaram que gostariam de passar mais tempo com a família e reconheceram que as atividades de trabalho prejudicam o relacionamento com os filhos.

Tais resultados obtidos também são direcionados as colocações de Jonathan (2001), ao afirmar que o que as empreendedoras brasileiras mais desejam é o equilíbrio entre o espaço profissional, familiar e pessoal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo verificar a qualidade de vida de mulheres empreendedoras da cidade de Ribeirão Preto. Estes objetivos foram atingidos. Após todas as considerações citadas, observa-se que as mulheres revolucionariam o cenário do mercado de trabalho; com o aumento de divórcios e filhos para cuidar, elas saem em busca de Qualidade de Vida, ou seja, de um emprego que lhes dê condições de equilibrar a sua vida pessoal e profissional; caso não encontrem isso nas empresas elas

se dispõem a empreender, não importando as dificuldades ou a diferença de classe social.

Depoimentos coletados mostram que a opção de atividade empreendedora está diretamente ligada ao desejo ou necessidade de empreender, ambos dependem da gestão do conhecimento. Nas classes sociais A e B o aprimoramento da gestão do conhecimento parte do aprendizado explícito, onde as empreendedoras buscaram na graduação embasamento teórico para iniciar o empreendimento, diferente das classes sociais C e D que as mulheres adquiriram um conhecimento tácito em empregos anteriores para obter resultado semelhante aos das classes sociais A e B.

Com a gestão do conhecimento é notório que tanto o conhecimento explícito ou tácito, as mulheres que conseguiram empreender sentiam-se preparadas e seguras para dar início ao empreendimento, experiência adquirida de forma teórica ou rotineira. Ambas as classes sentiram-se realizadas e satisfeitas com a flexibilidade de horário, mesmo que não ocorra a redução da carga horária.

Não são todas as empreendedoras que têm condições de investir na sua qualidade de vida, visto que muitas mulheres empreendem por necessidade, o que faz com que, muitas vezes, comprometa seu relacionamento com a família e prejudique até mesmo a saúde destas. Mas ficou claro que apesar de não terem ainda atingido a qualidade de vida desejada, o ato de empreender estava relacionado à busca de melhor qualidade de vida e satisfação pessoal. E a satisfação pessoal foi o ponto central apontado pelas mulheres. Deste modo, para que se incentive o empreender, deve-se cuidar da gestão do conhecimento, pois este favorece a busca por melhor qualidade de vida e satisfação dentro e fora do trabalho.

Estudos futuros deveriam investigar melhor esta relação entre empreendedorismo e gestão do conhecimento identificando as dimensões propostas por Dolabela (1999) que se inicia pela criação da empresa, que consegue gerar o auto-emprego e fortalecer o intra-emprededorismo ampliando a dimensão empreendedora, que futuramente gerará o empreendedorismo comunitário.

Este trabalho trás como contribuição a descoberta da necessidade de se investir em treinamentos sobre como empreender e gerir o próprio negócio para as mulheres das classes sociais C e D, desenvolvendo de forma sustentável um compromisso com o meio social.

6. REFERENCIAL

- ABBUD, L. A vida sem patrão. **Veja**, edição 1705, n. 24, p.108-115, jun 2001.
- ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. Disponível em: <http://www.abep.org/codigosguias/ABEP_CCEB.pdf> Acesso em: 06/05/2008
- BORCHET, C. L. **Empreendedorismo e ensino fundamental, uma parceria necessária**. Florianópolis – SC: UFSC, 1999.
- BRUSCHINI, C.; PUPPIN, A. B. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. São Paulo: **Cad. Pesqui.** v.34 n.121, 2004.
- BRUSCHINI, C. & LOMBARDI, M. R. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais velhas e mais instruídas. **Revista Mulher e trabalho**. Recuperado em 01 de abril, 2004, de <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2002/artigo5.pdf>
- DAVENPORT, T. H., PRUSAK, L. **Conhecimento Empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

- DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Cultura, 1999
- DOLABELA, F. **Empreendedorismo – Uma Forma de Ser – Prazer em Conhecer**. Brasília: Aed, 2003.
- FERBER, M.A.; O'FARRELL; B.; ALLEN, L.R. **Work and Family: Policies for a Changing Work Force**. Washington, D.C.: National Academy of Sciences, 1991.
- FERNANDES, T. G.; TARDIVO, L. V. **Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho: Diagnóstico e Intervenção na Faculdade de Ciências na UNESP – Bauru**. Bauru, 2003.
- FILLION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**, São Paulo v.34, n.2, p.05-28, abril/junho 1999.
- FLEURY, A .; FLEURY, M.T.L. **Aprendizagem e inovação organizacional: as experiências do Japão, Coréia e Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.
- FLEURY, A .; FLEURY, M.T.L. **Estratégias empresariais e formação de competências**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOSELIN, H. and GRISÉ, J. Are women owner-managers challenging our definitions of Entrepreneurship? **Journal of Business Ethics**, 9, p. 423-433, 1990.
- JONATHAN, E. G. (2001). **Mulheres Empreendedoras: Medos, Conquistas e Qualidade de Vida**. Maringá, v. 10, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a04.pdf>>. Acesso em: 31/08/2007.
- JONATHAN, E. G. **Mulheres Empreendedoras: Quebrando Alguns Tabus**. Brasília: UEM, UEL, UNB; 41-53 (2001)
- LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina; ARELLANO, Eliete Bernal. Liderança, poder e comportamento organizacional. In: **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002.
- LINDO, Maíra Riscado; CARDOSO, Patrícia Mendonça; RODRIGUES, Mônica Esteves; WETZEL, Ursula. Vida Pessoal e vida profissional: os desafios de equilíbrio para mulheres empreendedoras do Rio de Janeiro. **RAC-Eletrônica**, v.1 (1) art.1, p. 1-15, Jan/abr. 2007.
- LOSCOCO, K. A. Work-family linkages among self-employed women and men. **Journal of Vocational Behavior**, v.50, p. 204-226, 1997.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- MARASEA, Daniela Carnio Costa. **A Qualidade de vida no trabalho de mulheres empreendedoras de micro e pequenas empresas em Ribeirão Preto**. Projeto apresentado para o concurso de provimento de cargo de professor doutor junto ao Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FEA-RP/USP, 2007.
- MIRSHAWKA, V. **Gestão criativa: aprendendo com os mais bem-sucedidos empreendedores do mundo**. São Paulo: DVS Editora, 2003.
- NADLER, D.; LAWLER, E. Quality of work life: perspectives and directions. Organization. **Dynamics**, New York, v. 1, n. 11, p. 20-30, Winter/1983. **Dynamics**, New York, v. 1, n. 11, p. 20-30, Winter/1983.
- SILVA, M. A. D. **Qualidade de Vida Ganha Destaque nas Organizações**. RH EM SÍNTESE n. 29 jul/ago 1999 – Ano V – p. 24 A 26. Disponível em: <http://www.gestaoerh.com.br/site/visitante/artigos/saud_005.php>. Acesso em 30/08/2007

TONELLI, A. **A elaboração de uma metodologia de capacitação aplicada ao estudo das características comportamentais dos empreendedores.** Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção. Dissertação, 1997.

URY, Wiliam. **Negociar na Era da Informação.** HSM Management, ano 3, p. 6, Julho – Agosto, 1999.

VEJA ONLINE, disponível em:
<http://vejaonline.abril.com.br/noticia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?...>Acesso em 28/12/2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

AS DUAS FACETAS DA GLOBALIZAÇÃO: PROGRESSO E DESIGUALDADES SOCIAIS

Mestrando Luiz Carlos de Santana Ribeiro (UFBA)¹

“A sociedade mundial irá mergulhando, aos poucos, na barbárie. Nada permite afirmar que o capitalismo será capaz de instaurar um modo de desenvolvimento baseado em formas de consumo e num modo de vida totalmente diferentes daqueles que desenvolveu ao longo de sua história. A tendência aparentemente predominante é a de que o sistema tenda a se fechar sobre si mesmo, a se instalar no dualismo, e que seus dirigentes, acompanhados por uma parcela significativa da população, se empenhem em construir, ao mesmo tempo, fortalezas para conter os bárbaros na periferia, e arame farpado em volta de seus guetos internos” (CHESNAIS, 1996: 315).

RESUMO: O desenvolvimento do capitalismo gerou diversos fenômenos sociais, econômicos, históricos e políticos, entre eles o surgimento da globalização. Este fenômeno, atualmente presente no mundo capitalista, proporcionou a integração dos mercados financeiros, formação de blocos econômicos, acúmulo de riquezas por partes de diversos países, mas em contrapartida gerou distorções socioeconômicas muito graves.

PALAVRAS-CHAVES: capitalismo; desigualdades sociais; globalização.

ABSTRACT: The developing of the capitalism generated a variety of exceptional social, economical, historical and political events, among them the globalization. This phenomenon currently present in the capitalist environment allowed the integration of the financial market, criation of trade blocs, countries to accumulate their wealth, but adversely created severe socioeconomic distortions.

KEYWORDS: capitalism; social inequality; globalization.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, todos os países do globo estão intrinsecamente associados através de uma forte integração econômica, a qual se convencionou chamar de globalização ou, para alguns autores, mundialização.

O fenômeno da globalização econômica surgiu no pós-guerra e ganhou forças no início da década de 70, ao longo dos anos 80, até os dias atuais. Este fenômeno configura uma nova ordem nas relações econômicas mundial, entre as nações, seus mercados e capitais financeiros (SOUZA, 1996).

A globalização pode ser definida como a inter-relação entre três diferentes processos ao longo das três últimas décadas e, que afetam as esferas produtiva, comercial, financeira e tecnológica das relações econômicas mundiais. Estes processos

¹ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Sergipe (2007). Atualmente é mestrando em economia pela Universidade Federal da Bahia (2008), bolsista CAPES e é Professor Substituto do corpo docente da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia.

são: a maior integração econômica dos sistemas nacionais a nível mundial, acirramento da concorrência dos mercados internacionais e a incrível expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços e, principalmente, de capitais – no seu sentido financeiro (GONÇALVES, 1998).

A globalização apresenta-se como elemento do capitalismo contemporâneo. Vale salientar que, o capitalismo passou por diversas transformações ao longo do seu desenvolvimento e teve fases de ascensão, estagnação e crise. A partir da globalização é possível dizer que o sistema se aproxima de um limite de produção material, já que se o capitalismo atingir seu desenvolvimento pleno, isto acarretaria uma crise global de superprodução (COSTA, 2002).

São notórios os benefícios e vantagens que a globalização desencadeou para a economia mundial. Todavia, da mesma maneira que gerou vantagens e riqueza para tantos países, trouxe também desvantagens e miséria para outros tantos.

Com isso, o objetivo do presente artigo é contrapor a idéia de progresso trazido pela globalização, com o agravamento das desigualdades sociais e econômicas espalhadas por todo o planeta.

Inserido nesta perspectiva, este artigo foi estruturado da seguinte maneira: Além desta pequena introdução, a primeira seção realiza uma revisão da literatura sobre o contexto econômico de surgimento da globalização e relaciona-o com a conduta do capitalismo contemporâneo e sua atual crise. A segunda seção aborda as características do dinamismo da integração econômica mundial. A terceira seção trata do sentido contraditório da globalização, isto é, serão reveladas distorções socioeconômicas geradas por este processo. Por fim, as considerações finais.

2. O CONTEXTO ECONÔMICO DE SURGIMENTO DA GLOBALIZAÇÃO E O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

De acordo com Rattner (1995), a globalização tem início no pós-guerra, cujo período era caracterizado pela rápida expansão e integração da economia mundial, baseado no aumento das relações comerciais e do crescimento dos investimentos externos.

O período do pós-guerra também foi marcado pelo aumento das atividades multinacionais e pelo rápido crescimento do comércio internacional. Já na década de 70, mais especificamente no período entre 1971-73, com a crise do regime de câmbio semifixa de Bretton Woods, ocorre um substancial aumento dos empréstimos bancários e dos investimentos em títulos públicos internacionais. Concomitantemente, há a internacionalização dos mercados de capitais, somando-se à complexa estrutura das relações econômicas internacionais e decretando a autêntica globalização de uma economia mundial interdependente e integrada (HIRST & THOMPSON, 1998).

Este período do pós-guerra foi marco da fase expansionista do capitalismo, a qual vai até meados da década de 70, onde culmina uma crise de superprodução na economia capitalista, caracterizada pela longevidade da inflexão negativa das taxas de crescimento. Porém, simultaneamente à queda nas taxas de crescimento e ao surgimento de distorções sociais exorbitantes houve a formação de várias transformações importantes, de caráter estrutural, as quais, por sua vez, edificaram ao sistema capitalista um novo estágio conhecido como globalização (BALANCO *et al*, 2003).

Mais precisamente, a globalização tem seu marco inicial na década de 70 e é interpretada como uma questão de grande importância que culminou do capitalismo contemporâneo. Teoricamente, este processo é baseado nas leis de movimento e reprodução do capital. Difundir o capitalismo significa expandir o mercado mundial, sendo este formado por unidades territoriais integradas entre si. Cabe destacar que, o capitalismo passa por freqüentes transformações, por isso ele apresenta características distintas em cada momento devido às várias relações econômicas atreladas àquele período específico. Com isso, tais transformações, enfatizando neste caso a globalização, representam a formação de um ciclo econômico. Dentro desta perspectiva, a globalização representa as flutuações da taxa geral de lucro, sendo esta a principal motivação para os capitais individuais conquistarem novos territórios e ampliarem os mercados (BALANCO *et al*, 2004). “Somente agora, com a globalização, o capitalismo fecha o ciclo do seu desenvolvimento histórico” (COSTA, 2002: 5).

O interessante é que por mais que a globalização pareça um fenômeno recente, ela não é. Marx já mencionava as formas de expansão do capitalismo e do mercado mundial e as modificações do sistema industrial, destacando o papel da burguesia em relação ao desenvolvimento do aspecto internacionalista do consumo e da produção. O sistema capitalista de produção necessita de dimensões globais para viabilizar sua produção e reprodução intelectual e material (SANTOS, 2001). “O processo de globalização, embora se consolide nas últimas décadas, já estava contido no capitalismo desde sua origem (op. cit., 2001: 176).

Caracterizando o capitalismo de acordo com ciclos econômicos, pode-se dizer que ele, em todo seu desenvolvimento, desde o início do século XIX, percorreu quatro ondas longas. Tomando-se por base a terceira onda longa, o que significa dizer, aproximadamente 50 anos, cujo início foi final do século XIX e o término deu-se por volta de 1945. Entre os acontecimentos históricos marcantes desta época destacam-se as duas guerras mundiais, a crise de 1929 e a ascensão dos Estados Unidos como potência mundial. Atualmente, o capitalismo apresenta-se na sua quarta onda longa de desenvolvimento e ocorre neste período a chamada “era dourada” (1945-75), a qual foi marcada por um período intenso de expansão econômica (BALANCO *et al*, 2004).

Segundo Mandel (1985), a principal consequência do final da onda longa expansionista do pós-guerra foi uma disposição mundial ao significativo aumento dos conflitos de classe, os quais acarretarão crises das relações de produção capitalistas.

Como todo ciclo econômico, há momentos de crise, os quais, geralmente, acontecem depois de um período de expansão e, foi exatamente o que aconteceu com o capitalismo. A crise eclodiu nos anos 70 pela queda da taxa geral de lucro, gerando, assim, desemprego crônico nos Estados Unidos e em alguns países da Europa. A partir disso, o capitalismo contemporâneo é composto por instabilidade, incerteza e estagnação (BALANCO *et al*, 2003). Segundo Souza (1996), a taxa de lucro das indústrias dos países da OCDE, nos anos 70, reduziu aproximadamente 4,2%, já nos anos 80 subiu 4,7%.

A crise do capitalismo pode ser definida não só nos aspectos capitalistas de acumulação, valorização e apropriação, mas também na divisão do trabalho, na produção de mercadorias, na estrutura capitalista da empresa e na subordinação do trabalho ao capital como um todo (MANDEL, 1985). Ainda em relação a uma possível definição para crises que afetam o sistema capitalista, segue:

A crise das relações de produção capitalistas deve ser vista como uma crise social global, isto é, como a decadência histórica de todo um sistema social e de modo de produção em operação durante todo o período do capitalismo tardio. Não se identifica com as crises clássicas de superprodução nem as exclui. (MANDEL, 1985: 398)

Atualmente, segundo Santos (2001), um dos principais elementos para se tentar entender as dimensões da crise do capitalismo é o desemprego.

O desemprego, convertido em um fenômeno de longa duração, estrutural no novo contexto econômico, ocupa o centro do conjunto de processos que promovem a concentração de renda e a pobreza. Em segundo lugar, a presença cada vez mais forte dos desempregados freia as reivindicações salariais, e, assim os salários reais caem ou sobem mais lentamente que a produtividade do trabalho, o que provoca concentração de renda. Além disso, a desaceleração da demanda causada pelo menor ritmo de crescimento dos salários e outras rendas das classes médias e baixas impulsiona as empresas a acelerar sua mudança tecnológica para reduzir custos perante mercados que perdem dinamismo. Um dos objetivos prioritários desta transformação é a economia de mão-de-obra, o que traz desemprego, freia os salários reais e concentra renda. Na guerra para baixar custos encontram-se as transferências: numerosas indústrias partem de países com salários e impostos altos para outros mais baratos, o que aumenta o desemprego nos primeiros. (BEINSTEIN, 2001: 66 *apud* SANTOS, 2001: 188)

Entretanto, segundo Costa (2002), a crise do capitalismo ainda não está madura, pois a mesma não atingiu de maneira significativa os Estados Unidos, a União Européia e o Japão, o que o autor denomina de Tríade Imperial.

Contudo, segundo Balanço *et al* (2004), no contexto do capitalismo, uma vez que o sistema se encontra em crise (cíclica), é possível ela mesma apresentar potenciais de superação, como já evidenciado pelo sistema capitalista em outros momentos históricos.

Na próxima seção é discutido o dinamismo proporcionado pela integração dos sistemas econômicos internacionais.

3. A DINÂMICA DA INTEGRAÇÃO MUNDIAL

Uma característica comum da integração mundial, viabilizada pelo processo de globalização, é o critério de desregionalização, o qual representa a quebra de barreiras regionais, no intuito de facilitar as relações comerciais. Outra questão é a formação de blocos econômicos (regionalização), entre os quais, pode-se citar: CE (Comunidade Européia), o NAFTA (Acordo de livre comércio da América do Norte) e o Mercosul (SOUZA, 1996).

Concomitantemente a época de surgimento da globalização, isto é, na década de 70, o foco das políticas industriais nacionais começaram a mudar e se adaptar ao novo padrão que estava surgindo. Anteriormente, as políticas eram pautadas no critério de substituições de importações, no entanto passam agora a visar totalmente o mercado externo, atingindo na década de 80, seu estágio de maior expansão (op. cit., 1996).

As transformações geradas pela globalização resultaram num alto grau de dinamismo do sistema econômico mundial, no sentido em que, há rápida integração entre os mercados financeiros de todo o mundo, seja nas esferas nacionais ou internacionais, graças ao avanço das telecomunicações, uso de satélites e um poderoso suporte informatizado. Isto, por sua vez, permite a perfeita mobilidade de capital e transações instantâneas em qualquer parte do globo (RATTNER, 1995). “Pode-se dizer que, a partir daí, o mundo experimentou um processo de globalização financeira do capital e da fixação de um regime de acumulação sob o domínio financeiro” (BALANCO *et al*, 2004: 19). Segundo Chesnais (1996), o sistema financeiro é o campo mais avançado da mundialização.

Estes avanços ocorreram porque a economia mundial está vivenciando o que se pode chamar de Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, onde as principais economias do mundo estão inter-relacionadas através de um poderoso conjunto de inovações. A Terceira Revolução Industrial é caracterizada a partir de algumas tendências. A primeira é que vários setores da economia se tornaram interligados por causa da globalização. A segunda é a maior exigência de uma qualificação da mão-de-obra, onde se exige maior conhecimento e habilidade por parte do empregado (COUTINHO, 1992). A terceira é a reestruturação produtiva, representada pela transição do modelo fordista para a produção flexível² (automação e informatização), com isso, pode-se produzir mais e em menor tempo (MELO, 2002). Entretanto, o padrão de conhecimento e especificação dos trabalhadores também deve acompanhar as tendências tecnológicas, principalmente no campo da informática (COUTINHO, 1992).

A revolução tecnológica então experimentada permitiu um avanço da integração dos países subdesenvolvidos ao mercado mundial de tal forma a elevá-los também à posição de produtores de bens acabados a preços de monopólio. Emerge, então, um novo quadro que viria apenas confirmar a inexorável atuação das leis econômicas do capitalismo como fatores de impulsão ao deslocamento dos capitais entre os diversos espaços geográficos do planeta. Ao interior desse processo, os novos interesses das empresas multinacionais européias e americanas nas regiões atrasadas do planeta levaram-nas, por conseguinte, a ampliarem o espaço de vigência das relações capitalistas de produção. (BALANCO *et al*, 2004: 6)

Segundo Mandel (1985), a Terceira Revolução Tecnológica faz com que se desenvolvam rapidamente as forças produtivas na era do “capitalismo tardio”, o que, por sua vez, afeta a essência do modo de produção capitalista, a produção mercantil generalizada.

Como resultado da Terceira Revolução Industrial, ocorrem diversas modificações na economia. O surgimento da globalização, por exemplo, proporciona uma relação comercial entre todos os países do globo, como consequência, origina-se uma concorrência muito acirrada no mercado internacional (GONÇALVES, 1998). Por isso, nota-se cada vez mais a necessidade de integração e interação entre pesquisa e desenvolvimento (P&D), objetivando desta forma se alcançar diferenciais competitivos através da inovação tecnológica (COUTINHO, 1992).

² A produção flexível é também conhecida como “toyotismo”, dada à eficiência japonesa em relação à tecnologia (COUTINHO, 1992).

A competitividade passa a ser a palavra de ordem entre as empresas e nações para a integração ao mundo contemporâneo; onde a participação em mercados nacionais e internacionais se constitui no princípio básico de formulação e de implantação de políticas governamentais. (SOUZA, 1996: 2)

A partir desta forte concorrência no mercado internacional, algumas empresas encontram como solução alianças para se tentar aumentar seu poder de competitividade e ganhar com isso diferencial em relação a outras empresas. Por isso que, os conglomerados e empresas transnacionais vão representar os agentes mais poderosos do processo de globalização, pois controla, de maneira efetiva, a grande parte das relações comerciais, da produção, da tecnologia e das finanças internacionais. A atuação e decisões de investimento desses conglomerados e multinacionais afetam diretamente o desenvolvimento ou declínio de cidades e regiões (RATTNER, 1995, HIRST & THOMPSON, 1998 e GONÇALVES, 1998).

Com o advento da globalização, as empresas podem agora realizar transações globalmente, com isso, elas diminuem significativamente seus custos operacionais, transferindo sua demanda por mão-de-obra e matérias-primas para outras regiões do globo. Contudo, salienta-se que, a globalização é um processo que remete não somente a Estados e empresas, mas também a indivíduos (LOPES, 1998).

A partir destas ações empresarias em diversas partes do globo, nasce o conceito de internacionalização da produção, ou seja, quando consumidores de uma determinada região consomem bens e serviços produzidos em outros países que não o seu de origem (GONÇALVES, 1998).

Contudo, contrariamente ao que se imaginava, a Terceira Revolução Industrial (tecnológica) tinha tudo para levar o capitalismo a uma nova onda longa de expansão, entretanto, estabeleceu uma estrutura baseada em estagnação (BALANCO *et al*, 2003).

A próxima seção é reservada para apresentar as conseqüências deletérias geradas pelo processo de globalização, no seu sentido econômico e social.

4. O SENTIDO CONTRADITÓRIO DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização possibilitou a integração entre todos os países do globo, seus respectivos povos e cultura, quebrou barreiras regionais, o que facilitou as relações comerciais, entretanto, gerou efeitos negativos muito graves, principalmente no aspecto social. “O capitalismo atual convive com duas dialéticas centrais: concentração *versus* fragmentação e exclusão *versus* inclusão” (DUPAS, 1999: 2).

Globalização e exclusão representam a dialética da mundialização do capital, já que são conceitos que estão intrinsecamente ligados entre si. O primeiro representa as características atuais do processo de desenvolvimento do capitalismo em esfera mundial e o segundo, sua conseqüência mais notória e direta (SANTOS, 2001).

A desigualdade apresenta formas sociais divergentes, que originam de diferentes modos da produção de valores. As fundamentais são a hierarquia, a exploração, a segmentação e a exclusão. A desigualdade entre as diversas nações do globo só vai ter atenção pública no pós-Segunda Guerra Mundial, época em que coincide com o surgimento da globalização (THERBORN, 2001).

A globalização tem como consequência a diminuição do poder dos Estados e sindicatos. A perfeita mobilidade do capital e a facilidade de se deslocar segmentos inteiros de uma cadeia produtiva para outras regiões afetam a estrutura dos salários, levando a concorrência para fora do âmbito nacional. Conseqüentemente, há o aumento da disparidade de renda, da pobreza, do desemprego, o que reflete, por sua vez, no aumento da exclusão social (DUPAS, 1999).

Nesse contexto, uma questão que merece destaque é o desemprego, já que a reestruturação produtiva gera a necessidade cada vez menor da utilização direta de mão-de-obra nas indústrias, isto é, agora se pode produzir mais com menos gente trabalhando. Alguns autores denominam este cenário de “terceiromundialização”, o que expressa a disseminação de problemas e desigualdades sociais nos países desenvolvidos, o que antes era visto apenas no Terceiro mundo (SOUZA, 1996).

Por isso que, atualmente, devido ao desemprego estrutural e a exclusão da sociedade global, a sociedade almeja novamente o posto de trabalho fordista como desejável, este esquecido devido à reestruturação produtiva e, conseqüentemente, o aumento da informalidade do terceiro setor da economia (DUPAS, 1999).

Além do desemprego estrutural, a globalização gerou enfraquecimento dos movimentos sindicais, diminuição salarial acentuada resultando, conseqüentemente, no aumento das desigualdades sociais por todo o globo (SOUZA, 1996).

Em média, cerca de 800 milhões de pessoas têm fome diariamente e de nada dispõem para comer; 1.500 milhões não possuem acesso a tratamento médico básico; 1.750 milhões não sabem o que é água potável; 14 milhões de crianças morrem anualmente antes de atingirem 5 anos de idade sendo, 3 milhões por doenças imunizáveis; cerca de 150 milhões de crianças com menos de 5 anos experimentam a desgraça da subnutrição que as condenam, de uma forma ou de outra, a uma morte social e biológica. Na área de educação os números também não ficam para trás: praticamente 900 milhões de adultos não sabem ler e escrever no Terceiro Mundo. (SOUZA, 1996: 10)

As desigualdades sociais são explicadas pela própria dinâmica interna do desenvolvimento do capitalismo. Para Chesnais: A economia global é excludente porque é regida somente pelo movimento do capital. É intrínseco ao capitalismo dividir, marginalizar e excluir (CHESNAIS, 1995 *apud* SANTOS, 2001).

Recentemente, no contexto capitalista contemporâneo, nos anos 90, só os Estados Unidos, entre as potências econômicas, atingiram condições mais favoráveis, graças ao estabelecimento de um ciclo curto expansionista. Porém, o restante das economias centrais prosseguiram em marcha lenta e os países subdesenvolvidos sofreram grandes instabilidades (BALANCO, *et al*, 2004).

Nesses países subdesenvolvidos ou do Terceiro mundo, ocorre o agravamento da crise e da miséria, pois além da política de industrialização não ter se completado, as estratégias de privatizações e a abertura do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) contribuiu para tal fato. Em escala mundial, cerca de 1.400 milhões dos 5.300 milhões de habitantes do planeta vivem em condições subumanas (SOUZA, 1996).

Verifica-se, na realidade, que a polarização e exclusão são resultantes dos desequilíbrios sociais entre aquela minoria que detém um alto nível de renda e gozam de um consumo exacerbado, frente ao incontável número de pessoas que anseiam por

necessidades básicas apenas para se manterem vivas. A crescente tendência no aumento da pobreza e privatizações é agravada pela não intervenção fiscal do Estado, no intuito de atender as demandas necessitadas, pois este cede às pressões de grandes grupos que exigem privatização das empresas estatais mais lucrativas, abertura total ao livre comércio e desregulamentação dos preços, sem levar em conta seus efeitos sociais (RATTNER, 1995).

Todo o mundo se tornou desigual e afetado pela marginalidade. Milhares de pessoas lutam para sobreviverem devido às condições subumanas em que vivem. Isto é cenário não só dos países periféricos, mas também dos países onde o capitalismo é dito próspero (SANTOS, 2001).

O processo de globalização vai gerar uma polarização internacional, isto é, aumenta-se o distanciamento entre os países que se encontram no centro da economia capitalista e os países periféricos, os quais não apresentam nenhum interesse, seja do ponto de vista econômico ou estratégico, para os países centrais. Os países da periferia não são mais destinados ao desenvolvimento ou progresso, mas sim à pobreza e a miséria (CHESNAIS, 1996).

No contexto da economia internacional, as atividades ou relações de maior importância, continuam sendo realizadas entre as economias mais desenvolvidas, mais especificamente, os países membros da OCDE. Em outras palavras, aqueles países que detém fortes economias, mais precisamente, de caráter industrial avançado, são os que formam os membros da economia globalizada. Os países pouco desenvolvidos, ou em desenvolvimento, representam uma parcela pouco significativa da economia internacional (HIRST & THOMPSON, 1998).

Todos estes problemas que abalam o contexto econômico contemporâneo devem ser de responsabilidade de todos. As autoridades responsáveis, sejam governos, empresas, até indivíduos, devem tomar providências cabíveis. “Para o século XXI todas as nações deverão garantir a liberdade econômica e política e os direitos humanos para assegurar a prosperidade futura de seus povos” (BALANCO *et al*, 2004: 20).

Portanto, atualmente, o problema da exclusão social e de todas as formas de desigualdades, acentuadas pelo advento da globalização, tornou-se um ponto essencial, sendo este necessitado de reformas estruturais e não reformas paliativas (SANTOS, 2001). “Preocupar-se com a desigualdade, em vez de apenas com a pobreza, significa preocupar-se com a maneira como toda a sociedade é estruturada e não apenas com o seu pior aspecto” (THERBORN, 2001: 132).

Com isso, a produção, de maneira geral, deve ser socializada de maneira direta e consciente, de acordo com as necessidades do povo, só assim será possível alcançar um desenvolvimento novo da ciência e tecnologia, gerando, o autodesenvolvimento e não a autodestruição dos indivíduos e da humanidade (MANDEL, 1985).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual cenário econômico mundial encontra-se abalado por uma crise do sistema capitalista. Concomitantemente a esta crise, nasce a globalização, sendo esta endógena ao capitalismo. Para alguns atores, a globalização compreende a última fase de desenvolvimento histórico do capitalismo, portanto, a mesma deveria representar uma fase de expansão, resultando em aspectos positivos. Entretanto, não é o que ocorre.

O fenômeno da globalização gerou resultados catastróficos referente a aspectos sociais. Houve aumento da disparidade de renda, ou seja, os ricos mais ricos e os pobres

mais pobres, além de muita miséria espalhada por todo o planeta. A partir disso, surgem várias indagações. Diante deste contexto de crise, o que fazer? É possível superá-la e reverter tal situação? Será que o capitalismo contemporâneo entrará novamente em uma fase expansionista e de bonança?

Responder a tais questões pode ser muito complicado ou até impossível e acabará tornando o espaço para esta discussão impróprio, haja vista ao que se propõe este trabalho. Contudo, especulações já são feitas a este respeito.

6. REFERÊNCIAS

BALANCO, Paulo, PINTO, Eduardo Costa e MILANI, Ana Maria. **Crise e globalização no capitalismo contemporâneo. Alguns aspectos do debate em torno dos conceitos de Estado-nação, império e imperialismo.** In: IX Encontro Nacional de Economia Política, 2004, Uberlândia. Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política, 2004. v. CD-ROM.

_____. **A crise econômica e a desarticulação social na América Latina: O endividamento estrutural.** Bahia Análise & Dados, v.13, n.3, p.677-691, dez. 2003.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo, Xamã, 1996.

COSTA, Edimilson. **A globalização neoliberal e os novos fenômenos do capitalismo contemporâneo.** Síntese da tese de pós-doutorado, UNICAMP, 2002.

COUTINHO, Luciano. **A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: As Grandes Tendências de Mudanças,** Economia e Sociedade, n.1, p. 69-87, 1992.

DUPAS, Gilberto. **Globalização, exclusão social e governabilidade.** In: I Conferência Latino – Americana e Caribenha de Ciências Sociais, Recife, 25 de novembro de 1999.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização econômica e vulnerabilidade externa.** In: Seminário Economia Global, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1998.

HIRST, Paul & THOMPSON, Grehme. **Globalização em questão.** Petrópolis, Vozes, 1998.

LOPES, Humberto Elias Garcia. **Globalização, estado e crise do capitalismo contemporâneo: O socialismo de mercado e a sociedade civil como estratégia de recuperação.** In: XXII Encontro da ANPAD, 1998, Foz do Iguaçu. Anais do XXII Enanpad, 1998.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo, Nova Cultural, Os economistas, 1985.

MELO, Ricardo. **Notas sobre tecnologia e desenvolvimento regional,** Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, v.4, n.1, p. 110-121, 2002.

RATTNER, Henrique. **Globalização: Em direção a um mundo só?** Estudos Avançados 9 (25), 1995.

SANTOS, Tânia Steren. **Globalização e exclusão: A dialética da mundialização do capital.** Sociologias, Porto Alegre, ano 3, n.6, jul/dez 2001, p.170-198.

SOUZA, Donaldo Bello. **Globalização, a mão invisível do mercado mundializada nos bolsões da desigualdade social.** Boletim técnico do SENAC, Volume 22 - Número 2 - Maio/Agosto 1996.

THERBORN, Goran. **Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento.** Sociologias, Porto Alegre, ano 3, n.6, jul/dez 2001, p. 122-169.

LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO AUTÓCTONE DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO/RJ

Me. Paulo Rogério Alves Brene (UENP-CP)*

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo discutir a possibilidade de um município estagnado soerguer-se pela cooperação entre o setor público e a iniciativa privada. Para tal exercício foi escolhido o município de São Gonçalo, por ser bastante representativo de uma realidade que se alastra por, praticamente, todo o Estado do Rio de Janeiro. Assim, para responder ao problema de pesquisa, foi elaborada uma análise das potencialidades ou fatores locais de São Gonçalo e respectivas dificuldades. Por fim, antes de “oferecer” uma proposta de atividade que estimularia a capacidade produtiva e de geração de emprego e renda local, é apresentada uma análise sobre as forças competitivas existentes.

PALAVRAS-CHAVE: esvaziamento econômico; fatores locais; desenvolvimento regional; 5 forças competitivas; distritos industriais.

ABSTRACT: This present work aims to discuss the possibility of a stagnated municipal district raises slightly by the cooperation between the public and the private sector. For such action São Gonçalo municipal district was chosen, due to its importance in representing a reality that spreads, practically, by all Rio de Janeiro State. Thus, in order to answer the research target, an analysis of the potentialities or local factors and the following difficulties for São Gonçalo was necessary. To sum up, before “offering” a proposal of an activity that could stimulate the productive capacity for both employment generation and local income, it is showed an analysis concerning the existing competitive forces.

KEYWORDS: economical emptying; local factors; regional development; 5 competitive forces; industrial districts.

1. INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura, de importantes alterações nos processos produtivos e de participação governamental, é extremamente relevante realizar estudos, mesmo que elaborados como meros exercícios, sobre a capacidade de algumas localidades, ou, se preferir, áreas de concentração espacial, em estabelecer condições mínimas para elevação de produtividade, adequação dos custos da mão-de-obra, lucratividade empresarial e, principalmente, manutenção da qualidade de vida dos residentes da região, notadamente em áreas que já apresentam trajetória de esvaziamento ou estagnação econômica.

Nesse sentido, o trabalho que agora é apresentado tem o objetivo de efetuar a análise de uma região caso, elencando uma localidade para estudo, e, a partir da interpretação de sua realidade, propor uma estratégia alternativa de atuação da esfera pública municipal no sentido de atrair e fixar estruturas produtivas que potencializem os

* Graduado em ciências econômicas pela Universidade Estadual de Londrina UEL, Mestre em Economia pela Universidade Candido Mendes UCAM/RJ. Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual do Norte do Paraná/UENP – Campus Cornélio Procópio. e-mail: pbrene@uel.br.

recursos locais existentes e promovam a sinergia entre os interesses governamentais (no que tange aos aspectos sociais) e privados (em termos de lucratividade e eficiência).

Embora diversas localidades pudessem ser escolhidas para tal exame, a análise recaiu sobre o Município de São Gonçalo. De toda sorte, independente da localidade escolhida para exame, a pergunta feita no presente trabalho é: Qual a real possibilidade de um município estagnado por longo período de tempo ser soerguido pela cooperação entre interesse político, emanado pelo setor público, e a dinâmica da iniciativa privada?

Dessa forma, entende-se que, para responder ao problema de pesquisa, torna-se necessário inicialmente examinar suas potencialidades e, por fim, apresentar uma proposta (compreendida como factível) de recuperação, centrada na sinergia de esforços de governo e empresas.

Vale ressaltar que este trabalho pretende, apenas, fazer um exercício reflexivo sobre as possibilidades inerentes a São Gonçalo. Desta forma é reconhecido, *a priori*, que antes de esgotar as possibilidades propositivas e reduzir o número de alternativas para o soerguimento do município, o presente trabalho abre mais portas do que fecha, deixando a temática e, por que não dizer, a sua urgência, à espera de novas abordagens e tratamento.

Finalmente, a despeito da isenção de interpretações de caráter político, não se pode deixar de idealizar que os esforços coletivos sejam capazes de elevar a eficiência produtiva e trazer como externalidade a qualidade de vida. Assim, é citado o professor Carlos Lessa (1998: 29) que, em um artigo sobre a cidade do Rio de Janeiro, alerta o leitor de que “A ‘alma’ brasileira foi parcialmente quebrada quando se cancelou a idéia de futuro, quando se cancelou o sonho. E o Rio de Janeiro é o lugar para começarmos a reconstruí-lo.” De fato, é imperativo acreditar que, partindo de qualquer local, o sonho ainda pode ser sonhado.

2. PERFIL ATUAL E POSSÍVEIS POTENCIALIDADES

O Brasil vem se caracterizando por uma série de transformações em sua economia, aparentemente impulsionadas por tendências mundiais. De forma geral, essas modificações estão relacionadas à globalização, que para alguns autores é um curso natural e para outros uma política, mas que de toda forma tem por característica a “(...) interação de três processos distintos: a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados mundiais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais(...)” (GONÇALVES e PELEGRINO, 1999: 5), tudo isso potencializado pelo avanço das tecnologias de informação (TI). “Essa nova fase tem levado a profundas readaptações nas estruturas econômicas nacionais, (...) configurando-se a volta do chamado liberalismo econômico [ou neoliberalismo](...)”. (GREMAUT et. al., 2004: 461)

Com a implementação do Plano Real (1993), marco dessa nova fase, o Governo Federal assume uma postura de passividade frente à implementação ou fomento de qualquer tipo de Política Industrial. A ação do Estado volta-se, exclusivamente, para a manutenção da estabilidade dos preços (combate à inflação), lógica que, em algum sentido, é mantida até hoje. Assim, a responsabilidade sobre o nível de investimento fica intimamente ligada às expectativas dos agentes econômicos privados, que quando muito, são auxiliados por esforços isolados de instâncias do setor público, como Governo de Estado e Prefeituras.

O Estado do Rio, seguindo esse caminho, promove algum esforço local no sentido de gerar empregos e renda, exemplo disso é a Rede de Desenvolvimento Econômico – REDE (criada pelo Decreto no. 33.966 de 26 de setembro de 2003) que tem “(...)como missão a criação de condições adequadas que possibilitem a dinamização do processo de crescimento da atividade econômica fluminense(...)” (Revista Economia Fluminense, janeiro de 2004). Mas, mesmo assim, o panorama observado está aquém do almejado pela sociedade fluminense, visto que o Estado tem vivenciado uma série de reveses em suas possibilidades de garantir condições mínimas de “dignidade econômica” para sua população.

Todavia o cenário observado nesses últimos anos, assim como as projeções, dependem de resultados individuais - perspectivas e potencialidades municipais. Nessa área, o que se observa, de forma positiva, é uma busca pela diferenciação, assim como pelo aumento da competitividade, levando alguns municípios a aderirem a uma “nova” onda no desenvolvimento industrial, a formação de Arranjos Produtivos Locais (APL) ou *Cluster's*.

Infelizmente, na contra-mão dessa tendência, São Gonçalo ainda não conseguiu determinar um rumo a ser tomado, pelo contrário, desde o processo histórico de esvaziamento econômico, iniciado na década de 60 e intensificado na de 80, vem sendo assombrada pelo estigma de cidade dormitório. Esse fluxo de pessoas, que provavelmente amplia-se com o aumento do número de habitantes, é confirmado pelo fomento de uma série de projetos na área do transporte público, a citar o das Barcas S/A e da Linha 3 do Metrô Rio. Contudo o que deve ficar claro é que, ao aderir a essa posição, São Gonçalo determina uma série de características que vão interferir em sua estrutura econômica, a começar pela dependência do município (no que diz respeito a renda e emprego) frente aos demais municípios que são contratantes de sua mão-de-obra. Em outras palavras, é latente a posição de vulnerabilidade e baixa autonomia quanto à fixação do município.

Observa-se também, um direcionamento de seu sistema econômico para o setor de serviços, marcadamente o ligado ao comércio. De acordo com os dados da pesquisa Cidades e Empresas, do IBGE, de 2000, das 10.308 empresas pesquisadas, 90,11% eram do setor de serviços, apenas 9,85% do setor industrial e ínfimos 0,04% ligadas à agropecuária. Ainda de acordo com a mesma pesquisa, 83% dessas empresas foram fundadas a partir de 85, marco da retração do PIB-Industrial em São Gonçalo.

Pela comparação entre o município e os dados nacionais, regionais e estaduais, pode-se também observar a posição de destaque do comércio em São Gonçalo, que absorveu em 2002 mais de 30% da população ocupada, em contraste com as demais esferas pesquisadas que não chegaram à marca dos 25%. Em uma análise mais atenta, percebe-se que boa parte das empresas sediadas na cidade de São Gonçalo não apresenta um nível de sofisticação ou porte relevante. Isso porque mais de 89% das empresas são “pequenas”, apresentando em seu quadro funcional de 0 a 9 pessoas ocupadas. Nesse caso, entre as exceções estão às grandes redes de mercado (Sam's Club e Carrefour) e ao mais novo empreendimento, o São Gonçalo Shopping Rio, referência no município não só pelo comércio (um pouco mais sofisticado), mas também pelo lazer e entretenimento.

Outro aspecto que confirma a falta de sofisticação de parte (relevante) das empresas de São Gonçalo é a análise do saldo de emprego obtido junto ao CAGED - Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Ministério do Trabalho - MTb). Através dos dados é possível observar que, durante os anos de 1995 a 2004, as únicas faixas salariais

que obtiveram saldo positivo foram as que pagavam até 2,0 salários mínimos. Já em relação ao nível educacional, os postos de trabalho que se superaram estão relacionados a pessoas com ensino médio (2^o. Grau), correspondendo a 71,08% do saldo geral do período. Esses resultados levam a concluir que os empregos gerados no município estão destinados a trabalhadores de baixa qualificação, o que vai ao encontro a uma economia pouco sofisticada (como discutido no parágrafo anterior).

Voltando ao que tange a lazer e entretenimento, outro ponto de importância a ser analisado é como manter a renda “importada” de outros municípios, a qual circula por São Gonçalo (principalmente por via do comércio local) e que, por efeito multiplicador, é transbordada para o resto da população. Para que isso ocorra, o Município, além de ter uma rede de comércio mais diversificado, deve oferecer praticamente tudo o que qualquer outra grande cidade oferece, permitindo, assim, que os rendimentos dos munícipes sejam utilizados em consumo no próprio município. Deve, também, preocupar-se em instalar estrutura, mesmo que básica, de entretenimento, lazer, cultura e educação, fontes absorvedoras naturais de dispêndios de residentes. Vale observar que, no que se refere à capacidade de qualificação profissional, o município vem conseguindo estabelecer um bom potencial, visto que já possui, segundo dados do Ministério da Educação, cinco Faculdades e duas Universidades, assim como tem uma maior média de pessoas ocupadas na área da educação, se comparado aos valores apresentados pelo País, Região ou Estado. Isso demonstra um esforço positivo, porque através da educação superior e do melhor preparo profissional de gonçalenses se garantiria, no mínimo, a continuidade e mesmo a ampliação de fluxos de renda para São Gonçalo, o que, como sugerido anteriormente, sustentaria um maior dinamismo do setor de serviços (notadamente comércio) da cidade.

De toda sorte, este possível dinamismo dependeria de outras condições de que hoje o município não dispõe. Há, por exemplo, graves carências na infra-estrutura social que, por si só, impõem o deslocamento do consumo. Sustenta este argumento o fato de que São Gonçalo está entre os locais de pior situação em termos de qualidade de vida, sendo a reversão deste quadro um dos maiores (se não o maior) desafios das autoridades públicas municipais, pois São Gonçalo está, nestes quesitos, abaixo dos níveis médios apresentados na Região Metropolitana. Tal fato se agrava pela proximidade a Niterói, onde a qualidade de vida é marca registrada, pois a cidade ocupa a terceira posição no IDH – M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - PNUD) nacional e a primeira do Estado. São Gonçalo, por sua vez, está na posição número 1.014 no País e na 23^a do Estado, fazendo com que o morador do município se veja forçado a buscar serviços essenciais na cidade vizinha.

Os resultados dessas deficiências são que, além da não fixação da renda conquistada, já que parte da população gasta seus rendimentos em outras cidades, há um esvaziamento da própria cidade, uma vez que provavelmente, ao atingirem certo patamar de renda, os residentes mudam-se de São Gonçalo, tendo como opção a “melhor” cidade do Estado (Niterói) logo ao lado. Isso possivelmente explica o porquê de a comunidade local apresentar um grau quase generalizado de pobreza. De acordo com os dados do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2000, o município possui renda *per capita* mensal de R\$268,79 - menos da metade da cidade do Rio de Janeiro (R\$596,65), e um Índice de Gini igual a 0,49 (no Brasil o valor é 0,65).

Nesse contexto, o argumento é que não cabe apenas discutir a situação imposta ao município de São Gonçalo, é imperativo debater as possíveis propostas de reversão (ou melhoramento) do quadro vigente. Para isso, parte-se da utilização do estudo intitulado “Potencialidades Econômicas e Competitividade das Regiões do Estado do Rio de Janeiro”, de 1998, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/RJ), que consiste no mapeamento de “(...)um conjunto de atividades com potencial para serem desenvolvidas [nos municípios do Estado] e discutir fatores condicionantes na competitividade das mesmas(...)” (FGV, 1998: 9).

De acordo com este, São Gonçalo, inserida na região Leste juntamente com outros quinze municípios (a destacar Niterói), apresentou (através desta dinâmica) mais de uma dezena de atividades distintas como de provável vocação, que perpassam pelos três setores da economia: 10 no setor secundário, 4 no primário e 1 no terciário. No que diz respeito a essas atividades identificadas como potenciais, o Município apresenta “exclusividade” (pelo menos nessa mesorregião) em três delas, a saber: 1) Indústria de estruturas de cimento, fibrocimento e de peças de amianto, gesso, estuque; 2) Indústria de materiais plásticos; e 3) Indústria de vidro. Nas demais compete com outros municípios que apresentam similaridade na vocação/potencialidade.

Antes de comentar fatores relevantes a São Gonçalo, algumas observações sobre o resultado do estudo devem ser destacadas. Primeiro, “vale ressaltar, que o tratamento da questão locacional no nível de agregação em que o presente estudo foi realizado, teve de ficar restrito à avaliação de condicionantes genéricos (grifo nosso)” (FGV, 1998:16). Assim, a linha a ser seguida tenta diagnosticar aspectos qualitativos sobre a viabilidade do desenvolvimento das vocações “ditas” do município, ou seja, as considerações têm como ponto de partida a capacidade de São Gonçalo em atrair empreendimentos ligados a suas potencialidades, isto de forma genérica. Para tanto, vale lembrar que a tendência assumida pela economia tem como uma de suas características um maior acirramento da competição em todo o ambiente econômico (pessoas, empresas, estados, municípios e países).

Dessa forma, o município de São Gonçalo está inserido em uma “competição”, com os demais municípios (não se limitando aos da Região Leste), pela busca de novos empreendimentos a serem instalados em sua área geográfica, assim como pela manutenção dos que lá se encontram. Os detalhes que determinam o *quantum* um município é mais competitivo em relação a outros são inúmeros. Para o caso de São Gonçalo, a fim de simplificar a análise, serão averiguados apenas dois – Incentivos Fiscais e a Imagem/Reputação do Município.

Sobre os incentivos fiscais, fazendo uma comparação com Niterói, dois aspectos se destacam, a começar pela superioridade no que diz respeito aos incentivos oferecidos por Niterói em relação a São Gonçalo. Neste último, há o benefício da isenção apenas a “cooperativas singulares”, já no outro município é oferecida, além de isenção, a aplicação de recursos municipais e financiamentos a indústrias de todos os portes tendo como condicionante a utilização de alguma base tecnológica. A outra distinção entre os municípios é a evidente preocupação de Niterói em desenvolver atividades demandantes de alta tecnologia, assim como a intensificação da atividade turística – ação não visualizada em São Gonçalo.

Já no tocante ao segundo aspecto, São Gonçalo, por sua vez, acaba por ter uma imagem negativa, marcada como uma cidade pobre, violenta e sem uma base produtiva relevante, prejudicada também por uma falta de sinergia com setores como o de lazer e turismo. No tocante a esses dois últimos, o declínio da atividade produtiva nos anos 80 e

a formação de ruínas ou vazios industriais (conceito francês de *friches urbaines*) principalmente na região do antigo Distrito Industrial de Neves, reforçam essa imagem. De acordo com Mendonça (2000: 98-99), a revitalização (habitação, equipamentos, espaços verdes, reconversão de bases industriais) dessas áreas poderia, além de remediar as carências das estruturas urbanas, contribuir para alterar o tecido urbano. Como já discutido, isso tornaria o município mais competitivo via alteração/melhoramento de sua reputação.

Todavia o que foi exposto até aqui justificaria o porquê de São Gonçalo não se mostrar como um “Pólo Produtivo Emergente”, não conseguindo (após quase sete anos) desenvolver de forma sustentável suas potencialidades. Assim, é perceptível que não existe caminho simples para a implementação de uma vocação econômica. Além da potencialidade, São Gonçalo depende de uma série de fatores que, como já abordado, o auxiliariam a concretizar os investimentos. Em outras palavras, há a necessidade de um esforço do poder público (centrado em um objetivo) para que as condições sejam atendidas.

Nessa conjuntura, o caminho seguido aqui tenta evidenciar que mais complexo que levantar as potencialidades é identificar um perfil plausível a ser seguido. Isso leva a alguns questionamentos, não só sobre a viabilidade da retomada do progresso autônomo do município, como também sobre qual perfil o município pode assumir. Estes assuntos serão discutidos no próximo tópico.

3. FATORES LOCACIONAIS E ESTRATÉGIA MUNICIPAL

O economista André Urani (2004: 4) ensina-nos que “(...)a experiência brasileira da última década mostra que é no âmbito local, mais que no nacional, que se podem elaborar e implementar políticas capazes de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos”. Nesse sentido, o debate no âmbito municipal sobre a estagnação e esvaziamento econômico é de extrema importância.

É nesse contexto, e em paralelo a essa discussão, que se coloca o impasse histórico vivido por São Gonçalo, marcado por uma reação em cadeia com três pontos básicos: primeiro esvaziamento ou perda de participação relativa de sua atividade econômica no resultado nacional (isso na década de 60), em seguida, a partir de 1980, o declínio do valor do PIB-Industrial do município e, mais recente, um grau quase generalizado de pobreza.

A somatória desses fatos remete à discussão central, na qual há a possibilidade de o município em análise, ter entrado em um “círculo vicioso da pobreza” como mencionado por Ragnar Nurkse (Ver: MORAES, 1995: 23-30), ou seja,

(...)o incentivo para o uso de capital é limitado pelo pequeno tamanho [ou reduzida capacidade de consumo] do mercado; o pequeno tamanho do mercado é devido ao baixo nível de produtividade; o baixo nível de produtividade é devido à pequena quantidade de capital usado na produção, a qual, por sua vez, é devida ao pequeno tamanho do mercado(...)[, ou seja,] é pobre porque é pobre (...). (NURKSE, 1951: 18)

Por suposto, a luta do município consiste na busca pela inflexão desse “estado estacionário de subdesenvolvimento” (NURKSE, 1951: 18, *apud* MORAES, 1995: 25). Para tanto, de acordo com Celso Furtado (1992: 38), o primeiro passo a ser dado seria na direção de políticas orientadas para a melhoria da qualidade de vida da população,

ou, nas palavras do autor, para a “Homogeneização Social”, situação na qual, os consumidores possam satisfazer de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, lazer e a cultura. Todavia, ressalta-se que as “(...)experiências referidas nos ensinam que a homogeneização social é condição necessária mas não suficiente para superar o subdesenvolvimento. Segunda condição necessária é a criação de um sistema produtivo eficaz(...)” (FURTADO, 1992: 52).

Ao aceitar sem ressalvas o ensinamento de Furtado, considera-se então que a “condição necessária” para reversão do quadro que hoje se apresenta em São Gonçalo é a definição e conseqüente implementação de um modelo alternativo de desenvolvimento municipal. Desta forma, a estratégia alternativa tem como *proxy* (para fins deste trabalho) a utilização de uma das três “Estratégias Competitivas Genéricas” de Michael E. Porter e da análise quanto a Tipologia de Distrito Industrial do estudo de Nelson Chalfun.

No tocante as estratégias (PORTER, 1998: 49-58), o objetivo dessas é superar condições adversas propiciadas pelas forças competitivas, conquistando melhores resultados no que diz respeito à lucratividade e rentabilidade, isto é, desempenho econômico (o que pode ser melhor relacionado ao município). Ainda com base no estudo do autor, as três estratégias genéricas são: Liderança no Custo Total, Diferenciação e Enfoque. A primeira está embasada em uma política de redução de custos abaixo da média do mercado, a seguinte, Diferenciação, propõe um esforço no sentido de tornar a empresa “única”, aumentando o valor percebido pelo cliente. Já a última (enfoque), que é tida (neste trabalho) como melhor opção para São Gonçalo, tem como ação a escolha de um determinado grupo comprador, um segmento de produto, um mercado geográfico, ou, para o município, uma atividade econômica específica a ser estimulada. Ainda sobre a estratégia de enfoque, esta é subdividida em duas vertentes, que se complementam com as duas estratégias anteriores, ou seja, enfoque na diferenciação e enfoque em custos – que quando aliadas somam as vantagens do município.

Dessa forma, como diretriz básica, a proposta consistirá na determinação de um objetivo primário, isto é, deve-se determinar um tipo de atividade produtiva a ser estimulada – sendo esta, necessariamente, plausível com os Fatores Locacionais gonçalenses. Isso pode ser feito por duas vias não excludentes e, em algum sentido, complementares, uma delas relacionada com a escolha do tipo de distrito industrial (CHALFUN, 1998), e a seguinte, pela escolha do tipo de “indústria”.

De toda sorte, pelas particularidades econômicas e competitivas de São Gonçalo, alguns tipos de distritos enunciados por Chalfun em seu estudo (Marshalliano; Variante Italiana do Distrito Marshalliano; Centro-Articulado/Núcleo-Raio; Plataforma Industrial-Satélite; Distrito Industrial Ancorado pelo Estado) são incompatíveis ou inviáveis. Os Distritos Industrial Marshalliano e a Variante Italiana, por exemplo, devem ser descartados pela baixa sustentabilidade de empresas de pequeno porte, base do modelo. Vale lembrar a ascensão e queda das pequenas empresas de confecções do bairro de Alcântara na década de 80, que, mesmo em grande número e com importância econômica relativa para o município, não se mantiveram.

A chamada Plataforma Industrial-Satélite também apresenta dificuldade de implementação, visto que, mesmo perto de uma rede de escoamento internacional (Porto do Rio de Janeiro), o município não apresenta fatores competitivos suficientes para atrair multinacionais ou transnacionais, base fundamental deste modelo. Mesmo com possibilidade de desenvolvimento na área petroquímica, entre os municípios que

recebem *royalties* do petróleo e do gás natural (conforme Fundação CIDE), São Gonçalo, juntamente com Niterói, é o que teve a menor participação em 2001 (algo em torno de 0,02% ou R\$107.000,00), provavelmente ocupe colocação correspondente na ordem das prioridades de inversão de recursos pelo Estado, assim, a implantação de um Distrito Industrial Ancorado pelo Estado, se não se torna improvável, é ao menos difícil de ser concebida.

Deste modo, assumindo, por eliminação, que o perfil Centro-Articulado ou Núcleo-Raio seja o mais compatível para São Gonçalo, ou seja, vê-se o desenvolvimento de pequenas e médias empresas no entorno de companhias maiores, “(...)em alguns casos, as grandes indústrias podem ser oligopólios de um único setor, como no ABC paulista(...)” (CHALFUN, 1998: 97), considerando-se seus riscos e suas potencialidades. Para tanto, previamente nos cabe, contudo, voltar as atenções para a identificação de qual a indústria a ser desenvolvida (focada) dentro desse possível distrito industrial. Nesse tocante, a pesquisa identificou dentre as várias alternativas plausíveis uma proposta que parece factível e viável, que consiste em criar estímulos para a instalação de uma “Indústria da Logística” e a conseqüente formação de um “Distrito Logístico” em São Gonçalo.

O que leva à reflexão sobre essa atividade é o crescimento sistemático do PIB relacionado ao setor de transporte no Estado do Rio de Janeiro, em especial o ferroviário e o hidroviário, que respectivamente aumentaram em 100% e 219%, no intervalo dos anos de 1996 a 2000. Em São Gonçalo, no ano de 2001, o valor do PIB desse setor foi de R\$203.259.000,00 (17,3% do PIB municipal). Mesmo não estando claro, pelos dados disponíveis, o quanto desse crescimento está relacionado à participação do transporte de pessoas e de cargas, não resta dúvida que o setor apresenta prospecto positivo.

Assim, evidencia-se que o desenvolvimento desse tipo de indústria tem em seu escopo, simultaneamente, empresas que trabalham com mercadorias sensíveis e de alto valor agregado – como componentes eletrônicos, equipamentos de informática, materiais cirúrgicos e produtos químicos/petroquímicos – ou que precisam suprir rapidamente os grandes centros consumidores, como alimentos, artigos de limpeza e higiene pessoal. Além disso, pode-se afirmar que o atual esforço logístico está muito relacionado a cargas fracionadas, um dos maiores problemas da logística contemporânea, que inclusive se alarga em função da significativa expansão do chamado *e-commerce*.

Para melhor explicar o foco da “indústria”, é importante salientar o conceito de Logística Integrada ou, de forma mais atual, *Supply Chain Management* (SCM) ou, ainda, Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. “Na Base do moderno conceito de Logística Integrada está o entendimento de que a Logística deve ser vista como um instrumento de *marketing*(...)” (FLEURY *et. al.*, 2000: 31), ou seja, dentro dos quatro P's (produto, preço, promoção e praça) a logística está correlacionada ao ambiente de atuação ou praça, auxiliando na eficiência e eficácia da empresa.

Dito isso, fica evidente que a decisão de implantação de um Centro de Distribuição (CD) em uma determinada área passa pelo que aqui será chamado de “processo logístico”, subdividido em processos logísticos físicos (instalações prediais, caminhões, definição geográfica etc) e processos de gerenciamento logístico (baseado principalmente em aplicações de TI e das modernas técnicas de gerenciamento e administração).

A proposta, apresentada para o caso de São Gonçalo, está de fato baseada nos Fatores Locacionais que apoiariam o desenvolvimento de um “distrito logístico”, destacando-se o

(...)acesso rápido, fácil e conveniente para transportes de carga, incluindo ferrovias, rodovias, portos e aeroportos; [e os](...) incentivos para a atração, implantação, desenvolvimento e expansão das atividades industriais, na forma de redução de impostos, tecnologia, capital [humano] e infra-estrutura(...) (CHALFUN, 1998: 93).

Como se pode verificar no aspecto de custo geográfico, o município apresenta posição estratégica na região metropolitana, pois, além de estar a menos de 500 km do maior centro econômico do país, que é a cidade de São Paulo, possui como principais acessos a BR-101 e RJ-104, que o ligam a Niterói, ao sul, e Itaboraí, ao norte, e a RJ-106, que alcança Maricá, a leste, podendo ser rota (alternativa) para o estado de Minas Gerais, centro-oeste, e opção para o nordeste do país. Contribuindo e complementando os aspectos de infra-estrutura da malha rodoviária, destaca-se, ainda, a possibilidade de desenvolvimento do sistema marítimo (Baía de Guanabara), assim como uma possível revitalização do complexo ferroviário, que juntos podem ser amplamente explorados como componentes de diferenciação.

Outra característica, que pondera favoravelmente para São Gonçalo alocar dentro do “processo logístico físico”, é a autonomia financeira que o município apresenta para o estímulo a empreendimentos, seja por via da isenção de impostos municipais ou no auxílio a investimento direto, sem deixar de lembrar que o Pólo Industrial de Guaxindiba já possui posição estratégica e infra-estrutura básica requerida pela atividade.

Ponto de igual importância é a oferta de mão-de-obra. Em primeiro lugar, vale dizer que boa parte desse capital humano não requer um nível mais sofisticado de qualificação. Dessa forma, a população local atenderia facilmente essa necessidade, eventualmente, com o diferencial positivo de custo (em comparação aos grandes centros).

Por outro lado, para a incorporação de trabalho mais qualificado, necessária aos “processos de gerenciamento logísticos”, o município também possui estoque abundante de mão-de-obra. Inclusive, como já foi discutido, graças às instituições educacionais de nível superior, instaladas em São Gonçalo, há uma relativa produção de conhecimento (principalmente na área da gestão e tecnologia) que pode ser facilmente direcionada aos interesses específicos desse “distrito logístico”, atendendo assim, praticamente a integral, apenas com recursos humanos locais, as demandas da indústria.

Como se pode ver, acredita-se, por essa abordagem introdutória, que São Gonçalo tem grande potencial para a formação de uma base infra-estrutural e de capital humano dessa cadeia, bastaria explorar os potenciais físicos existentes e estimular os aspectos gerenciais. É importante destacar que uma ação planejada, envolvendo tanto atores públicos como privados, pode transformar o município em um APL na área da Logística. Para que isso ocorra bastaria, o estímulo de coordenação do governo local. Claro está que tal coordenação não pode ser considerada trivial, porém, por via da estruturação de uma política pública, São Gonçalo seria capaz de galgar a cooperação entre fornecedores especializados, universidades, associações de classe e outras organizações que provêm educação, informação, conhecimento e/ou apoio técnico.

Sem pretender minimizar as dificuldades inerentes a tal proposta de política municipal, é possível através dela visualizar, como externalidades positivas, a geração

de emprego (marcadamente para trabalhadores de menor qualificação), melhor utilização do espaço denominado Pólo Industrial de Guaxindiba, maior arrecadação tributária por parte da prefeitura e melhor nível de consumo para a população. Deste modo é possível supor a ampliação do efeito multiplicador da renda local e, principalmente, da elevação da capacidade de geração de investimentos em qualidade de vida para o munícipe.

A proposta de implantação de um “distrito logístico” em São Gonçalo não tem a intenção de esgotar todas as possibilidades que o município possui de soerguimento. Ao apresentar a proposta de constituição de um distrito logístico, e mesmo realizando-o de forma parcial, tem-se em verdade a intenção de demonstrar que, dadas as condições do município, existem alternativas para o desenvolvimento de atividades econômicas as quais, novamente nas palavras de Celso Furtado, são capazes, simultaneamente, de “criação de um sistema produtivo eficaz” e, por via dela, caminhar na direção da “homogeneização social”.

Dito isso, uma última pergunta vem à tona: Por que propostas como estas nunca foram implementadas ou ao menos discutidas? De acordo com Mendonça (2000: 107-122) - com base no plano diretor do município de 1991 -, a expectativa do poder público local de retomada do progresso estava intimamente ligada à possibilidade de implantação de um “pólo distribuidor de combustíveis”, o que, como já mencionado, dependeria de investimentos públicos (Esfera Federal e Estadual) típicos de um distrito Ancorado pelo Estado, o que não se realizou. Independente das causas, o fracasso deste tipo de proposta, por que não dizer estratégia de ação, deixou o município sem alternativas efetivas de desenvolvimento, agravando, por conseguinte, seu quadro de pobreza e crise.

4. CONCLUSÃO

Parafraseando Ignacy Sachs (1993), o desenvolvimento poderia ser definido como um processo criativo de transformação que com a ajuda de técnicas é concebido em função das potencialidades existentes e de seu emprego na satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade. Nestes termos, é importante considerar que as estratégias de desenvolvimento são múltiplas e somente podem ser implantadas a partir de uma dada realidade local. Assim, ainda segundo Sachs, promover o desenvolvimento é, essencialmente, ajudar as populações envolvidas a se organizarem e se educarem, para que repensem seus problemas, identifiquem suas necessidades e os recursos potenciais para arquitetar e realizar um futuro digno de ser vivido, conforme os postulados de justiça social.

Por este motivo ao longo deste trabalho buscou-se identificar os limites e possibilidades do Município de São Gonçalo, para conceber uma estratégia de soerguimento econômico, que simultaneamente gerasse a melhoria das condições operacionais do aparelho produtor local e a ampliação das condições mínimas de dignidade social para seus munícipes.

Nesse sentido, ficou claramente destacada a atual situação de fragilidade do município de São Gonçalo, caracterizada em última instância pelo *status* de cidade dormitório, tendo dificuldades para reter as rendas individuais de sua população por falta de uma estrutura adequada de aparelhos urbanos.

Discutiu-se, então, ser fundamental a construção de um novo modelo de atuação da esfera pública municipal, que se pautar por assegurar um clima favorável para implantação de negócios, de encorajamento de novos empreendimentos e ampliação da infra-estrutura física da cidade e que, por conseqüência, melhore as condições gerais de vida do munícipe.

Para tanto, observa-se imperativo que o município implemente novas formas de estímulos a atividades produtivas. Isso poderia ser feito através da potencialização dos fatores locais, como baixo custo da mão-de-obra, posição geográfica favorável, razoável capacidade de produção intelectual (administrativa e tecnológica) entre outros, demonstrando, desta forma, ao setor empresarial como o Município pode auxiliar em seus processos de elevação da eficiência produtiva e de lucratividade.

Se por um lado essa situação causaria dificuldades para um modelo tradicional de gestão municipal, por outro é uma oportunidade (mesmo que imposta) para se reverter as práticas intervencionistas, verticais e burocráticas próprias da administração pública tradicional, pois exigiria da prefeitura autonomia e agilidade, no que concerne ao tempo de tomada de decisão e implementação das ações.

Para exemplificar esta “nova prática cooperativa de gestão” e seu potencial, apresentou-se a sugestão de criação do “distrito logístico” de São Gonçalo, como prova da existência de alternativas factíveis de atuação conjunta entre os setores público e privado, tendo como base a adoção da Estratégia Genérica de Enfoque (otimizando recursos e esforços para um “alvo estratégico estreito” ou atividade produtiva específica) e, por eliminação, o perfil de distrito industrial Centro-Articulado.

De qualquer forma deve-se estar claro, contudo, que esta não, necessariamente, seria a “única opção” e, talvez, nem mesmo a “melhor opção” para a localidade, sendo que apenas é apresentada como uma demonstração de que maneira se pode realizar a identificação de oportunidades de ação, ou seja, demonstrar que alternativas existem e, independentemente da ação de outras esferas da gestão pública, podem ser desenvolvidas com autonomia pelo próprio município.

5. REFERÊNCIAS

- CHALFUN, N. Tipologia de Distritos Industriais: O caso da Cidade Industrial de Curitiba. *In*, **Rev. Archétypon**, Rio de Janeiro, ano 6, no. 18, set./dez. 1998.
- DINIZ, Clélio C. A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas. **IPEA, Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n.375, junho de 1995.
- FIRJAN – Cadastro Industrial do Estado do Rio de Janeiro 2003/2004. Disponível em CD – Rom.
- FLEURY, P. F., WANKE, P., FIGUEIREDO, K. F. (org.) **Logística Empresarial: a perspectiva brasileira**. São Paulo: Atlas, 2000. p. 27. - (Coleção COPEAD de Administração)
- FORTUNA, José A. N. **História de Niterói**. *In*, Niterói: Perfil de uma Cidade. Prefeitura de Niterói, Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia. 1999.
- Fundação CIDE** - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2002 (disponível em CD-Rom).
- FURTADO, Celso. **Brasil: A construção Interrompida**. 3. ed. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1992.

- GONÇALVES, R.; PELEGRINO, A. I. de C. **Globalização, Neoliberalismo e Exclusão Social**. Revista Archétypon, Rio de Janeiro, ano 7, n. 19, jan/mar. 1999.
- GREMAUD, Amaury P. et. al. **Economia Brasileira Contemporânea**. 5^a. ed. Rio de Janeiro: Ed. Atlas, 2004.
- LESSA, Carlos. **Um Rio de Sonhos**: Uma realidade para o Rio de Janeiro. Rev. Archétypon, Rio de Janeiro, ano 6, n. 16, p. 29, jan/abr. 1998.
- MENDONÇA, A. M. **O Município de São Gonçalo**: Das indústrias às ruínas e vazios industriais. Planejamento urbano e perspectivas de revitalização. Dissertação de Mestrado, IPPUR/CCJE/UFRJ, Rio de Janeiro: 2000.
- NURKSE, R. **A formação de capital em países subdesenvolvidos**. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v.7, n.1, p.18, março de 1951. p. 18. *In*, MORAES, R. C. C. de. Celso Furtado: O subdesenvolvimento e as idéias da CEPAL. São Paulo: Ed. Ática, 1995. p. 23-30.
- PORTER. M. E. **Estratégia Competitiva**: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 15^a. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998.
- Potencialidades Econômicas e Competitividade das Regiões do Estado do Rio de Janeiro**, FGV. Rio de Janeiro: 1998.
- RANGEL, R & MELKI JR., A. **Imagem Corporativa e Percepção de Desempenho**, Ex-Ante - Pesquisas, Estudos e Cenários, mimeo, 2004, p. 2.
- Reportagem do Jornal Valor Econômico, 02 de janeiro de 2005, intitulada A “pacata” Macaé atrai executivos de todo o Brasil e exterior, p. D6.
- Reportagem do Jornal Valor Econômico, 18 de novembro de 2004, intitulada Nova Iguaçu tenta atrair empresas para pólo de cosméticos, p. A5.
- Revista Economia Fluminense, Fundação CIDE, Ano I, n. 1, janeiro de 2004.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**. São Paulo: Studio Nobel, Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.
- URANI, A. & REIS, J. G. A. dos. **Desenvolvimento com justiça social**: uma agenda para os Municípios. IETS, Policy paper n. 4. Rio de Janeiro, janeiro de 2004. p. 4.

BEM JURÍDICO PENAL E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: UMA VISÃO DO DIREITO PENAL COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

Mestrando Eduardo Pião Ortiz Abraão (PUC-SP)

RESUMO: A delimitação dos bens jurídicos penais é de fundamental importância para a edificação do sistema punitivo de um determinado Estado. Os diferentes modelos de Estado de Direito acabam elegendo determinados bens que são primordiais para consecução de seus objetivos e que, portanto, devem ser tutelados satisfatoriamente. A própria evolução histórica da concepção de bem jurídico demonstra essa tendência de eleição do bem a ser tutelado de acordo com as aspirações ideológicas do Estado. Em um Estado Democrático de Direito o Direito Penal pode ser um fator importante na redução das desigualdades sociais e na promoção da justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: bem jurídico; direito penal; estado democrático de direito; desigualdades sociais; justiça social.

ABSTRACT: The delimitation of the criminal legal rights has a great importance during the construction of the punitive state system in a specific State. Specific legal rights are chosen by different models of Law State, which are primary to reach their goals, therefore those legal rights must be satisfactorily guardianship. The historic evolution conception of legal right shows the State tendency of protecting legal rights according with the State ideology. The Criminal Law can be an important reduction source of social inequalities and of the development of the social justice in a Democratic Law State.

KEYWORD: legal right; criminal law; democratic law state; social inequalities; social justice.

1. INTRODUÇÃO

O bem jurídico exerce uma função de extrema relevância no sistema punitivo de determinado Estado, pois “se situa na fronteira entre a política criminal e o direito penal” (BATISTA, 2007: 95), realizando a tarefa de unir a dogmática penal (teoria do delito) e a política criminal (realidade social). Um sistema punitivo é construído com base em princípios e esse sistema vai servir a uma determinada forma de Estado. O Direito Penal detém ideologia, que está a serviço do modelo de sociedade que se pretende conceber.

Em um Estado Totalitário a preocupação maior está em tentar incriminar todos os comportamentos que atentam contra valores inerentes ao próprio Estado, e, dessa forma, as liberdades públicas são preocupações secundárias. Por outro lado, em um Estado Democrático de Direito, a liberdade é a regra, há preocupação em tutelar as garantias individuais, assim como, valorizar o pluralismo e a tolerância. Portanto, só devem ser punidas aquelas condutas que realmente se afigurem como imprescindíveis para a manutenção da paz social.

Assim sendo, pode-se constatar que dependendo do modelo de Estado adotado, o sistema punitivo vai considerar determinado bem como de relevância ou não para o Direito Penal. Para se constituir uma determinada forma de Estado, é necessário verificar quais são

os valores que nele serão comuns, pois, com base nesses valores será estruturado todo o sistema punitivo.

De acordo com o *caput* do artigo 1º da Constituição Federal, o Brasil é um Estado Democrático de Direito, donde se conclui que as liberdades e garantias individuais ganham prevalência na construção do seu sistema punitivo, que deve respeitar primordialmente o princípio da dignidade da pessoa humana. Ademais, deve-se registrar que a implementação dos direitos sociais, também, aparece como uma das preocupações do Estado Democrático, pois essa tarefa é primordial para que haja redução das desigualdades econômico-sociais, com escopo de se promover uma real justiça social.

2. CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

O processo de consolidação do Estado Democrático de Direito foi construído ao longo da história. Para alcançar essa concepção moderna foi necessário passar, em um primeiro momento, pelo modelo de Estado Liberal e, em seguida, pelo modelo de Estado Social.

2.1. Estado Liberal de Direito

O Estado Liberal de Direito teve sua estrutura formada sob os auspícios dos ideais iluministas, no século XVIII, dentro de um movimento reacionário ao absolutismo monárquico. A burguesia, embora detentora de um significativo poder econômico, encontrava-se insatisfeita com seu estéril poder político. Dessa forma, resolveu aliar-se a grande massa de camponeses e outros socialmente menos favorecidos, construindo um movimento forte contra os privilégios da nobreza e do clero. Nesse quadro de tensão social, eclodiu a Revolução Francesa, surgindo a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Dessa forma, inicialmente, o Liberalismo abarcava os interesses individuais da burguesia, bem como de seus aliados menos favorecidos economicamente.

Porém, não tardou para que a burguesia, ao assumir o controle político, se esquivasse dos anseios da camada social menos favorecida e passasse a perseguir somente os interesses que mais lhe convinham, agindo contrariamente à distribuição equânime de riqueza e extirpando o povo da participação no governo.

O Estado Liberal de Direito ficou marcado por uma concepção altamente individualista, que proclamava uma igualdade apenas formal, mantendo-se em um estado de neutralidade na realização dos fins sociais.

André Copetti (2000: 53-54) apontando as principais características do Estado Liberal, registra:

Restou caracterizado o Estado Liberal de Direito da seguinte maneira: a) o Estado é juracionisticamente entendido, com o afastamento das idéias transpessoais do Estado como instituição ou ordem divina, para se considerar apenas a existência de uma coisa pública destinada a satisfazer os interesses dos indivíduos, o que mais tarde revelou-se como sendo os interesses de uma determinada classe, a burguesia; b) limitação dos fins e tarefas do Estado à garantia da liberdade e segurança da pessoa e da propriedade individual; c) organização e regulamentação da atividade estatal segundo princípios racionais de modo a construir uma ordem estatal justa: reconhecimento dos direitos individuais, garantias dos direitos adquiridos, independência dos juízes, responsabilidade do governo, prevalência da

representação política e participação desta no poder; d) conceito de lei como eixo de concretização constitucional do Estado de Direito; e) esta lei é juridicamente vinculante para a administração (legalidade da administração). Com fundamento nesses princípios surge uma concepção liberal de cidadania limitada à proteção dos direitos dos indivíduos, sem qualquer interferência do poder estatal na vida privada, ou seja, uma noção individualista de cidadania.

Assim, verifica-se que o Estado Liberal de Direito era caracterizado por um modelo político não intervencionista, limitador (limitado por vedações em prol das garantias individuais) e garantidor apenas formalmente das liberdades individuais, precipuamente aquelas de caráter patrimonial.

2.2. Estado Social de Direito

O Estado Social de Direito nasceu em função da opressão provocada pelo Liberalismo à classe operária composta pelos economicamente menos favorecidos. Com a ascensão da burguesia ao poder, que passou a controlar o poder político-econômico, nasceu a Revolução Industrial, surgindo as fábricas, que passaram a explorar o trabalho dos operários de forma desumana.

Nesse ambiente de constante conflito entre liberdade do liberalismo e escravidão social dos economicamente mais frágeis, surgiu o Estado Social, guindado por movimentos revolucionários de ideal marxista.

Instigados faticamente pela contradição entre a liberdade do liberalismo e a escravidão social em que viviam, e teoricamente nas doutrinas socialistas utópica e científica, de Saint Simon e Marx, a massa proletária ao arrebatado o sufrágio universal, não se contentando apenas com a concessão formal desse direito, mas utilizando-o em seu próprio benefício, deu início ao processo de instituição do Estado Social (COPETTI, 2000: 54).

Com o surgimento do modelo Social, o Estado tornou-se interventor, tendo como finalidade buscar o equilíbrio e a justiça social. Assumiu, dessa forma, tarefas positivas, prestações de caráter público buscando atingir metas sociais concretas que permitissem reduzir a desigualdade social provocada pelo liberalismo. O Estado saiu do campo de neutralidade e passou a atuar como Estado material de Direito, pretendendo alcançar uma justiça social.

Porém, posteriormente, esse ideal acabou sendo deturpado, ocasionando o “surgimento de regimes ditatoriais, com supressão de liberdades, como se viu nos países do Leste europeu: Estados intervencionistas e controladores, cujo objetivo seria a realização de um ideal utópico de igualdade plena” (PINHO, 2006: 45).

2.3. Estado Democrático de Direito

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, surge uma terceira etapa, na qual é construído o Estado Democrático de Direito. Não se trata apenas da junção dos dois modelos anteriores, mas sim de um terceiro modelo com fundamentos e objetivos próprios.

O Estado Democrático de Direito apresenta como principais características: a) sua criação e regulamentação por uma Constituição; b) o desenvolvimento da democracia; c)

estabelecimento de um sistema de direitos fundamentais; d) busca pela justiça social; e) igualdade material; f) divisão de poderes; g) legalidade; h) segurança jurídica.

Numa visão garantista, claro está que o papel do Estado Social e Democrático de Direito é, ao mesmo tempo, abster-se de violar direitos individuais (garantia liberal – negativa) e lançar-se ao desafio de realizar programas sociais com o fim de minimizar as desigualdades (garantia social – positiva). O poder fica, assim, limitado, quer por meio das proibições (os órgãos de poder não podem intervir indiscriminadamente; o uso da força é restrito), quer por meio das obrigações (normas de mandato direcionadas aos poderes públicos, determinando o que devem fazer). Nesse jogo de equilíbrio, o papel da democracia é fundamental, tanto sob o prisma formal ou político, como sob o aspecto material ou substancial (PINHO, 2006: 47).

A Constituição de 1988, ao prever que a República Federativa do Brasil constitui-se como Estado Democrático de Direito, trouxe no artigo 1º os seus fundamentos (soberania; cidadania; dignidade da pessoa humana; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; pluralismo político), e no artigo 3º os seus objetivos (construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação).

Dessa forma, verifica-se que o caminho indicado pelo constituinte passa por todas as exigências estruturais de um Estado Democrático de Direito, devendo a atuação estatal, nas três esferas do poder, primar pelo atendimento a esses anseios, para que esse modelo de Estado saia da previsão meramente formal e ganhe a materialidade suficiente para a promoção de uma verdadeira justiça social.

3. EVOLUÇÃO DA CONCEPÇÃO DE BEM JURÍDICO

A definição do bem jurídico-penal estabelece um limite material ao poder de punir do Estado, “pois impede que se estabeleçam delitos e penas que não tenham em sua estrutura de base a proteção a um bem jurídico” (BUSATO; HUAPAYA, 2007: 39). A doutrina do bem jurídico surgiu em função da necessidade dogmática vivida dentro do liberalismo.

Foi Feuerbach, no século XIX, quem, pela primeira vez, trouxe a idéia de bem jurídico-penal, que na sua ótica baseava-se em um contrato. Os homens, devido à insegurança social, decidem se organizar em sociedade e atribuir ao Estado a tarefa de conservação da nova ordem. Assim, diante do fim a que destinava o Estado, este somente poderia intervir penalmente quando fosse praticado um crime contra o direito de algum cidadão. Feuerbach demonstrou que em todo preceito penal existe um direito subjetivo, do particular ou do Estado, como objeto de proteção. A todo direito correspondia um dever. Quando o direito subjetivo era violado entrava o Direito Penal.

Essa visão contratualista acabou sendo revista por Birnbaum que rechaçou a tese de que o delito é a lesão de um Direito, pois o Direito não pode ser diminuído nem subtraído. Isso pode ocorrer apenas com o que é objeto de um direito, isto é, um bem que juridicamente nos pertence e que nasce da própria natureza ou pelo resultado do desenvolvimento social. Assim, Birnbaum situou os bens jurídicos para além do Direito e do Estado. O Estado não pode criar bens jurídicos, somente pode garanti-los.

Binding, depurando o conceito de bem jurídico de Birnbaum, concebeu-o como “estado valorado pelo legislador”. Binding sustentava que caberia a norma jurídica definir o bem jurídico. O delito consistia na lesão de um direito subjetivo do Estado, havendo compatibilidade entre norma e bem jurídico. Na sua concepção, bem jurídico era tudo aquilo que o legislador assim definiu, por isso era necessária uma absoluta congruência entre a norma e o bem jurídico que deveria por ela ser objeto de tutela. Portanto, não caberia apenas ao Estado, era necessária a norma jurídica para a determinação do bem jurídico.

Franz Von Liszt pode ser apontado como o autor que melhor trabalhou a idéia de bem jurídico. Para ele o bem jurídico não estava atrelado a uma opção de Estado ou da norma jurídica. Ele transcendia a isso e estava vinculado ao interesse humano protegido. Esse interesse humano é o que legitimava o bem jurídico a ser tutelado. Nem sempre a Constituição e a legislação seriam suficientes para eleger todos os bem jurídicos.

Chamamos de bens jurídicos os interesses que o Direito protege. Bem jurídico é, pois, o interesse juridicamente protegido. Todos os bens jurídicos são interesses humanos, ou do indivíduo ou da coletividade. É a vida, e não o Direito, que produz o interesse; mas só a proteção jurídica converte o interesse em bem jurídico (LISZT, 2003: 139).

Portanto, segundo Von Liszt, bem jurídico é um bem do homem, que é reconhecido e tutelado pelo Direito, e não simplesmente um bem da ordem jurídica. Dessa forma, percebe-se em Von Liszt, um distanciamento da posição positivista sustentada por Binding.

Em virtude da confusão entre tais concepções, que se demonstraram insuficientes para garantir um conceito material de bem jurídico capaz de limitar a atuação do legislador na elaboração das normas, nasceu o neokantismo sustentando a natureza teleológica do bem jurídico.

Esta concepção despoja o bem jurídico do núcleo material do injusto, constituindo só um princípio metodológico para a interpretação dos tipos penais. Em resumo, o bem jurídico ficava reduzido a uma categoria interpretativa, *simplex ratio legis* dos preceitos particulares, com o qual perdia sua função garantista e sua incidência no âmbito da dogmática (BUSATO; HUAPAYA, 2007: 45).

Com o surgimento da Escola de Kiel na Alemanha, que deu base ao regime nacional-socialista, passou-se a apregoar que crime era toda e qualquer violação de um dever de obediência ao Estado. Um dos seus principais expoentes foi Edmund Mezger.

Um dogmático importante durante o nacional-socialismo (...), suas sisudas elucubrações se encaminharam a partir de 1933 a configurar e interpretar o Direito Penal segundo os postulados nazistas. Assim, por exemplo, desde um primeiro momento, ocupou-se de demonstrar que a única fonte do Direito Penal e a única base de todas as elucubrações não podiam ser outras que a vontade do Führer (MUÑOZ CONDE, 2005: 80).

Não existiam mais limites à intervenção do Estado no Direito Penal do que a simples vontade do ditador.

Nessa esteira, o Direito Penal não deveria lastrear a sua atuação tomando por base o resultado, mas sim a vontade do agente. Francisco Munõz Conde (2005: 82) escrevendo sobre Edmund Mezger relata:

Sua paixão pelas novas propostas jurídicas do nacional-socialismo chega a tanto que, apesar de ter sido dito muitas vezes o contrário, Mezger propõe idéias muito próximas ao Direito Penal da vontade, tão representativo do regime nazista e dos penalistas mais afins a ele, como eram os integrantes da 'Escola de Kiel'.

Nesse sentido, o crime tentado deveria ser punido como crime consumado, com base na simples vontade do agente. A Escola de Kiel desenvolveu em larga escala, também, o conceito de crime de perigo. Aliás, foi Mezger quem concebeu a idéia de crime de perigo abstrato.

A Escola de Kiel ainda exerce influência no Direito Penal. Alguns dispositivos do nosso ordenamento penal refletem essa tendência como, por exemplo: artigo 352 do Código Penal (Evasão mediante violência contra a pessoa: Evadir-se ou tentar evadir-se o preso ou o indivíduo submetido a medida de segurança detentiva, usando de violência contra a pessoa); artigos 309 (Votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem), 312 (Violar ou tentar violar o sigilo do voto) e 317 (Violar ou tentar violar o sigilo da urna ou dos invólucros), do Código Eleitoral.

Com o encerramento da Segunda Guerra Mundial, ressurgiu a preocupação com o conceito de bem jurídico, retornando a "idéia de que o bem jurídico-penal estaria vinculado a uma garantia do homem" (PONTE, 2008: 148). Para *Hans Welzel* (1997: 5) o bem jurídico-penal situa-se além do Direito e do Estado, podendo ser definido como "todo estado social desejável que o Direito quer resguardar de lesões", o qual não pode ser analisado em relação a si mesmo, mas considerando-se toda ordem jurídico-social.

Atualmente, as teorias dominantes buscam "fundamentar o bem jurídico desde a política criminal. Ou seja, se vincula à teoria do bem jurídico com os fins do ordenamento jurídico-penal e com os fins do Estado" (BUSATO; HUAPAYA, 2007: 48-49). Nessa diretriz, apresentam-se duas orientações: a sociológica e a jurídico-constitucional.

Na visão sociológica destacam-se os posicionamentos de Knut Amelung, Winfried Hassemer e Jürgen Habermas. Para Amelung, o Direito Penal deve ser fundado com vistas a um conceito de danosidade social, portanto, o bem jurídico está constituído por essa danosidade social. Para traduzir tal conceito vale-se da definição de Binding, que seria tudo aquilo que aos olhos do legislador estabeleça as condições de uma vida saudável da comunidade jurídica. Segundo Hassemer (1989: 112) define-se o bem jurídico de um modo genérico como "interesse humano necessitado de proteção jurídico-penal". Habermas, por sua vez, entende ser de vital importância a implementação da teoria do consenso no âmbito penal, ou seja, para que haja criminalização de uma conduta é necessário que essa decisão se dê em um consenso racional intersubjetivo.

Na versão jurídico-constitucional, destacam-se alguns autores, como Jorge de Figueiredo Dias, Jesús-María Silva Sanchez e Márcia Dometila Lima de Carvalho. Todos eles defendem que é a norma constitucional e não a norma penal que determina quais são os bens jurídicos objetos de tutela penal.

Jorge de Figueiredo Dias (1999: 62-82) tenta buscar no Texto Constitucional um padrão de referência da valoração social sobre seus interesses e nesse filtro tenta fundamentar sua eleição de bem jurídico.

Márcia Dometila Lima de Carvalho, sustentando a necessidade de extrair do texto constitucional os bens que demandam tutela no campo penal, assegura:

Pois bem, partindo-se de que a Lei Maior traz em si os princípios máximos de justiça, que se quer impor, qualquer ofensa a bem jurídico, protegido penalmente, terá que ser cotejado com os princípios constitucionais. Deixa, assim, a ofensa aos citados bens, de ter relevância penal, se os princípios constitucionais não restarem por ela arranhados (1992: 33).

Para Jesús-María Silva Sánchez (1999: 92-94) o conceito de bem jurídico, não seria capaz de, por si só, sustentar a função limitadora da intervenção penal, e, disso decorreria a necessidade de referência constitucional.

Esse parece ser o critério mais adequado na eleição do bem jurídico penal, ou seja, para justificar a atuação do Direito Penal o bem jurídico deve ser avaliado à luz da Constituição. Essa relação entre bem jurídico-penal e Constituição, faz com que a lei penal sofra determinadas limitações, mas, em outras situações, passe por revisões visando uma tutela mais eficiente em relação a determinados bens jurídicos. Esse processo de avaliação constitucional do Direito Penal pode acarretar a despenalização de determinados comportamentos, a incriminação de novas condutas e uma exacerbação ou redução da resposta penal para outras. Apesar de existirem críticas à adoção desse caminho, a razão está com Antonio Carlos da Ponte quando afirma:

É muito mais útil um bem-jurídico-penal ligado à Constituição, que por sua vez deve estar fundada em direitos e garantias fundamentais, do que simplesmente abandonar essa postura em respeito ao acolhimento de conceitos vagos, impassíveis de individualização. (2008: 151)

4. BEM JURÍDICO-PENAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Como salientado outrora, o bem jurídico exerce uma função de extrema relevância no sistema punitivo de determinado Estado, situando-se “na fronteira entre a política criminal e o Direito Penal, resultando da criação política do crime, que está atrelada ao modelo de Estado eleito” (PONTE, 2008: 149).

O Código Penal Brasileiro é de 1940 e inspirou-se no Código Rocco (Itália – 1937), de ideologia, notadamente, fascista. Hodiernamente, não há como promover uma apreciação do Direito Penal calcada exclusivamente em um código vetusto, que leva em conta uma realidade que há muito foi abandonada.

A adequação entre Direito Penal e Constituição Federal é imprescindível para que o Brasil possa alcançar a verdadeira condição de Estado Democrático de Direito, como preceitua a Constituição de 1988. Nesse modelo de Estado, o Direito Penal deve estar ligado aos valores constitucionais. “O Direito Penal, em um Estado Democrático e Social de Direito, não pode ficar imune à filtragem constitucional, extraindo-se da hierarquia valorativa contida na Constituição seu conteúdo material e sua legitimação” (SBARDELLOTTO, 2001: 82).

O Direito Penal pode servir sim como instrumento para efetivar uma transformação social compatível com os ideais de um Estado Democrático de Direito. Para isso, faz-se necessário reconhecer que o Direito Penal precisa se aparelhar para se tornar um mecanismo eficaz no combate à criminalidade voltada aos interesses difusos e coletivos, que, certamente é um dos principais instrumentos de promoção da desigualdade social no nosso país.

O Direito Penal, como ainda se apresenta nos dias de hoje, é responsável pela promoção da exclusão social, possuindo um caráter absolutamente desigual e discriminatório que está a serviço das classes sociais economicamente mais favorecidas. Alessandro Baratta, fazendo uma precisa crítica, aponta quais são os pontos cruciais dessa desigualdade social promovida pelo atual Direito Penal:

a) o direito penal não defende todos e somente os bens essenciais, nos quais estão igualmente interessados todos os cidadãos, e quando pune as ofensas aos bens essenciais o faz com intensidade desigual e de modo fragmentário; b) a lei penal não é igual para todos, o status de criminoso é distribuído de modo desigual entre os indivíduos; c) o grau efetivo de tutela e a distribuição do status de criminoso é independente da danosidade social das ações e da gravidade das infrações à lei, no sentido de que estas não constituem a variável principal da reação criminalizante e da sua intensidade. A crítica se dirige, portanto, ao mito do direito penal como o direito igual por excelência. Ela mostra que o direito penal não é menos desigual do que os outros ramos do direito burguês, e que, contrariamente a toda aparência, é o direito desigual por excelência. (2002: 162)

Portanto, para que possa servir de ferramenta capaz de auxiliar na redução dos abismos sociais encontrados na sociedade brasileira, o Direito Penal deve ser visto sob duas óticas distintas.

Em relação à criminalidade comum, que afeta bens jurídicos individuais e compõem a chamada criminalidade de “massa” e que, muitas vezes, para atender os anseios das classes sociais dominantes, é forjada pelos meios de imprensa como o único ponto que precisa ser enfrentado pela lei penal, o Direito Penal tradicional é capaz de auxiliar na contenção do problema.

Todavia, a lei penal deve ser vista apenas como uma e não como única ferramenta a ser utilizada. Muito mais do que pela simples prática de elaboração de leis penais, esse tipo de criminalidade pode ter o seu quadro significativamente reduzido se for estabelecida uma política de Estado séria, responsável, que persiga incansavelmente todos os objetivos estampados no artigo 3º da Constituição Federal (construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação).

Se houver uma política comprometida fielmente com a redução das desigualdades sociais, que promova uma melhor distribuição de renda, que atue primordialmente na busca de uma verdadeira justiça social, certamente, a criminalidade tradicional reduzirá, pois, muitas vezes, está ligada a delitos patrimoniais, que são praticados, via de regra, pelas classes menos favorecidas economicamente, que não têm acesso às condições mínimas de sobrevivência que levem em conta a dignidade da pessoa humana.

Já em relação à criminalidade organizada, à lavagem de dinheiro, à corrupção, aos crimes contra a ordem econômico-financeira, contra a ordem tributária, contra o meio ambiente, entre outros, que afetam drasticamente os bens jurídicos difusos e coletivos, a linha a ser seguida pelo Direito Penal, deve, necessariamente, ser outra.

Essa criminalidade que muitas vezes permanece oculta, corrói a estrutura do Estado, tornando-se um dos pilares que sustentam a desigualdade e a injustiça social que há muito estão enraizadas no nosso país.

Ocorre, destarte, que há uma faixa de delinqüentes que fomenta com enorme potencial os índices de criminalidade oculta, que não tem merecido a devida atenção do modelo penalístico instalado, consistente na faixa de criminalidade graduada, ofensiva aos valores constitucionais e impeditiva da implementação substancial de um Estado Democrático e Social de Direito, contra a qual o Direito penal que busca sua relegitimação deve voltar-se. Esta criminalidade será identificada por criminalidade do colarinho branco, ou por cifra dourada de delinqüência. (SBARDELOTTO, 2001: 99)

Fica evidente, que o combate a esses crimes deve ser a principal preocupação de um Direito Penal que deseja estar em consonância com os valores estruturais de um Estado Democrático de Direito.

As baterias do Direito Penal do Estado Democrático de Direito devem ser direcionadas preferentemente para o combate dos crimes que impedem a realização dos objetivos constitucionais do Estado. Ou seja, no Estado Democrático de Direito – instituído no artigo 1º da CF/88 – devem ser combatidos os crimes que fomentam a injustiça social, o que significa afirmar que o direito penal deve ser reforçado naquilo que diz respeito aos crimes que promovem e/ou sustentam as desigualdades sociais (STRECK, 2000: 124).

Esses delitos demonstram que o Direito Penal tradicional é insuficiente para tutelar de forma satisfatória os bens jurídicos penais difusos, havendo necessidade de adoção de uma política criminal diferenciada. Sobre essa tendência pondera Renato de Mello Jorge Silveira:

A Política Criminal de hoje não mais pode ser comparada com a do passado, mesmo um passado recente. Os problemas da moderna criminalidade, bem como as alterações por que tem passado o mundo nos últimos anos, impõe uma reflexão profunda. As criminalidades econômicas e ecológicas, o contrabando de drogas, as lesões constatadas em diversos consumidores por falhas em produtos industrializados são apenas algumas facetas da nova criminalidade relativa aos interesses difusos, a qual necessita de respostas outras, que não somente as tradicionais. (2003: 168)

Dessa forma, para enfrentar satisfatoriamente esses comportamentos que ofendem bens jurídicos difusos e coletivos, o Direito Penal precisa passar por uma remodelagem, abandonando-se certos preceitos do Direito Penal comum, que podem ser tidos como verdadeiros obstáculos à consecução de um Direito Penal eficaz para enfrentar esses problemas.

Nessa diretriz, faz-se necessário que a norma penal seja ampla, exigindo complementação. Em outras palavras, é imprescindível a utilização de normas penais em branco. Portanto, a taxatividade não pode ser levada às últimas conseqüências, sob pena de tornar inviável a defesa dos bens difusos na seara criminal. Dessa forma, a legalidade deve ser observada sob outro aspecto, permitindo-se uma relativa flexibilização.

Há necessidade de antecipar a tutela penal, punindo-se atos meramente preparatórios, promovendo-se proteção penal para situações de mera colocação do bem em perigo, onde não há lesão propriamente dita. Ademais, os crimes de perigo abstrato passam a ter grande incidência.

Percebe-se que para uma efetiva defesa dos bens jurídicos difusos na senda penal, deve-se passar, ainda que não de forma absoluta, por alguns dogmas construídos pela Escola de Kiel e que, são sustentados no discurso do Direito Penal do inimigo, uma vez que determinados direitos e garantias individuais precisam de uma leitura mais flexível. O Direito Penal moderno precisa ser visto não só como instrumento de garantia, mas também como instrumento de segurança pública, e os bens jurídicos difusos não podem ficar à margem da tutela penal.

Por outro lado, está claro que a tutela de interesses difusos está ligada à tutela de bens jurídicos tradicionais como a vida, a saúde, o patrimônio etc. Como exemplo, pode-se citar a tutela do meio ambiente. Sem um meio ambiente saudável, não há possibilidade de desenvolvimento da vida de uma forma digna. A poluição do ar, dos rios e mares, pode inviabilizar o exercício do bem mais fundamental de todos que é a própria vida, ou trazer sérios problemas para a saúde dos seres humanos e de outras espécies animais. Também, a título exemplificativo, a genética é um bem difuso que está interligado ao bem jurídico vida.

Se o Direito Penal precisa evoluir a ponto de alcançar uma satisfatória tutela dos bens jurídicos penais difusos, essa parece ser a leitura adequada.

Pode-se, eventualmente questionar, como é possível sustentar a idéia de adoção de preceitos que foram içados pela Escola de Kiel e que, mais tarde, foram utilizados na base da doutrina do Direito Penal do inimigo, dentro de um modelo de Estado Democrático de Direito? Não seria algo absolutamente inviável?

Pois bem, foi dito que a criminalidade voltada aos bens difusos e coletivos, é um dos principais obstáculos à consecução dos fins e objetivos do Estado Democrático de Direito. Assim, suponha-se que seja implementado de forma bem estruturada esse modelo diferenciado de Direito Penal sustentado a pouco e que os efeitos almejados sejam satisfatoriamente alcançados. Com isso, as desigualdades sociais serão, naturalmente, reduzidas e a justiça social aos poucos vai sendo implementada. Como reflexo, haverá redução, também, dos índices de criminalidade tradicional, pois, o abismo entre as diversas classes sociais, que muitas vezes fomenta essa atividade criminosa, será sensivelmente reduzido. Portanto, com o passar do tempo, o resultado obtido seria: redução da criminalidade difusa e coletiva; redução das desigualdades sociais; promoção de justiça social; redução da criminalidade tradicional (individual); aproximação cada vez maior com os fins e objetivos do Estado Democrático de Direito.

Porém, se nosso ordenamento jurídico continuar a cobrir com o manto da impunidade essas condutas criminosas, que produzem uma danosidade social abrupta e nefasta para os alicerces do Estado Democrático, pode-se chegar ao seguinte resultado: estímulo cada vez maior a esses comportamentos criminosos; aumento das desigualdades sociais; ausência de justiça social; aumento da criminalidade tradicional (individual); distanciamento cada vez maior dos fins e objetivos do Estado Democrático de Direito.

Assim, se o Direito Penal pretende, honestamente, estruturar-se em conformidade com a Constituição Federal e com o modelo de Estado Democrático de Direito, essa dupla face deve ser adotada.

5. CONCLUSÃO

Resta claro que a eleição dos bens jurídicos penais está umbilicalmente ligada ao modelo de Estado erigido. Ademais, cabe à norma constitucional determinar quais são os bens jurídicos objetos de tutela penal. Esse parece ser o critério mais adequado na cunhagem do bem jurídico penal, ou seja, para justificar a atuação do Direito Penal o bem jurídico deve ser avaliado à luz da Constituição Federal.

A partir do momento em que o Brasil passou a ser concebido sob o manto de Estado Democrático de Direito, não há alternativa que não seja promover uma releitura do Direito Penal, na qual o foco principal passa a ser a prevenção e o combate à criminalidade organizada, voltada à ofensa de bens jurídicos difusos e coletivos.

Como afirmado outrora, o Direito Penal moderno precisa ser visto sob dois prismas distintos, ou seja, um modelo voltado para a criminalidade *tradicional* e outro voltado para a criminalidade difusa e coletiva, que exige uma posição mais severa por parte do legislador e dos operadores do Direito. Se essa for a postura adotada, o Direito Penal será um remédio de extrema utilidade no processo de diminuição da desigualdade social e de implementação da justiça social no Estado brasileiro.

6. REFERÊNCIAS

- BARATTA, A. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal. Introdução à Sociologia do Direito Penal**. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3.ed. Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2002.
- BATISTA, N. **Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro**. 11 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- BUSATO, P. C; HUAPAYA, S. M. **Introdução ao Direito Penal – Fundamentos para um Sistema Penal Democrático**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- CARVALHO, M. D. L. de. **Fundamentação Constitucional do Direito Penal**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1992.
- COPETTI, A. **Direito Penal e Estado Democrático de Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
- DIAS, J. de F. **Questões fundamentais do Direito Penal revisitadas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- HASSEMER, W; MUÑOZ CONDE, F. **Introducción a la Criminología e al Derecho Penal**. Valencia: Tirant lo Blanch, 1989.
- LISZT, F. V. **Tratado de Direito Penal Alemão**. Trad. José Higino Duarte Pereira. Campinas: Russel, 2003, t. I.
- MUNÓZ CONDE, F. **Edmund Mezger e o Direito Penal de seu tempo – Estudos sobre o Direito Penal no Nacional-Socialismo**. Trad. Paulo César Busato. 4.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

- PINHO, A. C. B. de. **Direito Penal e Estado Democrático deDireito**: uma abordagem a partir do garantismo de Luigi Ferrajoli. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- PONTE, A. C. da. *Crimes Eleitorais*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- SBARDELOTTO, F. R. **Direito Penal no Estado Democrático de Direito** - Perspectivas (re) legitimadoras. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- SILVA SÁNCHEZ, J-M. **La expansion do Derecho Penal**. Aspectos de la política criminal em lãs sociedades post-industriales. Madrid: Civitas, 1999.
- SILVEIRA, R. de M. J. **Direito Penal Supra-Individual** – Interesses difusos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- STRECK, L. L. As (novas) penas alternativas à luz da principiologia do Estado Democrático de Direito e do controle de constitucionalidade. In: **A sociedade, a violência e o Direito Penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
- WELZEL, H. **Derecho Penal Aleman** – Parte General. Trad. Juan Bustos Ramírez; Sérgio Yáñez Pérez. 11 ed. Santiago de Chile: Editorial Jurídica de Chile, 1997.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL LOCAL *VERSUS* MINISTÉRIO PÚBLICO
FEDERAL REGIONAL: UM ESFORÇO DE INTEGRAÇÃO E DE EFETIVIDADE
NO PROCESSO - OU A RELAÇÃO PROCESSUAL COMO UMA OBRIGAÇÃO DE
RESULTADO

Bela. Beatriz Costa Siqueira (UNICAP)
Dr. Hélio Sílvio Ourém Campos (UFPE)

RESUMO: O artigo que ora se apresenta versa sobre o tema “A Integração entre o Ministério Público Federal Local e o Ministério Público Federal Regional”. Tem por objetivo estudar e compreender o tema, versando sobre o conceito e a natureza jurídica de tal órgão; a individualização de suas atribuições e características; e, por fim, de forma mais detalhada, delimitar, compreender e explicar sobre as medidas utilizadas para esta tal integração, demonstrando serem elas um meio real de se fazer com que o Ministério Público Federal desenvolva suas atividades de forma a garantir a proteção da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Ministério Público Federal; integração; Constituição.

ABSTRACT: This article that prays if it presents is about the subject “The Integration between the Ministry Federal Public prosecution service and the Ministry Federal Regional Public prosecution service”. It aims studying objective and understanding the subject, being about the concept and the legal nature of such a organ; the individualization of its attributions and characteristics; and, finally, in the more detailed form, to delimit, to understand and to explanation on the measures used for this such a integration, demonstrating being them link a real way of doing so that the Federal Public prosecution service develops its activities of form to guarantee the protection of society.

KEY-WORDS: Ministry Federal Public; integration; Constitution.

1. INTRODUÇÃO

Nestes últimos anos, vários foram os alunos que comigo desenvolveram pesquisas sobre temas processuais, e que me fizeram, por conseqüência, refletir quanto à possibilidade de grandes mudanças sem a necessidade de qualquer alteração legislativa.

Os sujeitos processuais, principais e secundários, mereceram um Capítulo destacado nos meus estudos (juízes, autores e réus, peritos, intérpretes, depositários, oficiais de justiça etc.). Entre estes tantos trabalhos investigativos, contemplo a reflexão que se segue sobre o Ministério Público, particularmente o federal, instituição de evidente grandeza quer no âmbito da Constituição republicana de 1988, quer no dia a dia em sociedade.

Particularmente, em face da importância deste órgão, acredito que seria fundamental progressivamente discuti-lo, e sobre o que ainda é possível fazer para aprimorá-lo. Portanto, o que vai a seguir não é senão uma palavra a favor da instituição do Ministério Público, sem, nem mesmo, ter o propósito de estarmos certos; mas com o firme objetivo de instalar o debate sobre aspectos concretos da sua atuação. Teoria e

prática devem caminhar integradas, e os sujeitos processuais de todas as instâncias também.

Daí o método empregado: além das leituras já habituais aos trabalhos deste gênero, foram propostas e realizadas entrevistas com estagiários, servidores e procuradores. De algum modo, procurou-se, reservado o sigilo das fontes, um ponto de vista sobre o Ministério Público a partir de dados colhidos no âmbito do próprio órgão.

O Ministério Público é responsável pela proteção dos direitos individuais e coletivos indisponíveis, do Sistema Democrático e, conseqüentemente, atua de forma a proteger a sociedade. Como se não bastasse, a sua existência é imprescindível para salvaguardar a Lei, pois o Ministério Público poderá atuar tanto como parte, tanto como fiscal da Lei, protegendo, dessa maneira, a correta aplicação do direito à relação jurídica que esteja em voga.

A integração entre o Ministério Público Federal Local e o Ministério Público Federal Regional se constitui num meio eficaz de se garantir que a unicidade desta Instituição seja resguardada. Não se trata de suprimir o princípio da independência, mas sim de se tentar fazer com que haja mais esperança nesse órgão, pois dessa forma demonstrar-se-á um maior respeito à sociedade, que custeia as instituições públicas.

É justamente nessa lógica conceitual em que nos baseamos, tendo como foco a almejada integração entre o Ministério Público Federal Local e o Ministério Público Federal Regional, vez que a adoção de meios integradores poderia fazer com que o Ministério Público tivesse um entendimento mais homogêneo em relação a determinadas questões jurídicas.

A peleja era e continua difícil, e, por isto, estamos abertos a uma permanente discussão e a novos recomeços. Enfim: a investigação continua, e aqui não haverá ponto final.

O Ministério Público, constitucional que é, tem a natureza jurídica de um órgão institucional autônomo, soberano, de caráter permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, vocacionado para defesa dos interesses sociais e públicos.

Ademais, o Ministério Público brasileiro é uma instituição "essencial à função jurisdicional do Estado". É o seu papel o de fazer atuar concretamente o Direito, quando, com base nele, as partes não se compõem espontaneamente, sobretudo na pretensão punitiva dependente de ação penal pública e nas ações civis que visam à defesa de interesses difusos ou coletivos.

2. DA UNIDADE E DA INDIVISIBILIDADE

A unidade e a indivisibilidade são princípios constitucionalmente estabelecidos para o funcionamento do Ministério Público.

De acordo com o princípio da unidade, sempre que um membro do Ministério Público está atuando, qualquer que seja a matéria, o momento e o lugar, sua atuação será legítima se estiver dirigida a alcançar as finalidades da Instituição. Em outras palavras, todos os membros de um determinado Ministério Público formam parte de um único órgão sob a direção do mesmo chefe. A divisão do Ministério Público em diversos organismos se produz apenas para lograr uma divisão racional do trabalho, mas todos eles atuam guiados pelos mesmos fundamentos e com as mesmas finalidades, constituindo, pois, uma única Instituição.

Pelo princípio da indivisibilidade quem está presente em qualquer processo é o Ministério Público, ainda que seja por intermédio de um determinado promotor ou procurador de justiça. Por isso, a expressão “representante do Ministério Público” não é tecnicamente adequada para a eles se referir. Esse princípio permite que os membros da Instituição possam ser substituídos uns por outros no processo, não de uma maneira arbitrária, senão nos casos legalmente previstos (promoção, remoção, aposentadoria, morte etc.), sem que isso constitua qualquer alteração processual.

Estes princípios são constitucionais, e, portanto, precisam ser interpretados de modo a assegurar para a atuação ministerial uma efetividade de fato, à qual chamamos de obrigação de resultado. A unidade e a indivisibilidade não podem conduzir a um divórcio com a efetividade do processo. Logo, ao se dar início a ações criminais ou civis públicas particularmente relevantes, faz-se necessário planejar integralmente a atuação ministerial desde a propositura da ação até os futuros recursos nos tribunais superiores.

O princípio da independência funcional significa que os membros do Ministério Público no exercício de suas funções atuam de modo independente, sem nenhum vínculo de subordinação hierárquica, inclusive em relação à chefia da Instituição, guiando sua conduta somente pela lei e suas convicções. Assim, somente no plano administrativo se pode reconhecer a subordinação hierárquica dos membros do Ministério Público à Chefia ou aos órgãos de direção superior da Instituição; jamais no plano funcional, onde seus atos estarão submetidos à apreciação judicial apenas nos casos de abuso de poder que possam lesar direitos.

Segundo Hugo Nigro Mazilli (2007), a Autonomia Funcional refere-se à garantia conferida aos órgãos do MP ou a cada um de seus membros, no exercício de seus deveres profissionais, não se subordinam a nenhum órgão ou poder (Legislativo, Executivo ou Judiciário), submetendo-se exclusivamente à consciência de cada um e aos limites estabelecidos em lei.

Vale salientar que, apesar dessa independência, e até mesmo por causa dela, os membros do Ministério Público podem ser responsáveis pelo exercício irregular da função. Assim, responderão por abusos ou erros que cometerem, não apenas no campo civil e penal, mas também sob o aspecto disciplinar (prazos, forma e requisitos dos atos etc.). Porém, não respondem quando do exercício regular das funções; nesta hipótese, mesmo que causem danos, só responsabilizam o Estado.

O § 5º, inciso II, alínea b, do artigo 128 da Constituição Federal assevera que ao membro do Ministério Público é vedado o exercício da advocacia. Apesar de vedado o exercício da advocacia, os membros do Ministério Público que passaram a fazer parte de tal Instituição antes do seu estabelecimento constitucional em 1988 carregam consigo o direito adquirido à prática da advocacia (art. 29, §3º, ADCT CF/88), vez que essa vedação só foi fixada na Constituição Federal promulgada nesta última data.

Nestes termos, a advocacia, quando praticada pelos membros do Ministério Público, é algo que merece uma reflexão profunda de toda sociedade, pois pode sugerir uma aproximação com clientes que estejam sendo investigados pelo próprio Ministério Público. Vejamos uma hipótese teórica: por exemplo, um Procurador da República que possui a prerrogativa de ser advogado tem como cliente uma empresa que está sendo investigada pelo Ministério Público Federal, cabendo a um de seus colegas realizar as diligências necessárias para caracterizar um crime. Eis que pode surgir um conflito de interesses, abrindo-se espaço para sentimentos e iniciativas incompatíveis com a instituição.

Desta maneira, o pensamento de Hugo Nigro Mazilli (2007: 113):

Enquanto em atividade, é incompatível o exercício da advocacia pelos membros do Ministério Público, seja porque concorre em prejuízo da atividade ministerial, seja porque as prerrogativas e poderes de seus agentes poderiam ser desviados da função ministerial.

Se o exercício da advocacia pelo membro do Ministério Público fosse uma atividade salutar, a nossa Magna Carta de 1988 não ousaria vedá-la.

3. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL LOCAL X MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL REGIONAL.

A Lei Complementar 75/1993 dispõe sobre o Ministério Público da União, o qual abrange o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM), o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Segundo Hugo Nigro Mazilli (op.cit.), a Lei Orgânica do Ministério Público da União (LOMPU) é a Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993. Traz disposições gerais sobre os diversos ramos do Ministério Público da União, estabelecendo suas principais funções e seus instrumentos de atuação.

Vale salientar que não é apenas a Lei Orgânica do Ministério Público e a Constituição Federal que fixam as atribuições, as funções e os instrumentos de atuação deste órgão institucional, vez que a própria Carta Magna deixa claro que ao Ministério Público podem ser determinadas outras funções, desde que essas sejam compatíveis com a sua finalidade.

Em suma, esta Lei Complementar de nº. 75/1993 vem a nos interessar, a princípio, por tratar do Ministério Público Federal. E é o estudo deste órgão institucional que é o cerne deste artigo, como veremos adiante.

4. DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

A Lei Complementar 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) trata do Ministério Público Federal nos seus artigos 37 a 71, já que esse órgão está compreendido pelo Ministério Público da União, como já foi visto acima.

Ao Ministério Público Federal é dada a tarefa de defender os direitos sociais e individuais indisponíveis perante o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais, os juízes federais e juízes eleitorais.

Desta maneira, tem-se que o Ministério Público Federal irá atuar nos casos federais, respaldando-se na Constituição e nas leis federais, desde que esteja em voga interesse público, no que concerne às partes ou ao assunto tratado. Ainda, é sua atribuição a fiscalização do cumprimento das leis editadas no Brasil e das que forem decorrentes de tratados internacionais assinados pelo país.

Fica evidente a condição assumida pelo Ministério Público Federal. Condição esta de Guardiã da Democracia, capaz de resguardar princípios e normas que garantem a participação do povo. Assim, vejamos: “com a redemocratização do país, o Ministério Público foi encarregado pela Constituição da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos sociais e individuais indisponíveis, do que decorre logicamente o encargo de promover os direitos humanos” (MARUM, 2006: 434).

Quanto aos órgãos que compõem o Ministério Público Federal, observa-se que foram levadas em consideração as finalidades e os objetivos das suas atribuições, vez que é seu dever defender os interesses sociais.

A seguir, alguns breves esclarecimentos sobre a estrutura da instituição, onde deve ser evitado o nepotismo e o excesso de cargos comissionados tanto quanto no Poder Judiciário; pois parece ser este o clamor da sociedade em relação ao Executivo, Legislativo, Tribunal de Contas etc. Trata-se de uma iniciativa em favor dos princípios da eficiência e da impessoalidade.

A Chefia do Ministério Público Federal cabe ao Procurador-Geral da República, de acordo com a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Ministério Público da União. Igualmente, vale ressaltar que, quando de impedimento relativo a férias, licenças etc., será substituído pelo Vice-Procurador-Geral, designado por ele mesmo. Porém, quando de impedimento relativo a reuniões do Conselho Superior, e quando da vacância, tal cargo de chefia será de responsabilidade do Vice-Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Já o Colégio de Procuradores da República é um órgão dirigido pelo Procurador-Geral da República, e composto por todos os membros ministeriais em atividade no MPF, estando responsável pela elaboração de listas para composição dos Tribunais Superiores, pela eleição de alguns dos membros do Conselho Superior, como também tem a incumbência de trazer à tona opinião sobre assuntos de interesse da instituição.

O Conselho Superior do Ministério Público Federal assim é formado: presidência pelo Procurador-Geral da República, Vice-Procurador-Geral da República, quatro Subprocuradores-Gerais da República (eleitos pelo Colégio de Procuradores da República), mais quatro Subprocuradores-Gerais da República (eleitos por seus pares). Ainda, possui a função de exercício do poder normativo no âmbito do MPF, a de aprovação das normas para o concurso de admissão na carreira, a de indicação dos integrantes das Câmaras de Coordenação e Revisão, dentre outras tantas.

As Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF podem ser classificadas como órgãos setoriais de coordenação, integração e revisão do exercício da função, distribuindo-se por função ou matéria e compondo-se por três membros – um indicado pelo Procurador-Geral da República e dois pelo Conselho Superior e seus suplentes.

Ainda, a Corregedoria do Ministério Público Federal é regida pelo Corregedor-Geral, constituindo-se num órgão de função fiscalizadora das atividades funcionais e do comportamento de tais membros ministeriais.

No que se refere aos Subprocuradores-Gerais da República, pode-se asseverar que lhes é concedido o exercício privativo das funções de Vice-Procurador-Geral da República, Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Corregedor-Geral do Ministério Público Federal, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Coordenador de Câmara de Coordenação e Revisão.

Outrossim, os Procuradores Regionais da República officiarão perante os Tribunais Regionais Federais, ou seja, atuarão na esfera de segunda instância, enquanto os Procuradores da República officiarão junto aos juízes federais e aos Tribunais Regionais Eleitorais, onde não existir sede da Procuradoria Regional da República.

Quanto às funções eleitorais do Ministério Público Federal, é sabido que os Procuradores Regionais da República, com seus respectivos substitutos legais, officiarão junto aos Tribunais Regionais Eleitorais, atuando em todas as fases (preparatória, votação, escrutínio e diplomação) e em todas as instâncias do processo eleitoral (Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais, juízes e Juntas Eleitorais).

Enfim, o Ministério Público Federal atua tanto na área civil como na criminal, perante o Judiciário ou fora dele, podendo o membro do MPF ser parte ou fiscal da Lei. Quando da sua atuação extrajudicial, utiliza as medidas administrativas (Inquérito Civil Público, Termo de Ajustamento de Conduta, e a recomendação).

5. DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL LOCAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL REGIONAL.

Primeiramente, é importante frisar que a Procuradoria Local da República irá trabalhar diretamente com a Justiça Federal, em primeiro grau; enquanto a Procuradoria Regional da República irá atuar junto à Justiça Federal, em segundo grau, com os Tribunais Regionais Federais.

Deste modo, a Procuradoria da República nos Estados, ou seja, a Procuradoria da República Local atua em três grandes áreas: a criminal, a da tutela coletiva (cuida de assuntos como a defesa do consumidor, a proteção do patrimônio público, indígena, patrimônio histórico e cultural etc.) e a chamada *custos legis* (fiscal da lei – compreendendo precipuamente a atuação em processos não-criminais, examinando as causas levadas à Justiça Federal e oferecendo parecer sobre como elas devam ser julgadas).

Em se tratando da Procuradoria Regional da República, o site da Procuradoria Regional da República da 5ª Região, disponibiliza, dentre outras, uma série de atribuições referentes à mesma: “a) solicitar ao Tribunal Regional Federal a instauração de investigação contra pessoas com prerrogativa da função, como os prefeitos, deputados estaduais, membros do Ministério Público, secretários de Estado, magistrados, podendo acompanhá-los e produzir provas; b) propor a instauração de ação penal, por meio da competente denúncia, contra as autoridades com as prerrogativas de função acima nominadas, ou requerer o arquivamento de inquérito ou peças de informação; c) manifestar-se em todos os processos criminais, incluindo os de habeas corpus, por meio de pareceres, promoções, requerimentos, cotas e outras medidas sobre a regularidade processual e o conteúdo material contido nos autos etc.”¹

Ainda sobre a Procuradoria Regional da República, recaem atribuições perante o Tribunal Regional Eleitoral, vez que está legitimada a participação de tal órgão no processo eleitoral, podendo atuar como parte ou como fiscal da Lei.

Logo, pode-se constatar que o Ministério Público, através de suas atribuições, funções e instrumentos, é um órgão defensor da ordem jurídica e da sociedade, do sistema democrático e dos interesses dos cidadãos, realizando, de acordo com sua posição, tarefas extremamente importantes para a paz social.

6. DA INTEGRAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL LOCAL E O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL REGIONAL.

Quando se trata da integração do Ministério Público Federal se está tentando buscar uma maior presteza na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

¹ MPF – Procuradoria Regional da República 5ª Região. Atuação do MPF Regional. Disponível em <<http://www.prr5.mpf.gov.br/atuação.htm>. Acesso em 10/12/2007, p. 1- 2.

O foco deste trabalho está na busca da integração entre as Procuradorias da República Locais e as respectivas Procuradorias Regionais da República, vez que é comum tais Procuradorias assumirem posturas diferentes diante de mesmos casos. É aqui que insistimos na atuação planejada do órgão ministerial desde a primeira instância até os tribunais superiores, havendo a necessidade de uma ação uniforme em favor do interesse público, sob pena de se estar desperdiçando recursos e vendendo ilusões para uma sociedade que implicitamente acredita em um Ministério Público integrado e com uma produção eficaz. Independência com integração: eis um desafio a ser superado.

Como já se discutiu, faz-se necessário frisar que a Procuradoria Local irá trabalhar diretamente com a Justiça Federal, atuando no primeiro grau, ao passo que a Procuradoria Regional irá trabalhar com a Justiça Federal em segundo grau, ou seja, junto aos Tribunais Regionais Federais.

Desta maneira, o Ministério Público Federal poderá atuar como parte no processo ou como fiscal da lei. Porém, independente da sua atuação, verifica-se, por vezes, uma falta de sintonia no órgão, mediante a adoção de posicionamentos bastante discrepantes. Eis, mais uma vez, o grave problema da necessidade de integração.

É verdade que dependemos do Ministério Público, pois este é um guardião da lei e defensor da sociedade, mas para que tal instituição haja de forma a condizer com seus princípios deve haver um esforço de consenso entre os procuradores locais e os procuradores regionais.

Segundo Fábio Kerche (2002), doutrinador e pensador do Direito, a Constituição Federal de 1988 acarretou um alto grau de autonomia aos membros ministeriais, porém com poucos instrumentos de controle.

Repita-se: a sociedade precisa estar advertida de que alguns membros do Ministério Público Federal estão constitucionalmente autorizados a advogar. Foi uma escolha do constituinte de 1988, inserida nas disposições transitórias de uma Carta que ainda precisa ser lida, descoberta e interpretada.

Ainda Kerche menciona fatores organizacionais que limitam essa integração, afirmando que não são exigidos no nosso país relatórios anuais de atividades, e ainda que existisse tal exigência ficaríamos na dúvida se os dados seriam reais.

A hipótese: a dificuldade de interação e a ausência de contatos efetivos entre os Procuradores da República é um dos obstáculos para que haja um trabalho em equipe, o que impede um razoável nível de uniformidade e adequado rendimento na atuação institucional.

A hipertrofia do princípio da independência funcional, muitas vezes, inviabiliza a atuação institucional, demonstrando-se necessária a sua flexibilização.

Bruno Amaral Machado (2007), a partir de um estudo baseado em entrevistas com Procuradores da República em Brasília, constatou

A independência funcional não deveria impedir estratégias de atuação conjunta na avaliação dos procuradores de Brasília. A sintonia entre procuradores de distintos órgãos, procuradores regionais (atuação em segunda instância) e subprocuradores (atuação perante os Tribunais Superiores) é parte da estratégia que alguns dos entrevistados avaliam como necessária para o desempenho das funções. Um dos procuradores salienta a metodologia utilizada no desempenho de suas atividades, destacando que, atualmente, há o interesse em se fomentar a atuação conjunta dos membros do MPF. (MACHADO, 2007: 174)

7. DAS MEDIDAS OBJETIVAS DE INTEGRAÇÃO

O NUCRIM é o chamado Núcleo Criminal do Ministério Público Federal em Pernambuco, o qual tem como objetivo a promoção de uma ação integrada, na área de atuação penal do MPF, entre os Procuradores Regionais da República da 5ª Região, em Pernambuco, e os Procuradores da República nos Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

O NUCRIM tem por finalidade integrar o entendimento sobre questões penais que são alvo de posições divergentes entre os procuradores. O Núcleo Criminal do MPF publica notícias, põe em mostra modelos de peças processuais, Legislação, Jurisprudências e Doutrinas, nas quais recai o posicionamento de tal instituição, a fim de que os procuradores consultem-no sempre que acharem necessário, diante de casos que produzam posições diversificadas, para saberem qual o procedimento indicado pelo Ministério Público Federal nessas situações.

Na verdade, o NUCRIM não tem caráter impositivo, mas apenas propõe diretrizes a serem seguidas pelos membros do Ministério Público Federal, a fim de que a integração seja concretizada de alguma forma: no entanto, salvo melhor juízo, não obstante as informações disponibilizadas em rede pelo núcleo criminal, o que se observa é um resultado pouco efetivo.

O Núcleo de Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos, ou também como é chamado Núcleo de Tutela Coletiva, o qual tem como finalidade promover a integração de entendimento entre os Procuradores Locais e os Regionais, definindo estratégias de atuação conjunta ou mesmo de auxílio recíproco nos casos em que for possível a promoção de ações e medidas judiciais em ambas as instâncias, como, por exemplo, o aforamento de ação de improbidade contra prefeitos.

Assim como o NUCRIM, também disponibiliza notícias, Legislação, peças processuais, Jurisprudência e Doutrina que embasam o posicionamento do Ministério Público Federal em Pernambuco sobre as questões relativas a interesses difusos, coletivos e individuais. Em suma, pelo menos atualmente e salvo melhor juízo, tal núcleo ainda dispõe de um espaço muito amplo para se desenvolver.

O Sistema Integrado de Consultas e Informações Processuais (SICIP), disponível na página da internet da Procuradoria Federal da República da 5ª Região (www.prr5.mpf.gov.br), disponibiliza pareceres dos Procuradores Regionais da República.

Os Procuradores Regionais e dos estados adstritos têm acesso integral aos dados do SICIP, podendo consultá-los através do número do processo ou nome da parte, permitindo-se identificar o Procurador Regional da República responsável pelo processo. Caso o processo em questão ainda não tiver sido distribuído, caberá a solicitação de acompanhamento especial e/ou distribuição antecipada, através de um requerimento por e-mail.

Aos Procuradores da República é dada uma senha através da qual terão acesso também às manifestações dos demais membros do MPF. Tal medida de integração acaba se tornando apenas um meio de consulta sobre processos que são acompanhados pelo Ministério Público Federal, não sendo, portanto, meio eficaz de se fazer uma melhor agregação entre os entendimentos dos procuradores, posto que estes somente irão consultar aquilo que tiverem dúvidas, não se encaixando nesse perfil de consultas o procurador que prefere a independência à unicidade.

A intranet, como Mecanismo de Integração, pode ser classificada como uma mini-internet confinada a uma organização, aplicando-se os conceitos da internet. No âmbito do Ministério Público Federal, existe esta mini-internet como também é chamada a intranet. Segundo entrevista realizada com o Procurador Regional da República Dr. Wellington Cabral Saraiva, a intranet funciona sim como um mecanismo de integração, pois todos os dias os Procuradores da República de todo o Brasil compactuam suas idéias através desta rede.

Porém, será que tal meio é mesmo eficaz? Sabe-se, como já foi exposto, que a intranet é um meio válido para integração, mas talvez não seja o melhor, já que serve apenas como uma maneira de expor idéias, sendo indispensável um planejamento integrado, ao menos, quanto às ações judiciais havidas como prioritárias; isto desde a proposição até o Acórdão nos Tribunais Superiores.

As reuniões dentro da Procuradoria Regional da República da 5ª Região são frequentes, no mínimo mensais, em que, dentre outras coisas, são abordados temas de difícil posicionamento entre os procuradores. No entanto, as reuniões entre a Procuradoria da República Local e a Procuradoria da República Regional são raras, e isso consiste num obstáculo à integração do MPF em Pernambuco.

Pode-se dizer que as reuniões deveriam ser mais frequentes, justamente para abordar temas que foram alvos de posicionamentos divergentes entre os procuradores, para, então, se chegar a um entendimento comum, e fazer com que o Ministério Público Federal agisse de forma mais homogênea para se preservar a ordem jurídica, os interesses sociais indisponíveis e o regime democrático, e assim, reduzindo a falta de sequência eficaz nos processos em que é parte, por preocupante carência de comunicação entre os seus membros.

8. REFERÊNCIAS

- FERRAZ, Antônio Augusto Mello de Camargo. **Ministério Público: Instituição e Processo – Perfil Constitucional, Independência, Garantias, Atuação Processual Civil e Criminal, Legitimidade, Ação Civil Pública, Questões Agrárias**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1999.
- KERCHE, Fábio. **O Ministério Público no Brasil: Autonomia, Organização e Atribuições**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 64.
- MACHADO, Bruno Amaral. **Ministério Público: Organização, Representações e Trajetórias**. Curitiba: Juruá Editora, 2007.
- MARUM, Jorge Alberto de Oliveira. **Ministério Público e Direitos Humanos – Um estudo sobre o papel do Ministério Público na defesa e na promoção dos direitos humanos**. 1ª ed. São Paulo: Bookseller - editora e distribuidora, 2006.
- MAZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao Ministério Público**. 6ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.
- _____. **Regime Jurídico do Ministério Público**. 5. ed ver. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2001.

EXECUÇÃO PENAL E OS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA À LUZ DOS MANDADOS CONSTITUCIONAIS

Mestranda Célia Regina Nilander Mauricio (PUC-SP) *

RESUMO: O flagrante desrespeito aos Princípios Constitucionais da Cidadania e da Dignidade da Pessoa Humana, contidos na Carta Magna, em relação às pessoas presas no nosso país, especialmente aquelas pessoas portadoras de deficiência.

PALAVRAS-CHAVES: portadores; deficiência; execução; pena

ABSTRACT: The flagrant disrespect both to Citizenship's Constitutional Principles and to Human-being's Dignit contained in the Constitution, in relation to imprisoned people in our country, particularly those people who are disabled.

KEYWORDS: disabled people; penal execution; penalty

1. INTRODUÇÃO

A pena de prisão que resiste ao tempo, aos governos, e às críticas de toda a sociedade, que empiricamente transcende um cenário de desolação trancafiando seres humanos e tratando-os de forma desumana e cruel, em meio a paredes de concreto e ferro onde a idéia da ressocialização passa muito longe, continua sendo um dos maiores problemas enfrentados atualmente pelo Estado, o qual não respeita alguns mandados de criminalização contidos na nossa Constituição Federal, quais sejam: o princípio da cidadania, o princípio da igualdade e, precipuamente, o princípio da dignidade da pessoa humana.

E, ao tratarmos das pessoas portadoras de deficiência que são as minorias, este problema toma uma proporção ainda maior, ou seja, o cumprimento de pena privativa de liberdade por estas pessoas, questão que afronta os princípios mais importantes do Direito encartados na nossa Carta Magna.

A Norma Hipotética Fundamental contida na nossa Constituição Federal, que nos traz o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, nos mostra que os direitos humanos de qualquer cidadão, inclusive das pessoas privadas do direito à liberdade, e bem assim, portadoras de necessidades especiais precedem às leis escritas e estão acima das próprias razões do Estado, porque se está diante de exigências de respeito à dignidade humana que constitui fundamento não só da República do Brasil, como da liberdade, da Justiça e da paz no mundo.

Se o atual processo civilizatório ainda não permite a ressocialização do indivíduo ou a completa abolição da instituição carcerária, igualmente é verdadeiro dizer que devemos ter o respeito incondicional à dignidade de seus presos, para não sermos ao menos infiéis ao ideal de um dos documentos mais significativos da humanidade, no caso a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que o País subscreveu perante a Assembléia das Nações Unidas, em 10.12.1948. Dentre tais direitos, estão inseridos os do homem preso, bem como a Lei de Execução Penal que,

* Graduada em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes (1998), advogada criminalista com especialização no Tribunal do Júri pela ESA/OAB(2006), pós graduação em Direito Ambiental pelo Senai (2007), autora da monografia jurídica "O Tráfico de Animais no Brasil", mestranda em Direito Penal pela PUC/SP.

pela expressa vontade geral do povo brasileiro tem por objetivo principal a harmônica integração social do condenado e do internado.

Nos dias atuais, ainda que exista abrangente legislação, verifica-se um cenário desolador dentro das nossas prisões de absoluta afronta aos preceitos constitucionais caracterizando sobretudo o desrespeito a direitos humanos elementares.

Afastada a idéia de ressocialização da pena privativa de liberdade; temos uma crise no sistema prisional brasileiro. Crise esta oriunda do desrespeito aos mandados constantes na Constituição Federal que abrange também o objetivo ressocializador da pena privativa de liberdade, visto que grande parte das críticas e questionamentos que se faz à prisão, refere-se à impossibilidade – absoluta ou relativa – de obter algum efeito positivo sobre o apenado.

2. MANDADO CONSTITUCIONAL DE RESPEITO À CIDADANIA

Outro princípio desrespeitado, em se tratando do cumprimento de pena privativa de liberdade, é o princípio da cidadania que é exercida de acordo com os princípios democráticos que regem uma sociedade, e para garantir o exercício pleno da cidadania, o Estado necessita de leis para efetivar a execução dos direitos previstos por ela.

Com base no princípio que a concepção de cidadania abarca, defende-se que os apenados, embora tenham seus direitos políticos suspensos e, bem assim, tenham perdido parcialmente a liberdade estando sob custódia do Estado, não podem deixar de exercer seu direito de cidadão perante a sociedade. Todavia, vale ressaltar que os seus direitos civis e sociais são mantidos em sua integralidade (de propriedade, de registro de nascimento e de casamento entre outros) consoante o previsto na Lei de Execução Penal (LEP), Lei n. 7.210 de 11 de julho de 1984, que passou a ter vigência a partir de 13 de janeiro de 1985, juntamente com a nova Parte Geral do Código Penal Brasileiro.

A nossa legislação trata a terapia do apenado apenas em proposições teóricas, pois não possui sequer edificações e instalações prediais adequados para a execução, sendo certo que as práticas nos estados brasileiros sempre foram de encarcerar e vigiar, esquecendo-se de tratar o preso com respeito e dignidade que merece todo cidadão, principalmente os presos portadores de necessidades especiais. Ressalte-se, inclusive, a omissão da Lei de Execuções Penais em relação a esta minoria que não possui qualquer condição de acessibilidade dentro das prisões, sem o mínimo respeito à dignidade de um cidadão.

A contradição presente na LEP é que o direito ao atendimento das necessidades dos apenados não adquire *status* de cidadania, pois sua operacionalização depende das estruturas físicas no ambiente penitenciário, bem como dos critérios internos das unidades prisionais para fins de classificação e concessão dos benefícios previstos na LEP.

A nossa Lei de Execuções Penais foca as ações no delito e se esquece do apenado como ser humano; necessita-se de uma política ressocializadora para inseri-lo novamente na sociedade, ou seja, as ações desenvolvidas no interior do Sistema Penitenciário primam pela segurança e pelo confinamento, sendo um indicador da ocorrência da falência da condição de recuperação de conduta desviante, pois seu foco continua a ser o delito e não a pessoa que o cometeu.

Cesare Beccaria (2005) alertava para a humanização da pena – contra a crueldade empregada em seu tempo – quando ressaltava que o Estado deveria utilizar-se de penas e modos de aplicação que atingissem mais o espírito humano do que seus corpos.

Já se vão séculos em que o princípio da humanização das penas convive com a humanidade, como a Declaração dos Direitos da Virgínia (1776) por exemplo; porém, salienta-se que esse princípio vem sendo desrespeitado diuturnamente em várias partes do planeta.

Embora, no Brasil, exista a determinação constitucional de que não são aceitas penas desumanas, o contrário é que vige empiricamente. O legislador, arraigado na política pan-penalista, e com sua visão profundamente enraizada no paradigma cartesiano de maior pena – redução da criminalidade, vem criando normas que caminham contra a evolução e que se chocam com o princípio da humanidade da pena, e, por conseguinte, com a Constituição.

3. MANDADO CONSTITUCIONAL DE RESPEITO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

É sabido que a ressocialização do sentenciado deve estar embutida na finalidade da pena, assim como a retribuição e prevenção do crime, porém, a sanção aplicada pelo Estado jamais pode configurar uma vingança social.

A ONU, preocupada com a realidade hodierna, editou regras mínimas para o tratamento de reclusos por meio da publicação do Centro de Direitos do Homem das Nações Unidas – GE. 94-15440. E, subdividiu o instrumento normativo em duas partes: a primeira trata das matérias relativas à administração geral dos estabelecimentos penitenciários e é aplicável a todas as categorias de reclusos, de foros criminal ou civil, em regime de prisão preventiva os condenados, incluindo os que estejam detidos por aplicação de medidas de segurança ou que seja objeto de medidas de reeducação ordenadas pelo juiz competente; a segunda parte contém regras que são especificamente aplicáveis às categorias de reclusos de cada seção.

Importante salientar ainda que o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966) prevê, em seu artigo 10, que toda pessoa privada de sua liberdade deverá ser tratada com humanidade e respeito à dignidade inerente à pessoa humana e consagra que o regime penitenciário consistirá em um tratamento cujo objetivo principal seja a reforma e reabilitação moral dos prisioneiros.

Outrossim, o Pacto de São José da Costa Rica, prevê regras protetivas aos direitos dos reclusos, definindo ainda a finalidade essencial das penas privativas de liberdade como “a reforma e a readaptação social dos condenados”.

Portanto, conclui-se que o princípio da humanidade da pena determina que toda pessoa condenada será tratada humanamente e com respeito à dignidade a ela inerente¹ conforme preceitua **ANTÔNIO SCARANCA FERNANDES**, abalizado em sua doutrina.

O homem nunca deverá ser tratado como meio, mas somente como fim, como pessoa, o que significa que, independentemente da argumentação utilitarista que se siga, o valor da pessoa humana impõe uma licitação à qualidade e quantidade de pena

¹ FERNANDES, Antônio Scarance. Processo Penal Constitucional. 3.ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2002.

e a necessidade de estudar profundamente no que consiste a garantia e respeito à dignidade.

Muito embora a dignidade da pessoa humana seja um bem etéreo, ou seja, de difícil conceituação, uma vez que se vislumbra um conceito vago e impreciso, tendo em vista não cuidar de aspectos mais ou menos específicos da existência humana, mas, sim, de uma qualidade tida como inerente a todo e qualquer ser humano, e de importância fundamental a todas as pessoas de modo que passou a ser definida como valor próprio que identifica o ser humano como tal.

Trata-se de uma qualidade intrínseca da pessoa humana, irrenunciável e inalienável, constituindo elemento que qualifica o ser humano como tal e dele não pode ser destacado; desta forma não se pode cogitar na possibilidade de determinada pessoa ser titular de uma pretensão a que lhe seja concedida dignidade.

As transformações sociais que devem ser executadas pelo Estado Social e Democrático de Direito não podem buscar adaptar o indivíduo à sociedade, porém, em sentido contrário, buscam adaptar o espaço social para acolher o indivíduo, respeitando seu fundamental direito de ser diferente, ou seja, de ser minoria².

De acordo com a ordem jurídica, o reconhecimento e proteção da dignidade da pessoa humana, deve zelar para que todos recebam igual consideração e respeito por parte do Estado e da comunidade. (dimensão política da dignidade).

Portanto, onde não houver respeito pela vida e pela integridade física e moral do ser humano, onde não houver limitação do poder, enfim, onde a liberdade, a autonomia, a igualdade (em direitos e dignidade) e os direitos fundamentais não forem reconhecidos e minimamente assegurados, não haverá espaço para falar em dignidade da pessoa humana.

Tal dignidade pressupõe um valor inerente ao ser humano, um valor jurídico fundamental da comunidade, ou seja, um valor que justifica a própria existência do ordenamento jurídico. Pode-se dizer que se trata de um princípio constitucional de maior hierarquia axiológico-valorativa.

No sistema penitenciário, lamentavelmente cada vez mais, a dignidade da pessoa humana é desconsiderada, desrespeitada, violada e desprotegida, e portanto, relativizada, seja pelo incremento assustador dos maus tratos e falta de adequação, seja pela carência social, econômica e cultural e o grave comprometimento das condições existenciais mínimas para o cumprimento da pena com dignidade.

4. PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E O DIREITO À ACESSIBILIDADE NO CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

O advento da Revolução Francesa, com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, consolida o surgimento de declarações de direitos, que positivam garantias face ao poder do Estado e perante a sociedade, face às novas demandas que emergem de suas relações.

Desta forma, concebe-se a necessidade às novas tutelas específicas, associando-as a segmentos como, por exemplo, o da criança e adolescente; das mulheres; dos idosos; do meio ambiente; e das pessoas portadores de deficiência, entre outros.

²SCHIMIDT, Andrei Zenkner. “A crise da Legalidade na Execução Penal”. In: *Crítica à Execução Penal: doutrina, jurisprudência e projetos legislativos*. Lúmen Júris, 2002, p.50.

A nomenclatura *pessoa portadora de deficiência* foi um termo genérico introduzido pela Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, publicada pela Organização das Nações Unidas, em 1975.

Nesta linha, a Constituição Federal de 1988 adota a expressão *pessoa portadora de deficiência*, o que representou um avanço, consoante expõe Luiz Alberto David Araujo:

Realmente, criou-se o núcleo 'pessoa', que deixou de ser 'deficiente'. A 'deficiência' aparece ao lado da pessoa, núcleo central da terminologia. Trata-se de uma pessoa e não mais de um 'deficiente'. (...) Talvez o melhor termo atualmente fosse 'pessoa com deficiência', como é reconhecido internacionalmente.³

A Constituição Federal de 1988 assegura garantias que visam à integração social das pessoas com deficiência, tais como os direitos de acesso a locomoção, com eliminação das barreiras arquitetônicas (art. 227, §1º, II e §2º; art. 244); atendimento educacional e de saúde especializados (art. 208, III e 23, II); integração social (art. 24, XIV e art. 203, IV); de benefício mensal àqueles que não possuem, por si ou por sua família, meios de prover a própria manutenção (art.203,V); e de proibição de discriminação quanto a salário e critérios para admissão do trabalhador com deficiência (art. 7º, XXXI).

Necessário observar que, pelo fato de estarem em cumprimento de pena privativa de liberdade, as pessoas deficientes devem ficar privadas de sua liberdade e de seus direitos políticos, mas não da sua dignidade humana, pois é inevitável reconhecer os efeitos deletérios sobre as pessoas com deficiência que estão em cumprimento de pena, ocasionados pelas prisões. Numa grande lista de mazelas, vale enunciar as deficientes condições de alojamento, de alimentação e de higiene, além das péssimas condições de acessibilidade.

Para maior entendimento desta questão, vale conceituar acessibilidade na possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Refletindo sobre tal conceito, em um paralelo com o atual contexto do sistema penitenciário brasileiro, não seria ousado inferir que em tais instituições não existem condições sequer para a locomoção de tais pessoas, violando um direito fundamental de primeira dimensão, ao impossibilitar o exercício do direito de ir e vir. Não seria visionário, se afirmar, também, que não há condições para o livre exercício do trabalho, inclusive pelo deficiente, fator preponderante para a socialização do indivíduo, através da participação nas oficinas e cursos profissionalizantes que teriam, em tese, direito.

5. PREVISÃO LEGAL DE LOCAL APROPRIADO PARA O CUMPRIMENTO DE PENAS PARA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA.

3 ARAÚJO, Luiz Alberto David Araújo. "A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência: algumas dificuldades para efetivação dos direitos". In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (Coord.). *Igualdade, diferenças e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro : Editora Lumen Juris, 2008, p.913.

Embora não haja previsão expressa neste sentido é inescapável afirmar que a estruturação dos presídios deve também atender, especificamente, aos apenados portadores de necessidades especiais, conforme garante de maneira implícita a Constituição Federal em seu art. 5º, incisos III, XLVIII e XLIX:

Art. 5º - omissis.

III- ninguém será submetido a tratamento desumano ou degradante;

[...]

XLVIII – a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

Outrossim, foi promulgada a Convenção da Organização da Nações Unidas sobre os direitos da pessoa com deficiência e de seu protocolo facultativo. O documento foi assinado em Nova York, pelo governo brasileiro em 30 de março de 2007. A Convenção passou a ser equivalente a uma emenda Constitucional.

O objetivo da convenção é promover e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos e liberdades fundamentais de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade.

Os artigos 13,14 e 15 da Convenção supracitada, expressam exatamente como devem ser tratadas as pessoas com deficiência perante os órgãos da Justiça, inclusive as que estão em cumprimento de pena.

O artigo 14 da Convenção de Nova York, especificamente, relata que as pessoas com deficiência que estejam privadas de liberdade, devem ter suas garantias de acordo com o direito internacional relativo aos direitos humanos, inclusive mediante a provisão de adaptação razoável.

Assim, por razões históricas, está assegurado, dentro da topografia constitucional, no rol dos direitos fundamentais (e também através da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência) recepcionado pelo texto Constitucional, o direito de que nenhum ser humano será submetido ao um tratamento inferiorizado, a ponto de reduzir a identidade e integridade da pessoa humana.

Porém, na realidade o que vemos atualmente é simplesmente a letra morta da lei, uma vez que empiricamente nada mudou em relação aos portadores de deficiência e o cumprimento de pena privativa de liberdade, continua a massacrar o princípio da cidadania e também o princípio da dignidade da pessoa humana.

As legislações infraconstitucionais não lograram tanto êxito na efetivação dos ideais expressos na Constituição Federal, como a Lei de Execuções Penais em vigor, Lei 7.210/84, cujo art. 32, § 3º, apresenta-se deveras amplo:

Art. 32. Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado. (...)

§ 3º. Os doentes ou deficientes físicos somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado.

Mesmo as orientações dadas pelas Nações Unidas, no que tange ao tratamento concedido aos presos, não há uma pontual colocação acerca das pessoas portadoras de deficiência, as chamadas Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil recomendadas pelas Nações Unidas na Resolução nº 14 de 11 de novembro de 1994 pelo CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária).

O legislador foi omissivo quando teve a oportunidade de inserir na Lei de Execuções Penais aquelas pessoas que apresentam restrições físicas e sociais de maior gravidade. Portanto, deparar com o estado lamentável dos estabelecimentos, sem sequer mencionar os homens portadores de uma deficiência, é semelhante ao esquecimento de um paciente terminal sem os aparelhos necessários para que possa morrer dignamente. Se o preso comum se submete às indignas condições carcerárias, deplorável será a situação dos presos portadores de necessidades especiais.

A Lei de Acessibilidade, também, não se mostra harmônica em relação às garantias constitucionais postas aos que portam algum tipo de dificuldade de ordem física. Em nenhum momento e em nenhum âmbito de atuação do poder de punir do Estado, consegue-se visualizar uma expressão textual positiva em favor dos deficientes apenados ou mesmo uma hermenêutica de notória contextualização.

Destaca-se, ainda, a Recomendação nº 10, de 12 de novembro de 2002, do Ministério da Justiça, que prescreve:

(...) considerando o direito de todos os portadores de deficiência à acessibilidade principalmente em instalações sanitárias, sendo obrigação da Administração Pública providenciar adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.⁴

Não se pode olvidar que o preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, não é porque se encontra privado da liberdade, que deixou de ser cidadão, que foi rebaixado a uma espécie de subcidadania denegatória da mais elementar garantia constitucional, de que todos são iguais perante a lei, sem distinção, preconceitos ou discriminações de qualquer natureza.

O Estado social e democrático de direito não implica a eliminação da força jurídica dos direitos individuais do homem, mas, contrariamente, em nome do princípio democrático, reconhece os direitos das minorias⁵ e, entre elas, dos apenados, limitando a intervenção repressiva do Estado e garantindo o acesso das minorias, inclusive a minoria apenada, a todos os direitos fundamentais do homem, sobretudo o direito de limitar o poder punitivo do Estado de acordo com a legalidade da pena⁶.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988, ao inaugurar um Estado Social e Democrático de Direito reconheceu a cidadania e a dignidade da pessoa humana como fundamentos e prevalência dos direitos humanos como princípio norteador das relações internacionais.

Nesse sentido, cabe ao Brasil, enquanto país que integra outros instrumentos internacionais de direitos humanos, no âmbito do sistema Global e do Sistema Regional de Proteção, que acelere o processo de internalização com o devido quorum qualificado, por se tratar do primeiro tratado de direitos humanos a ingressar em território nacional após a entrada em vigor da Emenda Constitucional 45/04, que

⁴ Disponível em: <<http://www.mj.gov.br>>. Extraído em: 25 de agosto de 2008.

⁵ LUISE, Luiz. Apud. CINTRA JÚNIOR, Dyrceu Aguiar Dias. "Execução penal e dignidade humana". *Revista do Advogado*, v. 22, n. 67. São Paulo : AASP, 2002, p. 65.

⁶ PALAZZO, Francesco. Apud. CINTRA JÚNIOR, Dyrceu Aguiar Dias. "Execução penal e dignidade humana". *Revista do Advogado*, v. 22, n. 67. São Paulo : AASP, 2002, p. 69.

reconhece os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos como emendas constitucionais cumpridos alguns requisitos de aprovação.

Necessária se faz a introdução de programas de assistência ao portador de deficiência dentro das penitenciárias, a fim de conscientização de direitos e acompanhamento nas atividades internas, tais como a participação em cursos profissionalizantes e oficinas de trabalho, entendido o trabalho prisional como fator de inserção social do indivíduo.

No Brasil atual, é exatamente isto que implica a crise do Sistema Penitenciário, tendo em vista que, fundamentando-se numa interpretação ordinária da lei, sem observar a preservação de valores constitucionais inalienáveis e convenções internacionais de direitos humanos, os operadores do direito mantêm pessoas detidas em péssimas condições e dão ordens que violam a dignidade da pessoa humana, argumentando estas decisões com base numa abstrata e intangível idéia de segurança.

7. REFERÊNCIAS

- BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 3. ed. Editora Saraiva, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. In: **Vade mecum acadêmico-forense**. 2. ed. São Paulo: 2007.
- BRASIL. **Lei nº 10.298/00, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em<<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/Ç10098.htm>>. Acesso em 25 agosto 2008 BRASIL.
- BRASIL. **Lei nº 7.210/ 84, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. In: **Vade mecum acadêmico-forense**. 2. ed. São Paulo: 2007.
- CASTILHO, Ela Wiecko V. de. **Controle de Legalidade na execução da pena**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1998.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2006: Fraternidade e pessoas com deficiência**. São Paulo: Salesiana, 2005.
- DALPIAZ, Giovani. Histórico das prisões riograndenses. Artigo extraído do site www.gigamar.com , disponibilizado na internet em 31 de março de 2004, p. 4/7.
- DOTTI, René Ariel. Execução Penal: o direito à remição da pena, São Paulo. In: **Revista dos Tribunais**, vol. 611.
- FERNANDES, Antônio Scarance. **Processo Penal Constitucional**. 3.ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2002.
- LUIZI, Luiz. **Os princípios constitucionais penais**. 2 ed. Porto Alegre: SAFE, 2003;
- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução Penal**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MOMMSEN, Teodoro, **Derecho penal romano**. Bogotá : Editorial Temis, 1991, p.558.
- PALAZZO, Francesco. **Valores Constitucionais e Direito Penal**. Porto Algre: SAFE, 1989;
- PASCHOAL, Janaina Conceição. **Constituição, Criminalização e Direito Penal Mínimo**. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2003.
- PITOMBO, Sergio Marcos de Moraes. Execução Penal. **Revista dos Tribunais** 623 – setembro 1999.

TUCCI, Rogério Lauria. **Lineamentos do processo penal romano**. São Paulo: Bushatsky, 1976, p. 16.

SER BILINGUE NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

Mestranda Aline Gomes da Silva (UFG)¹

RESUMO: Esta pesquisa, de orientação qualitativa, procura compreender os sentimentos de cinco indivíduos bilíngues em relação ao bilinguismo na era da globalização e em que medida esses sentimentos podem contribuir para a (re)construção de suas identidades enquanto bilíngues. Para isso, faço uso de instrumentos de pesquisa de natureza etnográfica tais como anotações, questionários e entrevistas com integrantes de uma comunidade de norte-americanos localizada a 96 km de Goiânia. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas e analisadas. Os dados revelam que os participantes reconhecem o status da língua inglesa no mundo atual, mas também reconhecem que este lugar poderá ser ocupado futuramente por outras línguas. Os dados também revelam que os participantes consideram essencial ser bilíngues porque atualmente aqueles que dominam mais de uma língua conseguem ultrapassar fronteiras.
PALAVRAS-CHAVES: bilingüismo; globalização; motivação.

ABSTRACT: This qualitative study seeks to understand how the five participants of this study feel about being bilingual in the globalization age and how these feelings can contribute to build up their identities as bilingual people. Ethnographic research instruments such as field notes, questionnaires and interviews were used to collect data in an North-American community located about 96 km from Goiania. The interviews were audio-recorded, transcribed and then analyzed. Data also reveal that the participants recognize the status of English in the world, but they also recognize that this place can be occupied by other languages in the future. Data also reveal that the participants think being a bilingual person is essential because nowadays those who are competent in more than one language can surpass boundaries.

KEY-WORDS: bilingualism; globalization; motivations.

1. INTRODUÇÃO

O estudo que aqui relato é resultado de uma pesquisa sobre como os indivíduos bilíngues de uma comunidade de origem norte-americana, situada no interior do estado de Goiás, compreendem o bilingüismo na era da globalização, quais são suas crenças em relação a ser bilíngüe nos dias de hoje e quais fatores contribuíram para a motivação em aprender uma nova língua. Esta pesquisa envolveu cinco participantes de origem americana e brasileira que vivem na comunidade há cerca de 2 a 13 anos. As perguntas de pesquisa que orientam este estudo são: (a) O que significa ser bilíngue na era da globalização e em que medida este fenômeno contribuiu ou poderá contribuir para

¹ Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (2003), Especialização em Gestão Educacional pela Universidade Estadual de Goiás (2005) e em Língua Inglesa pela UniEvangélica (2005). Está cursando pós-graduação em Letras em Linguística / mestrado pela Universidade Federal de Goiás sob a orientação da professora doutora Heloísa Augusta Brito de Mello. Atualmente é professora da Faculdade Anhanguera de Anápolis, da Universidade Estadual de Goiás e do Practical English Course.

identidades individual e social? (b) Quais são suas percepções em relação ao inglês como língua franca mundial?

O artigo está organizado em duas partes. Na primeira, apresento a definição de alguns termos e conceitos relevantes para a análise dos dados como os dois pontos de vista sobre globalização e suas conseqüências (GIDDENS, 2000; KUMARADIVELU, 2006; HELD e MCGREW, 2001), os Englishes (CRYSTAL, 2005) e o indivíduo bilíngue – suas atitudes linguísticas e motivação (GARDENER E LAMBERT, 1972). Na segunda parte, apresento o contexto e discuto os resultados da pesquisa com base na análise do questionário e das entrevistas.

2. GLOBALIZAÇÃO: VISÃO CÉTICA X VISÃO GLOBALISTA

Segundo Giddens (2000), nossa época é caracterizada como uma época de mudança geral de perspectivas e de inovações sociais, econômicas e tecnológicas que nos afetam de forma direta ou indireta em vários setores de nossa vida. Para esse autor, o mundo que agora vivemos, ao invés de estar cada vez mais dominado por nós, parece totalmente descontrolado: um mundo virado do avesso. Há uma desregularidade nas crenças e valores mundiais e esse descontrole faz com que os indivíduos fiquem em choque, em conflito e desorientados.

Em decorrência da globalização vivemos em um mundo de transformações que afetam praticamente quase tudo o que fazemos. Sem perceber, estamos em interação com uma ordem global e mesmo que não a compreendamos, recebemos seus efeitos, quer sejam eles positivos ou negativos. Mas será que o mundo no qual vivemos, neste século XXI, é realmente tão diferente do que foi em outras épocas? Giddens (2000) afirma que temos boas e objetivas razões para pensar que estamos vivendo em período histórico de transição muito importante porque as mudanças podem ser vistas e sentidas por todos nós – elas não estão confinadas em uma única parte do globo terrestre.

Kumaradivelu (2006: 131) salienta que “a fase atual da globalização é dramaticamente diferente de seus períodos anteriores em intensidade, mas não em intenção”. Devido à esta fase da globalização, as fronteiras estão desaparecendo. As distâncias espacial e temporal estão diminuindo, gerando, assim, uma interligação mais intensa e imediata entre as pessoas, suas vidas econômicas e culturais. Conforme acrescenta o autor, o conceito de globalização também possui significados diferentes e varia de pessoa para pessoa conforme a época na qual ela viveu.

Segundo Giddens (2000) e Held e McGrew (2001), o conceito de globalização pode ser definido por meio de dois outros conceitos contraditórios, por eles denominados “concepção dos cépticos” e “concepção dos globalistas ou radicais”. Para os cépticos, a globalização é tão antiga quanto a própria humanidade e o mundo atual é o mesmo independentemente dos benefícios, riscos, preocupações ou dificuldades proporcionados pela globalização. Os cépticos acreditam que durante muito tempo ao longo da história humana, as pessoas passaram sua vida numa rede de culturas locais e mesmo com a formação e a expansão das grandes religiões mundiais e dos impérios pré-modernos – que pregavam suas idéias e crenças através das fronteiras deixando marcas profundas no mosaico fragmentado das culturas locais – não conseguiram alterar basicamente em nada a vida e as rotinas cotidianas da maioria das pessoas. Ou seja, os cépticos acreditam que a economia global não é tão diferente da que já existiu

antigamente. Para eles, os governantes continuam a ter capacidade para controlar a vida econômica e manter intactos os benefícios do estado-providência.

Os céticos também acreditam que a expansão das indústrias de comunicação gera “uma consciência” da diferença, isto é, da diversidade de estilos de vida e de orientações de valores existentes no mundo, devido ao inacreditável avanço das tecnologias de comunicação e informação a exemplo da internet. Essa consciência do diferente, da diversidade não implica necessariamente que as pessoas irão trocar seus valores, crenças, padrões de comportamento e a própria linguagem por aqueles oferecidos pela mídia. Ao contrário, os céticos acreditam que a diversidade serve de contraponto para que as pessoas possam dar sentido a sua vida e a sua cultura.

Para os céticos não existe um modo de pensar global comum e nem tampouco uma “história universal” capaz de unir todas as pessoas do mundo, apesar da força dos fluxos de informação e do trânsito das pessoas por todo o mundo. Há, portanto, poucos sinais de uma possível formação cultural universal ou global. O que existe é somente um conjunto plural de sentidos e sistemas políticos através do qual qualquer nova consciência global tem de lutar para sobreviver.

Em contrapartida, para os globalistas ou radicais, a globalização é uma realidade vista pelo seu lado destrutivo. Produtos da sociedade americana como “coca-cola”, “McDonald”, “CNN”, por exemplo, são interpretados como símbolos não benignos do sistema capitalista que chega até nós devido a globalização. Esses símbolos não são bem aceitos pelos globalistas porque por trás deles estão embutidas ideologias capazes de destruir as culturas locais, fazendo com que as nações percam uma boa parte da soberania e com que os políticos percam muito da sua capacidade de influenciar os acontecimentos. Giddens (2000: 26) afirma que “para os pessimistas [globalistas ou radicais] a globalização é vista unicamente como uma maneira de destruir as culturas locais, de aumentar as desigualdades do mundo e de piorar a sorte dos empobrecidos”.

Os globalistas também não veem com bons olhos a difusão acelerada das tecnologias do rádio, da televisão, da internet, dos digitais e dos satélites que possibilitam uma comunicação mundial instantânea porque acreditam que dessa maneira, as pessoas de toda parte do mundo estão expostas, como nunca, aos valores de outras culturas, perdendo assim, seus próprios valores. Para eles com essa difusão acelerada nos dias de hoje, o que realmente impulsiona a globalização cultural não são os países, mas sim as empresas.

Na perspectiva dos globalistas, nem mesmo o fato de existirem milhares de línguas distintas pode “deter” o fluxo das idéias e culturas, visto que “a língua inglesa vem se tornando tão dominante que fornece uma infra-estrutura linguística de poder igual ao de qualquer sistema tecnológico para transmitir idéias e culturas” (Held e McGrew, 2001 p.45). Para os globalistas, a existência de novos sistemas globais de comunicação está transformando as relações entre os locais físicos e as circunstâncias sociais, rompendo o elo tradicional entre o “ambiente físico” e a “situação social”. Com a comunicação eletrônica, a internet criou forças e tornou-se o traço mais distintivo da fase atual da globalização. Sem a internet – que para os globalistas, é a responsável por gerar a comunicação global – o crescimento econômico e a mudança cultural não teriam ocorrido de maneira tão veloz.

Segundo Kumaravelu (2006), a língua inglesa também é outra responsável por gerar a comunicação global, visto que as indústrias de todas as partes do mundo possuem grandes interesses no ensino do inglês. O inglês passa, então, a ser considerado a língua franca mundial por excelência, cujo papel seria o de representar as diversas

linguagens e de traduzir as informações dos cidadãos locais em conhecimentos globais. O inglês, desse modo, não é mais visto como unicamente pertencente ao mundo anglo-saxão, mas como um idioma plural que possibilita o acesso a várias culturas e à comunicação entre os povos.

Na visão globalista, muitas vezes, este idioma não é bem aceito devido a fatores socioeconômicos e políticos. Atualmente, a língua inglesa possui status de língua dominante e/ou de língua de privilégio que está disponível apenas para a elite que pode arcar com os custos de uma educação bilíngue. Esta posição de língua dominante gera um sentimento de menor prestígio nas outras línguas consideradas inferiores. Este sentimento de inferioridade pode fazer com que as pessoas falantes de línguas minoritárias se rotulem como pessoas de status inferior, acarretando, em muitos casos, o abandono de suas línguas em favor da língua dominante para inserir no contexto social de maior prestígio. Como afirmam Mello e Mesquita (2007: 55), “o fato é que a história do inglês sempre foi mais marcada pelo poder e dominação, do que pela inclusão e participação”.

Giddens (2000) tende a concordar com os globalistas, por ele denominados “radicais”, porém o autor afirma que ambas as visões estão equivocadas, pois cometem o erro de tratar a globalização apenas como um fenômeno de natureza econômica. Para esse autor, a globalização está próxima do indivíduo, tornando-se assim um fenômeno “interior” que influencia aspectos íntimos e pessoais das nossas vidas. Em consequência, a globalização também é de natureza política, tecnológica e cultural e fortemente influenciada pela comunicação.

Nesse sentido, entendemos a globalização como uma rede complexa e não como uma simples troca de poder ou de influência das comunidades locais ou das nações para a arena global. Para Giddens (2000: 24), a globalização é muito mais: “é a razão que leva ao reaparecimento das identidades em diversas partes do mundo”.

3. THE ENGLISHES E O INDIVÍDUO BILÍNGUE: SUAS ATITUDES LINGÜÍSTICAS E MOTIVAÇÃO

Segundo Crystal (2005), já no século XVIII, a língua inglesa era reconhecida como uma forte candidata para desempenhar um papel global, porém esta possibilidade era incerta. Apenas após aproximadamente 200 anos, na década de 1990, a língua inglesa veio à tona, ocupando seu espaço na cultura, no lazer e principalmente na economia. Sobre o status de língua global pode-se destacar dois aspectos principais.

O primeiro aspecto a ser considerado é que uma língua somente obtém um status genuinamente global se desempenhar um papel importante que seja reconhecido em todos os países. Desta forma, uma língua, para obter semelhante status, tem de ser usada por vários países do mundo e obter um lugar especial dentro de suas comunidades, mesmo que esta não seja a língua mais falada pelos nativos. Atualmente, o inglês alcançou este status. De acordo com Crystal (2005) há cerca de um bilhão e quatrocentos milhões de pessoas que usam o inglês, seja como primeira língua, segunda língua ou língua estrangeira.

O segundo aspecto defende que é natural e necessário que haja uma língua comum, ou seja, uma língua franca. Mas, a partir daí, uma questão se levanta: Por que o inglês ocupa este lugar?

De acordo com Crystal (2005) uma língua se torna franca por apenas uma única razão – o poder das pessoas que a falam. Este poder pode envolver várias áreas, tais a política, a tecnológica, a econômica e a cultural. Todas estas formas de “poder”, de certa forma, influenciaram o crescimento do inglês em épocas diferentes, fazendo com que esta língua ganhasse espaço em dez diferentes domínios, tais como na política, na economia, na imprensa, na propaganda, na radiodifusão, no cinema, na música popular, em viagens internacionais e segurança, na educação e na comunicação.

Entretanto, será que o inglês vai continuar perpetuamente na posição atual ou no futuro outra língua assumirá o papel de língua franca? Vale ressaltar que a língua é uma instituição democrática, assim, todos os usuários da língua inglesa têm, de certa forma, uma parcela de responsabilidade no futuro da mesma.

Quanto mais uma língua se espalha e se mistura, mais ela muda. Quando um país adota uma nova língua e esta é usada em todas as áreas da vida da população, acaba gerando inevitáveis adaptações lexicais, sintáticas e semânticas. A língua inglesa não é exceção a esta regra. Cada país que a adota, acaba desenvolvendo seu “próprio inglês” chamado de “Novos Ingleses” ou “Englishes”. Os Englishes refletem novas crenças e valores no mundo que afetam os indivíduos. Seus efeitos contribuem para que estes indivíduos, por diversas razões, prefiram usar apenas sua própria língua ou se motivem a aprender/adquirir uma outra língua, tornando-se bilíngues.

Estudos sobre motivação e atitudes linguística ganham destaque a partir dos trabalhos de Gardner e Lambert (1972). Esses autores apresentam grande interesse na relação língua-atitudes-motivação. Para eles, o comportamento linguístico do indivíduo bilíngue é afetado não apenas pelas suas reações individuais, mas principalmente pela repercussão que o seu comportamento tem no meio social. Desta maneira, seu comportamento também sofre influência social.

Assim, ao focalizarmos o bilinguismo individual na sua interface com o social, precisamos considerar dois fatores relevantes que fazem parte deste processo: as atitudes das pessoas em relação ao uso das línguas e aos seus falantes; e a motivação do indivíduo para a aprendizagem/uso da língua-alvo.

Segundo Gardner e Lambert (1972), as atitudes estão relacionadas ao modo como o falante se julga ou é julgado pelos seus pares como referência ao seu comportamento linguístico. Já a motivação está relacionada ao desejo ou ao impulso² que move a ação do indivíduo para atingir um objetivo específico. A partir daí, os autores identificaram quatro tipos de motivação: a) as motivações intrínseca e extrínseca; b) as motivações integrativa e instrumental.

A motivação intrínseca diz respeito às recompensas que se originam da atividade em si, isto é, está relacionada com os fatores internos ou aos aspectos da personalidade do indivíduo. Já a motivação extrínseca se refere às recompensas obtidas das “consequências” dessas atividades, portanto, está associada aos fatores externos ou variáveis sociais e culturais.

² De acordo com Maisto e Morris (2004) há uma teoria chamada de redução de impulsos. Esta teoria afirma que as necessidades corporais criam um estado de tensão ou estimulação chamado de impulso. Esses impulsos são divididos em duas categorias: a) Os impulsos primários: impulsos inatos, encontrados em todos os animais – inclusive no ser humano – que motivam comportamentos vitais para a sobrevivência de um indivíduo ou espécie; b) os impulsos secundários: são adquiridos por meio da aprendizagem. Assim, acredita-se que ninguém nasça com um determinado impulso, porém muitas pessoas são motivadas pelo dinheiro, pelo desejo de obter boas notas na escola e sucesso na carreira, etc.

A motivação integrativa está relacionada ao desejo do indivíduo de aprender uma língua para se tornar um potencial membro do outro grupo social e de ser aceito nesta “nova” cultura. Por outro lado, com a motivação instrumental, o aprendiz é movido simplesmente pelo desejo ou a necessidade de aprender/usar uma segunda língua para um determinado propósito, tais como acadêmicos ou ocupacionais.

Conforme afirma Lambert (1972), independentemente da motivação que impulsionou um indivíduo a se tornar bilíngue, quanto mais proficiente ele for nesta segunda língua, maior será a possibilidade deste indivíduo se afastar do seu próprio grupo social e de se interagir ao outro grupo linguísticocultural podendo gerar sentimentos contraditórios, pois a integração na “cultura do outro” pode também significar a perda “da sua cultura”.

4. O CONTEXTO DE PESQUISA

A comunidade onde este estudo foi desenvolvido está localizada em uma cidade do interior do estado de Goiás, a 96 quilômetros da capital. Trata-se de uma comunidade religiosa bilíngue de origem norte-americana cujos membros veem ao Brasil com o objetivo de além de ensinar a “Palavra de Deus” aos índios na sua própria língua, atuar nas áreas de assistência social tais como: saúde, educação e desenvolvimento comunitário.

A língua tida como majoritária na comunidade é a inglesa, outras línguas, como o português, são consideradas línguas minoritárias e são utilizadas apenas em situações esporádicas, dentro da comunidade e fora, quando os membros precisam interagir com os cidadãos da cidade onde a comunidade se situa.

Sua estrutura é muito ampla, composta por diversas casas que abrigam os missionários e seus familiares, alojamentos masculino e feminino, lavanderia, creche, área de lazer, salão de eventos e uma escola bilíngüe, que segue o calendário escolar de modelo norte-americano, onde os filhos dos missionários estrangeiros estudam.

5. SOBRE OS PARTICIPANTES

Foram escolhidos, de forma aleatória, cinco participantes que se dispuseram a discutir sobre os seguintes temas: a) o inglês como língua da globalização; b) ser bilíngue na era da globalização.

Segue abaixo uma tabela com alguns dados dos participantes.

| <i>Participante</i> | <i>Sexo</i> | <i>Idade</i> | <i>Naturalidade</i> | <i>Nacionalidade</i> | <i>Tempo de residência no Brasil</i> |
|---------------------|-------------|--------------|---------------------|---|--------------------------------------|
| 1 | Feminino | 36 | Cocur'd Alene | Americana | 8 anos |
| 2 | Feminino | 15 | Pará | Canadense, Brasileira e Americana | 12 anos |

| | | | | | |
|---|-----------|----|----------------|------------------------|---------|
| 3 | Feminino | 18 | Pittsburgh | Brasileira e Americana | 18 anos |
| 4 | Masculino | 40 | Estados Unidos | Norte americana | 7 anos |
| 5 | Feminino | 42 | Estados Unidos | Norte americana | 2 anos |

6. METODOLOGIA

Como esta pesquisa qualitativa trata de um estudo de caso, demos vozes apenas a cinco membros bilíngues da comunidade através do relato de suas histórias de vida. Queiroz (1998) afirma que as histórias de vida constituem apenas uma espécie dentro de outras formas de informação que também são captadas oralmente. Assim, se assemelham às histórias de vida: as entrevistas, os depoimentos pessoais, as autobiografias, as biografias.

Segundo a autora, tudo quanto se narra oralmente é história, seja história de alguém, seja a história de um grupo, seja história real, seja ela mítica. Os discursos dos narradores estão sempre relacionados com o sistema sócio-cultural de sua sociedade.

Assim a história de vida é definida

como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que nele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisado desvendar. (QUEIROZ 1998: 21)

Para que se pudesse avaliar como um indivíduo bilíngue se sente em relação a ser bilíngue na era da globalização, como este fenômeno contribuiu ou poderá contribuir enquanto ser individual e social, quais são os sentimentos em relação ao inglês, a língua materna dos participantes, ser a língua da franca no mundo, e quais fatores motivaram o aprendizado e aquisição de uma segunda língua, fiz anotações e gravação em áudio das entrevistas e apliquei um questionário composto por quatro questões abertas.

As questões foram baseadas no artigo de Kumaravadelu (2006), "A linguística aplicada na era da globalização". Optei por elaborar questões em inglês por esta ser a língua majoritária na comunidade.

1. Tell your opinion about this statement: "English is the language of globalization". (KUMARAVADIVELU, 2006: 131).
2. Tell your opinion about this statement: "There's great interest in business teaching English all around the world". (KUMARAVADIVELU, 2006: 135).
3. How important it is to be bilingual in the age of globalization?
4. What motivated you to learn/study a second language?

7. VOZES DOS PARTICIPANTES

Iniciamos a entrevista perguntando-lhes suas opiniões em relação à afirmação feita por Kumaravadivelu (2006: 131): “O inglês é a língua da globalização”.

Todos os participantes da pesquisa acreditam que a língua inglesa realmente seja a língua da globalização. Entretanto, vários aspectos em relação à permanência do inglês como língua franca e o fato de ela ser indispensável para todos que vivem no mundo globalizado foram apontados.

Um dos participantes afirma que o inglês realmente seja a língua da globalização porque ela é muito importante e indispensável para os estrangeiros que pretendem trabalhar na América do Norte ou na Inglaterra. Porém, este participante enfatiza dizendo que a língua inglesa, por outro lado, não é necessária para a maioria das pessoas que vivem em países não falantes de inglês. E ainda acrescenta, dizendo que devido o declínio da economia americana e a ascensão da economia chinesa, futuramente é possível que o chinês seja a língua mais necessária no mundo.

I believe that English is very important for foreigners who are planning to work in America or England. However, I do not believe it is needed for most people in countries that do not speak English. In fact, with the American economy falling and China's economy rising, I have heard that Chinese should be once of the more needed languages. (Entrevista individual, 19/06/2008)

A segunda pergunta feita ao grupo foi se eles acreditam que há um grande interesse por parte dos negócios em ensinar a língua inglesa em todas as partes do mundo, conforme mencionado por Kumaravadivelu (2006: 131).

Para os participantes, como atualmente a língua inglesa é a língua franca, ela tornou-se conseqüentemente a principal língua dos negócios e isto faz com que, sem margem de dúvida, há um grande interesse em adotá-la ou ensiná-la a outros países, visto que comunicação é muito importante em todas as áreas de nossas vidas, principalmente onde a carreira profissional e o dinheiro estão em jogo.

I would imagine there is an interest in business teaching English in other countries. Communication is very important in all areas of life, but crucial in business where money and careers are at stake. (Entrevista individual, 19/06/2008)

Os participantes também acreditam que, quando se é bilíngüe, fica mais acessível obter empregos de maiores prestígios e mais remunerados, devido a um número maior de oportunidades. Para eles, as oportunidades não estão diretamente relacionadas ao inglês, mas sim à questão de ser bilíngüe – independente de qual seja a segunda língua. Um dos participantes relatou que ao voltar aos Estados Unidos, sua terra natal, será mais fácil adquirir um “bom” emprego por ser, agora, fluente em Português.

English already is the main business language. There are so much more opportunities finding a good job, if you are bilingual. (Entrevista individual, 19/06/2008)

A terceira pergunta foi qual é a importância em ser um indivíduo bilíngüe na era a globalização. Os participantes concordaram unanimemente que ser bilíngüe nos dias de hoje é muito importante. Para eles, a partir do momento em que as pessoas vão tendo

“acesso” ao mundo, elas adquirem maiores responsabilidades e necessidade em aprender outras línguas a fim de compreender mais e melhor o que está acontecendo em todas as partes do mundo. Para eles, ser bilíngue só traz benefícios. Em nenhum momento foi relatado um ponto negativo em relação ao bilinguismo.

Very important. Since people have more “access” to the world, they have more responsibility learn other languages. (Entrevista individual, 19/06/2008)

A última pergunta feita ao grupo foi sobre o que os motivou a aprender ou a estudar uma segunda língua. Dois participantes disseram que foram forçados a aprender uma segunda língua para sobreviver em um ambiente onde eles não tinham nenhum acesso a sua língua materna. Outro participante disse que se dispôs a aprender uma segunda língua devido à necessidade de fazer amigos. O quarto participante disse que comunicação é tudo, por isso se dispôs a aprender uma outra língua, para poder se comunicar com pessoas de diferentes lugares do mundo. O quinto participante disse que se motivou a aprender português, sua segunda língua, porque ele e sua família não estão no Brasil a passeio, mas sim com propósitos religiosos. Por ser um missionário, sua missão é se relacionar e ajudar as pessoas tanto nas áreas espiritual como material, desta forma, aprender a língua oficial do país onde está atuando é primordial.

I was motivated to learn Portuguese so that my family and I would live in Brazil not as just tourists but as missionaries interested in having relationships and helping people in spiritual and material areas. (Entrevista individual, 19/06/2008)

8. CONCLUSÃO

Neste trabalho, procurei compreender como os cinco participantes, membros de comunidade bilíngue situado a 96 quilômetros da capital goiana, se sentem em ser bilíngue na era da globalização e como este fenômeno contribuiu ou poderá contribuir enquanto ser individual e social. Também procurei compreender quais são seus sentimentos em relação ao inglês, sua língua materna, ser atualmente a língua franca no mundo e quais fatores os motivaram a aprender/adquirir uma segunda língua. Para isso, tomei como referência os relatos de suas histórias de vida. Usei como instrumento de pesquisa um questionário composto por quatro questões abertas, anotações e gravação em áudio das entrevistas.

Os resultados sugerem que todos os participantes se sentem em uma posição confortável, pois, mesmo alguns tendo uma resistência no início, agora gozam do prestígio de ser bilíngues – fator que os capacita a interagir e fazer amizades com outras pessoas não falantes de sua língua materna, conseguir melhores trabalhos, possuir mais informação a respeito de acontecimentos mundiais e alcançar outros objetivos, como por exemplo, fazer missões religiosas.

Embora os participantes acreditem que o status atual da língua inglesa possa não ser eterno, eles reconhecem os dez domínios nos quais o inglês se tornou preeminente. Para os participantes o inglês está presente na radiodifusão, na propaganda, na imprensa e na política internacional que opera em vários níveis e de muitas formas diferentes.

Um protesto político pode aparecer sob forma de uma pergunta oficial a um ministro de governo, de uma manifestação de paz em frente a uma embaixada, de um conflito de rua ou de uma bomba. Quando as câmeras de televisão mostram o

acontecimento para uma audiência mundial, é notável a frequência com que as mensagens em inglês podem ser vistas em faixas ou cartazes como parte do evento. Qualquer que seja a língua materna dos manifestantes, eles sabem que sua causa ganhará maior impacto se for expressa por meio do inglês (CRYSTAL, 2005: 24).

Segundo Crystal (2005: 25) havia na economia uma metáfora principal que dizia: “O dinheiro fala – e a língua que ele mais fala era o inglês”. Atualmente o inglês também está presente neste domínio: a economia. Enquanto indivíduos bilíngues, os participantes afirmam que é necessário saber o inglês para obter melhores trabalhos – financeiramente falando, devido ao fato de a economia está diretamente ligada a língua inglesa.

Outro domínio apontado pelos participantes através de seus relatos foi a educação que envolve aspectos culturais, tais como o cinema, a música popular e as viagens internacionais. Para eles, o inglês é veículo de grande parte do conhecimento mundial, especialmente em áreas como educação, ciência e tecnologia. De acordo com Crystal (2005: 31), “quando investigamos porque tantas nações recentemente fizeram do inglês língua oficial ou o escolheram como língua estrangeira principal nas escolas, uma das razões mais importantes é sempre a educacional – no sentido mais amplo”.

O último domínio discutido pelos participantes foi o da comunicação. Para eles, a comunicação é indispensável em qualquer área de nossas vidas e ser bilíngue, independente do fator que os motivaram, é ter acesso ilimitado a novas culturas, informações e conhecimento devido à grande variedade de tecnologias de comunicação e informação.

9. REFERÊNCIAS

- AGAR, Michael. **The professional Stranger: an informal introduction to ethnography**. New York: Academic Press, 1980.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BAKER, C. **Introduction to bilingualism and bilingual education**. Clevedon, England: Multilingual Matters, 1993.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAVALCANTI, M. C. Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias lingüísticas no Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 15, n. especial, p. 385-417, 1999.
- CRYSTAL, David. **A revolução da linguagem**. Tradução de Ricardo Quintana. Consultoria de Yonne Leite. Rio de Janeiro: Jorge Azhar, 2005.
- ERICKSON, F. Qualitative methods in research on teaching. In: WITTRICK, M. C. (Ed.). **Handbook of research on teaching**. 3. ed. New York: Macmillan Publishing Company, 1986. p.119-161.
- ERICKSON, F. **Qualitative methods in research on teaching**. The Institute for Research on Teaching – Michigan State University (Occasional Paper, 81), 1985.
- ERICKSON, F. Some approaches to inquiry in school-community ethnography. In:

- FABRÍCIO, B. F. **Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”; redescritões em curso.** In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola, 2006, p. 45-65.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and globalization.** New York: Routledge, 2006, p.14-26.
- FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernidade e identidade.** Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel: Sesc, 1997.
- FISHMAN, J. 1965a. **Who speaks what language to whom and when?** *Linguistique* 2:67-88.
- GARCÍA, E. **Education of linguistically and culturally diverse students: effective instructional practices.** Santa Cruz, CA: National Center for Research on Cultural Diversity and Second Language Learning, 1991.
- GARDENER, R. C; LAMBERT, W. E. **Attitudes and motivation in second language learning.** Massachusetts: Newbury House, 1972.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. **O mundo na era da globalização.** Tradução de Saul Barata. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
- GONÇALVES, S. C. L. **Aquisição do português como segunda língua: o caso das crianças Yuba.** Dissertação de Mestrado, Campinas, SP, Unicamp, 1997.
- GREEN, J.; DIXON, C.N.; ZAHARLICK, A. A etnografia como uma lógica de investigação. Tradução de A. S. Rodrigues Júnior e M. L. Castanheira. **Educação em revista**, v. 42, p. 13-79, dezembro 2005.
- GROSJEAN, F. Individual bilingualism. In: _____. **The encyclopedia of language and linguistics.** Oxford: Pergamon Press, 1994, p. 1656-1660.
- _____. **Life with two languages: an introduction to bilingualism.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982.
- _____. Neurolinguistics, beware! The bilingual is not two monolinguals in one person. **Brain and Language**, v. 36, p. 3-15, 1989.
- GUMPERZ, J. J. **Discourse strategies.** Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HELD, David & McGrew, Anthony. **Prós e contras da globalização.** Tadução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- KUMARAVADIVELU, B. A linguística aplicada na era da globalização. In: MOITA LOPES, L. P. (Orgs). **Por uma linguística aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola, 2006, pp. 129-148.
- LOMBARDI, José Claudinei. (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas universais.** 2.ed. revisada e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDER; Caçador, SC: UnC, 2003.
- MAISTO, Albert & Morris, Charles G. **Introdução à Psicologia.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- MELLO, Heloísa A. B. de. Atitudes Linguísticas de adolescentes americanos-brasileiros de uma comunidade bilíngües no interior de Goiás. **SIGNUM: Estud.Ling.**, Londrina, n.6/1, p. 233-268, dez. 2003.
- MELLO, Heloísa A. B de & MESQUITA, Deise N. C. **Sociedade global, ingleses e bilingüismo global.** Polifonia. Periódico do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem – Mestrado [do] Instituto de Linguagens. Universidade Federal de Mato Grosso – ano 9, v. 13. Cuiabá: Editora Universitária, 2007.

- ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAULSTON, C. B. Biculturalism: some reflections and speculations. **TESOL Quarterly**, v. 12, n. 4, p. 369-382, 1978.
- QUEIROZ, Maria. I. P. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: VOZ SIMSON, O. L. **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice. Revista dos Tribunais, 1998, p. 14-43.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003.
- RAMPTON, B. Continuidade e mudança nas visões de sociedade em lingüística aplicada. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006, p. 109-128.
- ROMAINE, S. **Bilingualism**. Cambridge, MA: Blackwell, 1995.
- SILVA, Sidney de Souza. **Alemão, uma língua em desuso: relatos de remanescentes da colônia do Rio Uva**. 2007. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás.
- SPRADLEY, J. **Participant Observation**. Fort Worth: Harcourt Brace College Publishers, 1980.
- TRUEBA, H. T.; GUTHRIE, G. P.; AU, K. **Culture and the bilingual classroom: studies in classroom ethnography**. Rowley, MA: Newbury House Publishers, 1981.
- UR, Penny. **A course in language teaching: practice and theory**. Cambridge University Press, 2003.

LINGUAGEM: O PODER NO DISCURSO JURÍDICO

Dda Diná Tereza de Brito (PG-UEL/ UENP-CP/ FACCREI)

RESUMO: Propõe-se, aqui, examinar o discurso presente nos autos de instituições jurídicas, proferido por promotores, advogados e juízes, objetivando mostrar que todos esses sujeitos se preocupam em relação ao léxico, usando expressões em latim, palavras arcaicas e eruditas na linguagem processual, representativa do poder, relacionada à coerção do “outro” na relação dialógica. Quem emprega tal léxico passa a imagem do “falante culto, que conhece as leis, sabe o que é certo ou errado”, pois usa um conjunto lexical, completamente distanciado do falante comum. Este estudo apoiou-se em Bakhtin, Maingueneau, van Dijk, Bronckart, Charadeau, Searle, Fiorin além de outros.
PALAVRAS-CHAVE: léxico erudito; coerção; poder; discurso jurídico.

ABSTRACT: It is proposed to examine the discourse presents in the judicial proceedings of juridical institutions delivered by public prosecutors, lawyers and judges, to prove that all of them show their anxieties in relation to the erudite lexicon, using Latin expressions and archaics and erudites words, like an exhibition of the power, related to the coercion of people. Who uses this kind of discourse may be a person, which knows everything about laws knows what is right or wrong, uses a language very distant of the simple talker. This study was based in Bakhtin, Maingueneau, van Dijk, Bronckart, Charadeau, Searle, Fiorin and another linguistics teorics.

KEYWORDS: erudite lexicon; coercion; power; juridical discourse.

1. INTRODUÇÃO

A linguagem é algo que faz parte da natureza do homem, o qual sofre de uma compulsão natural de se agrupar em sociedade a fim de realizar seus objetivos. Consciente de suas limitações, o ser humano busca no outro a complementação de si mesmo e o que lhe permite essa aproximação é justamente a linguagem, que favorece o pensar e o agir. Não fosse ela, o homem não saberia como entrar em contato com o semelhante, não teria como estabelecer vínculos sociais, constituir grupos de pessoas ao redor dos mesmos interesses. Charadeau afirmou que “A linguagem é um poder, talvez o primeiro poder do homem.” (2008- prefácio)

Por isso mesmo, o poder da linguagem não veio de graça para o homem; este precisou construí-lo, amoldá-lo por meio dos contatos, das trocas de idéias e conhecimentos entre os povos durante o desenrolar da história da humanidade. Assim sendo, considerar a linguagem como um amontoado de regras seria simplista demais, já que não se é possível estabelecer um verdadeiro ato de comunicação com base apenas nos conhecimentos teóricos de uma estrutura linguística. Cada elemento participativo de um ato de comunicação tem relevante papel na produção e compreensão de sentidos e/ou significados, ou seja, é preciso uma competência do falante para, recorrendo aos elementos gramaticais ou lexicais, conseguir produzir algo coerente e compreensível ao interlocutor. Este, por sua vez, também precisa dessa competência para atuar nesse

cenário da linguagem, ele precisa, como num “contrato”, cumprir com seu papel, buscar entender o que lhe transmite seu interlocutor, esforçar-se para isso, tal como assegura Grice (1975) em suas “Máximas Conversacionais”: da Quantidade, da Qualidade, da Relevância e do Modo, com suas devidas implicaturas.

Infere-se, portanto, que a linguagem não é usada somente para se informar algo a alguém: esta é apenas uma das suas funções; a principal delas, na realidade, é demonstrar ao ouvinte a posição ocupada pelo falante na sociedade da qual faz parte. As pessoas falam porque precisam ser ouvidas, “às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos lingüísticos.” (GNERRE, 1985: 3)

2. O DISCURSO

Primeiramente, é importante que se ressalte o que se entende por discurso para que depois se faça uma reflexão sobre suas várias aplicações. Segundo Travaglia (1996), toda atividade que o indivíduo exerce em função de comunicação, desde seus enunciados até os de seu interlocutor em situação dialógica, é tida como discurso.

Ele está sempre relacionado à produção de efeitos de sentido, pois o processo de enunciação é regulado pela realidade sócio-histórica na qual os indivíduos se inserem e vão elaborando sua atividade comunicativa, que é reguladora das expressões lingüísticas, esse uso e sua função.

Costa Val (1999: 03) afirma que se pode entender texto e/ou discurso “como ocorrência lingüística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal”. Para ela é importante saber as características de um texto, pois as pessoas, em seus contatos diários umas com as outras, não se comunicam com frases soltas, mas sim, com textos.

Para Meurer (1993:38-39) “discurso é o conjunto de afirmações que, articuladas através da linguagem, expressam os valores e significados de um grupo social.” Sendo assim, para ele, o discurso vem a ser o conjunto de valores e significados por trás do texto.

Bakhtin diverge de outros lingüistas que o antecederam, por afirmar que o papel mais importante da interação social é desempenhado pelo Outro, que, ao contrário do que muitos acreditavam, não é passivo na constituição do significado, pois integra o ato de enunciação individual num contexto mais amplo no qual se buscam relações que vinculam a linguagem à ideologia. Por isso mesmo, a linguagem deve ser encarada pelo lugar em que se manifesta concretamente a ideologia, cujo posicionamento foi reforçado por outros teóricos mais tarde.

O discurso tem sido atualmente o alvo preferido da análise pelos estudiosos da língua, motivados pela ação social que se provoca entre os participantes de um processo de enunciação, que vão deixando suas marcas na estrutura lingüística, materializando o discurso, denunciando aquele falante em posição de prestígio no contexto social, que sabe utilizar os mecanismos favoráveis à condição de poder e de dominação. Como toda atividade de linguagem leva à inscrição do indivíduo como sujeito de seu discurso, é possível observar que, dentre os elementos constitutivos do texto, estão determinados traços lingüísticos que denunciam o emprego de alguns procedimentos que contribuem para a análise do comportamento semântico dos enunciados.

3. O DISCURSO COMO REPRESENTAÇÃO DO PODER SOCIAL

Todo locutor demonstra suas concepções em seu discurso, sustentando argumentos que buscam sempre o convencimento do “outro”, na intenção de alcançar os objetivos que pretende ver concretizados. Assim sendo, o falante vai inserir na estrutura de seu texto unidades específicas que criarão argumentações convincentes, o que comprova a linguagem como meio de interação social. Isso demonstra, portanto, a linguagem como representação do poder.

Não é difícil perceber essas marcas comprobatórias em determinados tipos de discurso. É o “poder social, em termos de controle, isto é, de controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros” (DIJK, 2008: 17). E o autor explana ainda que, quando esse controle é exercido contrariando os interesses de quem é controlado, ocorre o que se conhece como “abuso de poder” (grifo nosso). Quando tais ações são de cunho comunicativo, ou seja, que envolvem o discurso, pode-se falar de controle sobre o discurso de outros, demonstrando que discurso está constantemente associado ao poder, pois é sabido que as pessoas não são exatamente livres para dizerem o que pensam ou sentem em qualquer situação e em qualquer lugar. As pessoas são “parcial ou totalmente controladas pelos outros poderosos tais como o Estado, a polícia, a mídia ou uma empresa interessada na supressão da liberdade da escrita e da fala (tipicamente crítica). Ou, ao contrário, elas têm que falar ou escrever como são mandadas a falar ou escrever” (op. Cit.: 17-18).

Há restrições quanto ao que se diz ou se escreve em todos os setores da sociedade, e a maioria das pessoas trabalha produzindo textos “sob encomenda”, ou seja, que obedeçam a determinados tipos de fala e escrita. É uma utopia afirmar-se que o ser humano que vive em regime democrático é plenamente livre para expressar o que pensa ou sente, pois nesses regimes, em especial, vigora a máxima de que o direito de cada um termina onde começa o do outro. Por isso, o controle do discurso é, na realidade, a regra e não a exceção.

E esse controle se exerce não somente no discurso como prática social, “mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais” (DIJK, 2008: 18). E, entendendo que as ações das pessoas podem ser controladas por seus pensamentos, é de se observar que tal controle mental possa ser um controle indireto da ação. “Essa ação controlada pode de novo ser discursiva, de modo que o discurso poderoso possa, indiretamente, influenciar outros discursos que sejam compatíveis com o interesse daqueles que detêm o poder” (ibidem)

4. O DISCURSO JURÍDICO

O discurso jurídico tem servido como um exemplo da linguagem desse poder e da ordem nas análises dos discursos já realizadas. Cada sujeito do discurso jurídico, ao se manifestar, aciona certas convenções reguladoras das relações entre os vários sujeitos, que produzem mudanças nas atividades da linguagem. A tomada da palavra concede a cada sujeito certo lugar complementar ao outro, exigindo que esse outro se mantenha ali e saiba exatamente o lugar ocupado pelo “eu” que fala de seu próprio lugar. No discurso em tela, há uma posição de poder ocupada pelo juiz que coloca o acusado na condição de obedecer, sem que se questione essa competência. É o discurso

autoritário, incontestável, que leva a supor que desfaz quaisquer ambigüidades, cristalizando-se numa verdade única.

Como o Direito faz parte de inúmeras relações do homem com seu semelhante é, portanto, intrínseca a relação entre o Direito e a linguagem, já que o operador daquele argumenta seus atos pela palavra, pelo discurso.

É indiscutível que a linguagem forense possui especificidades que a tornam um dialeto inconfundível com os outros do cotidiano do falante e, os que a usam, procuram cultivar essa individualidade, tornando, na maioria das vezes, extremamente complexo o acesso àqueles que pleiteiam a Justiça, retardando a prestação jurisdicional. É um discurso em que figuram expressões em latim, palavras arcaicas e eruditas que, pode-se dizer, são relacionadas à coerção do “outro” na relação dialógica.

Considerando-se como objetivo do presente trabalho examinar o emprego de um conjunto lexical de uma área muito específica, é fundamental refletir inicialmente acerca desse gênero, já que o mesmo impõe uma determinada maneira de se escrever e de se expressar. A escolha lexical que falante faz ao elaborar um enunciado está relacionada à coerção do gênero textual. Assim, é possível afirmar que as unidades lexicais, que figuram nas petições que serão examinadas, estão submetidas a esse tipo de coerção, retrato do poder.

Uma abordagem do discurso jurídico sob as lentes dessa perspectiva, pode conduzir a uma leitura satisfatória de expressões arcaicas presentes em petições, tendo em vista que as unidades lexicais eruditas figurantes no cenário jurídico são hoje alvo de controvérsias, pois, tanto magistrados, quanto os não iniciados, ora criticam ora defendem o emprego do “juridiquês” nas práticas jurídicas.

Essa complexidade do discurso ajuda a sustentar a concepção de que a linguagem do poder dá “prestígio” àquele que a emprega e, por isso, tem maior poder de convencimento, já que, na sua elaboração e por meio de seus termos específicos, impressiona o ouvinte que, se estiver em esfera social diferente, sente-se “impotente” para contra-argumentar. .

Além dessas especificidades do próprio gênero do discurso jurídico, é importante estar atento ao aspecto dos “tabus” lingüísticos que estiveram sempre presentes na linguagem, nesse tipo de enunciado, em especial.

Por se tratar de uma área que estabelece regras de relacionamento social, preservando direitos e estabelecendo obrigações entre os indivíduos, como é o Direito, reveste-se de um caráter voltado à moral, à ética, aos princípios de justiça e respeito ao cidadão em toda a sua plenitude. Assim, o vocabulário, ainda que deixe transparecer o desejo de persuasão e a rigidez da norma, apóia-se na ideologia do falante no que tange à seleção dos termos a serem empregados, de modo a construir um discurso que não constranja, que não assuste os interlocutores, evitando termos chulos e descrições vexatórias que possam comprometer a intimidade dos envolvidos.

O discurso jurídico caracteriza-se por descrições científicas e/ou uso de termos técnicos em praticamente todas as suas aplicações. Isso, logicamente, é o que faz a linguagem ali empregada, ser diferenciada, específica, complexa, muitas vezes ininteligível à maioria dos falantes.

Isso se percebe, principalmente nos casos em que se analisam, estudam ou julgam os crimes contra os Costumes, previstos pelo Código Penal, como os de estupro e os de atentado violento ao pudor.

Nos dias atuais, o discurso dos processos que tratam tais casos já está mais explícito, apesar de não ter perdido a aura de “rigor lingüístico”, ou seja, não está

banalizado, apenas mais claro, até mesmo para que os envolvidos possam entender os questionamentos da autoridade e fazer a descrição dos fatos, de modo a ser feita uma investigação melhor e mais completa para ser juntada aos Autos. Mesmo assim, o operador do Direito busca uma cuidadosa seleção lexical, usando um estilo de construção textual, por meio de uma linguagem velada e discreta, própria de uma área reservada a falar do mais íntimo das pessoas.

5. ALGUMAS ANÁLISES

O *corpus* analisado é constituído por algumas peças de um processo-crime de atentado violento ao pudor combinado com presunção de violência contra menor de 14 anos (artigos do Código Penal Brasileiro), instaurado no ano de 1982 na Vara Criminal de Cornélio Procópio, consistindo na Denúncia oferecida pelo Ministério Público, no Decreto de Prisão Preventiva expedido pelo Juiz Criminal, nas Alegações Finais apresentadas pela Promotoria de Justiça e pela Defesa e na Sentença decretada pelo Juiz da 1ª Instância. Alguns trechos foram selecionados para a análise.

O Promotor de Justiça, ao fazer a Denúncia, assim se expressa:

O 2º Promotor de Justiça em exercício nesta Comarca [...] no uso de suas atribuições e com base no inquérito policial incluso [...] vem, mui respeitosamente perante V. Exa. Para oferecer denúncia contra [...] atualmente recolhido à delegacia de polícia local, pelo seguinte fato:

‘ Aos 26 dias do mês [...]o denunciado fulano de tal (grifo nosso) convidou o menor [...] a entrar em uma tulha[...] O menor, sem desconfiança e despido de qualquer maldade, aceitou o convite e[...] o denunciado determinou que (o menor) ficasse em decúbito abdominal [...] deixando-o semi-nu. Ato contínuo, com o membro viril ereto, o denunciado[...] não conseguiu a introdução do pênis no orifício desejado em virtude da dificuldade encontrada, posto que brutal era a desproporção entre os dois órgãos, tendo, todavia, o denunciado provocado na região anal da criança hiperemia (acúmulo ou congestão de sangue) bem como, chegando à ejaculação, tanto que deixou líquido espermático e pelos de sua região genital no corpo do garoto’ (Autos nº 28/82, da Vara Criminal de Cornélio Procópio, fls. 2 a 5)

E termina com as expressões de costume, requerendo intimação de testemunhas e o cumprimento do que dispõe a Lei.

Com a expressão “O 2º Promotor de Justiça em exercício nesta Comarca, no uso de suas atribuições” demonstram-se as condições de produção do discurso, compreendendo os sujeitos e a situação, envolvendo também a memória, pois é ela que faz valer as condições do discurso em tela, tanto no contexto imediato, quanto no contexto amplo, sócio - histórico, que é ideológico. O contexto imediato, aqui, é o fato delituoso que precisa ser denunciado e o contexto amplo, é o que oferece para análise dos efeitos de sentidos os elementos oriundos de nossa sociedade, com suas instituições, sobressaindo-se aquela que trata dos bons costumes e dos deveres do cidadão, que é a Justiça. Percebe-se, portanto, que a linguagem não é usada apenas para se informar algo a alguém: a principal delas, no texto sob análise, é demonstrar ao ouvinte a posição ocupada pelo falante na sociedade da qual faz parte. É o representante do Ministério Público, responsável pelo que se conhece como o “fazer justiça”, denunciando atos que infringem a lei, o direito dos cidadãos de bem, como no caso em análise. É a linguagem representativa do poder, daquele que acusa, pretendendo defender o inocente.

Em seguida, na descrição dos fatos, relata que “o denunciado determinou que (o menor) ficasse em decúbito abdominal”, usando uma expressão do meio científico (decúbito abdominal), evitando termos chulos ou mesmo simples, próprios da linguagem do falante comum. Isso ocorre com frequência na linguagem processual.

A seguir, usando uma expressão típica da linguagem policial e processual, afirma, em seu relato, que: “Ato contínuo”, ou seja, na sequência imediata o denunciado executou alguma coisa; e com a expressão: “com o membro viril ereto”, o vocabulário utilizado, mesmo deixando transparecer a rigidez da norma, apóia-se na ideologia do falante quanto à seleção dos termos empregados, a fim de que seu discurso não constranja os interlocutores, evitando termos chulos e descrições vexatórias que possam comprometer a intimidade dos envolvidos.

Novamente, o acuro lexical do representante do Ministério Público quando, mais adiante em seu relato acusatório, afirma que :

o denunciado[...] não conseguiu a introdução do pênis no orifício desejado em virtude da dificuldade encontrada, posto que brutal era a desproporção entre os dois órgãos, tendo, todavia, o denunciado provocado na região anal da criança hiperemia (acúmulo ou congestão de sangue) bem como, chegando à ejaculação, tanto que deixou líquido espermático e pelos de sua região genital no corpo do garoto (fls. 3).

O cuidado expressado pelo decoro das palavras empregadas tem a mesma explicação do trecho acima exposto, tal como: “introdução do pênis no orifício desejado”. A escolha lexical utilizada pelo falante faz na elaboração desse enunciado, está relacionada à coerção do gênero textual, pois demonstra a experiência de quem sabe o que está falando, ajuda a sustentar a concepção de que a linguagem do poder dá “prestígio” àquele que a emprega tendo, por isso, maior poder de convencimento, pois, na sua elaboração e por meio de seus termos específicos, impressiona o ouvinte que, se estiver em esfera social diferente, não tem como contra-argumentar.

“Hiperemia”, “ejaculação”, “Líquido espermático”, “pelos da região genital” corroboram a alegação acima.

Nos mesmos Autos acima citados (28/82), o representante do Ministério Público faz, às fls. 77-83, suas Alegações Finais e, como de praxe, sua linguagem comprova o poder de que sua função está imbuída, o uso de expressões típicas da Linguagem Jurídica, tais como expressões latinas e termos técnicos, como se poderá observar nos trechos abaixo selecionados:

Integérrimo Julgador (fls.77)

Este 2º Promotor de Justiça, em razão da representação formulada pelo pai do menor [...] que comprovou não possuir condições de promover a *persecutio criminis* sem que privasse sua família de recursos indispensáveis à manutenção daquela, denunciou [...] por incursionar nas disposições previstas no artigo [...] do Código Penal. (fls. 77)

Em epítome, a imputação carregada ao incriminado é [...] (fls. 77).

Robustecendo a prova material, o exame químico toxicológico [...] espermatozóides e líquido seminal (fls. 78).

O testigo ouvido inicialmente por V.Exa.(fls. 79).

Nesse mesmo diapasão [...] (fls. 79).

Aliás, as duas testemunhas arroladas na proemial [...]

[...] raramente existem testemunhas *de visu* ... (fls. 81).

[...] a lavratura de uma sentença condenatória é, *data vênia*, imperativa, forçada, uma vez que [...] (fls. 81)

[...] deve V.Exa., *permissa vênia*, levar em [...] (fls. 82).

Na seqüência processual, o Juiz recebe a Denúncia e defere algumas diligências requeridas pelo Ministério Público e passa a decretar a Prisão Preventiva do acusado:

Há prova evidente da existência do delito e indícios robustos e suficientes da autoria. Assim, por essas razões e por todas aquelas elencadas pelo órgão do Ministério Público em sua promoção de fls .DECRETO a prisão preventiva de [...], qualificado na denúncia, e o faço como garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal, tudo nos termos do artigo 311 e seguintes, do Código de Processo Penal. Expeça-se mandado de prisão. Intime-se (fls. 31)

Ao dar sua opinião sobre a autoria do delito, o Juiz se coloca na posição daquele que está habilitado a fazê-lo, o que fica bem claro pelo uso do verbo na 1ª pessoa do singular: “DECRETO (grifo do autor) a prisão preventiva de [...]”, “ e o faço (grifo nosso) como garantia da ordem pública”[...]. Sendo o Juiz alguém “revestido de poder” pela função que ocupa, ninguém se aventura, sequer, a contestar essa opinião expressa pelo verbo referido em 1ª pessoa.

Isso significa que, quando alguém fala, adota uma forma comportamental intencional que se rege por regras, as quais pressupõem as instituições que são as únicas capazes de lhes atribuir sentido (SEARLE, 1981). É o Juiz, no papel de sujeito, expressando um ponto de vista oriundo do lugar que ocupa no discurso, alguém a quem compete “decretar” a custódia do acusado e assegurar a “garantia da ordem pública”. (grifos nossos)

A finalidade principal de todo ato de comunicação não é, simplesmente, informar, porém é tentar convencer o outro a aceitar o que está sendo dito:

Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. A linguagem é sempre comunicação (e, portanto, persuasão), mas ela o é na medida em que é produção de sentido. (FIORIN, 2004: 52)

Assim, o Juiz, no momento em que decreta a prisão preventiva do acusado, usa o argumento de que tal prisão “garantirá a ordem pública” que foi violada pelo comportamento do réu.

É importante observar os argumentos usados pelo sujeito enunciatário que objetivam levar o enunciatário a crer como certos tais argumentos, como válido o sentido produzido, convencendo-se de que a prisão preventiva realmente se faz necessária. É o discurso persuasório, argumentativo, usado pelo sujeito que fala de seu lugar no discurso, na sua posição de julgador, dono da verdade e do poder.

A Sentença Judicial, que vai das fls. 87 até 93 dos Autos, traz alguns trechos que merecem análise.

Como é a praxe, o Juiz faz uma resumida recapitulação dos fatos, desde a Denúncia pelo Ministério Público até a Defesa elaborada pelo procurador do acusado. Depois, termina ritualisticamente com a expressão:

“É O RELATÓRIO.” (fls.88)

Em outros casos, na sua maioria, o Juiz, ao pesar a responsabilidade do acusado do crime *sub judice*, expressa-se com: “Decido” ou “Passo a decidir”. Tais expressões não foram utilizadas no caso em análise.

Porém, muito forte é o uso da 1ª pessoa do singular, em que o Juiz assume o seu papel de julgador, aquele que tem autoridade e ocupa uma situação legítima dentro da

enunciação para elaborar seu discurso voltado a destinatários também legítimos. E o sujeito enunciador afirma:

Assim pelo exposto e pelo mais que dos autos consta JULGO PROCEDENTE (grifo do enunciador) a denúncia de fls. Oferecida contra [...], cuja pena passo (grifo nosso) a fixar. [...] fixo (grifo nosso) a pena base em [...]. Designo (grifo nosso) a Penitenciária do Estado para o cumprimento da pena (fls.90). Considerando-se a parte final do artigo [...] DETERMINO (grifo do enunciador) que o réu[...] (fls.91)

Na seqüência, o Juiz vai esclarecendo toda a teoria implícita no crime em análise, reportando-se à doutrina, ao ordenamento, fazendo suas inferências a cada passo, articulando a teoria à prática, analisando o comportamento do acusado e as possíveis conseqüências junto à vítima e à família daquela. Nesses momentos, percebe-se claramente quando o sujeito fala de seu lugar, expressando sua autoridade, aquele que sabe das conseqüências que tal crime possa trazer ao meio em que ocorreu :

[...] trata-se de pessoa rude afeita as lides da lavoura e de parca ou quase nenhuma instrução; o dolo foi normal, ínsito dos crimes contra a liberdade sexual, isto é a lascívia; os motivos ignóbeis; as circunstâncias e as conseqüências graves, as primeiras por terem ocorrido em meio rural levando pânico as famílias vizinhas, e as segundas pela própria idade da vítima podendo gerar sequelas imprevisíveis..(fls.90)

E, finalmente, as expressões costumeiras: “Façam-se as comunicações de estilo. Dou esta por publicada em mãos do Senhor Escrivão. Intime-se. Registre-se.” (fls.91)

É o discurso essencialmente persuasivo, pois tem como destinatário direto alguém que (o sujeito está certo disso!) infringiu o ordenamento. Sendo assim, o discurso do Juiz produz os efeitos de poder e as relações de força instauradas entre os sujeitos que, inscritos em uma formação ideológico-discursiva, passam a ser vistos como seres socializados que se utilizam de certos argumentos de “verdade” que lhes servem de sustento, de um lado, e de um sujeito que foi “apagado” por tais argumentos, de outro lado.

O discurso autoritário do sujeito julgador “barra” a voz do outro, ou seja, é um discurso monofônico, segundo Ducrot, pois as vozes que naturalmente se mostram nos textos polifônicos, são abafadas ou ocultadas sob a aparência de uma única voz nos discursos jurídicos, essencialmente monofônicos.

Aqui, através de uma simulação lógico-dedutiva, o discurso do Juiz busca o apagamento do sujeito visando uma estabilização dos objetos em discussão, uma vez que o equívoco se apresenta como unívoco, pois, em tal discurso, tem-se a ilusão do discurso da verdade única, absoluta.

A voz do Juiz é o discurso da sociedade que “precisa ser protegida” pela ação daquele que representa e está investido de tal poder.

O arquivo jurídico, por meio da circularidade imposta às leis em geral, busca criar essa ilusão de completude que se fortalece no funcionamento desse discurso, procurando apagar o que lhe é exterior, tentando controlar a significação.

6. CONCLUSÃO

Certamente a linguagem é a marca mais significativa da cultura. As trocas simbólicas permitem a comunicação, geram relações sociais, mantêm ou não essas relações, possibilitando a abstração e os conceitos. O discurso, por sua vez, deve ser visto como um processo social e histórico de produção da linguagem; é um ponto de entrecruzamento entre a linguagem e a história. É ainda uma experiência de relação social entre indivíduos, portanto, coletiva e, que gera efeitos de sentidos, produzidos pelas diferentes posições ou pontos de vista adotados pelos interlocutores.

Observando-se o lugar a partir do qual o sujeito fala e que o constitui, é possível perceber a relação de força que ele apresenta: o falante passa a ser aquilo que ele fala, do lugar que está ocupando no momento, assim como o Juiz, o Promotor de Justiça, a Defesa cujos discursos foram aqui analisados.

No presente trabalho, foi possível analisar os elementos que ajudam a posicionar o sujeito enunciador sobre o conteúdo semântico de seu enunciado, o que comprova não haver neutralidade no discurso. Isto nos remete à idéia de uma manifestação de seu posicionamento sócio-cultural. É preciso lembrar que, através da combinação dos sentidos produzidos, pode-se evidenciar a maneira com a qual os interlocutores orientam e atribuem papéis a si mesmos, aos outros e ao tópico da conversação.

Foram frequentes as ocorrências de estratégias de persuasão; inúmeras também foram as expressões específicas da linguagem processual dentro dos Autos, bem como as expressões latinas, por exemplo, o que corrobora a aceção de um sujeito que aproveita os momentos de poder que desfruta para assumir uma posição efetiva de domínio e envolvimento do enunciatário.

Sendo o Juiz, o Promotor de Justiça ou mesmo a Defesa, que fala a partir de um lugar institucionalmente reconhecido, o que diz possui estatuto de enunciado que só pode ser dito por determinada pessoa que ocupa certa posição em determinado lugar institucional. No caso do discurso jurídico, portanto, a Denúncia, o Decreto de Prisão Preventiva, as Alegações Finais (tanto da Acusação como da Defesa) e outros, são exercícios ou funções que caracterizam a prática discursiva de cada sujeito que participou de tal julgamento. Tais discursos provocam estranhamento ao sujeito que está fora deste cenário, portanto, aumentando o distanciamento entre os magistrados e os não iniciados. É preciso considerar, porém, que o gênero de discurso jurídico permite esta forma de se comunicar; mesmo que não seja muito democrática, a forma erudita só faz afastar o leigo dos sujeitos do direito.

7. REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: 3ª ed. Hucitec, 1986.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo**; trad. Anna Rachel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC. 2 ed. 2007.

CHARADEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008..

- COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e Textualidade**, 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DIJK, Teun van. **Discurso e Poder**. São Paulo:Contexto, 2008.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- GNERRE, Maurizzio. **Linguagem, escrita e pode**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1985.
- GRICE, Herbert Paul (1975) **Logic and conversation**. In: P. Colle; J.L. MORGAN (eds.) **Syntax and semantics 3 Speech acts**. New York Academic Press. Pp. 41-58
- MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Ed. Unicamp- Pontes, 2^a ed., 1993.
- MEURER, José Luiz. **Aspectos do processo de produção de textos escritos**.Mimeo,Florianópolis:LLE/UFSC in: Trab. de Ling. Apl., Campinas, (21):49-62, jan./jun. 1993.
- SEARLE, J. R. **Os Atos de Fala**. (Trad. De Carlos Vogt et al.). Coimbra: Almedina,1981
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez , 1996.

A INFORMAÇÃO ELEITORAL SOBRE O LULA DE 2002 PELO DISCURSO
RELATADO DA MÍDIA IMPRESSA

Me. Elaine de Moraes Santos (UEM)¹

RESUMO: Em 2002, as eleições presidenciais no Brasil foram marcadas pelo questionamento midiático acerca da espetacularização da imagem de homem público que era incorporada por Luiz Inácio Lula da Silva com o apoio de seu novo marqueteiro. Pela análise do discurso relatado na Revista **Veja**, discutimos, neste artigo, a construção dessas mudanças de Lula como informação eleitoral. Os resultados apontam que o discurso caracterizado pelo aspeamento contribuiu na visibilidade dessa nova postura petista numa formatação que conferia credibilidade à informação citada e isentava a revista de ser disseminadora de algum engajamento político.

PALAVRAS-CHAVE: discurso político-midiático; discurso relatado; Lula.

ABSTRACT: In 2002, presidential elections in Brazil were highlighted by the social media questioning on the spectacularization of the public person's image incorporated by Luiz Inácio Lula da Silva through the aid of his new marketer. Current essay analyzes the discourses reported by the weekly **Veja**, we discuss, in this article, Lula's changes as electoral information. The results indicate that the inverted discourse characterized by commas contributed towards the visibility of the Labor Party candidate's new position. In fact, it gave credibility to the information quoted and exempted the weekly from disseminating any type of political commitment.

KEY WORDS: political-press discourse; reported discourse; candidate Lula.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A questão por nós levantada é pautada nas eleições presidenciais que poderiam marcar o início de algumas mudanças nos paradigmas políticos brasileiros. A disputa eleitoral de 2002 tomou o espaço midiático nacional e, além da tradicional especulação nas campanhas dos partidos, uma das maiores inquietações dos jornalistas residiu na lista dos candidatos. Dentre todos, o nome que concorria pelo Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, era apontado por pesquisas de opinião como um dos favoritos a vencer as eleições ainda no 1º turno, e isso chamou a atenção da mídia, uma vez que, em eleições anteriores, o candidato nunca havia ultrapassado o 2º lugar nas intenções de voto “Lula venceria qualquer adversário com mais de 10 milhões de votos”. (ÉPOCA, 22/04/2002: 29)

Nesse contexto, houve um consenso na imprensa dessa época em afirmar que o candidato apresentava postura distinta da que utilizou em eleições anteriores. A tese mais frequente dos jornalistas cujos textos figuraram nas mais vendidas revistas de classe média-alta no país - Época, Isto é e Veja - era a de que Lula, (representante da esquerda brasileira) cansado de figurar como uma oposição com um histórico de

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras / Área de concentração: estudos lingüísticos, da Universidade Estadual de Maringá. Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. Telefone: (44) 3232-2117 / e-mail: elainemsmga@hotmail.com.

derrotas nas urnas, assumia a uma nova postura (de centro-direita) para agradar ao eleitorado mais conservador.

Segundo essas especulações midiáticas, o candidato petista aderiu à postura de orador moderno e resolveu se divulgar, com o auxílio de seu novo marqueteiro – Duda Mendonça, como um produto construído exclusivamente para a eleição do período e era esta causa de sua maior aceitação pelo eleitorado: “o Lula sob a direção de Duda é muito diferente do que já disputou 3 eleições presidenciais – parece-se cada vez mais com um produto”. (ÉPOCA, 13/05/2002: 30)

Nesse ano, a nova imagem de Lula presentificou-se em todos os segmentos sociais brasileiros e era comumente comparada pela mídia àquela das eleições de 1989, de 1994 e de 1998, quando o candidato perdeu, respectivamente, para Fernando Collor de Mello e para Fernando Henrique Cardoso, por ser concebido como radical e contra a política econômica capitalista que existia até então no país.

Dada a relevância desse fenômeno para a atual conjuntura sócio-histórica, realizamos um levantamento das reportagens presentes nessas três revistas em que o candidato e a sua propaganda política foram retratados em quase todas as edições do ano eleitoral. Porém, a fim de constituir o recorte necessário para a construção do *corpus* deste artigo, destacaremos, das matérias coletadas, o texto **Cristãos novos do capitalismo**, publicado pela Revista Veja em 25 de setembro de 2002.

A escolha dessa edição deveu-se ao fato de que, além do texto em si, a revista trazia como ilustrações algumas fotos de Lula com um novo visual, depoimentos de consultores e economistas quanto às expectativas para um futuro governo do PT e um quadro-anexo, que ocupava uma página inteira e era constituído apenas pelas falas do próprio candidato sobre temas diversos e em períodos distintos do seu histórico trabalho pelo Partido dos Trabalhadores.

O quadro “Lula-lá e Lula-cá” (p. 44) da Revista Veja chamou nossa atenção, pois, ao invés de apresentar um texto opinativo assinado por um jornalista, por exemplo, era constituído apenas pelo discurso direto com a fala de Lula, ou seja, o relevante papel dessa modalidade de discurso relatado foi aproveitado ao máximo nessa matéria, já que, sozinho, transmitiu todas as informações almejadas pela revista: a existência de um candidato favorito (Lula) e de suas diferentes e contraditórias formas de pensar os problemas do país.

Nossa proposta de análise é, portanto, focalizar as marcas de discurso relatado direto utilizado, considerar semanticamente tais usos e avaliar a opção da revista pela redação de “Lula-lá e Lula-cá” exclusivamente via essa categoria de citação. O quadro em questão faz-se relevante para o que discutimos, sobretudo por apresentar, num contexto de disputa eleitoral, um espaço comparativo entre as falas de Luiz Inácio nas eleições passadas e as de 2002, período polêmico de sua carreira política. Nele, a ênfase temática foram as mudanças de opinião de Lula quanto a quesitos relevantes para a administração de um futuro governo seu, tais como: o relacionamento com o FMI, o pagamento da dívida externa, a reforma agrária, o plano real e a inflação.

Com essa proposta, nossa análise será estruturada neste artigo em duas etapas, a saber: primeiramente esboçaremos a construção que a imprensa brasileira fez acerca de um antes e um depois na postura de Lula durante seu caminho rumo à presidência. Nesse momento inicial, descreveremos as principais características das atitudes políticas, dos discursos e do programa publicitário do candidato do PT. Depois, trabalharemos especificamente o texto da Revista Veja em duas orientações – a primeira, num esboço do uso do discurso direto como recurso que destacou as

mudanças ocorridas na conduta do candidato *versus* a veracidade ou a instabilidade desse procedimento, e a segunda, numa análise que verifique a viabilidade em se questionar o uso enfático da citação como estratégia que garanta a aparente neutralidade da revista, que poderia ter como finalidade influenciar a opinião do eleitorado brasileiro, um mês antes das eleições.

2. UM CANDIDATO, DUAS POSTURAS.

Conforme já destacado, ao candidato do Partido dos Trabalhadores Luiz Inácio Lula da Silva, eram atribuídas pela mídia brasileira de 2002, duas posturas conflitantes, que eram descritas, em todos os textos jornalísticos, numa relação temporal que comparava o passado de derrotas com o presente de grande aceitação pelos eleitores do Brasil.

Assim, aspectos como postura física, comportamento político e ideologia foram divulgados e questionados pela imprensa nacional através de um discurso em que o uso de marcas temporais designadoras do passado aludia a um mal visto momento político de Lula. Essa imagem negativa do candidato é recuperada do passado pela mídia, já que, desde a fundação do PT, Lula passou a representar a mais forte oposição ao governo e ao regime socioeconômico adotado pelo Brasil - o capitalismo. Sua imagem pública era, portanto, caracterizada como a de um político radical e comunista que queria governar o Brasil, sem possuir a experiência administrativa necessária: “O pragmático Lula, aos 56 anos, cansou de ser oposição [...] o discurso e a prática de Lula estão articulados numa só direção: vitaminar o capitalismo brasileiro”. (ISTOÉ, 14/08/2002: 25)

A forte referência ao período de 2002, por sua vez, era representada nos textos jornalísticos por um discurso com predomínio do tempo presente, que marcava, em oposição, a imagem de um Lula em transformação, caracterizado como um candidato moderado, articulador, experiente, profissional, reflexivo e dócil, ou seja, a imagem negativa do passado é desconstruída no processo de positivação da imagem do presente:

o Lula é hoje um político mais profissional, complexo e reflexivo do que todas as suas encarnações anteriores. Ele e o partido estão fazendo um esforço enorme para mudar a roupagem... quando se compara o candidato de agora com o político que disputou as últimas três eleições sem vitória, percebe-se de fato uma mudança muito grande (VEJA, 22/05/2002: 46).

Assim, se em comparação com o passado, quando a postura de Lula e de seu partido não eram aceitos pela sociedade, e isso se substancializava no histórico de derrotas ao longo de sua busca pela presidência; em 2002, sua nova forma de fazer política, conforme as revistas observadas, trazia a segurança necessária, para o momento vivido no período eleitoral, que era de crise e que solicitava uma oposição segura.

Entretanto, essa evolução na imagem do petista, que foi tão divulgada pela mídia impressa, não deve ser vista como uma propaganda positiva acerca do candidato. Quando a crítica jornalística descreve um candidato que evolui em suas convicções, o caráter positivo dessas assertivas é relativo, pois o maior questionamento da mídia foi quanto à veracidade ou não de sua completa transformação, ou seja, a justificativa para

a ascensão do candidato do PT era o fato de ele ter mudado, nesse sentido, a mídia utilizou a nova conduta de Lula para denunciá-lo como um candidato-produto construído unicamente com fins eleitorais: “A dúvida é saber se houve uma conversão profunda, sem retorno – ou apenas um teatro eleitoral. O fato é que Lula anda mais risonho – por recomendação do marqueteiro Duda Mendonça.” (ÉPOCA, 22/04/2002: 31). Conforme essa crítica jornalística citada, a matéria-prima para a grande aceitação de Lula foi o trabalho de seu marqueteiro que soube produzir a imagem de um PT diferente, por um novo modelo de auto-divulgação.

E se no antes, Lula era divulgado em seus mega-comícios marcado pela bandeira vermelha (símbolo comunista), por roupas simples e pela imagem de um metalúrgico que, em busca de melhores situações para a classe pobre, engrenou na carreira política e fundou o Partido dos Trabalhadores; o Lula que concorria em 2002 ao cargo de presidente do Brasil, após oito anos de um governo de direita, agia de acordo com as novas aptidões do eleitorado e, com um novo visual, apresentava um programa político diversificado, no qual trocava as falas públicas pelos programas de caráter documentário na televisão: “Duda já mudou o visual do candidato que trocou a indumentária despojada por terno e gravata tinindo de novos. Lula está com a fisionomia descontraída e é todo sorrisos no comercial eleitoral do PT”. (VEJA, 24/04/2002: 47)

Como visto até aqui, a própria imprensa, que acompanhou e divulgou a transformação que o principal representante do Partido dos Trabalhadores sofreu para as eleições de 2002, reconhecia que, a partir das reais exigências públicas, o novo Lula usava um procedimento padrão necessário a uma grande aceitação política, mas denunciou enfaticamente no período essa nova postura como passageira; como fruto apenas da necessidade inicial de agradar para a vitória nas urnas. O valor dessas proposições despertou nosso interesse, pois, a nosso ver, mais que fenômenos meramente especulativos, o movimento realizado pelo texto jornalístico de comunicação de massa foi um trabalho de formação de opinião, numa tentativa de desfavorecer o candidato do PT aos olhos do seu eleitorado que, a cada nova pesquisa de opinião, diminuía a rejeição à possibilidade de ele governar o Brasil.

3. DO TEXTO E DO DISCURSO: O DISCURSO RELATADO

Authier-Revuz (1990) opera com a noção de um discurso constituído por várias vozes e desenvolve o conceito de heterogeneidade discursiva, como processo responsável por acusar a presença da voz do Outro no discurso do mesmo, em dois diferentes aspectos. O primeiro tipo - a heterogeneidade mostrada – é a responsável pelo processo de identificação da existência de uma segunda voz no discurso através da presença de marcas lingüísticas deixadas no texto. Esse processo é possível, pois aponta, por formas explícitas de inserção da presença do outro no discurso como ocorre, por exemplo, através do uso do discurso relatado:

a heterogeneidade mostrada refere-se às formas explícitas da heterogeneidade. [...] na heterogeneidade mostrada, altera-se “a unicidade aparente da cadeia discursiva, pois elas aí inscrevem o outro. Em todas as formas o locutor circunscreve a fala alheia, como se fosse exterior ao seu. Assim, delimitando a presença do outro, o locutor apresenta todo o resto como emanando dele. (AUTHIER-REVUZ, 1990: 33)

O segundo tipo de heterogeneidade diz respeito ao princípio que é inerente a todo o discurso, mas que ocorre como um processo inconsciente do sujeito. Apesar do caráter constitutivo dessa segunda categoria de heterogeneidade, deteremos nossa atenção para a heterogeneidade mostrada, já que, nesta, encontraremos a base - a função do discurso relatado - para elaboração de uma análise da citação empregada pela matéria em questão da Revista Veja.

Conforme Maingueneau (1993), os múltiplos fenômenos da heterogeneidade mostrada vão bem além da tradicional noção de citação e mesmo daquela, mais lingüística de discurso relatado. Nessa modalidade de discurso tem-se a heterogeneidade em grau máximo, já que um locutor citante dá voz a voz do Outro, a voz do discurso denominado discurso citado. Pelo discurso relatado, faz-se possível a criação de certo grau de distanciamento entre uma informação enunciada e seu verdadeiro locutor, e esse procedimento pode ser realizado em diferenciados graus, conforme a ousadia e as intenções do locutor que usa a fala do outro.

Na heterogeneidade marcada, esse tipo de discurso funciona como instrumento de isentabilidade com relação às diferentes vozes existentes num enunciado: locutor citante *versus* locutor citado. Benites (1995: 25) ressalta que tal distanciamento, não libera de responsabilidades aquele que cita, e revela-se ambíguo, uma vez que o locutor citado aparece, ao mesmo tempo, como o “não eu” em relação ao qual o locutor se delimita e como a autoridade que protege a asserção.

O aspeamento, por exemplo, atua polifonicamente no discurso direto como marca da heterogeneidade mostrada marcada, isto é, destaca a presença/convivência de pelo menos duas vozes em um mesmo discurso. Sua relevância nesse contexto se dá, sobretudo porque, “aspear parte de um relato de fala significa comentar, emitir um juízo sobre o dito, sobre seu autor ou sobre ambos”. (BENITES, 2002: 61)

Destacam-se nessa categoria heterogênea, o discurso direto, o discurso indireto e indireto livre. Dentre todos, a citação direta nos é relevante por representar certa isenção daquele que cita, quanto ao conteúdo enunciado. Esse discurso é o exemplo vivo da heterogeneidade mostrada no texto. Além disso, a opção por esse recurso proporciona um leque de interpretações quanto às opiniões do locutor citante acerca do conteúdo citado, pois, tal como descreve Benites (1995: 33), “toda citação permite reconhecer nas entrelinhas, posições de enunciadores que os locutores citantes prefeririam, muitas vezes, ocultar.”

4. DO TEXTO E DO DISCURSO: O DISCURSO RELATADO PELA MÍDIA

Para Charaudeau (2006), no que se refere à função que exerce em relação ao outro, um discurso relatado pode tentar produzir diferentes tipos de prova ao enunciado em que aparece, sempre a serviço da informação: de autenticidade do dito de origem, de responsabilidade ou de verdade.

O discurso relatado que funciona como autêntico decorre da necessidade de provar, num contexto informativo qualquer, que aquelas declarações, por exemplo, realmente aconteceram e que vieram realmente daquela fonte citada. Como assegurador da responsabilidade, o discurso relatado, por outro lado, tenta imprimir a outrem a verdadeira responsabilidade do conteúdo dito pela fonte citada. Por último, quando se tenta fundamentar o locutor-redator, usa-se do discurso relatado com função de verdade.

O discurso relatado também pode servir para demarcar certo posicionamento de quem o solicita. Pode conferir autoridade (mostra-se que se sabe do que relata), pode conferir poder (por informar o conteúdo citado ao leitor), pode conferir, ainda, uma demarcação de engajamento (por adesão ou por contestação) ao discurso citado.

Em suma, de todos os aspectos e as etapas citadas, o uso do DR pela imprensa pode gerar efeitos que afetem sua própria credibilidade, a saber: quando se seleciona de quem será o dito relatado retomado, deve-se pensar, por exemplo, no que essa pessoa apresenta como relevante para ser objeto dessa escolha. Isso porque, como personalidade ou como anonimato, esse locutor de origem deve contribuir de uma forma bastante concreta com o contexto em que foi requisitado. Dentre as duas possibilidades, pode-se passar certa seriedade (no uso de personalidade) ou um caráter democrático (quando o ator locutor de origem é anônimo).

Apesar dessa liberdade simulada de escolha, não se pode deixar de considerar que essa escolha de discurso relatado (e, conseqüentemente de locutor de origem) também pode ser fruto da necessidade de ocasionar certo efeito valorativo ao conteúdo noticioso: um “efeito de decisão” (valor performativo), um “efeito de saber” (advém de uma autoridade do saber), um “efeito de opinião” (quando o locutor de origem expressa uma apreciação sobre um fato considerado importante pela mídia) e um “efeito de testemunho” (o locutor de origem relata o que viu, ouviu, vivenciou). Nesse último caso, em especial, “a instância midiática parece ganhar em credibilidade: a declaração relatada se reveste de um caráter de veracidade por ter como única finalidade de descrever a realidade tal como foi vista ou ouvida.” (CHARAUDEAU, 2006: 169-170)

Charaudeau (2006) destaca, sobretudo, que cada um desses efeitos são escolhidos pela máquina midiática, muitas vezes, conforme a visão de si que essa mídia quer fazer crer – uma imagem democrática (ao provocar o efeito de opinião), uma imagem populista (ao requisitar o efeito de testemunho) ou uma imagem institucional (ao fazer aparecer o efeito de decisão).

Outro aspecto que pode comprometer a credibilidade da imprensa ao fazer uso do discurso relatado diz respeito à maneira como se faz a indicação do locutor de origem: na “denominação”, na “determinação” ou na “modalização”. Em resumo, “o modo de identificação das mídias é o da imagem de familiaridade ou de respeito que a IM quer manter em relação ao mundo político.” (CHARAUDEAU, 2006: 171)

Também o modo de citação pode ser denunciador de algum valor negativo ao discurso que o solicita. Para Charaudeau (2006), faltam estudos que demarquem os efeitos conforme o tipo de citação, mas assegura que, de certa forma, o uso de citação direta demarca objetividade, o uso da citação integrada produz um efeito de vagueza e o uso de citação narrativizada provoca um clima de dramatização do discurso relatado.

Por último, um aspecto igualmente determinante na confiabilidade ou não-confiabilidade da imprensa ao usar do discurso relatado, é questão dos tipos de posicionamento: o locutor-relator pode intervir transformando o léxico do enunciado de origem; pode intervir transformando a modalidade do dito; intervir na significação enunciativa da declaração de origem, ou intervir em seu próprio discurso ao demarcar o distanciamento ao discurso que cita. Em todas as situações de intervenção, é no grau de credibilidade do discurso midiático que há a maior perda.

5. O DISCURSO RELATADO DIRETO NA DESCRIÇÃO DO PERFIL POLÍTICO DE LULA

Em “Cristãos novos do capitalismo”, texto veiculado pela Revista Veja às vésperas da eleição presidencial no Brasil, vemos a construção de um esboçado perfil do candidato Luiz Inácio Lula da Silva e de sua trajetória na busca pela presidência do Brasil, como representante do Partido dos Trabalhadores. A matéria sugere, tal como fizeram vários outros veículos midiáticos do período já descritos neste artigo, a suposta mudança de perfil político do candidato Lula: “O Brasil e o PT amadureceram... mas as ambigüidades em torno dele (Lula) ainda não se dissiparam”. (VEJA, 2002: 38)

Focaremos nosso olhar, porém, no valor que o quadro “Lula-lá e Lula-cá” dessa edição adquire junto ao contexto em que aparece na revista, contexto este que é de mera especulação, que apenas sugere as diferenças e ambigüidades em torno da imagem do candidato do PT. A questão que almejamos destacar baseia-se, assim, na representatividade desse quadro, que é construído e representado exclusivamente pela fala do Outro, pela fala de Lula. Dessa forma, recortes diversos da opinião do candidato acerca de fatores relevantes são dispostos e enumerados num quadro que visa descrever os dois Lulas que a população brasileira viu historicamente buscar por um dos cargos mais almejados na escala política de um país – a Presidência.

Estruturalmente, o quadro em questão é organizado em duas colunas: a 1ª, “Lula antes” (Lula – lá), na qual estão dispostas as falas do candidato sobre sua proposta de governo, mas em períodos eleitorais anteriores (de 1993 a 2001). A 2ª coluna, por sua vez, o “Lula agora” (Lula-cá), descreve as falas do petista sobre a mesma temática, mas em diferentes meses do mesmo período pré-eleitoral - o polêmico ano de 2002.

No título da matéria, a metáfora “Lula-lá e Lula-cá” marca um movimento discursivo-textual que prenuncia um esforço da revista em comprovar que o candidato Lula se apresentava, em 2002, a partir de uma postura mais em conformidade com o ideal do eleitorado conservador, a fim de uma vitória nas urnas. Através dos dêiticos “lá” e “cá”, a Veja fazia referência, respectivamente, ao petista idealista que defendia o socialismo no Brasil em 1989, num programa eleitoral simples cujo slogan era, segundo Markun (2004), uma canção iniciada pelos versos “Lula-lá, brilha uma estrela. Lula-lá, cresce a esperança” e ao Lula que, aderindo aos objetivos de cunho capitalista – Lula cá, encontrava-se defendendo os mesmos ideais da política vigente e, conseqüentemente, crescia quanto à aceitação popular, antes resistente.

Para visualizarmos esse processo, apresentaremos recortes do quadro original da Veja:

| FMI | |
|---|---|
| “O pacto com o FMI vai engessar as ações do próximo governo”. (Dezembro de 1997) | “O acordo com o FMI pode dar tranquilidade para o Brasil respirar”. (Agosto de 2002) |

Na primeira coluna do referido quadro, o advérbio temporal “antes” abre caminho, no subtítulo, ao conjunto de citações nas quais se tem claramente todas as opiniões do candidato nos vários períodos eleitorais de sua carreira. Em todas elas, podemos identificar a postura do mesmo Luiz Inácio que era mal visto e criticado nas eleições anteriores ao ano de 2002 por legitimar-se como um representante nato da

esquerda brasileira. Na 2ª coluna, opositivamente, a categoria de tempo presente, representada pelo advérbio “agora” em “Lula agora” demarca o espaço para a exposição da ideologia de um novo petista.

A partir de um título metafórico e um subtítulo que se constrói baseado numa comparação temporal a respeito da postura divergente de uma mesma pessoa, o primeiro recorte da fala de Lula descrito sobre a forma de discurso direto traz, no aspeamento, o posicionamento de um petista que, em dezembro de 2001, era contrário a qualquer relacionamento amistoso com o Fundo Monetário Internacional, pois em qualquer tipo de proposta, essa união, aos olhos do candidato, poderia impedir o desenvolvimento do país. Numa direção contrária, a citação do “Lula-cá” de agosto de 2002 traz, dentre outras concepções modernas, a relação com o FMI sob o mesmo prisma dos partidos de direita, pois credita a Lula uma postura, tal qual a do presidente em exercício, favorável a um acordo com essa instituição de renome internacional, por considerá-la um caminho seguro para a conquista e a manutenção da estabilidade de nosso país.

A produção do primeiro uso do discurso relatado já é capaz de fazer emergir diversos sentidos e foi mais um traço regular em todo o texto analisado, em especial porque, quando a imprensa se propõe a relatar um acontecimento, acaba construindo um fato novo que se perfaz em notícia e vai compreender outros fatos e também ditos. Na convocação dos discursos do passado em confronto aos discursos de 2002 de Luiz Inácio Lula da Silva, o texto midiático produz um novo acontecimento enunciativo: uma ruptura na filiação ideológica do candidato. O discurso relatado surge, então, como uma reconstrução na retomada de um já-dito e pela desconstrução proveniente da troca de enunciação desse já-dito: “o discurso relatado funciona estrategicamente como um discurso de prova, tanto em relação ao outro quanto a si mesmo”. (CHARAUDEAU, 2006: 163)

No início da matéria veiculada pela revista, vimos as novas convicções do candidato como fruto de uma evolução: “todo mundo reconhece, a começar pelo próprio Lula, que o Brasil e o PT amadureceram” (VEJA, 2002: 38). A mesma assertiva pode ser confirmada pelos argumentos citados de Lula, presentes no quadro “Lula-lá e Lula-cá”, quanto ao Plano Real, por exemplo:

| PLANO REAL | |
|---|---|
| “Esse plano foi feito à custa do trabalhador”. (Junho de 1993) | “O plano real foi um sucesso, mas Fernando Henrique Cardoso não soube aproveitá-lo para retomar o crescimento do país”. (Setembro de 2002) |

No discurso citado acima, a evolução da imagem produzida pelo discurso sobre Lula é atestada na própria fala dele, a partir de um discurso relatado aspeado. Benites (2002) atribui às aspas um relevante papel na busca pela fidelidade, já que elas permitem ao locutor-citante marcar o discurso direto que, rompendo a estrutura

homogênea do texto, abre para a observação da voz do outro. Voz essa que, aliás, no contexto em questão, é a do próprio candidato, e isso serve como dado concreto que confirma as suposições dos jornalistas. Todavia, se considerarmos as proposições de Maingueneau (1996: 90), podemos refletir sobre essa concretude, já que “colocar entre aspas não significa dizer explicitamente que certos termos são mantidos à distância, é mantê-los à distância e, realizando este ato, simular que é legítimo fazê-lo.”

O movimento discursivo de comparação num espaço dividido entre o discurso antigo e o discurso atual do candidato é regular e significativo em todos os temas que compunham o quadro em questão, tal como podemos verificar em mais um trecho do texto:

| SUBSÍDIOS | |
|--|--|
| “O que me surpreende é o governo dar 1 bilhão de dólares aos usineiros, quando poderia usar esse dinheiro em obras de saneamento, gerando milhares de empregos e distribuição de renda.” (Maio de 1993) | “Temos um compromisso com o Proálcool, e a nossa idéia é dar incentivos para que o consumidor troque o carro velho por um novo, a álcool, a preços populares.” (Maio de 2002) |
| ALIMENTOS | |
| “Primeiro vamos combater a fome, depois vamos exportar. O que não dá é exportar vendo as pessoas morrendo de fome aqui dentro.” (Outubro de 2001) | “O Brasil precisa é exportar alimentos para a Europa e o Japão.” (Julho de 2002) |

Também nesses casos apresentados, vemos a construção heterogênea de um texto que apresenta, explicitamente, a fala de um locutor e deixa, nas entrelinhas, uma segunda voz, a de um enunciador que conduz uma argumentação contrária ao questionável caráter de um candidato que renega todas as convicções pelas quais lutou durante toda a sua história política. Essa postura se configura, aos olhos da imprensa, como recurso estratégico que garanta maior possibilidade de vitória nas urnas.

Poderíamos, portanto, estabelecer uma discussão acerca de cada inserção do discurso direto presente em “Lula-lá e Lula-cá”, mas, como esse uso da citação foi regular em todo o quadro, acreditamos que um outro aspecto se faz relevante para a questão que visamos apontar: o papel dessa mídia impressa e dos recursos linguístico-discursivos usados por ela na construção argumentativa dessas informações publicadas e na possível contribuição na formação de opinião do eleitorado brasileiro.

6. A ESTRATÉGIA DA VEJA NA DIVULGAÇÃO DO CANDIDATO LULA EM 2002

As duas posturas atribuídas ao candidato do PT são depreendidas da relação passado/presente, via discurso relatado, manifestado sob a forma do discurso direto, isto

é, todas as mudanças, à primeira vista, não são atestadas pela Revista Veja, mas depreendidas da reprodução que o quadro “Lula-lá e Lula-cá”, composto unicamente dessas citações em discurso direto, representa. A nosso ver, o uso dessa estrutura garante à revista certo distanciamento à afirmação de que o candidato Lula realmente renegava, em 2002, o que antes apoiava, ao mesmo tempo em que procurava seguir as convicções que, em eleições passadas, tanto contestou.

Todo o efeito de distanciamento que permeia o quadro da Veja é constituído no discurso direto pelo aspeamento que, além de demarcar as fronteiras entre o discurso que cita (a Veja) e o discurso citado (a fala de Lula), também produz a falsa sensação de que, nesse tipo de discurso, a fala do outro é reproduzida fiel e integralmente, já que conforme Benites (2002: 61) “o aspeamento é um recurso utilizado para designar a linha demarcatória que uma formação discursiva estabelece entre ela e seu exterior.”

Mas a aparente neutralidade da revista no estabelecer da relação temporal nas falas do candidato pode ser contestada, uma vez que, conforme Maingueneau (1996: 105), “pode-se por uma contextualização particular entonação e segmentação desvirtuar completamente o sentido de um texto que, do ponto de vista da literalidade, não se distancia do original”.

Assim, ao inserir esses segmentos de fala numa matéria que alude à mudança de postura, a revista deixa implícita a comprovação de suas suposições, já que o próprio candidato mostra opiniões divergentes e contraditórias sobre os mesmos assuntos, tal como visto nos trechos analisados. A citação da fala do outro ocupa, pois, um lugar de destaque nas proposições da Veja, já que descreve concretamente a suposta mudança de Lula, que, no restante da matéria, foi apenas sugerida..

Charaudeau (2006: 162) chama atenção, ao fato de que nem sempre é explicitado que um discurso provém de outrem e, nesses casos, “o locutor-relator apaga o locutor de origem [...] é nesse jogo de marcação-demarkação, por um lado, não-marcação-integração, de outro, que se situa o discurso das mídias de informação.” Da forma como o quadro da Veja foi estruturado, todavia, os discursos relatados eram apresentados como pertencentes do candidato do PT, mas o caráter contraditório das opiniões do candidato foi acentuado pela não demarcação dos contextos sócio-históricos de origem dos recortes de citação empregados. Com esse apagamento, cabia ao leitor da revista conceber o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva como realmente fruto da mudança de postura (volubilidade), um mês antes das eleições.

E se, conforme Benites (1995: 33), “toda a citação permite reconhecer nas entrelinhas, posições de enunciadores que os locutores citantes preferiram, muitas vezes, ocultar”, a isenção total num texto jornalístico como esse, todo marcado pelo aspeamento é impossível, fato que faz dessa matéria um elemento rico em significação para o momento sócio-histórico em que foi divulgada.

Podemos considerar ainda que o todo semântico constituído pelas citações exerce, de certa forma, um exemplo de citação de fidelidade, uma vez que, quando o alocutário defronta-se com o antitético pensamento de Lula, vê que a matéria veiculada na Revista Veja era consistente quanto às suposições a respeito do novo candidato petista. Nesse sentido, o papel do emprego do discurso direto aspeado nesse texto garante ao leitor da revista que a fala de Lula aparece tal qual foi verbalizada por ele.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos neste artigo que a mídia brasileira contribuiu de maneira enfática na visibilidade das supostas mudanças ocorridas com Lula, pois, em todos os tipos de textos, a imprensa nacional fazia alusão ao passado eleitoral do candidato e o comparava ao momento das eleições presidenciais de 2002, quando o petista, a partir da direção de seu novo marqueteiro Duda Mendonça, figurava com um visual e uma propaganda eleitoral distintos dos utilizados em eleições anteriores.

Nosso destaque às revistas mais vendidas entre o público de classe média-alta do país e, em especial, à Revista Veja, ocorreu porque, apesar de o texto jornalístico visar a objetividade na transmissão de informação, o quadro “Lula-lá e Lula-cá”, longe de demonstrar a neutralidade da revista, atuou como elemento altamente subjetivo. Esse processo ocorreu pela construção de um texto essencialmente constituído pelo discurso relatado direto, contendo as falas de Lula, distribuídas em dois momentos diferentes de sua corrida à presidência – o antes (eleições em que o candidato conseguiu chegar ao 2º turno, mas foi derrotado) e o agora (ano eleitoral de 2002), no qual o candidato renegava os seus antigos ideais socialistas e defendia a mesma política de direita realizada pelo então governo de Fernando Henrique Cardoso.

Todos esses fenômenos mereceram nossa atenção e podem ser foco para investigações futuras, já que a mídia, enquanto veículo de comunicação é formadora de opinião. No caso específico do jornalismo de mídia impressa, esse olhar deve ater-se principalmente às marcas lingüísticas relevantes que não só compõem a estrutura de texto, mas traduzem, muitas vezes, os elementos imagéticos apresentados.

Nesse sentido, o texto divulgado pela Veja era heterogeneamente constituído pela voz de Lula, apresentada nas citações de fidelidade que comprovavam o novo perfil do petista e pela disseminada voz da revista que, no uso de uma citação de isenção de responsabilidade, tentou imprimir que o candidato era uma pessoa volúvel que tentava vender uma nova imagem para vencer as eleições.

Assim, o renome e o papel que essa mídia impressa representa no público nacional foi utilizado para vender a imagem de um presidenciável que, sustentado pela força do mais poderoso partido da ala esquerda do Brasil (o PT), tentava emanar sua nova maneira de fazer política para conquistar ainda a fatia do eleitorado que estava descontente com a crise de seu país e que buscava uma oposição capaz de fazê-lo evoluir sem a destruição das sólidas bases capitalistas que mantém o Brasil entre a lista dos países latino-americanos em desenvolvimento.

Por fim, é válido destacamos que essas duas classificações por nós estabelecidas quanto ao valor das citações realizadas pela revista não são estanques, pois, segundo Benites (2002: 108) “as funções da citação interseccionam-se [...] sua apreensão global só é possível através do levantamento de dados verbais do contexto e de indícios da ideologia subjacente ao locutor citante”.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade enunciativa. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas, (19):25-42, jul/dez, 1990. Trad. Celene M.Cruz e João Wanderley Geraldi.

BENITES, S. A. L. **O discurso relatado no jornal e a ilusão da objetividade**. 1995. xx p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2004.

_____. **Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico**. São Paulo: Arte e Ciência; Assis: Núcleo Editorial Proleitura, 2002.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Pontes Editora da Unicamp, 1993.

_____. **Elementos de lingüística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARKUN, P. **O sapo e o príncipe** – personagens fatos e fábulas do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Revista Época. **Pensando um governo Lula/ Um raios-X de promessas**. nº 205, 22 de abril de 2002. p.p. 22-34.

_____. **História de cinema** – biografia bem contada, discurso despolitizado e estética apurada marcam o programa de Lula. nº 208, 13 de maio de 2002. p.p.50-50.

Revista IstoÉ. **Lula não assusta mais**. nº 1715, 14 de agosto de 2002. p.p. 24-32.

Revista Veja. **Por que os mercados ficam nervosos com Lula?**. ano 35, nº 20, 22 de maio de 2002. p.p. 38-46.

_____. **O brilho da estrela**. ano 35, nº 16, 24 de abril de 2002. p.p 46-48

_____. **Cristãos novos do capitalismo**. ano 35, nº 38, 25 de setembro de 2002. p.p. 38-45

LEITURA CRÍTICA DE TEXTO JORNALÍSTICO EM LÍNGUA INGLESA MEDIANTE TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA

Me. Maria Virginia Brevilheri Benassi (FACCREI/UTFPR-CP)

RESUMO: O trabalho em foco objetiva apresentar uma proposta de leitura crítica de texto jornalístico em Língua Inglesa em curso de Comunicação Social, (Jornalismo) a fim de formar leitores/aprendizes de língua estrangeira conscientes de seu papel enquanto cidadãos construtores de sentido. Assim, este trabalho fundamenta-se no sistema de transposição didática, tendo o gênero textual como objeto de ensino sob as perspectivas teóricas de Bahktin (1997) e Bronckart (2003), com o propósito de fazer com que o aprendiz interaja com o texto a partir dos seus conhecimentos construídos.

PALAVRAS-CHAVE: leitura; gênero textual; transposição didática.

ABSTRACT: The work in focus aims to present a proposal of critical reading about journalistic text in English Language in Social Communication course, (Journalism) in order to form readers/conscientious apprentices of foreign language of its paper while constructed citizens of sense. Thus, this work is based on the system of didactic transposition, having the literal genre as education object based in theoretical perspectives by Bahktin (1997) and Bronckart (2003), with the intention to make with that the learner interacts with the text from its constructed knowledge.

KEY-WORDS: reading; literal genre; didactic transposition

1. INTRODUÇÃO

O curso de Comunicação Social (Jornalismo) na Faculdade Cristo Rei de Cornélio Procópio (FACCREI), iniciado no ano de 2002, consta de Língua Inglesa Instrumental em sua grade curricular por um período de um ano, nos dois semestres iniciais. Nestes, o contato que o aluno tem com a língua é muito básico, mas o objetivo é que ele possa refletir sobre o valor de algumas situações recorrentes no texto, ou seja, como esse texto é organizado e as informações que nele são apresentadas.

Dessa forma, este trabalho objetiva buscar algumas soluções para que a leitura dos textos possam ser feitas de uma forma contextualizada mediante alguns fatores que serão adaptados pelo professor, que, segundo Machado (1997), um desses fatores seriam a necessidade de modificar alguns objetivos propostos anteriormente, para adaptá-los a uma situação nova, ou seja, uma necessidade de renovar conteúdos ou métodos que ficaram progressivamente desgastados, o qual denomina-se transposição didática.

Sendo assim, o trabalho em pauta enfoca não somente a importância das estruturas lingüísticas superficiais da língua inglesa, mas o sentido inserido em determinado contexto a fim de facilitar o aluno a fazer suas conclusões sobre o texto.

Sabe-se que muitas vezes o ensino de língua inglesa em lugar de capacitar o aluno a falar, ler e escrever um novo idioma, passou a pautar-se quase sempre, no estudo de “formas gramaticais e no vocabulário” (CORACINI, 1995: 106). O domínio de uma Língua Estrangeira é fundamental no mundo globalizado e de grande importância para o mercado de trabalho. Todavia, principalmente para o profissional da comunicação é de extrema importância o trabalho da leitura em língua inglesa dentro de um processo interativo, aprimorando sua competência lingüística.

Nessa perspectiva, o professor deve criar situações para a leitura dos textos sobre um determinado tema, procurando relacionar os conteúdos às experiências do aprendiz, ouvir suas opiniões, ressaltar os pontos positivos e negativos de uma determinada questão controversa.

A leitura e compreensão dos textos, tanto em língua materna como em língua estrangeira, são instrumentos de intervenção social, pois segundo Freire (2002), ao mesmo tempo em que a leitura capacita o indivíduo a dimensionar seu lugar na sociedade, ela permite o desenvolvimento do pensamento crítico, para que o cidadão seja capaz de decidir e exercer seus direitos e melhorias na qualidade de vida.

Por se falar de um curso superior em uma área da comunicação, os aprendizes devem estar conscientes sobre o uso da língua inglesa em vários sentidos de um texto, aparente e implícito, e saber justificar a escolha desses sentidos, pois para um profissional da comunicação é fundamental ter a consciência de que não é necessário conhecer todas as palavras de um texto para entender seu significado, isto é, no ensino intensivo da gramática e do vocabulário.

A partir de então, ancorados nos pressupostos teóricos bahktinianos e de Bronckart (2003), o aprendiz ao fazer uma relação entre língua, sociedade e cultura, associando-os aos elementos discursivos, poderá formular suas próprias estratégias de aprendizagem que facilitam a obtenção do conhecimento. Essas estratégias são observadas a partir da seleção do texto, da leitura orientada e da análise estrutural. É fundamental que se estimule o desenvolvimento de ambas as estratégias para que os interactantes possam expressar suas próprias idéias, suas dúvidas, seus problemas, questionamentos, sentimentos e inquietudes (FARIA & ZANCHETA, 2005).

Contudo, será apresentado nesse artigo uma breve fundamentação teórica sobre leitura, gênero textual, transposição didática e alguns conceitos de reportagem, e, em seguida apresentaremos a análise da leitura crítica do gênero reportagem, retirado da revista americana *Newsweek* do dia 07/04/2008.

2. LEITURA, GÊNERO TEXTUAL E TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA

A noção de gênero em Bakhtin (1992: 279) revolucionou a discussão teórica sobre a idéia de que gêneros são “tipos relativamente estáveis de enunciados” elaborados nas diferentes esferas sociais e subjacentes aos PCNs (BRASIL, 1998), parte da premissa de que produzir linguagem é produzir discursos. Para Bakhtin três elementos configuram o gênero: o tema (condições de produção); a estrutura composicional (estrutura) e o estilo (aspectos formais). O discurso quando produzido manifesta-se por meio de textos, concretizados gêneros textuais, que, ao contrário das conhecidas modalidades (narração, descrição, dissertação), são infinitos.

O domínio de um gênero permite ao falante estabelecer quadros de sentidos e comportamentos nas diferentes situações de comunicação com as quais se depara. Conhecer determinado gênero significa, pois, ser capaz de prever certas “coerções” que o condicionam, como, por exemplo, sua estrutura de composição ou suas regras de conduta, ou seja, o que é ou não adequado àquela determinada prática de linguagem. Assim, quanto mais competente (no sentido de dominar um gênero) for o indivíduo, mais proficiente ele será nos seus atos de linguagem e nas suas práticas sociais (BARROS & NASCIMENTO, 2007).

Nesse sentido, em um conjunto de textos ou em um gênero adotamos a expressão gênero de texto.

Os gêneros de textos constituem os produtos de configurações de escolha dentre os possíveis, que são momentaneamente “cristalizadas” ou estabilizadas pelo uso e que estas escolhas provêm do trabalho realizado pelas formações sócio-linguísticas para que os textos sejam adaptados às atividades que comentam, adaptados a um dado meio comunicativo, eficazes frente a frente a um dado interesse social (BRONCKART, 2003: 143-144)

Por essa razão, o trabalho com gêneros em sala de aula contribui para o entendimento das condições de produção e compreensão dos textos. É importante que haja a conscientização do professor sobre gêneros textuais, como um instrumento de construção e constituição da linguagem, a fim de provocar mudanças nas práticas de leitura e escrita.

Pinto (2005: 47) argumenta que a maioria dos alunos no ensino superior, além de ingressarem na universidade com um escasso conhecimento prévio de sua área de estudo, não são capazes de reconhecer os aspectos pertinentes à sintaxe e ao léxico da própria língua, ou mesmo de uma língua estrangeira. Essa situação faz com que os aprendizes apresentem sérios problemas de compreensão e organização da informação ao interagirem oralmente ou por escrito. Portanto, não conseguem distinguir os vários gêneros textuais e seus princípios organizacionais, nem o vocabulário de sua área de estudo.

Ainda citando Pinto (2005), à medida que os aprendizes passam a conhecer e fazer uso dos vários gêneros textuais, passam a se conscientizar de como a linguagem funciona para transmitir o conteúdo oralmente ou por escrito. Assim, aprendem a organizar diferentes tipos de conhecimento e informação de acordo com a situação comunicativa específica.

Sob tal aspecto, essas dificuldades expostas anteriormente podem ser devido às poucas oportunidades de trabalhar com textos diversificados nos outros níveis do sistema educacional, sobretudo no nível médio.

Ao instruímos os futuros jornalistas para a leitura em língua inglesa, percebemos que o trabalho com gêneros abre possibilidades de se realizar com a linguagem uma abordagem em sala de aula em que se privilegiem as propriedades discursivas, interativas e enunciativas, tais como as situações de produção nas quais o gênero se insere, a interação entre os interlocutores e a não preocupação somente com as formas gramaticais.

Para o processo do ensino de leitura ser significativo, tanto o aluno quanto o professor precisam ir além do reconhecimento sistemático da parte estrutural da língua, ou seja, a compreensão de um todo significativo do texto.

Além do trabalho com gêneros, o artigo em pauta foca o processo de transposição didática com o intuito de fazer um trabalho diferenciado em relação à leitura em língua inglesa, ou seja, uma reformulação dos discursos científicos, especializados ou técnicos em discursos didáticos. De acordo com Mello (2004), há algumas demandas em questão:

saber como é a aprendizagem em determinada área e articulá-la com os princípios gerais da aprendizagem; selecionar e organizar o conteúdo; distribuir o conteúdo no tempo, estabelecendo seqüência, ordenamento, séries lineares ou não de conceitos e relações, etapas de análise, síntese e de avaliação formativa de acordo com as características dos alunos; selecionar matérias ou mídias pelos quais os conteúdos serão apresentados- textos, vídeos, pesquisa na *web* etc.; selecionar e aplicar técnicas e estratégias de ensino. (MELLO, 2004: 18)

Referindo-se ao contexto acima, é importante que o professor saiba desenvolver não só o objeto teórico mais o prático por meio de um discurso didático, a fim de “transmitir conhecimentos e despertar desejos pelo saber, para dizer o que é necessário fazer e para conceder autonomias” (DELAMOTTE-LEGRAND, 2002: 127).

Quando se ensina língua, automaticamente se pensa em gramática, fazendo com que os alunos realizem exercícios estruturais. Segundo Delamotte-Legrand 2002, quando uma atividade de ensino se relaciona com “competência linguageira”: saber falar, compreender, ler, escrever, em conformidade com as restrições à necessária multiplicidade das “ações linguageiras” orais e escritas que manifestam algumas competências tais como: escutar, perguntar, tomar a palavra e mantê-la, comentar, refutar, explicar, interpretar, reformular, etc; e dos gêneros do discurso orais e escritos que as concretizam, é fundamental que as atividades de análise da língua se apoiem nas práticas linguageiras tanto comunicativas quanto discursivas.

3. O QUE É UMA REPORTAGEM?

De acordo com Faria e Zanchetta (2005), enquanto a notícia tem a pretensão de informar pontualmente sobre um fato, a reportagem busca observar também as raízes e desdobramentos desse fato. Necessita, portanto, de mais tempo para investigação. As revistas costumam publicar mais reportagens do que notícias, pois elas não são publicadas diariamente.

Entende-se que a reportagem tem espaço em jornais diários, mas em menor volume. As revistas semanais recuperam o fato e buscam associá-lo a outros fatos, procurando causas e efeitos, possíveis desdobramentos.

Segundo (SODRÉ & FERRARI, 1986: 15) a reportagem embora busque manter certa objetividade, pois não pode se mostrar excessivamente impressionista, ganha dimensão humana e contorno narrativo bem marcado. Em algumas características da reportagem observam-se causas e efeitos do que aconteceu, detalhamento do fato, soma de versões, engendramento de informações, indícios claros de personalização, narrativa com inquérito e entrevista, fixa a notícia (cria raízes e galhos) e retrato a partir de ângulo pessoal (FARIA & ZANCHETTA, 2005: 49).

Um outro fator importante em relação às características da reportagem no jornalismo escrito, está na forma de apresentação do texto. A reportagem recupera informações para uma abordagem interpretativa.

Como se nota, as reportagens podem ser mais complexas tanto em termos estruturais como em relação ao volume de informações. Pelo fato de serem longas, o professor pode efetuar uma leitura orientada desse tipo de texto em revistas de grande circulação, como *Newsweek*, *Times*, *Speak up*, etc. Por isso, as reportagens selecionadas devem não apenas ser do interesse dos alunos, como matérias esportivas ou de comportamento, mas trazer-lhes novos conhecimentos, sugerir-lhes novas atitudes e reflexões (FARIA & ZANCHETTA, 2005: 54).

A partir dessas definições, o objetivo desse artigo é mostrar de forma didática as informações contidas no texto a fim de construir uma abordagem interpretativa, analisando a questão do tempo da reportagem e observação dos parágrafos, com o intuito de verificar sua extensão e sentido no texto, podendo assim observar a expectativa do leitor.

4. TEXTO JORNALÍSTICO (REPORTAGEM)

De acordo com o exposto, será trabalhado através da leitura de um texto jornalístico da revista americana *Newsweek*, do dia 07/04/2008, uma atividade de entendimento e reconhecimento do gênero em questão, mediante as características apresentadas, juntamente com seu valor comunicativo, favorecendo os procedimentos de avaliação e objetivando uma relação consciente para se apropriarem da leitura em língua inglesa.

BUILDING A FASTER INTERNET

Karen Pinchin

[1] A conductor in Tokyo moves his baton, and an orchestra in Cleveland starts to play. A few bars later, a violinist in “Berlin joins in. To compensate for a slight delay, the musicians play along with an electronic metronome. The performance is broadcast on high-definition television. Such a musical experiment would be challenging enough for a television network to pull off; over the internet, it would be impossible.

[2] That may soon change. Engineers are developing a new type of Internet connection called a dynamic-circuit network that could carry so much data so quickly it might startle even Net surfers in Japan or South Korea. If all goes to plan, the vast data speeds required for such a collaboration may soon be available to all. That might go a long way to solving the problem of how to handle the enormous growth in Internet traffic, which by some estimates is doubling each year.

[3] When a digital photo, YouTube clip or live streaming video is sent over the Internet, the data is first divided into packets, which are routed to the destination and then reassembled. This method tends to break down when large amounts of information are sent along similar pathways at the same time- the different pack are prone to getting hung up on bottlenecks. The result is a Web page that crashes or an online videoconference that sputters and skips. As the Internet starts to stagger under the weight of more and more data, such problems are increasingly common.

[4] Dynamic-circuit network technology would solve the bottleneck problem by opening up a dedicated route from one point to another through which data can be sent without interruption, at speeds thousands of times faster than what’s possible now. Just as quickly, the pathway can be closed and space made available for the next connection. The technology would require some new software and fiber optic links right up to the PC, but otherwise no change in infrastructure.

[5] The potential difference in data speed is staggering. Whereas a PC can now stream two simultaneous video channels, on a dynamic-circuit network it could send 4.000 channels at once. Downloading a high-definition movie over a cable Internet connection of 4.5 megabytes per second would take about three hours. Over a 10-gigabit-per-second dynamic-circuit network, the same movie would download in five seconds.

[6] The technology is being developed by Internet2, a consortium of U.S. universities, companies and scientific and governmental organizations. For now, only a handful of people can use it. It’s being tested on the soon-to-be-operational Large Hadron Collider in Europe, where scientists must share massive amounts of data about the collision of subatomic particles. Astronomers are also using it to share data from radio telescopes. And medical researches plan to use it to collaborate on long-distance

examinations and consultations. Internet2 hopes to complete testing in May 2008 and roll the technology out shortly after.

[7] The consortium is working on standards and open-source software designed to make the technology freely available to everybody. But some experts aren't convinced that the Internet needs a new method of sending data. Recent progress in making "packet switching" software more efficient, as well as better optical fiber and faster servers and routers, have convinced them that the old ways work just fine. Even if the new technology isn't essential, says Internet2 CEO Dough Van Houwelling, "it's very hard to predict what's going to happen. Every time we add an important new technical capability to the Internet, really smart people figure out how to do things with it that we never imagined".

(Newsweek, April 7, 2008)

5. SUGESTÃO DE ATIVIDADES

Como proposta de trabalho, a leitura crítica do texto abordado, pode ser desenvolvido em uma sala de aula do 1º ano (2º semestre), do Curso de Comunicação Social (Jornalismo), com o intuito de aprimorar a leitura para observar o que está implícito no texto e não somente ao que está "visível", principalmente por se tratar de um assunto bastante polêmico e de grande interesse: "Tecnologia e Internet".

A seguir, os exercícios sugeridos abaixo objetivam trabalhar atividades de compreensão e, acima de tudo, levar os alunos a construírem o sentido do texto em língua inglesa com criticidade. (As respostas serão em Língua Portuguesa).

1. Reconheça no texto algumas características da reportagem as quais foram explicitadas.
2. Aponte no texto o parágrafo que demonstra a certeza do jornalista quanto ao fato relatado.
3. No primeiro parágrafo, de que forma o jornalista inicia a reportagem?
4. Identifique no texto o comentário do jornalista sobre o crescimento do tráfego na Internet.
5. Comente a passagem do texto onde há alguns "experts" que não estão convencidos sobre essa novidade.
6. Dê sua opinião sobre o seguinte trecho: "A new type of Internet technology could carry so much data so quickly it would even startle surfers in Japan or Korea."

6. CONCLUSÃO

Tendo em vista a dificuldade dos alunos para a compreensão crítica de um texto em língua inglesa sem ter que recorrer ao léxico e as estruturas gramaticais, esse trabalho configurou-se um caminho diferenciado e inovador a ser percorrido pelo professor. Portanto, o intuito foi apresentar como possibilidade de trabalho de leitura e

interpretação, construído mediante a interação professor/aluno, fundamentando-se, sobretudo, nos pressupostos teóricos abordados.

As atividades propostas instigam o aluno a compreender o texto no seu todo, a partir das realidades diagnosticadas em sala de aula e desenvolvidas, “relações com os saberes” (DELAMOTTE-LEGRAND, 2002: 128).

Nesse contexto, essas atividades, poderão servir de suporte pedagógico nas práticas de docentes que trabalham com o ensino superior, no ensino de Língua Inglesa com intuito de priorizar além do desempenho lingüístico, os efeitos de sentido de um texto.

Por fim, o aluno poderá interagir com diversos gêneros, que muitas vezes ele não conhece, com o objetivo de realizar atividades discursivas diferenciadas.

7. REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARROS, E. M, NASCIMENTO, E. L. **Gêneros textuais e livro didático**: da teoria à prática. Revista Linguagem em Discurso, volume 7, número 2, maio/ago. 2007
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: língua portuguesa: terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: Educ, 2003.
- CORACINI, M. J. **O jogo discursivo na aula de leitura**: língua materna e língua estrangeira. Campinas, Pontes, 1995.
- DELAMOTTE-LEGRAND, R. A profissão de professor: relações com os saberes, diálogo e colocação de palavras. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAITA, D (orgs.) **Linguagem e trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002.
- FARIA, M. A.; ZANCHETTA JÚNIOR, J. **Para ler e fazer o jornal na sala de aula**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1002.
- MACHADO, A. R. A transposição didática do conhecimento científico para o contexto de ensino: a necessidade e as dificuldades. In: Seminário: **Crítérios de avaliação de livros didáticos 5ª a 8ª séries**. Brasília: Ministério de Educação e de Desporto. (mimeo), 1997.
- MELLO, G. N. **Educação escolar brasileira**: o que trouxemos do século XX? Porto Alegre: ARTMED, 2004.
- PINCHIN, K. **Building Faster Internet**. Newsweek, New York. USA. April 7, 2008.
- PINTO, A. P. Gêneros discursivos e ensino de língua inglesa. In: **Gêneros textuais e ensino**. Orgs. DIONISIO, A . P., MACHADO, A. R., BEZERRA, M. A., 3 ed.- Rio de Janeiro: lucerna, 2005.

SODRÉ, M. & FERRARI, M.H. **Técnicas de reportagem:** notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

ANEXO – Texto analisado para resolução de atividades no item 4.

Building a Faster Internet

A CONDUCTOR IN TOKYO MOVES HIS BATON, AND AN ORCHESTRA in Cleveland starts to play. A few bars later, a violinist in Berlin joins in. To compensate for a slight delay, the musicians play along with an electronic metronome. The performance is broadcast on high-fidelity speakers and high-definition television. Such a musical experiment would be challenging enough for a television network to pull

off; over the Internet, it would be impossible.

That may soon change. Engineers are developing a new type of Internet connection called a dynamic-circuit network that could carry so much data so quickly it might startle even Net surfers in Japan or South Korea. If all goes to plan, the vast data speeds required for such a collaboration may soon be available to all. That might go a long way to solving the problem of how to handle the enormous growth in Internet traffic, which by some estimates is doubling each year.

When a digital photo, YouTube clip or live streaming video is sent over the Internet, the data is first divided into packets, which are routed to the destination and then reassembled. This method tends to break down when large amounts of information are sent along similar pathways at the same time—the different packets are prone to getting hung up on bottlenecks. The result is a Web page that crashes or an online videoconference that sputters and skips. As the Internet starts to stagger under the weight of more and more data, such problems are increasingly common.

Dynamic-circuit network technology would solve the bottleneck problem by opening up a dedicated route from one point to another through which data can be sent without interruption, at speeds thousands of times faster than what's possible now. Just as quickly, the pathway can be closed and space made available for the next connection. The technology would require some new software and fiber-optic links right up to the PC, but otherwise no change in infrastructure.

The potential difference in data speed is staggering. Whereas a PC can now stream two

simultaneous video channels, on a dynamic-circuit network it could send 4,000 channels at once. Downloading a high-definition movie over a cable Internet connection of 4.5 megabytes per second would take about three hours. Over a 10-gigabit-per-second dynamic-circuit network, the same movie would download in five seconds.

The technology is being developed by Internet2, a consortium of U.S. universities, companies and scientific and governmental organizations. For now, only a handful of people can use it. It's being tested on the soon-to-be-operational Large Hadron Collider in Europe, where scientists must share massive amounts of data about the collision of subatomic particles. Astronomers are also using it to share data from radio telescopes. And medical researchers plan to use it to collaborate on long-distance examinations and consultations. Internet2

hopes to complete testing in May 2008 and roll the technology out shortly after.

The consortium is working on standards and open-source software designed to make the technology freely available to everybody. But some experts aren't convinced that the Internet needs a new method of sending data. Recent progress in making "packet switching" software more efficient, as well as better optical fiber and faster servers and routers, have convinced them that the old ways work just fine. Even if the new technology isn't essential says Internet2 CEO Doug Van Houweling, "it's very hard to predict what's going to happen. Every time we add an important new technical capability to the Internet, really smart people figure out how to do things with it that we never imagined."



A new type of Internet technology could carry so much data so quickly it would even startle surfers in Japan or Korea.

UMA LEITURA SOBRE O SENTIDO DE VIOLÊNCIA ATRAVÉS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Mestrando Mário Jorge Pereira da Mata (UFS)¹

RESUMO: Esse texto tem o objetivo de analisar um discurso a respeito da violência urbana veiculado em mídia impressa por um apresentador de uma emissora televisiva de grande audiência; portanto, formador de opinião. O discurso em questão posiciona-se de forma ideológica e contraditória, apresentando um movimento pendular entre um discurso sensível e elitista, às vezes reproduzindo o que é usualmente discutido como senso comum.

PALAVRAS CHAVES: violência; mídia; discurso.

ABSTRACT: This article intends to analyze a discourse about the urban violence published in the press media by a TV announcer from a popular TV station, hence an opinion former. Ideology and contradiction are elements of that construction that oscillates between a sensitive and elitist discourse, reproducing sometimes what usually is identified as a common sense.

KEYWORDS: violence, media; discourse.

1. APRESENTAÇÃO

Este texto tem como finalidade exercitar conceitos da Análise do Discurso, bem como proporcionar uma breve discussão e reflexão acerca do discurso sobre a violência que é produzido pela mídia escrita e veiculado de forma acrítica com ares, muitas vezes, de autoridade incontestável. O trabalho realizado não tem como objetivo emitir julgamento de valor a respeito do autor do texto analisado, mas de identificar pistas de um discurso pertencente à elite brasileira sobre a violência que como tal tem poder e a oportunidade de ecoar sua ideologia através dos meios de comunicação, incluindo as produções artísticas.

Considerando que a Análise de Discurso não está restrita à interpretação, trabalhando seus limites e mecanismos, como parte do processo de significação (Orlandi, 2005), entendemos que não há uma verdade oculta (busca do real significado) atrás do texto a ser alcançada. Há sim, possibilidades interpretativas que o analista através de suas ferramentas e viés investigativo deve ser capaz de desvendar e compreender. Adotaremos essas afirmativas como premissas norteadoras de nosso procedimento de análise.

A organização do trabalho obedecerá à seguinte disposição das ideias: no primeiro momento, apresentaremos o texto a ser analisado na íntegra e em seguida trataremos os conceitos fundamentais da AD utilizados no trabalho ao mesmo tempo em que desenvolveremos o procedimento de análise. Finalizamos o estudo com as nossas considerações finais.

¹ Mestrando do programa de Pós- graduação do curso de Letras da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Coorespondencia: mariodamata@hotmail.com

2. VOCÊ SABE QUEM ESTÁ ASSALTANDO? UM DISCURSO SOBRE A VIOLÊNCIA.

O texto que analisaremos foi publicado na **Folha de São Paulo**, 01/10/2007, na sessão *TENDÊNCIAS/DEBATES*. A seguir apresentamos o texto na íntegra.

Pensamentos quase póstumos

LUCIANO HUCK foi assassinado. Manchete do "Jornal Nacional" de ontem. E eu, algumas páginas à frente neste diário, provavelmente no caderno policial. E, quem sabe, uma homenagem póstuma no caderno de cultura. Não veria meu segundo filho. Deixaria órfã uma inocente criança. Uma jovem viúva. Uma família destrozada. Uma multidão bastante triste. Um governador envergonhado. Um presidente em silêncio. Por quê? Por causa de um relógio. Como brasileiro, tenho até pena dos dois pobres coitados montados naquela moto com um par de capacetes velhos e um 38 bem carregado. Provavelmente não tiveram infância e educação, muito menos oportunidades. O que não justifica ficar tentando matar as pessoas em plena luz do dia. O lugar deles é na cadeia. Agora, como cidadão paulistano, fico revoltado. Juro que pago todos os meus impostos, uma fortuna. E, como resultado, depois do cafezinho, em vez de balas de caramelo, quase recebo balas de chumbo na testa.

Adoro São Paulo. É a minha cidade. Nasci aqui. As minhas raízes estão aqui. Defendo esta cidade. Mas a situação está ficando indefensável. Passei um dia na cidade nesta semana -moro no Rio por motivos profissionais- e três assaltos passaram por mim. Meu irmão, uma funcionária e eu. Foi-se um relógio que acabara de ganhar da minha esposa em comemoração ao meu aniversário. Todos nos Jardins, com assaltantes armados, de motos e revólveres. Onde está a polícia? Onde está a "Elite da Tropa"? Quem sabe até a "Tropa de Elite"! Chamem o comandante Nascimento! Está na hora de discutirmos segurança pública de verdade. Tenho certeza de que esse tipo de assalto ao transeunte, ao motorista, não leva mais do que 30 dias para ser extinto. Dois ladrões a bordo de uma moto, com uma coleção de relógios e pertences alheios na mochila e um par de armas de fogo não se teletransportam da rua Renato Paes de Barros para o infinito.

Passo o dia pensando em como deixar as pessoas mais felizes e como tentar fazer este país mais bacana. TV diverte e a ONG que presido tem um trabalho sério e eficiente em sua missão. Meu prazer passa pelo bem-estar coletivo, não tenho dúvidas disso.

Confesso que já andei de carro blindado, mas aboli. Por filosofia. Concluí que não era isso que queria para a minha cidade. Não queria assumir que estávamos vivendo em Bogotá. Errei na mosca. Bogotá melhorou muito. E nós? Bem, nós estamos chafurdados na violência urbana e não vejo perspectiva de sairmos do atoleiro. Escrevo este texto não para colocar a revolta de alguém que perdeu o rolex, mas a indignação de alguém que de alguma forma dirigiu sua vida e sua energia para ajudar a construir um cenário mais maduro, mais profissional, mais equilibrado e justo e concluir -com um 38 na testa- que o país está em diversas frentes caminhando nessa direção,

mas, de outro lado, continua mergulhado em problemas quase "infantis" para uma sociedade moderna e justa.

De um lado, a pujança do Brasil. Mas, do outro, crianças sendo assassinadas a golpes de estilete na periferia, assaltos a mão armada sendo executados em série nos bairros ricos, corruptos notórios e comprovados mantendo-se no governo. Nem Bogotá é mais aqui.

Onde estão os projetos? Onde estão as políticas públicas de segurança? Onde está a polícia? Quem compra as centenas de relógios roubados? Onde vende? Não acredito que a polícia não saiba. Finge não saber. Alguém consegue explicar um assassino condenado que passa final de semana em casa!? Qual é a lógica disso? Ou um par de "extraterrestres" fortemente armado desfilando pelos bairros nobres de São Paulo?

Estou à procura de um salvador da pátria. Pensei que poderia ser o Mano Brown, mas, no "Roda Vida" da última segunda-feira, descobri que ele não é nem quer ser o tal. Pensei no comandante Nascimento, mas descobri que, na verdade, "Tropa de Elite" é uma obra de ficção e que aquele na tela é o Wagner Moura, o Olavo da novela. Pensei no presidente, mas não sei no que ele está pensando.

Enfim, pensei, pensei, pensei. Enquanto isso, João Dória Jr. grita: "Cansei". O Lobão canta: "Peidei". Pensando, cansado ou peidando, hoje posso dizer que sou parte das estatísticas da violência em São Paulo. E, se você ainda não tem um assalto para chamar de seu, não se preocupe: a sua hora vai chegar. Desculpem o desabafo, mas, hoje amanheci um cidadão envergonhado de ser paulistano, um brasileiro humilhado por um calibre 38 e um homem que correu o risco de não ver os seus filhos crescerem por causa de um relógio. Isso não está certo.

LUCIANO HUCK, 36, apresentador de TV, comanda o programa "Caldeirão do Huck", na TV Globo. É diretor-presidente do Instituto Criar de TV, Cinema e Novas Mídias.

3. ANÁLISE DO DISCURSO DO TEXTO

3.1. Sujeito e Contradição

Em princípio, trabalharemos com a categoria de sujeito, vista pela AD com certa singularidade. O sujeito para Análise do Discurso não pode ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia. Em outras palavras, "o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso, a ocupar um lugar em determinada formação social e enunciar o que é possível a partir do lugar que ocupa" (Mussalin, 2006: 110). Assim o autor do texto em discussão ocupa um lugar social e dele enuncia influenciado por uma ideologia materializada em seu discurso.

Logo no parágrafo de abertura, ele atribui a si mesmo um grau de importância significativo ao se identificar como figura capaz de sensibilizar um grande número de

pessoas, sobretudo se viesse a falecer. Segundo sua auto-apresentação, digno de manchete no jornal mais assistido no Brasil e até mesmo de obter os pêsames do presidente, Luciano Huck marca sua posição social de pessoa “super” reconhecida, denominada no Brasil de “celebridade” (é muito comum as celebridades brasileiras emitirem opiniões sobre os mais variados assuntos com certo ar de autoridade). A partir desse lugar, seu discurso reproduz sentidos em conformidade aos disseminados pela elite brasileira quando se trata de violência.

Observamos, ainda, como característica principal do texto a contradição. Para Coutrine, (in Brandão, 2006: 51), “a contradição é parte constitutiva do discurso e constitui a própria lei de sua existência...”. Luciano Huck, inicialmente, faz a abertura do seu texto com uma contradição ao atribuir a lucidez como traço do que escreve. “Escrevo este texto não para colocar a revolta de alguém que perdeu o rolex, mas a indignação de alguém que de alguma forma dirigiu sua vida e sua energia para ajudar a construir um cenário mais maduro, mais profissional”; já no final, ele explicita: “Desculpem o desabafo, mas, hoje amanheci um cidadão envergonhado de ser paulistano, um brasileiro humilhado por um calibre 38 e um homem que correu o risco de não ver os seus filhos crescerem por causa de um relógio. Isso não está certo.” Vê-se aí que as expressões “... não para colocar a revolta...” e “... desculpem o desabafo...” denotam tratamentos antagônicos para uma mesma questão. Percebemos, assim, a emotividade evidenciada, deixando escapar vestígios de suas filiações ideológicas. É, principalmente, através destas contradições ou justificativas que buscaremos compreender o processo de construção dos sentidos.

3.2. Formação ideológica e formação discursiva

Dois conceitos que aparecem intimamente atrelados na análise do discurso são os de formação ideológica e formação discursiva. Para Brandão (2006) a formação ideológica tem necessariamente como um dos seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. São as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de certa posição e em uma determinada conjuntura. No discurso, a partir da contradição, percebe-se o embate de duas formações discursivas. Há no texto uma formação discursiva filiada a um pensamento consciente e tocada pelos problemas sociais; e um outro, bem próxima da ideologia comum à elite brasileira. Deste modo, através do desabafo do apresentador, evidencia-se a presença de dois discursos. Ao longo do texto, Luciano Huck se mostra sensível as questões sociais inscritas em trechos como:

- 1- “Provavelmente não tiveram infância e educação, muito menos oportunidades”;
- 2- “Passo o dia pensando em como deixar as pessoas mais felizes e como tentar fazer este país mais bacana. TV diverte e a ONG que presido tem um trabalho sério e eficiente em sua missão. Meu prazer passa pelo bem-estar coletivo, não tenho dúvidas disso”.

Em meio às ideias apresentadas acima, materializa-se no discurso a contradição, pois por meio das sentenças que se seguem, percebe-se uma formação discursiva com filiação distinta.

- 1- tenho até pena dos dois pobres coitados montados naquela moto com um par de capacetes velhos
- 2 - um 38 bem carregado.
- 3 - O que não justifica ficar tentando matar as pessoas em plena luz do dia
- 4 - O lugar deles é na cadeia.
- 5 - Juro que pago todos os meus impostos, uma fortuna.

Vemos neste conjunto de frases outra espécie de filiação, desta vez inclinada para um discurso proferido pela elite brasileira ao tratar da violência social. Na primeira frase, o que se revela implicitamente, através da ironia, é o discurso de quem se vê como superior ou pertencente a uma classe social prestigiada. Pois quem sente pena é quem se outorga superioridade, sentido reforçado através de expressões como coitados e capacetes velhos. Com a presença da frase 2, entendemos que não há por parte do autor tanta compreensão com os assaltantes, pois nela o advérbio *bem* além de intensificar o termo posterior, desprestigia, quase invalidando, a idéia anterior. Para tanto, nos permitimos reproduzir o período na íntegra “Como brasileiro, tenho até pena dos dois pobres coitados montados naquela moto com um par de capacetes velhos e um 38 bem carregado.”

Em seguida, na frase 3 tem-se um erro de avaliação, já que a atividade fim de assaltantes não é a de ficar tentando matar pessoas, mas sim de assaltar pessoas. Trecho também que invalida a ideia anterior, a de que estes jovens assaltantes provavelmente não tiveram infância e educação, veja também o período completo. “Provavelmente não tiveram infância e educação, muito menos oportunidades. O que não justifica ficar tentando matar as pessoas em plena luz do dia”. Além disso, esta sequência de sentidos organizados em sua contradição prepara o leitor para um pensamento que desagua na frase 4; “O lugar deles é na cadeia.” Este conjunto se encerra com uma frase que já se tornou uma máxima da classe média brasileira e assim Luciano Hock dispara: “juro que pago todos meus impostos, uma fortuna”. Esta cadeia de frases, ora implícita, ora explicitamente dissemina vozes que por vezes podem ser recuperadas através de suas marcas e contextos que revelam a relação do discurso com o seu interior e exterior.

A Análise do Discurso procura ir além do que se diz, do que está na superfície das evidências. Um modo de chegar a esta interpretação é segundo Orlandi (2006), fazer uma paráfrase das frases e produzir outros efeitos de sentidos.

Ao invés das expressões que há pouco foram utilizadas poderiam ser inscritas outras. No lugar de “Como brasileiro, tenho até pena dos dois pobres coitados montados naquela moto com um par de capacetes velhos e um 38 bem carregado. Provavelmente não tiveram infância e educação, muito menos oportunidades. O que não justifica ficar tentando matar as pessoas em plena luz do dia.”; poderia existir outro modo de dizer, a exemplo de, “como brasileiro, me preocupo com estes dois jovens assaltantes, que provavelmente não tiveram infância e educação, muito menos oportunidades, o que não justifica praticar atos criminosos e conseqüentemente ameaçar a vida de pessoas”. Assim para quem acolhe Análise do Discurso como procedimento de leitura, fica claro que os sentidos não estão sós nas palavras, mas também na sua exterioridade e não dependem só da vontade do sujeito que é interpelado pela ideologia e determinado pelo momento sócio-histórico da enunciação.

3.3.Contexto e condições de produção

A apresentação de outras duas noções presentes na Análise de Discurso é oportuna. Trata-se das noções de contexto e condições de produção. Elas também apresentam interdependência, sendo o contexto atrelado à condição de produção (Orlandi, 2006). Assim, considerar as condições de produção em sentido estrito, referente às circunstâncias da enunciação é o contexto imediato. E há também o sentido mais amplo, incluindo aí o contexto sócio-histórico, ideológico. Entende-se como contexto imediato, no artigo analisado, a produção de discursos após uma experiência traumática, ainda em meio a sentimentos confusos revelados através de marcas no próprio texto. Exatamente esta emotividade contribui para produção de sentidos, atravessando o sujeito e materializando-se na ideologia.

Ampliando a análise do momento da enunciação, percebe-se que o texto foi escrito em meio a uma insistente sensação de insegurança pública pelo autor, vivenciada por parte da sociedade. Uma prova disso é o considerável número de produções artísticas e literárias sobre a violência, além dos dados estatísticos emitidos por instituições que estudam a segurança pública no Brasil recentemente. Cabe acrescentar que um debate sobre a violência foi patrocinado pelo polêmico filme *Tropa de Elite* cujas referências ao longo do texto são registradas marcadamente. O filme, dentre vários aspectos, propõe a reflexão da participação de classe média como colaboradora da violência pela omissão e conivência. Circunstâncias e personagem do filme são citados (Onde está a "Elite da Tropa"? Quem sabe até a "Tropa de Elite"! Chamem o comandante Nascimento!). Vale à pena frisar que também circulam no filme formações discursivas que se rivalizam. Caso as frases acima fossem inscritas em outra condição ou contexto, elas não teriam sentido e assim a força persuasiva se esvaziaria, pois perderiam o apoio da discussão e sentimento provocados pelo filme. Maingueneau em *Análise de Textos da Comunicação* (2005: 27) assim conclui: “Não diremos que um discurso intervém em um contexto, como se o contexto fosse apenas uma moldura, um cenário; na verdade, não existe discurso senão contextualizado”.

Curiosamente em meio a estas referências fílmicas se identificam outras pistas sobre a filiação dos discursos. Frases como:

- a) “Está na hora de discutirmos segurança pública de verdade”.
- b) Onde estão os projetos? Onde estão as políticas públicas de segurança? Onde está a polícia?
- c) Qual é a lógica disso?

Já se sabe aqui que o texto foi produzido sob o efeito da vivência de uma situação de ameaça concreta, mas a partir da compreensão das sentenças deste último grupo, podemos inferir que o enunciador estava distante - pelo menos até ser assaltado - da condição de violência comum a maioria dos brasileiros os quais tem em suas vidas ações violentas banalizadas. As reivindicações do apresentador parecem um pouco tardias, visto que inúmeros anônimos são assaltados e vitimados pela violência sem que as suas angústias e apelos sejam ouvidos pela sociedade, sobretudo na imprensa escrita. Saber previamente que o autor do texto possui uma condição financeira privilegiada contribui para o entendimento da produção de sentidos, ainda que seja desnecessário, pois há uma marca precisa de sua condição social e sua relação com a insegurança no

texto ao afirmar que andava de carro blindado e hoje não o faz. Sabe-se do alto custo para se blindar um automóvel em qualquer parte do mundo.

É importante esclarecer que o fato de Luciano Huck pertencer a uma classe social privilegiada não torna o seu discurso elitizado, mas sua condição e origem social podem contribuir para sua formação. Neste sentido, Mussalin (2006: 13) apresenta uma contribuição na idéia de contexto em AD: “o contexto sócio-histórico, então, o contexto de enunciação, constitui parte do sentido do discurso e não apenas um apêndice que pode ou não ser considerado”.

Finalizando a apresentação da análise do texto, julgamos imprescindível chamar a atenção para a importância dos meios de comunicação no processo de formação da sociedade. O texto presente é oriundo de uma mídia jornalística de ampla repercussão e tiragem e através desses meios transitam vozes que correspondem a grupos sociais distintos, porém com indisfarçável privilégio daquelas mais próximas das classes dominantes. Com efeito, a Análise do Discurso aparece não como único, mas sim como um instrumento muito eficaz para a compreensão do processo de construção de sentidos que visam fazer prevalecer o discurso dominante, principalmente, em relação a problemas sociais no Brasil cujas raízes se encontram na própria estrutura de poder imposta por essa própria elite.

O tratamento dado à ideologia pela Análise do Discurso nos parece bem adequado para o que nos propomos, pois ela nos leva por um fio condutor à exterioridade. De um autor e seu texto, investigamos pistas que nos levassem à filiação do seu discurso, suas influências, passando pela apreciação do contexto da enunciação, compreendendo-o como parte constitutiva do discurso, fundamental para que o interlocutor desse um determinado sentido ao seu texto e não outro.

Esta análise se ateve a refletir o discurso de uma classe social privilegiada historicamente, que tem ao seu lado aparelhos ideológicos poderosos dentro os quais destacamos a mídia impressa, que dissemina, em meio a informações e notícias, determinados valores, crenças e convicções produzidas pela elite brasileira sem que haja em mesmo peso a divulgação de argumentos que apresentem um pensamento divergente e uma discussão com base em outros discursos que não o dominante.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise minuciosa do texto jornalístico “Pensamentos Quase Póstumos”, com os fundamentos teóricos sobre o sujeito, formação discursiva e formação ideológica e contexto, compreendemos a relevância de tais conceitos para irmos além do lugar comum e das emoções que no primeiro momento assalta o leitor e arrebatam os mais descuidados devido ao assunto em pauta ser mobilizador e estar inserido na vida cotidiana de muitos brasileiros.

Registra-se também a indicação feita sobre a presença de discursos homogeneizantes prestigiados pela mídia impressa e, por conseguinte, disseminados na sociedade, o que pode levar às generalizações, fortalecimento de estereótipos e, pior ainda, a tentativa de solucionar problemas sociais graves através de soluções simplistas e discriminadoras.

5. REFERÊNCIAS

- Brandão, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas-SP: UNICAMP, 2004.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Linguagem e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2009.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas-SP: Pontes/Unicamp, 1993.
- _____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- Orlandi, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas-SP: Pontes/UNICAMP, 2005.
- _____. **Cidade dos Sentidos**. Campinas-SP: Cortez, 2004.

COMPREENDER AS DIFERENÇAS ATRAVÉS DO ITINERÁRIO
MARAVILHOSO DE LYGIA BOJUNGA: EDUCAR PARA INCLUIR

Mestranda Sirlene Cristófono (FLUP)¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir sobre o aproveitamento da Literatura Infantil enquanto recurso promotor da inclusão psicossocial das crianças e fazer uma consciencialização, de como a Literatura Maravilhosa desponta a possibilidade de educar para incluir, pois a diversidade encontrada neste tipo de narrativa, a qual desvenda espaços para vozes excluídas, socialmente.

PALAVRAS-CHAVE: literatura maravilhosa; imaginário; inclusão; educação.

ABSTRACT: The aim of this article is to discuss about utilization of Infantile Literature has promoter recourse of social inclusion of children with special necessities, and also to conscientiounalized how Wonderful Literature help in the possibility of education to inclusion, because the diversity on this type of narrative open spaces to social voices excluded.

KEYWORDS: wonderful literature; imaginary; inclusion; education.

1. INTRODUÇÃO

Durante minha jornada profissional na área da Educação, várias foram minhas angústias que surgiram ao longo de muitos anos em sala de aula. As questões de leitura da literatura infanto-juvenil no ensino de educação básica e infantil são parte destes desassossegos. Outra grande preocupação é a maneira como o educador desenvolve o seu papel enquanto mediador dos processos de leitura e formador de leitores críticos, frente à realidade diversificada, o que chamamos inclusão escolar. O fracasso que tem ocorrido na tentativa de atender a diversidade das crianças deixa evidenciada, a necessidade de uma transformação nas estratégias para o ensino dos diferentes alunos.

O processo de inclusão, para Martins (2002) implica na adaptação da instituição escolar para atender às necessidades especiais das crianças na sala regular. Portanto, é função da instituição compatibilizar o ensino com este trabalho de inclusão do educador de obter acções pedagógicas importantes como a prática necessária de ensino de leituras e Literatura, que atendam as necessidades especiais destas crianças. Abordaremos então, a questão da leitura na escola, considerando a prática do texto literário infanto-juvenil, a Literatura *Fantástica-Maravilhosa*, especificamente as narrativas do realismo-maravilhoso, como uma possibilidade, uma alavanca do processo de inclusão social.

¹ Mestranda em Literatura Cultura e Interartes pela Faculdade de Letras Universidade do Porto – FLUP – Portugal.

2. AS EXPERIÊNCIAS DA VIDA ATRAVÉS DO *MARAVILHOSO*

A definição de literatura Infantil, segundo Bárbara Vasconcelos de Carvalho é todo o acervo literário eleito para criança e

tudo aquilo que, depois de sua aceitação, se fixou e se immortalizou através dela [...] é uma fórmula ou uma forma sintética, que demos precisar denominando - *Literatura da criança* [...] é portanto, aquela que nem sempre ela a elege; acontecendo não raro o contrário. (CARVALHO, 1982: 48)

A origem da Literatura Infantil se deve ao impulso do homem contar histórias, no momento em que este sentiu a necessidade de passar sua experiência de vida a alguém e trazer alguma significação. Entre todas as formas literárias mais ricas, vindas de tempos remotos, e que se transformaram em literatura infantil, são os *contos maravilhosos* e os *contos de fadas*, denominações geralmente equivalentes. Porém, é importante ressaltarmos que todo *conto de fadas* é um ‘conto maravilhoso’, entretanto, este nem sempre é um conto de “fada”. Nelly Novaes Coelho dá-nos a definição do sentido tradicional de *conto maravilhoso* como

narrativa que decorre em um espaço *fora* da realidade comum em que vivemos, e onde os fenômenos não obedecem às leis naturais que regem. No início dos tempos, o *Maravilhoso* foi a fonte misteriosa e privilegiada de onde nasceu a Literatura. (COELHO, 1982: 85)

Desde o surgimento da Literatura Infantil clássica, o homem descobriu que a palavra impôs-se como algo mágico, com um poder fantástico, obtendo a função de defender ou intimidar, compor ou demolir. A Literatura Infantil apareceu durante o século XVII, com características próprias, proveniente da burguesia, a qual foi esboçada para as crianças da sociedade. As histórias eram criadas como um instrumento de Pedagogia. E assim, é a partir do século XVII, que as crianças passam a ser consideradas um ser diferente do adulto e com necessidades próprias, recebendo uma educação especial como preparação para a vida adulta.

A Literatura Infantil percorre o caminho para a sua (re) descoberta e a partir da Psicologia Experimental, que manifesta a Inteligência como um ingrediente estruturador, despertando, assim, os diversos estágios do desenvolvimento da criança e do adolescente de grande importância para a formação da personalidade do futuro adulto. A sequência das fases evolutivas da inteligência é contínua e igual para todos, porém, dependendo da criança ou do meio em que vive as idades é que podem variar.

Segundo Faria (2006), a função da literatura infanto-juvenil até a década de 80 era basicamente a de educar e discorrer, com o intuito de ensinar normas de conduta para a criança. Hoje contesta-se a função didática da utilização deste tipo de literatura, que surgiu como uma maneira literária, ligada ao carácter pedagógico e que correspondia mais com a própria pedagogia do que com a Literatura em si (OLIVEIRA & PALO, 1986). A função lúdica da literatura foi afastada para dar lugar a função educativa e objetiva sobre a imaginação da criança e tal como postula Oliveira e Palo:

Extremamente pragmática, essa função pedagógica tem em vista uma interferência sobre o universo do usuário através do livro infantil, da acção de sua linguagem, servindo-se da força material que palavras e imagens possuem, como signos que são, de actuar sobre a mente daquele que as usa; no caso, a criança (OLIVEIRA & PALO, 1986: 13)

Segundo Nelly Novaes Coelho, a literatura vem ao longo dos anos, se consolidando, “num dos mais eficazes instrumentos de formação da criança” (COELHO, 1991: 320), reafirmando-se como cenário democrático de personagens e linguagens diferentes, abordando vários aspectos do quotidiano. Ao falarmos desta diferente linguagem literária,

compreendemos a importância de um estudo aprofundado, relacionado às suas contribuições, para assim, termos uma noção da sua grande importância no processo de inclusão escolar.

Bruno Bettelheim (2006), dentro de uma perspectiva psicanalítica, apresenta-se a favor da Literatura Infantil, principalmente dos contos de fadas, para o pleno desenvolvimento psíquico e compreensão dos conflitos na fase infantil. O autor defende que os elementos presentes nestas narrativas provocam “imagens à criança com as quais ela estrutura seus devaneios e direcionam sua vida” (BETTELHEIM, 2006: 16). A Literatura, de um modo peculiar atende a uma necessidade das crianças especiais ao contribuir com a formação de sua identidade e que,

os contos de fadas [...] orientam a criança no sentido de descobrir sua identidade e vocação e sugerem também quais as necessárias experiências para melhor desenvolver o seu caráter [...] que uma vida boa e compensadora está ao alcance de todos apesar da diversidade [...] (BETTELHEIM, 2006: 34)

O papel mediato da literatura será, então, não só *testemunhar* uma realidade, mas também traduzi-la e recriá-la na esperança de que mude para melhor. Assim, a Literatura afigura-se um caminho privilegiado para o auto-conhecimento ao tratar de problemas da vida, tornando-se um elo entre Literatura e Educação Inclusiva, ao trazer à tona os conflitos humanos de forma singular e expressiva, funcionando como portas que se abrem para determinadas verdades humanas (COELHO, 1999). Esta individualidade confere à Literatura Infanto-juvenil, fundamentos que apontam para possibilidade de pensar a diferença, sob muitos aspectos.

Deste modo, conceder à literatura uma função psicológica é corretamente admissível, porque seja qual for a idade ou condição social, o aproveitamento da literatura vem ao encontro da necessidade da fantasia que todos nós possuímos. A fantasia está ligada a realidade e por isso a literatura está ligada à vida e à formação do homem. Portanto, a literatura além de ensinar, atua também na formação da criança e segundo Zilberman (1985) esta relação existente entre criança e literatura é que assegura uma plena formação, através dos recursos de ficção que vem ao encontro da realidade do cotidiano do leitor.

A linguagem literária utilizada nestas narrativas fantásticas, segundo Marisa Lajolo (1982) ao deslocar a criança leitora, garante uma reflexão e revolução provocada pelo sentido da palavra. Sobre a produção de sentidos, o diálogo equivale-se no espaço e abre possibilidades de chegar à aprovação sobre os sentidos atribuídos, chegando também a uma efetiva interpretação e reconstrução das ideias. E neste processo de reconstrução dos sentidos, a “leitura é um obstáculo à transmissão dos estereótipos e dos discursos ideológicos” (LAJOLO, 1982: 21). Ao tratar e despertar o diferente, Amaral reconhece que a leitura destes contos concede à criança a importante compreensão das diferenças e das desigualdades, defendendo este que

o apontar e o refletir sobre os preconceitos, os estereótipos, os estigmas, as superações, os conflitos – propiciados por uma leitura crítica, reflexiva, dos textos onde a ideia da diferença está presente – e o caminho é soldo e duradouro. (AMARAL, 1994: 62)

As crianças necessitam ler histórias que as levem para um outro mundo, um mundo mágico, literalmente fabuloso. Assim ler um conto para as crianças é dar-lhes condições de se tornarem adultos mais seguros dos seus sentimentos, pois o imaginário infantil se enriquece muito com estes contos da tradição literária, que de acordo com Lajolo exerce a seguinte função:

Os textos que a tradição reserva o nome de literatura, embora nascendo de uma elite e a ela dirigidos, não costumam confirmar-se às rodas que detêm poder. Transbordam daí e, como

pedra lançada às águas, seus últimos círculos vão atingir as margens, ou quase. Seus efeitos, a inquietação que provocam, podem repercutir em camadas mais marginalizadas, mais distantes dos círculos da cultura. (LAJOLO, 1982: 64)

Portanto, o texto literário educa para incluir, porque a grande diversidade de linguagens simbólicas e também as vastas características e qualidades encontradas nos vários personagens ficcionais disponibilizam à criança leitora o conhecimento das muitas realidades humanas. E tais enunciados fundamentam de que a literatura tem uma importante função social, que é educar, consciencializar e incluir. Caldin (2003), afirma que

a função social da literatura é facilitar ao homem compreender – e assim, emancipar-se – dos grandes dogmas que a sociedade lhe impõe. [...] Dessa maneira, as histórias contemporâneas, ao apresentarem as dúvidas da criança em relação ao mundo em que vive, abrem espaço para o questionamento e a reflexão, provenientes da leitura. (CALDIN, 2003: 5)

A leitura da literatura infantil também atua como uma possibilidade dos educandos vivenciarem novas experiências, podendo agir como um protagonista destas histórias e, assim, ganhar experiências e autonomia, ser ele próprio. Ao pensarmos em um trabalho consciente e crítico, voltado para a educação/inclusão para crianças com necessidades especiais, buscamos relatos de alguns estudiosos que privilegiam a literatura como um recurso fundamental e facilitador.

Ao atuar como uma necessidade básica para a formação da criança e garantir uma experiência fundamental da existência humana, este tipo de narrativa é um rico recurso na remoção de representações sociais relacionadas com a deficiência e com a diferença, porque

a Literatura infantil pode ser o cerne da construção de uma educação inclusiva, pois operando a partir de sugestões fornecidas pela fantasia e imaginação, socializa formas que permitem a compreensão dos problemas e demonstra-se como ponto de partida para o conhecimento real e a adoção de uma atitude que valorize as diferenças e as particularidades (ZARDO; FREITAS, 2004: 2)

Jabur (2003) por meio de sua pesquisa nos afirma que assim como nosso corpo necessita de comida, nosso espírito precisa de leitura e que esta deve ser considerada como uma das necessidades básicas para a formação da criança por garantir uma experiência fundamental da existência humana. O pesquisador faz assim a relação da literatura com os direitos humanos.

Pereira, ao desenvolver a Literatura Infantil, no trabalho com crianças com necessidades especiais, sem contestar as posições apresentadas, defende a utilidade destas leituras como “um recurso importante para a evolução psicossocial de crianças cegas, dando-lhe a oportunidade em desenvolver suas aptidões e seu intelecto” (PEREIRA, 2000: 1).

As crianças consideradas “especiais” são reconhecidas por apresentarem desordens na aprendizagem, revelações de conduta, problemas emocionais, como também podem ter perda da função: psicológica, fisiológica ou anatômica. Além de carinho, paciência, atenção e amor, a criança “especial” precisa de diversão, pois tem um papel importante no processo do aprender, ao tornar verdadeiro o conceito do aprender divertindo-se. É necessário que estas crianças “especiais” recebam atenção Psicológica, através da Psicoterapia Lúdica, o que inclui entre outros, o trabalho com a exploração do imaginário por meio das narrativas maravilhosas. O lúdico está ligado, como a literatura, à linguagem do prazer e “contrasta” fortemente com o uso eficiente da linguagem voltado para fins imediatos, práticos e etc.,” (ORLANDI, 1983/1987: 154-155)

Acreditamos que a literatura, por usar um discurso despretensioso, que representa a sociedade e a realidade, nesse ínterim, não fazendo disto seu fundamental argumento, pode ser um apropriado recurso pedagógico, por quanto nos faz entender as mudanças de protótipo pelas quais estamos passando e nos traz expectativas de trabalharmos com a diversidade do ser humano através do discurso literário, esclarecendo concepções a partir do lúdico que, com certeza, tem uma receptividade maior entre os sujeitos leitores, pois permite a eles a oportunidade de entender-se com o texto através de sua vivência.

A função terapêutica da leitura possibilita o ajuste das emoções e assim actua na criança leitora e ouvinte o efeito de tranquilidade. A literatura funciona como uma terapia por meio de livros, denominada *biblioterapia*, procedente de dois termos gregos: *biblion*, que significa livro e *therapeia*, a qual significa terapia. Alice Bryan, assim como outros pesquisadores nos dão a conceituação dos objectivos da biblioterapia. Segundo Bryan (*apud* SHRODES, 1949), biblioterapia teria como definição o dispositivo da literatura infantil que ajuda a desenvolver maturidade, nutrir e manter a saúde mental da criança.

A pesquisadora Louise Rosenblatt (*apud* SHRODES, 1949) avalia a literatura ficcional como um auxílio para o ajustamento social e pessoal, defendendo que a literatura imaginativa é importante para adaptar a criança em relação aos seus conflitos, acreditando assim, que a reflexão obtida através da leitura actua como uma introdução para a acção.

Aracy Ermst-Pereira (2005), ao pesquisar sobre a maravilha da exclusão através dos contos fantásticos, dá-nos a conclusão das muitas oportunidades de inclusão escolar a partir destas narrativas literárias. A pesquisadora afirma-nos a importância do carácter polissémico na revolução de padrões, na introdução do diferente como o processo de criação principal de sentidos sociais.

Restará dizer, por fim, que a aquisição de livros de literatura Infantil é uma importante função da instituição escolar e não apenas uma estratégia de ensino, um recurso fundamental para ensinar, aprender e incluir as diferenças.

3. A BUSCA PELA IDENTIFICAÇÃO E TOMADA DE CONSCIÊNCIA EM A BOLSA AMARELA: COMPREENDENDO AS DIFERENÇAS

A obra seleccionada para análise, **A Bolsa Amarela**, de Lygia Bojunga, publicada em 1976, é uma das muitas obras desta autora que se identifica com o publico infanto-juvenil e contém um discurso que não subestima a capacidade de leitura das crianças.

As narrativas de Lygia Bojunga, ao alcance das experimentações das crianças, numa influência lobatiana, proporcionam à criança, através de seu olhar, reflexão sobre diversos temas: identidade, preconceito, a verdade, as relações familiares, entre outros. Podemos classificar **A Bolsa Amarela** como uma narrativa do *realismo-maravilhoso*, que Nelly Novaes Coelho nos define como as que

[...] decorrem do mundo real, que nos é familiar ou bem conhecido, e no qual irrompe, de repente, algo *mágico* ou de *maravilhoso* (ou de absurdo) e passam a acontecer coisas que alteram por completo as leis ou regras vigentes no mundo normal. (COELHO, 1982: 312)

Em suas narrativas há um respeito pela experiência vivida e mesmo quando a fantasia toma conta do enredo, nunca é construída para alienar, mas sim para resgatar experiências, fazendo com que a criança leitora compreenda as situações e aprenda a lidar com elas.

A linguagem utilizada na narrativa concede trocas à criança leitora, que com os elementos fantásticos da obra, a compreensão e a influência por ela abstraída, se equivalem a um momento de prazer. Jacqueline Held destaca a importância da linguagem narrativa metafórica e nos afirma que esta é sem dúvida a mais adequada para expressar a dupla intencionalidade da literatura: além de divertir, também ensinar e que assim, “a magia da palavra nasce do uso imprevisto. Palavra [...] saída do contexto e da significação. Linguagem a caminho que se cria e que cria. Pois, no fantástico [...] a palavra dá vida, faz a coisa existir” (HELD, 1980: 203).

Observe-se a particularidade das metáforas e do simbolismo utilizado pela autora:

A bolsa tinha sete filhos! (Eu sempre achei que bolso de bolsa é filho da bolsa.) [...] Peguei nomes que eu vinha juntando e botei no bolso da sanfona. O bolso comprido eu deixei vazio, esperando uma coisa bem magra par esconder lá dentro. No bolso bebê eu guardei um alfinete de fralda que eu tinha achado na rua, e no bolso de botão escondi uns retratos do quintal de minha casa, uns desenhos que eu tinha feito e umas coisas que eu andava pensando. Abri um zíper; escondi fundo minha vontade de crescer; fechei. Abri outro zíper; escondi mais fundo minha vontade de escrever; fechei. No outro bolso de botão espremi a vontade de ter nascido garoto (ela andava muito grande, e foi um custo pró botão fechar). Pronto! A arrumação tinha ficado legal. Minhas vontades tavam presas na bolsa amarela, ninguém mais ia ver a cara delas. (BOJUNGA, 1995: 29-30)

A Bolsa Amarela é um dos mais premiados e populares livros infanto-juvenis brasileiros, que conta a divertida história de Raquel, a filha mais nova da família, uma menina atenta a tudo o que se passa ao seu redor. Seus irmãos, com a diferença de idade de dez anos, não lhe davam atenção e importância às coisas que Raquel queria compartilhar, porque achavam que criança não sabe coisa alguma.

Na obra de Lygia Bojunga, segundo Ligia Cademartori (2006), o universo narrativo se manifesta a partir da infância, abrangendo temas como a exclusão, as relações de poder e repressão à liberdade de expressão no contexto social. A autora, por meio do *realismo-maravilhoso* dá argumentos à criança para se identificar com as situações do cotidiano que diz respeito a Raquel, criando assim uma identificação com o pequeno leitor. A obra permite a conexão ao mundo de ficção pela condução do enredo e pelo desfecho, permitindo a cartase do leitor, propiciando uma identificação, uma descarga emocional. (CADEMARTORI, 2006)

A protagonista, por se sentir muito só e excluída, começa a escrever para seus amigos imaginários e compartilhava três grandes desejos: ser um garoto, vontade de crescer e de ser uma escritora. Um dia, ganhou uma bolsa amarela, que passou a ser o esconderijo ideal para suas vontades e fantasias. A bolsa amarela acaba sendo a casa de dois galos, um guarda-chuva-mulher, um alfinete de segurança, o refúgio de seus pensamentos e também as histórias criadas pela narradora. Raquel, através de suas histórias, conta-nos fatos do seu cotidiano, juntando o mundo real da família ao mundo criado por sua imaginação, repleto de amigos secretos e fantasias. Ao mesmo tempo que acontecem fatos reais e fantásticos, uma aventura espiritual se processa, e a protagonista vai ao encontro de sua afirmação como pessoa.

A autora traz em seu enredo um brinquedo, ou seja, um objeto infantil, uma bolsa amarela, a qual passou a ser o esconderijo ideal para as invenções e vontades da protagonista, representando o desinteresse às regras determinadas pelos adultos, no qual manipula seus desejos reprimidos de acordo com o que vive no seu dia-a-dia. Gilles Brougère (1994) destaca a grande originalidade e especificidade do brinquedo, que é trazer a terceira dimensão para o mundo da representação, sendo assim, um fornecedor de representações manipuláveis.

Após a leitura, a criança se aperfeiçoa com uma visão nova sobre os aspectos da narrativa, ao desregrar as suas concepções. Com isto, a narrativa oferece para o pequeno leitor uma “saída” para a resolução de seus conflitos pessoais. Encontramos o aspecto “inclusivo”

em **A Bolsa Amarela**, na exploração dos sentimentos vividos pelos personagens, que proporcionam à criança leitora uma identificação e experimentação dos mesmos.

Evidenciamos primeiramente a relação adulto-criança presente em vários momentos da narrativa. Raquel num desabafo com seu amigo imaginário, ao escrever, “Não adianta, [...] gente grande não entende a gente” (BOJUNGA, 1995: 17), relata ser incompreendida pelos adultos pelo fato de ser ainda uma criança.

Um outro sentimento explorado na obra é o da exclusão, pois Raquel sentia-se completamente excluída de sua família, sentia-se rejeitada, por não ter sido um filho programado, desencadeando-lhe o sentimento de rejeição. Raquel, ao escrever para um dos seus amigos imaginários, “Tô sobrando [...] Já nasci sobrando [...] Mas se ela [a mãe] não queria mais ter filho, por que é que eu nasci? [...] a gente só deveria nascer quando a mãe quer a gente nascendo [...]” (BOJUNGA, 1995: 13), deixa-nos claro e evidente este sentimento de carência e exclusão no seu próprio ambiente familiar.

A falta de atenção e carinho que muitas crianças sofrem também é identificada através da personagem Raquel que compartilha novamente com um dos seus amigos imaginários, porém, desta vez, o sentimento de solidão. A solidão impulsiona Raquel a inventar estes amigos, para assim, compartilhar dentre outros conflitos interiores, a sua carência: “Prezado André, ando querendo bater papo. Mas ninguém tá a fim. Eles dizem que não tem tempo. Mas, ficam vendo televisão [...]” (BOJUNGA, 1995: 12).

Através da vivência de Raquel é sublinhado outro tema proporcionando reflexão: o preconceito contra a mulher ditado pelos adultos. Raquel contesta claramente quando deseja ser um menino, pois para a protagonista é muito melhor ser homem do que mulher e durante a narrativa em um diálogo com seu irmão reivindica os direitos femininos:

Vocês podem um monte de coisas que a gente não pode. Olha: lá na escola quando a gente tem que escolher um chefe pras brincadeiras, ele é sempre um garoto. Que nem chefe de família: é sempre homem também. Se eu quero jogar uma pelada, que é tipo de jogo que eu gosto, todo mundo faz pouco de mim e diz que é coisa de homem; se eu quero soltar pipa, dizem logo a mesma coisa. (BOJUNGA, 1995: 16)

Percebemos claramente aqui, que Raquel experimenta o sentimento de inferioridade de quem não pode ter direito algum por apenas ser mulher.

Além do desejo de ser um menino, Raquel desejava também crescer logo, porque “gente grande tá sempre achando que criança tá por fora” e ao reclamar da sua irmã para um dos seus amigos imaginário, aponta claramente esta ideia:

[...] minha irmã mais moça nem trabalha e nem estuda, então toda a hora a gente esbarra uma na outra. Sabe o que ela diz? Que é ela que manda em mim, vê se pode! Não posso trazer nenhuma colega aqui: ela cisma que criança faz bagunça em casa. Não posso nunca ir na casa de ninguém [...] (BOJUNGA, 1995: 14)

O conflito familiar também destacado e vivenciado por Raquel é hoje muito comum na realidade da vida de muitas crianças. Raquel vive momentos de angústia por presenciar as brigas dos pais e em um momento de saudade e nostalgia e ao escrever uma de suas cartas, queixa-se para sua amiga imaginária Lorelai:

[...] Era tão bom quando eu morava lá na roça. [...] meu pai e minha mãe viviam rindo, andavam de mão dada, era uma coisa legal da gente ver. Agora tá tudo diferente: eles vivem de cara fechada, brigam à toa e discutem por qualquer coisa. E depois toca todo mundo a ficar emburrado. (BOJUNGA, 1995: 18)

Raquel é um exemplo de personagem que, mesmo sendo criança, encontra uma forma para enfrentar o momento difícil de sua vida, ignorando o fato de os adultos a considerarem “infantil” e assim, incapaz de lidar com as realidades do cotidiano.

Sobre esta questão, Walter Benjamin nos afirma que os adultos muitas vezes menosprezam a verdadeira experiência e capacidade das crianças e dos jovens, consideradas como “experiências de vida e assim, desvalorizam os anos que os jovens e crianças estão vivendo” (Benjamin, 2002: 21-22) e o tratamento dado à Raquel na obra de Lygia Bojunga, vai ao encontro de a esta desvalorização.

Ao falarmos de experiência, é importante aqui ressaltarmos que o caminho do ser humano, na possibilidade de idealizar sua existência e através da construção e compreensão dos fatos do seu cotidiano, partindo de reflexão para uma compreensão da realidade. E é exactamente isto, o que a obra de Lygia Bojunga nos oferece, propiciando à crianças leitoras uma forma de construir um caminho a partir do que a vida lhes oferece.

A autora, portanto, propõe à crianças leitoras, através de sua narrativa do *realismo-maravilhoso* vários temas, entre eles, o preconceito, a indiferença e as diferenças, falando da vida e de como é possível viver e transformar em experiência as várias situações que se absorvem ao cotidiano de quem está no mundo.

Lygia Bojunga Nunes se utiliza do olhar da criança e do jovem em suas narrativas e, a partir do ponto de vista dos mesmos, é que a vida se desenvolve através da experiência que se pode (re) tirar dela própria.

4. CONCLUSÃO

O *Maravilhoso* foi e sempre será um dos recursos mais ricos e importantes na literatura destinada ao público infantil. As histórias, ao doarem verdadeiras emoções e prazer, disponibilizam ao pequeno leitor o simbolismo, que subjacente na narrativa e nas vivências de suas personagens, age no seu inconsciente e actua lentamente, contribuindo para a resolução dos conflitos interiores.

Os problemas, vivenciados não somente pela personagem Raquel, mas também por tantas outras crianças, desencadeiam introspecção que necessita de reflexão em torno dos fatos e, sendo assim, também indispensável para uma proposta inclusiva.

Muitas crianças poderão se reconhecerem ao se defrontarem com uma personagem que contém os mesmos conflitos e problemas do seu cotidiano. Tais experiências vivenciadas e identificadas pelo leitor apresentam a oportunidade de a Literatura Infantil contribuir com a inclusão. A narrativa por meio do lúdico desconstrói conceitos difundidos no meio social, transgredindo normas e valores, inclusive sobre qualquer preconceito. O argumento do texto literário, que também é comunicativo e criativo, convence a todos os leitores, de maneira que ter seus desejos, é algo normal e aceitável, deixando de ser motivo para vergonha ou discriminação e exclusão do outro.

Assim, os pequenos leitores podem usufruir de um aprendizado de que, há sempre outra maneira de encarar uma situação. Portanto, ocorrem mudanças na auto-estima da criança que se sente apontada como a única diferente, com seus medos, vergonhas e angústias. A criança demonstra um enorme domínio emocional com a narrativa literária, sendo aquele momento de leitura conveniente para relembrar de seus desejos, angústias, desafios e sofrida discriminação e ao vivenciar emoções relacionadas às suas experiências do cotidiano.

Entendemos que a leitura representa um envolvimento intelectual sensorial e emotivo que ocasionam sentimentos como o medo, desejos, confiança e reflexão. E é esta a experiência inclusiva, no ponto de vista de que é através da linguagem criativa e bem-humorada, que se transporta para a reflexão individual. E assim, a criança leitora, ao refazer

conceitos, liberta-se de angústias, medo, constrangimentos e preconceitos. Este progresso de ordem cognitiva contribui para a inclusão, por propiciar a aceitação e uma reconstrução da auto-estima daqueles que estão marginalizados do processo de ensino.

Na obra de Lygia Bojunga, observamos a representação da criança vinculada à necessidade da experiência e às oportunidades de identificação e, sendo assim, com a tomada de consciência de si mesma e a reconquista da memória, pelo que as experiências vivenciadas no texto encaminham à criança leitora para uma situação de inclusão escolar. A autora nos apresenta um texto com qualidades promissoras para desenvolvermos um trabalho eficaz com a Literatura Infantil contemporânea, possibilitando aos seus leitores a comparação com seu mundo, com uma proposta de interação.

5. REFERÊNCIAS

- AMARAL, Lígia Assunção. **Pensar nas diferenças/deficiências**. Brasília: Coordenadoria da Pessoa Portadora de deficiência, 1997.
- BENJAMIN, Walter. “Rua de mão única”. In: **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. 34 ed. São Paulo: Duas Cidades, 2002.
- BETTELHEIN, Brunno. **A psicanálise dos Contos de fadas**. Lisboa: Bertrand, 2006.
- BROUGÉRE, Gilles. **Brinquedo e Cultura**. São Paulo: Ed. Cortez, 1994.
- CADEMARTORI, Lígia. **O que é literatura infantil?** São Paulo: Brasiliense, 2006.
- CALDIN, Clarice Forkamp. A função social da leitura na literatura. **Revista Eletrônica Biblioteconomia** – Encontro de bibliotecários. Florianópolis – SC, N.15, jan/jun. 2003, p.5 Disponível em: <http://www.encontros-bibli.ufsc.br/Edicao_15/caldinfuncaosocial.pdf> Acesso em: 10 Out.2006.
- CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de. **Literatura Infantil**. São Paulo: Editora Edart, 1982. p.48.
- COELHO, Nelly Novaes. **A Literatura Infantil: História, Teoria, Análise**. São Paulo: Global, 1982.
- ERNEST- PEREIRA, Aracy. (RE) inventando contos de fadas: um estudo sobre o fenômeno da exclusão – (Anpoll –GT – Análise do discurso), 2006. Disponível em: <http://www.geocites.com/gt_ad/analisedodiscensino.html>. Acesso em 27 set. 2006.
- FARIA, Maria Alice. **Como usar a literatura Infantil na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2006.
- HELD, jacqueline. **O Imaginário no Poder: as crianças e a literatura fantástica**. São Paulo: Summus, 1980.
- JABUR, M.R.M. **Sindônio Muralha: um poeta português na literatura infantil brasileira**. 2003. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Araraquara.
- LAJOLO, Marisa. **O que é Literatura**. São Paulo: Brasiliense, 1982. Coleção Primeiros Passos.
- MARTINS, J.S. **A sociedade a beira do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- NUNES, Lygia Bojunga. **A Bolsa Amarela**. 11ed. Rio de Janeiro: Agir, 1985.
- PEREIRA, Marília Mesquita Guedes. A biblioterapia e leitura crítica para a formação da cidadania com os alunos do Instituto dos cegos da Paraíba “Adalgisa Cunha”. In: **Proceedings XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação 1**. Rio Grande do Sul, Editora da PUC, 2000.
- ORLANDI, Eni Pulcineli (1983). **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 2ed., 1987.
- PALO, Maria José; D. OLIVEIRA, Maria Rosa. **Literatura Infantil: voz de criança**. São Paulo: Ática, 1986. Série Princípios.

SHRODES, Caroline. **Bibliotherapy**: a theoretical and clinical-experimental study. 344f. Dissertation (Doctor of Philosophy in Educação) – Berkeley: Universidade of California, 1949.

ZARDO, Sinara Polom; FREITAS, Soraia Napoleão. A literatura infantil como auxílio pedagógico para uma educação inclusiva. **Revista Partes** – Revista virtual do leitor, São Paulo – SP, Ano IV, N.46, jun.2004. Disponível em: <http://www.partes.com.br/ed46/educacao2.asp>. Acesso em 12 set.2006.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**.10ed. São Paulo: Global, 1985.

A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE LITERÁRIA NAS OBRAS DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Mestranda Stefani Edvirgem da Silva (UEL)¹

RESUMO: Tendo em vista as novas tendências poéticas que contradizem os discursos da homogeneidade literária, homogeneidade esta traduzida em tudo que se refere ao universo masculino, branco e ocidental, o presente trabalho demonstra que num processo de construção e reconstrução, a literatura afro-brasileira por meio da produção de autores como a escritora Conceição Evaristo revela nova identidade literária de modo que o negro saindo da condição de semovente, escravo, alienado passa a ser sujeito de sua própria escritura.

PALAVRAS-CHAVE: literatura; identidade; Literatura afro-brasileira.

ABSTRACT: In view of the new poetical trends that contradict the discourses of literary uniformity, this uniformity reflected in everything that refers to the male population, white and Western, this work demonstrates that a process of construction and reconstruction, African-Brazilian literature by the production of authors as the writer Conceição Evaristo reveals new literary identity so that the black out of the condition of livestock, slave, will be sold subject to their own writing.

KEYWORDS: literature, identity, African-Brazilian Literature.

A identidade coloca-se hoje como assunto recorrente em todo meio social devido à pluralidade de culturas que a cada dia ganha força e acaba por se estabelecer negando a soberania de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade existentes até então de forma única e ditadora.

Sendo a literatura a representação das ações e transformações humanas, as identidades antes por ela abordadas se modificam à medida que a sociedade quebra as barreiras existentes a tudo que se opunha ao universo masculino, branco e ocidental. A temática, os espaços, as personagens e toda a dinâmica que regia a literatura canônica dão lugar à diversidade.

Refletindo a descontinuidade, o desmembramento e a descentralização da literatura pós-moderna (termo este utilizado para teorizar as novas tendências poéticas) surge a literatura afro-brasileira, que vem demonstrar, em sua diferença, novo olhar a tudo que antes fora dito para e sobre o negro; este que antes era objeto de uma escritura torna-se sujeito da mesma, construindo uma nova identidade, sobretudo, literária.

Grandes cânones de nossa literatura, que foram custosamente legitimados como negros, hoje são recolocados literariamente como percussores da construção da identidade negra em nosso país, apesar de seguirem o padrão homogêneo exigido em suas épocas em busca de uma aceitação pela qual todos eram obrigados a passar, fossem

¹ Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Londrina e mestranda em Estudos Literários pela mesma instituição. Orientadora Professora Doutora: Gizêlda Melo do Nascimento. E-mail: stefani_silva@ig.com.br

eles brancos ou não, de forma elíptica, porém exemplar, pode-se validar a colaboração destes escritores para as novas tendências poéticas, especialmente para a afro-brasileira. No poema “Caveira”, de Cruz e Souza, em contraponto aos dizeres de Bernardo de Guimarães em **Escrava Isaura** de que “pele branca implicava também em ter uma alma branca/pura” descreve que nosso fenótipo e os estereótipos que a ele são conferidos nada valem, pois ao final o poeta enfatiza que somos todos “caveiras, caveiras, caveiras...”, ou nas denúncias da discriminação social que rodeava Lima Barreto (escritor que ficara esquecido por décadas), que de forma exemplar escreve o Romance **Clara dos Anjos**; ou ainda as críticas nas crônicas de Machado de Assis, na obra “Bons Dias” à abolição absurda sugerida aos negros da época.

Todo o olhar crítico dado a estas obras e de tantas outras que traziam a discussão do negro não mais como objeto, mas como sujeito de suas ações, contribuiu para que no final do século passado a literatura afro-brasileira se destacasse em meio a literatura brasileira. Tem-se então a pergunta: por que diferenciar ambas as literaturas se podemos verificar brilhantemente a figura do negro na obra **Os Escravos**, de Castro Alves, ou nos contos e romances de Jorge Amado, observar a beleza da miscigenação e sincretismo das culturas, principalmente a do negro? A resposta esta ligada à materialidade desta construção literária (no que diz respeito à autoria) e a necessidade de criar-se uma identidade que até então fora deturpada por quase todos que se utilizaram da temática do negro. Nossa sociedade, que se pautava no tradicionalismo e nas simbologias que com ele nasciam, ainda atribuía ao negro o legado da descendência de Cam² fazendo com que na literatura prevalecesse posicionamentos e explicações tão retrógrados relacionados ao negro. Temos grandes escritores que tinham como personagens de suas obras a mulher e/ou o homem negro, mas que apareciam na maioria das vezes como alienados, serviçais, prostitutas ou malandros. Quem não se lembra dos versos de Manuel Bandeira (1970) “Irene preta, Irene boa, Irene sempre de bom humor”? Ou da mulata assanhada, que nunca é mulher diurna só noturna; nunca é espírito só carne; nunca é família ou trabalho, só prazer?³ E o que dizia respeito à religiosidade, que tanto ajudou na construção da cultura brasileira, mas que é relatada como inaceitáveis rituais demoníacos. Tais visões que colaboram até hoje para a formação da mentalidade brasileira fazem com que esta nova poética ganhe forças no sentido de desconstruir imagens tão errôneas do negro e tornar-se uma nova face da literatura no Brasil.

O filósofo conservador Roger Scruton diz que o homem deve identificar a si mesmo como algo mais amplo – como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao que ele pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar (1986 apud Hall, 2006:48) E qual o lugar do negro e de tantas classes marginalizadas que não se vêem representadas em esferas sociais como na política, na mídia ou na literatura? As diferenças sociais, regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas de forma subordinada à cultura dominante dificultando o encontro da identidade deste homem em seu próprio meio. As literaturas pós-modernas, assim como a literatura afro-brasileira, em contrapartida, enfatizam a valorização de tudo que se considerava marginal e, num trabalho de reelaboração literária, dão voz e vez a sujeitos e ambientes nunca antes representados de fato.

² Filho de Noé que ao ver o pai nu é amaldiçoado por toda a sua existência e exilado em terras que se situavam no continente africano (Bíblia).

³ *Mulata Assanha* de Ataulfo Alves

A partir do ano de 1978, alguns escritores com intuito de trabalhar com a figura do negro no Brasil, assim como materializar-se por serem eles próprios vítimas das estereotípias impostas dentro do círculo literário e intelectual, criaram o primeiro exemplar dos **Cadernos Negros**, livro que reunia, e ainda reúne, contos e poemas que tinham como princípio a valorização da imagem do negro em uma literatura elaborada por eles próprios, já refletindo o desmembramento, a descontinuidade e a descentralização propostas pelas literaturas pós-modernas, pois não se trata mais do negro escravo, alienado ou objeto do senhor como se observava até então, mas sim como um participante da sociedade com sentimentos, prazeres e sensações. A apresentação do número 1, por exemplo, soa como manifesto e ilustra bem a proposta destes escritores:

Estamos no limiar de um novo tempo. Tempo de África, vida nova, mais justa e mais livre e, inspirados por ela, renascemos arrancando as máscaras brancas, pondo fim à imitação. Descobrimos a lavagem cerebral que nos poluía e estamos assumindo nossa negrura bela e forte. Estamos limpando nosso espírito das idéias que nos enfraquecem e que só servem aos que querem nos dominar e explorar. (**Cadernos Negros**, n.1, 1978)

Confirmando o declínio das identidades nacionais e valorizando as novas identidades, sendo estas agora híbridas, a escritora Conceição Evaristo, mineira, radicada na cidade do Rio de Janeiro traz uma nova temática a ser abordada em suas obras: o negro saindo da condição de semovente, escravo, alienado - algo que é visto na maioria das obras canônicas que tinham como personagens os afro-descendentes - passando a ter voz e a tornar-se sujeito de sua própria escritura.

O trabalho em questão pretende analisar algumas das obras de Evaristo, as quais se diferem no gênero, porém são fiéis à proposta da escritora em reconstruir discursos tão enraizados entre nós. São elas: o poema *Vozes Mulheres*, no qual o eu-poético faz uma genealogia trazendo à tona toda uma linhagem familiar negra que sempre se configurou aos olhos da sociedade brasileira como inexistente devido ao episódio da escravidão; o conto *Olhos d'água*, que tem como temática a construção da figura da mãe para os afro-descendentes, figura esta que sempre desapontou como sustentadora e condutora da formação familiar, cuja incumbência da manutenção de bens de conduta, bem como a transmissão de experiências fica a seu encargo NASCIMENTO (2006); e, por fim, o romance **Becos da Memória**, obra que narra o percurso da vida de dezenas de personagens em meio a um processo de desfavelamento de uma determinada região. Encontram-se no livro retirantes, empregadas domésticas, prostitutas, idosos, moleques, operários, deficientes físicos, crianças entre outros personagens que de coadjuvantes passam a protagonistas e parte essencial na construção de todo o livro.

A temática é um dos principais fatores que diferencia a literatura afro-brasileira das demais, pois em diálogo como os dizeres inscritos no primeiro exemplar dos **Cadernos Negros**, livres de qualquer domínio, esta literatura, como afirma Eduardo de Assis Duarte (2002) preocupa-se em resgatar a história do povo negro na diáspora brasileira, passando pela denúncia da escravidão e de suas consequências, indo até a glorificação de heróis como Zumbi e Ganga Zumba. Escritores de nossa contemporaneidade vão além no que diz respeito aos seus objetos literários, pois relatam os dramas vividos pelos afro-descendentes de nosso país, a exclusão e a miséria, que acabam por ser resquícios de uma falsa abolição, assim como a exaltação da cultura

negra, sobretudo a religião, muitas vezes caricaturada como demoníaca ou perdida através do sincretismo que tentou e ainda tenta cristianizá-la.

No poema *Vozes-Mulheres*, Conceição Evaristo acaba resgatando desde sua bisavó toda uma ancestralidade que, apesar de ter sido vivida e alicerçada principalmente durante e após o regime escravocrata, sempre esteve distante dos afro-descendentes, apagamento que se deu desde África através da árvore do esquecimento simbolizado nas voltas dadas pelos futuros escravos na mesma, começando assim uma tentativa de aniquilação de sua cultura e lugar perdurando-se durante a escravidão ao desumanizar e sustentar a idéia de que naquela condição – a de objeto, o negro não pertencia a nenhum lugar, somente ao seu dono e senhor.

Na voz do eu-lírico pode-se constatar que, além de buscar e confirmar no tempo e no espaço a presença de sua família, há denúncia na voz destas mulheres sobre as duras condições em que viveram seus antepassados - a bisavó retirada de sua terra vindo num porão de um navio negreiro, sua avó escrava e submissa às vontades do homem branco, sua mãe dando continuidade a este ciclo de servidão como empregada dos mesmos que escravizaram sua mãe, mas agora na condição de escrava livre, o próprio eu-poético que hoje tenta fazer ecoar os gritos de todo um povo e, por fim, sua filha que aparece na esperança de recontar toda uma história tecida quase que somente por perdas.

Pode-se constatar que o episódio da escravidão, literariamente não é mais contado de forma a esconder e assim conformar àqueles que revivem seus resquícios, mas sim sendo de fato construído pela literatura afro-brasileira, através do contra-discurso, a fim confrontar toda a literatura canônica que abordava a figura do negro, hoje trazido das entrelinhas e do esquecimento para a busca de sua identidade na voz deste eu-poético e de tantos outros propostos por esta nova literatura.

Olhos D'água, outra obra a ser analisada da autora em questão é construída no gênero conto visando a trabalhar com alguns recortes que evidenciam a identidade afro-brasileira: a memória, elaborada de forma intensa pela carga de sentimento poético trazida na voz da narradora-personagem pela imensa saudade da vida que tivera ao lado da mãe e a vontade de saber a cor dos olhos dela naquele dado momento de sua vida e a religiosidade, que é configurada principalmente pelas figuras das grandes-mães. Mesmo em meio ao sincretismo sofrido nessas religiões, ainda podemos perceber no Candomblé a extrema importância de orixás como Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã, Ossani, entre outras, todas detentoras de elementos vitais. Por conseguinte, percebe-se uma constante relação entre as mães afro-brasileiras e essas figuras divinas. *Olhos D'água* denota bem esta semelhança, assim como a sua imensa saudade dos momentos com sua mãe:

Lembro-me ainda do temor de minha mãe nos dias de fortes chuvas. Em cima da cama, agarrada a nós, ela nos protegia com seu abraço. E com os olhos alagados de pranto balbuciava rezas a Santa Bárbara, temendo que o nosso frágil barraco desabasse sobre nós. E eu não sei se o lamento-pranto de minha mãe, se o barulho da chuva... Sei que tudo me causava a sensação de que a nossa casa balançava ao vento. Nesses momentos os olhos de minha mãe se confundiam com os olhos da natureza. Chovia, chorava! Chorava, chovia! Então, por que eu não conseguia lembrar a cor dos olhos dela? (“Olhos D’água” *Cadernos Negros*, n. 28: 29)

E só então compreendi. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas-correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar seu rosto. A cor dos olhos de minha

mãe era cor de olhos d'água. Águas de mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contemplava a vida apenas pela superfície. Sim, águas de mamãe Oxum. ("Olhos D'água" **Cadernos Negros**, n. 28: 29)

Percebe-se, por meio da leitura das obras de Conceição Evaristo que nas demais literaturas as diferenças sociais, regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas de forma subordinada à cultura dominante dificultando o encontro da identidade deste homem – o negro - em seu próprio meio. As literaturas pós-modernas, assim como a afro-brasileira, em contrapartida, enfatizam a valorização de tudo que se considerava marginal e num trabalho de desconstrução e reconstrução dão voz e vez a sujeitos e ambientes nunca antes representados de fato.

Stuart Hall, uma das figuras mais importantes da área dos estudos sociais na contemporaneidade, observa que:

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com o seu passado e imagens que dela são construídas (2006: 51)

Ratificando as afirmações de Hall, a autora em questão escreve também **Becos da Memória**, obra que narra o percurso da vida de dezenas de personagens em meio a um processo de desfavelamento de uma determinada região. A escritora traz como temática o sentimento do morador da favela ao perder seu espaço e novos sujeitos, homens e mulheres de muitas cores, mas que tinham em comum a pobreza, fazendo aparecer inúmeras vozes as quais se mantiveram escondidas dentro da história oficial. Conceição Evaristo, que também foi moradora de uma favela, confunde-se ou faz confundir a figura do narrador que ora é observador, ora tornar-se também personagem da trama, encarnada na figura de uma criança que tem o insaciável desejo de estudar e escrever tudo aquilo que vivia e observava:

Maria Nova olhou novamente a professora e a turma. Era uma História muito grande! Uma história viva que nascia das pessoas, do hoje, do agora. Era diferente de ler aquele texto. Assentou-se e, pela primeira vez, veio-lhe um pensamento: quem sabe escreveria esta história um dia? Quem sabe passaria para o papel o que estava escrito, cravado e gravado no seu corpo, na sua alma, na sua mente. (**Becos da Memória**, 2006: 138)

Dreyfus e Rabinow, citando Foucault, afirmam que:

Num regime disciplinar a individualidade é descendente. Através da vigilância, da observação constante, todas aquelas pessoas sujeitas ao controle são individualizadas. O poder não apenas traz a individualidade para o campo da observação, mas também fixa aquela individualidade objetiva no campo da escrita. Um imenso e meticuloso aparato documental torna-se um componente essencial no crescimento do poder [nas sociedades modernas]. Essa acumulação de documentação individual num ordenamento sistemático torna “possível a medição de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, o cálculo das distâncias entre os indivíduos, sua distribuição numa dada população”. (DREYFUS e RABINOW, 1995: 159)

O domínio da escrita a qual os teóricos citam trouxe a tona a identidade e a subjetividade da autora em questão, construída ao longo do tempo e, por conseguinte, a valorização da mesma. Qual seria o objeto de trabalho desta escritora senão a sua própria história? E ainda citando Foucault, este afirma que o autor surge para confirmar a sua identidade revelando o seu íntimo e refletindo também a individualidade de outras pessoas que o lêem. Desta forma, o negro autor pode ser um exemplo, pois quando esta figura aparece e faz aparecer a sua individualidade, sobretudo as repressões e dificuldades que passou, afeta a individualidade de leitores que compartilham com este autor tais experiências e acabam por corroborar na reconstrução de uma nova identidade através do instrumento literário.

Utilizando-se da escrita como ponto de partida para uma nova ordem do discurso sobre os afro-descendentes no Brasil, Conceição Evaristo, primeiramente como leitora, contradiz toda a história e a reconta através da perspectiva daqueles que sempre se resignaram em permanecer nas entrelinhas literárias, pois como afirma Stuart Hall:

Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais. (2006: 40)

Em **Becos da Memória** a autora deixa claro, por meio da personagem que a representa ouvindo de outro personagem mais velho a necessidade da criação deste novo paradigma não só literário, mas também de vida:

- Menina, o mundo, a vida, tudo está aí! Nossa gente não tem conseguido quase nada. Todos aqueles que morreram sem se realizar, todos os negros escravizados de ontem, os supostamente livres de hoje, libertam-se na vida de cada um de nós que consegue viver, que consegue se realizar. A sua vida, menina, não pode ser só sua. Muitos vão se libertar, vão se realizar por meio de você. Os gemidos são sempre presentes. É preciso ter ouvidos, os olhos e o coração sempre abertos. (**Becos da Memória**, 2006: 103)

Analisando os apelos na fala da personagem pode-se perceber que se faz necessária a busca pela identidade negra não como um meio de revolta em relação ao período escravocrata, mas como uma releitura que caminhará contra toda opressão, seja ela racial, social e, em termos de literatura, pejorativa vividas e descritas pelo e sobre o negro. A reconstrução de uma nova identidade literária feita por Conceição Evaristo nas obras analisadas dará ao povo negro e não negro a oportunidade de explorar universos ainda não seus, aprender a valorizar o diferente e a si próprio e saber, por conseguinte, a conviver com a pluralidade que tem se tornado a tradução das sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida Inteira: Poesias Reunidas**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Instituto Nacional do Livro, 1970.

- DREYFUS, H. & RABINOW, P. Michel Foucault, uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1995.
- DUARTE, Eduardo de Assis (Org). **Poéticas da diversidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Lobo. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. **Feitio de Viver: Memórias de descendentes de escravos**. Londrina: Eduel, 2006.
- VÁRIOS AUTORES. **Cadernos Negros 28**. São Paulo: Quilombhoje, 2005.
- _____. **Cadernos Negros 01**. São Paulo. Quilombhoje, 1978.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BERN, Zilá. **Introdução à Literatura Negra**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Trad. Marta Kirs. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. **O que é um autor?** 3. ed. Tradução de Antônio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. São Paulo: Vega, 1997.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Imagens do negro na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HUTCHEON, Linda. **A poética do pós-modernismo**. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- MUSSA, Alberto Baeta. **Estereótipos do negro na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes, nº16, p.70-87, 1989.
- SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- VÁRIOS AUTORES. **Cadernos Negros 15**. São Paulo: Quilombhoje, 1992.

ANEXOS

Olhos d'Água

Uma noite, há vários anos, acordei bruscamente e uma estranha pergunta explodiu de minha boca. De que cor eram os olhos de minha mãe? Atordoada, custei a reconhecer o quarto da nova casa em que estava morando e não conseguia me lembrar como havia chegado até ali. E a insistente pergunta martelando, martelando... De que cor eram os olhos de minha mãe? Aquela indagação havia surgido há dias, há meses, posso dizer. Entre um afazer e outro e outro, eu me pegava pensando de que cor seriam os olhos de minha mãe. E o que a princípio tinha sido um mero pensamento interrogativo, naquela noite se transformou em uma dolorosa pergunta carregada de um tom acusatório. Então, eu não sabia de que cor eram os olhos de minha mãe?

Sendo a primeira de sete filhas, desde cedo busquei dar conta de minhas próprias dificuldades, cresci rápido, passando por uma breve adolescência. Sempre ao lado de minha mãe, aprendi a conhecê-la. Decifrava o seu silêncio nas horas de dificuldade, como também sabia reconhecer, em seus gestos, prenúncios de possíveis alegrias. Naquele momento, entretanto, me descobria cheia de culpa, por não recordar de que cor seriam os seus olhos. Eu achava tudo muito estranho, pois me lembrava nitidamente de vários detalhes do seu corpo. Da unha encravada do dedo mindinho do pé estranho... Da verruga que se perdia no meio da cabeleira crespa e bela... Um dia, brincando de pentear boneca, alegria que a mãe nos dava quando, deixando por alguns momentos o lava-lava e o passa-passa das roupagens alheias, se tornava uma grande boneca negra para as filhas, descobrimos uma bolinha escondida bem no couro cabeludo dela. Pensamos que fosse carrapato. A mãe cochilava e uma de minhas irmãs, aflita, querendo livrar a boneca-mãe daquele padecer, puxou rápido o bichinho. A mãe e nós rimos e rimos e rimos de nosso engano. A mãe riu tanto, das lágrimas escorrerem. Mas de que cor eram os olhos dela?

Eu me lembrava também de algumas histórias da infância de minha mãe. Ela havia nascido em um lugar perdido no interior de Minas. Ali, as crianças andavam nuas até bem grandinhas. As meninas, assim que os seios começavam a brotar, ganhavam roupas antes dos meninos. Às vezes, as histórias da infância de minha mãe confundiam-se com as de minha própria infância. Lembro-me de muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia um cheiro algum. Era como cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento. As labaredas, sob água solitária que fervia na panela cheia de fome, pareciam debochar do vazio do nosso estômago, ignorando nossas bocas infantis em que as línguas brincavam a salivar sonho de comida. E era justamente nos dias de pouco ou nenhum alimento que ela mais brincava com filhas. Nessas ocasiões a brincadeira preferida era aquela em que a mãe era a Senhora, a Rainha. Ela se assentava em seu trono, um pequeno banquinho de madeira. Felizes colhíamos flores cultivadas em um pequeno pedaço de terra que circundava o nosso barraco. Aquelas flores eram depois solenemente distribuídas por seus cabelos, braços e colo. E diante dela fazíamos reverências à Senhora. Postávamo-nos deitados no chão e batíamos cabeça para a Rainha. Nós, princesas, em volta dela, cantávamos, dançávamos, sorríamos. A mãe só ria, de uma maneira triste e um sorriso molhado... Mas de que cor eram os olhos de minha mãe? Eu sabia, desde aquela época, que a mãe inventava esse e outros jogos para distrair a nossa fome. E a nossa fome se distraía.

Às vezes, no final da tarde, antes que a noite tomasse conta do tempo, ela se assentava na soleira da porta e juntas ficávamos contemplando as artes-nuvens no céu.

Umam viram carneirinhos, outras cachorrinhos; algumas gigantes adormecidos, e havia aquelas que eram só nuvens, algodão doce. A mãe, então, espichava o braço, que ia até o céu, colhia aquela nuvem, repartia em pedacinhos e enfiava rápido na boca de cada uma de nós. Tudo tinha de ser muito rápido, antes que a nuvem derretesse e com ela os nossos sonhos se esvaecessem também. Mas de que cor eram os olhos de minha mãe?

Lembro-me ainda do temor de minha mãe nos dias de fortes chuvas. Em cima da cama, agarrada a nós, ela nos protegia com seu abraço. E com os olhos alagados de pranto balbuciava rezas a Santa Bárbara, temendo que o nosso frágil barraco desabasse sobre nós. E eu não sei se o lamento-pranto de minha mãe, se o barulho da chuva... Sei que tudo me causava a sensação de que a nossa casa balançava ao vento. Nesses momentos os olhos de minha mãe se confundiam com os olhos da natureza. Chovia, chorava! Chorava, chovia! Então, por que eu não conseguia lembrar a cor dos olhos dela?

E naquela noite a pergunta continuava me atormentando. Havia anos que eu estava fora de minha cidade natal. Saía de minha casa em busca de melhor condição de vida para mim e para a minha família: ela e minhas irmãs que tinham ficado para trás e todas as mulheres de minha família. E também, já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas as nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com as suas próprias mãos, palavras e sangue. Não, eu não conheço essas senhoras, nossas Yabás, donas de tantas sabedorias. Mas de que cor eram os olhos de minha mãe? E foi então que, tomada pelo desespero por não me lembrar de que cor seriam os olhos de minha mãe, naquele momento resolvi deixar tudo e, no outro dia, voltar à cidade em que nasci. Eu precisava buscar o rosto de minha mãe, fixar o meu olhar no dela, pra nunca mais esquecer a cor de seus olhos.

E assim fiz. Voltei, aflita, mas satisfeita. Vivia a sensação de estar cumprindo um ritual, em que a oferenda aos Orixás deveria ser a descoberta da cor dos olhos de minha mãe.

E quando, após longos dias de viagem para chegar à minha terra, pude contemplar extasiada os olhos de minha mãe, sabem o que eu vi? Sabem o que eu vi? Vi só lágrimas e lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz. Mas eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face. E só então compreendi. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas-correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d'água. Águas de mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contemplava a vida apenas pela superfície. Sim, águas de mamãe Oxum.

Abracei a mãe, encostei meu rosto ao dela e pedi proteção. Senti as lágrimas delas se misturarem às minhas.

Hoje, quando já alcancei a cor dos olhos de minha filha, faço a brincadeira em que os olhos de uma são o espelho dos olhos da outra. E um dia desses me surpreendi com um gesto de minha menina. Quando nós duas estávamos nesse doce jogo, ela tocou suavemente o meu rosto, me contemplando intensamente. E, quando jogava o olhar dela no meu, perguntou baixinho, mas tão baixinho como se fosse uma pergunta para ela mesma, ou como estivesse buscando e encontrando a revelação de um mistério ou de um grande segredo. Eu escutei quando, sussurrando, minha filha falou:

- Mãe, qual é a cor tão úmida de seus olhos?

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó ecoou
criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo de trouxas
roupagens sujas de brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

(Conceição Evaristo In: **Cadernos Negros** nº15, p.32-33)

Becos da Memória

“(...) As tardes na favela costuma ser amenas. Da janela de seu quarto caiado de branco, Maria-Nova contemplava o pôr-do-sol. Era muito bonito. Tudo tomava um tom avermelhado. A montanha lá longe, o mundo, a favela, os barracos. Um sentimento estranho agitava o peito de Maria-Nova. Um dia, não se sabia como, ela haveria de contar tudo aquilo ali. Contar as histórias dela e dos outros. Por isso ela ouvia tudo tão atentamente. Não perdia nada. Duas coisas ela gostava de colecionar: selos e as histórias que ouvia. Tinha selos de vários lugares do Brasil e de alguns lugares do mundo. Ganhava, achava, perdia. A igreja do bairro rico ao lado da favela era de uns padres estrangeiros. Maria-Nova lá ia pedir selos. Ganhava das patroas de sua mãe e de sua tia. Tio Tatão dava os mais lindos. Ele tinha ido à guerra. Tinha histórias também. Mas, das histórias dele, Maria-Nova não gostava. Eram histórias com gosto de sangue. Histórias boas, alegres e tristes eram as de Tio Totó e da Tia Maria-Velha. Aquelas histórias ela colecionava na cabeça e no fundo do coração, aquelas ali haveria de repetir ainda.

Maria-Nova crescia. Olhava o pôr-do-sol. Maria-Nova lia. Às vezes, vinha uma aflição, ela chorava, angustiava-se tanto! Queria saber o que era a vida. Queria saber o que havia atrás, dentro, fora de cada barraco, de cada pessoa. Fechava o livro e saía. Torneira de baixo ou torneira de cima? Hoje estou para o sofrimento. Vou ver Vó Rita. Vou pedir que me leve até a Outra. Posso também ir olhar a ferida que a Magricela tem na perna. Tenho nojo, mas olho. Posso assistir à briga de Tonho Sentado e Cumadre Colô. Posso ver a Teresa, quem sabe hoje ela dá o ataque? Posso passar devagar, pé ante pé, perto do barraco do Tião Puxa-Faca. Gosto de ouvi-lo afiar a lâmina. Imagino a dor se ele me retalhar a carne. Hoje quero tristeza maior, maior, maior...Hoje quero dormir sentindo dor.

Maria-Velha parece que adivinhava os desejos de Maria-Nova. E quando a menina estava para sofrer, a tia tinha tristes histórias para rememorar. Contava com uma voz entrecortada de soluços. Soluços secos, sem lágrimas. Sabia-se que ela estava chorando pela voz rouca e pela boca amarga. (...)”

(Conceição Evaristo In: **Becos da Memória**, p. 34 -36)

LITERATURA E ENSINO: RELAÇÕES PERIGOSAS

Dra. Vanderléia da Silva Oliveira (UENP-CP/CRELIT)
Me. Thiago Alves Valente (UENP-CP/CRELIT)

RESUMO: Literatura e ensino é tema relevante para a formação de professores, principalmente para a área de Língua Portuguesa e Literaturas. A formação do leitor depara-se com essa relação complexa entre duas áreas do conhecimento, a qual tem sido objeto de questionamento e estudo em diversos centros de pesquisa do país. O Grupo de Pesquisa “Crítica e Recepção Literária” (CRELIT), formado na Universidade Estadual de Cornélio Procópio-PR, visa iniciar um trabalho de sistematização da bibliografia desta área. Atividade que tem como um de seus objetivos oferecer ao professor da rede de Educação Básica parâmetros para o trabalho em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: leitor; literatura; ensino; pesquisa

ABSTRACT: Literature and learning is important subject to teacher education, specially to Portuguese Language and Literatures. The reader education has a complicated relation with both knowledge areas, whom has been subject to questions and studies in researches centers on the country. The Research Group “Literacy Critic and Reception”, composed in UENP-CP, wants to begin a work about organization for bibliography in this area. This work has like one aim offers to basic level teacher models to working in class.

KEYWORDS: reader; literature; learning; research

“Vãs querelas e verdadeiros objetivos do ensino da literatura na França”, artigo publicado em revista especializada da área da educação, discute recente polêmica a respeito de reforma educacional envolvendo o ensino de literatura daquele país. O texto, no contexto dos debates acalorados ocorridos entre 2007 e 2008, demonstra a dimensão alcançada por uma pretensa modificação nos parâmetros do processo ensino-aprendizagem em uma área da cultura francesa a qual, incontestavelmente, remete o leitor a questões de identidade e nacionalidade.

Se no Brasil alterações na forma de se ensinar literatura não implicam quase nenhuma espécie de manifestação social mais perceptível, é preciso reconhecer que a ausência também diz muito sobre o estado do ensino de literatura nas escolas da Educação Básica. Dissertações, teses e artigos têm discutido a questão demonstrando o quanto índices de avaliação, apesar de todas as ponderações possíveis a respeito da relatividade dos dados, acabam demonstrando a ineficiência do sistema educacional brasileiro para formar leitores. Isso pode ser observado, por exemplo, em **A leitura na literatura infantil brasileira**: a metodologia da personagem professor (PEREIRA, 2006), pesquisa realizada no programa de pós-graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), de Presidente Prudente-SP. Tomando como ponto inicial, a pesquisa realizada em setembro de 2005, pelo Instituto Paulo Montenegro, afirma que muitos especialistas têm como a origem do problema a formação do professor que, geralmente baseia-se em metodologias e suportes inadequados para o ensino da leitura. De acordo com a autora, essas pesquisas mostram que, no trabalho realizado em sala de aula pelos professores, percebem-se, subjacentes, concepções de ensino-aprendizagem centradas na transmissão-repetição de conteúdos. Além disso, os docentes demonstrariam pouco

conhecimento sobre o acervo literário infantil e, portanto, não utilizariam a literatura como material essencial para o ensino da leitura nas séries iniciais do Ensino Fundamental. O trabalho da autora, então, desdobra-se sobre a representação do ensino de literatura em cinco obras literárias, concluindo-se, enfim, que “na literatura infantil brasileira encontram-se modelos de escola e de professor trabalhando a leitura, com tematização sobre a maneira como isso é feito”, sendo preciso “investir na formação do professor para que ele se torne o mediador, aquele que vai fazer essa ‘ponte’ entre o aluno e a literatura infantil e, conseqüentemente, torná-lo leitor das linhas, das entrelinhas e da vida, através de um bom texto literário infantil” (2006: 80-81).

A preocupação com a formação do professor como leitor de literatura desperta centros de pesquisa de todo o país para o problema da literatura. *A leitura como formação do sujeito professor(a)*, trabalho realizado na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, por exemplo, aborda a questão “entendendo a formação como a construção da subjetividade, como a constituição do sujeito docente e não apenas como sua preparação formal/instrumental para a prática da docência” (MAAS, 2006: 97). Conclui a autora que, na perspectiva apresentada, é preciso o reconhecimento e a promoção da “prática da leitura como um exercício de linguagem, em que o encontro entre leitor(a) e texto permite desvelar sentidos possíveis, oferecendo-se ao sujeito como uma possibilidade para a experiência, é uma forma de se potencializar a construção de saberes docentes”, considerando que esses saberes “não se restringem a conteúdos passíveis de serem repassados; dizem respeito à constituição subjetiva do(a) professor(a)”, ou seja, eles integram “as dimensões epistemológica, social e pessoal, pois ‘o que o professor transmite não é tanto uma matéria de estudo, mas uma relação com uma matéria de estudo’ (LARROSA, 1996: 432)” (MAAS, 2006: 98).

No outro extremo do país, proveniente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, *A função mediadora do planejamento na aula de leitura de textos literários*, recorre à Psicolinguística, Estética da Recepção e Linguística Textual, entre outras áreas, para chegar a uma proposta a respeito da atuação do professor como mediador para leitura de literatura. “Assim, afirma-se, nesta conclusão, a tese de que o planejamento é determinante no trabalho pedagógico de leitura de textos literários no Ensino Fundamental, constituindo-se em função essencial do processo mediador do ensino-aprendizagem” (SAMPAIO, 2005: 259).

Ainda que sejam poucos exemplos, é perceptível nesses trabalhos a permanência de certa inquietação quanto às práticas pedagógicas, concepções de leitura e literatura e metodologias em geral que envolvem a relação do texto literário e a sala de aula. No trabalho intitulado **Ensino de literatura brasileira nos cursos de Letras e formação de professores: entre os discursos e a práticas**, cujo corpus de análise foi os cursos de Letras de três universidades próximas tanto geograficamente quanto institucionalmente da UENP-CP – UNESP-Assis, UEL-Londrina e UEM-Maringá, lê-se a seguinte conclusão: “no que se refere à formação, pode-se afirmar que o professor universitário aprende a sê-lo mediante um processo de socialização em parte intuitiva, autodidata ou seguindo a rotina dos ‘outros’. Conforme já expus, neste trabalho”, explica a autora, “os docentes receberam a mesma formação que está sendo propiciada aos alunos”; acrescenta também que “o disposto na LDB 9394/96 e a ausência de disciplinas pedagógicas na pós-graduação *stricto sensu* evidenciam que inexistem uma formação específica para atuarem como professores universitários”. Como conseqüência, o

comprometimento da formação pedagógico-profissional dos docentes para o ensino superior: “como resultado, temos um dos problemas levantados na pesquisa: a transposição didática dos conteúdos específicos. Sem embasamento que lhes permita optar por metodologias inovadoras, o mais comum é reproduzirem métodos e técnicas de ensino a que foram expostos quando estudantes” (MAZANATTI, 2007: 251).

Enfim, dos poucos exemplos de trabalhos acadêmicos abordando a relação entre ensino e literatura, pode-se notar, principalmente por meio das referências bibliográficas registradas, que diagnósticos não faltam, bem como orientações metodológicas adequadas às mais diferentes situações. A essas orientações não se pode esquecer de acrescentar as variáveis teóricas, cujos esclarecimentos, por mais divergentes que possam parecer, levam a conclusões semelhantes: compreendendo as lacunas de sua atuação como instituição formadora, a escola enfrenta problemas de ordem diversa, entre eles, a falta de capacitação docente, resultado de uma conjuntura histórico-social que envolve, como tal, muitos elementos, entre eles, a relação do ensino básico com o superior. Caberia à universidade o importante papel de constituir um espaço de reflexão sobre os objetivos educacionais, o que, certamente, implicaria propostas metodológicas relevantes principalmente no que diz respeito às alterações do atual estado no âmbito da formação de leitores.

Isso porque, embora polemizada por sua “não praticidade”, a literatura estaria ocupando necessariamente lugar importante nas atuais discussões sobre educação. Inviabilizada pedagogicamente na sala de aula, a literatura não se constituiria como espaço da leitura, chegando mesmo a ser motivo de repulsa às obras literárias. A escola, assim, eliminaria tanto a leitura na sala de aula quanto à possibilidade de uma ousadia do estudante que, ensimesmado diante do texto, dificilmente se transforma em leitor fora da instituição. Portanto, aos institutos de pesquisa ficaria a tarefa de constituir um espaço de reflexão sobre as práticas de leitura realizadas na escola o que, certamente, implicaria propostas metodológicas relevantes para a alteração do atual estado no âmbito da formação de leitores, uma vez que, “o objeto das tarefas pedagógicas é um sujeito ideal, membro de uma sociedade que se espera construir um dia, graças à transmissão de padrões vigentes que não conseguiram concretizar a ordem social almejada” (ZILBERMAN; MAGALHAES, 1989: 43).

O problema da leitura da literatura e de seu ensino se espalha por todos os níveis da educação. Se uma das funções da universidade é produzir e gerenciar a qualidade do conhecimento, é imprescindível que se percebam os trajetos percorridos por concepções e teorias que vêm fundamentando a produção científica acadêmica. Organizar informação é um princípio fundamental para se estabelecer o estado da questão de uma área de estudo. Para isso, olhar para o curso superior como instância primeira – apesar da imagem do círculo ser mais adequada à exposição, uma vez que em Educação os processos são cíclicos e ininterruptos – permite verificar justamente na instância responsável por organizar esse conhecimento como ela tem se relacionado com essa produção.

Como se nota, de modo geral, a demonstração do óbvio permite o surgimento de propostas viáveis para a educação básica como um todo. Que o estudo de Literatura no ensino superior se faz fundamentado em histórias literárias, isso é conhecido pelos professores que passaram pelo curso de Letras, conforme atesta Oliveira (2007). Da mesma forma, esses profissionais sabem da existência de metodologias contrapostas a abordagens cronológicas, estas baseadas em panoramas históricos e características de estilos de épocas, típico modelo franco-brasileiro, fortemente influenciado pelo

positivismo. No entanto, permanecem as escolhas geralmente concretizadas a partir de uma visão positivista de história literária, acabando por gerar equívocos – e exclusões, na medida em que são pautadas por conceitos já emitidos ao longo dos tempos. Ou seja, a maioria das apreciações dos historiadores e críticos apenas repete o que já foi dito antes, desconsiderando-se, de fato, outros fatores na análise de determinado autor e obra. Basta, por exemplo, proceder a um levantamento sobre a recepção crítica à obra de determinados autores em algumas das histórias da literatura brasileira, para perceber como se dá a perpetuação de valores a ela atribuídos, ligados a aspectos como os da relatividade dos conceitos de autoridade, identidade, nacionalidade e do próprio estatuto da criação literária.

Outro aspecto a observar é o de que a associação entre história literária e escola, datada do século XIX, permanece até hoje, pois ao verificarmos as primeiras histórias literárias brasileiras percebemos que, organizadas conforme critério cronológico, elas estão ligadas a projetos de afirmação de nossa identidade nacional. Este processo de autonomia também pode ser associado ao de institucionalização do ensino de literatura, tendo em vista, por exemplo, que o estudo da disciplina de literatura na escola secundária brasileira evidencia seu caráter historicista nacionalizante.

Ao longo dos anos 30, do século XX, com a criação das primeiras faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do país, novo projeto nacional se estabeleceu, visando à formação intelectual brasileira, e a relação entre história literária e ensino de literatura se fortaleceu mais ainda, uma vez que o ensino superior iria legitimar a produção ou reedição de histórias literárias. Definia-se um ensino de literatura condicionado aos padrões indicados por estas histórias, geralmente pautados por uma periodização cronológica, não obstante a diversidade de correntes da teoria e da crítica literária divulgadas naquele século, que parecem passar ao largo – até hoje – do trabalho efetivo com literatura em sala de aula. Somente na década de 60 o ensino superior alcançou expressividade nacional, com a fundação de 31 universidades. As faculdades de Letras nasciam, portanto, vinculadas às faculdades de Filosofia. Até que este cenário do ensino superior se instalasse, o ensino de literatura no século XIX, e mesmo nas três primeiras décadas do XX, foi realizado apenas em escolas secundárias. A matéria “literatura”, aliás, foi introduzida no programa de retórica do Imperial Colégio de Pedro II, em fevereiro de 1855 (MOACYR, 1936: 16). A obra adotada para estudo era a do Cônego Fernandes Pinheiro, **Curso de Literatura Nacional** (1862), posto que o autor era professor de retórica e poética naquele colégio desde 1857 (LAJOLO, 1995).

No caso da configuração da literatura brasileira, o cânone foi criado pelos críticos a partir da primeira metade do século XIX, quando estes escreviam bosquejos, florilégios, além de antologias, mais tarde biografias e edições de obras, a que se seguiu o trabalho dos críticos da fase realista. Toda esta produção foi influenciada pela crítica romântica europeia, visando à configuração de uma literatura nacional. Sendo assim, o cânone brasileiro está muito ligado à visão da própria nação. Este cânone, erigido pelas histórias literárias brasileiras, permanece vivo até hoje, sustentado, sobretudo, pelas instituições pedagógicas universitárias, embora temas como revisão ou releitura dele estejam no centro das discussões contemporâneas na área dos estudos literários, principalmente os de cunho comparativista. Formado sob uma perspectiva histórica positivista, ele funciona como uma linha do tempo narrativa, estabelecida por princípios de seleção e exclusão selecionados por aqueles críticos que tinham autoridade para determiná-los, a partir de análises pautadas em aspectos a eles familiares.

Certamente, a revisão dos processos históricos de cada época, selecionando e reconfigurando determinados períodos, não mais a partir de um ideal burguês e romântico de nação, por exemplo, possibilita rever este cânone, na medida em que “outras vozes”, não contempladas no perfil proposto pelas elites dominantes, podem comparecer no cenário das culturas brasileiras. É justamente a partir desta postura que o ensino universitário assume papel fundamental, tendo em vista que caberia aos cursos de Letras “re-configurar” as histórias literárias e o cânone nelas proposto, sob uma ótica mais crítica. Portanto, mais uma vez a obviedade dá o tom: o problema não está no uso das histórias literárias aí postas, mas sim no “como” os professores delas se utilizam. Tanto é que seria ingênuo indicar uma história literária que fosse ideal para se trabalhar na graduação, uma vez que todas apresentam, a seu modo, contribuições significativas para se compreender a cultura brasileira. Há que se considerar, entretanto, qual a epistemologia ideológica que cada uma apresenta, além de se pensar sobre qual imagem de literatura nacional o professor deseja construir em sala de aula, ou seja, que representação canônica irá eleger de modo a contemplar as diferentes culturas e vozes que compõem a nação brasileira.

Percebe-se, pois, que o ensino de literatura nos cursos de graduação traz em si entraves não somente burocráticos, mas também aqueles ligados à própria conceituação do que é literatura e o porquê de se estudá-la. Além disso, muitos destes entraves, específicos à disciplina, estão ligados à própria criação dos cursos de Letras, que traz em si a dicotomia de formar, de um lado, professores para o magistério, e, de outro, pesquisadores.

Considerando as reformas propostas pelas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Letras, bem como a Resolução nº 1/2002, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata da formação de professores da educação básica, e a Resolução nº 2/2002, também do CNE, que fixa a duração e carga horária dos cursos de licenciatura, é possível perceber certos avanços, pelo menos na legislação, em relação à problemática da dicotomia entre formação pedagógica e formação específica da área. Esta reformulação, verificando a trajetória do currículo dos cursos de Letras, apresenta como avanço a perspectiva de unir a formação teórica com sua aplicação em sala de aula. Afinal, pelas poucas referências existentes sobre a história dos cursos de Letras no país e seus currículos, sabe-se que a formação pedagógica – mesmo o curso tendo o caráter, desde o início, de formar professores – não era contemplada, sendo que, apenas em 1969 foi determinado que os currículos que habilitavam ao magistério deveriam ter disciplinas pedagógicas e Prática de Ensino nas disciplinas de habilitação. Porém, mesmo com esta obrigatoriedade, sempre houve – e ainda há – uma lacuna entre os professores da área de metodologia e prática de ensino e das disciplinas específicas. Isso porque, de modo geral, os docentes da área de Letras julgam que a formação pedagógica não é tarefa deles, deixando de lado a preocupação com “o quê” e “como” ensinar.

É importante lembrar que a organização proposta em 1969 permaneceu até a década de 1990, quando, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, teve início uma série de discussões sobre a reorganização dos cursos de licenciaturas no país. Por isso mesmo, as normas estabelecidas pela Resolução nº 2/2002, decorrente das reformulações propostas pela LDB nº 9394/96, sobretudo no que se refere à flexibilização curricular, bem como dos pareceres do CNE sobre as diretrizes curriculares para a formação de professores, representam uma possibilidade de mudança, tendo em vista que exigiram dos cursos de Letras, assim

como de outras licenciaturas, a reformulação de seus projetos político-pedagógicos sob uma perspectiva mais integrada entre as várias áreas de formação.

Neste cenário, dificilmente o professor em formação na área de literatura terá condições de desenvolver habilidades que o façam cumprir satisfatoriamente seu papel de formador de leitores de literatura e de outros produtos culturais de modo crítico.

Se a universidade, geradora de conhecimento, encontra-se muitas vezes à margem das práticas que divulga, é evidente que chegue ao ensino fundamental ténue reflexo de pesquisas relevantes para a atuação do professor em sala de aula. Mesmo restringindo-se ao lugar da pesquisa, pode-se inferir que vai ocorrendo, muitas vezes de modo imperceptível, uma retroalimentação do sistema acadêmico, de forma que a produção se torna endêmica e, concomitantemente, ineficaz àqueles que deveriam ter acesso a ela. Mais que divulgação, percebe-se que para o profissional atuante na escola da Educação Básica, o conjunto de informações, as teorias de modo geral, parecem desarticuladas. Aos gestores e professores a idéia de uma evolução “galopante” permite o surgimento de espessa névoa entre as diversas obras metodológicas. Tem-se a impressão de que sempre há algo novo, pronto para salvar o estado caótico do ensino na escola pública brasileira. É definitivamente o ponto em que a parca divulgação das pesquisas bem como a ausência de trabalhos mais rigorosos quanto à revisão bibliográfica deixam os professores na outra margem do rio: a teoria parece coisa de quem nunca entrou em sala de aula, as reflexões se perdem logo diante de outra obra aparentemente inovadora, a “receita” se constrói às avessas. Sem conseguir apreender a unidade entre as propostas ou em que elas convergem, o professor acaba em busca do mais novo livro sem se dar conta da intrínseca relação entre teoria e metodologia na proposta pedagógica executada com seus alunos.

Diante deste conflito, que é derivado do fato de que o curso de Letras forma, basicamente, para o mercado de trabalho do magistério, o recém graduado se vê, na prática, sem condições de exercer seu papel de modo transformador e acaba por figurar como mero transmissor de saberes ideologicamente construídos pela classe dominante e a ele repassados na formação inicial. Por isso mesmo, muitos retornam à universidade à procura de “novas fórmulas”, pois as aprendidas não dão conta de instrumentalizá-lo com estratégias de educação literária para o nível básico.

Considerando-se os aspectos apresentados até aqui, é perceptível que a universidade deve criar mecanismos para amenizar este cenário. Para uma universidade em formação como a UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná, abrangendo as unidades de Cornélio Procópio, Bandeirantes e Jacarezinho, por exemplo, a presença de um grupo de pesquisa como o Crítica e Recepção Literária, criado em 2007,¹ traz inquietações pertinentes à própria atuação da instituição, seja no ensino, seja na pesquisa e extensão. De acordo com o sítio do Centro Nacional de Pesquisa (CNPQ), o conceito de grupo de pesquisa tem se mantido o mesmo desde a fundação do Diretório de Grupos de Pesquisa em 1992, “trata-se de um grupo de pesquisadores, estudantes e pessoal de apoio técnico que está organizado em torno à execução de linhas de pesquisa segundo uma regra hierárquica fundada na experiência e na competência técnico-científica”. Esclarece também que “esse conjunto de pessoas utiliza, em comum, facilidades e instalações físicas. Como se vê, a(s) linha(s) de pesquisa subordina(m)-se ao grupo, e não o contrário”. O avanço representado pela organização proposta pelo CNPq, porém, enfrenta desafios previsíveis na contemporaneidade. A velocidade da

¹ Site oficial: www.faficp.br/dirposgrad/crelit.

informação e a multiplicação exponencial da pesquisa institucionalizada permitem situações como a descrita no sítio: “tem-se observado, crescentemente, o aparecimento de configurações onde um líder de grupo declara participar, só ou acompanhado de um segundo líder, de tantos grupos de pesquisa quantas são as linhas que desenvolve”. Instala-se, pois, um emaranhado de relações institucionais: “algumas vezes, inclusive, o que parece ser apenas uma linha de pesquisa, com pequenas variações, aparece como elemento organizador de vários grupos. Este fato levou CNPq a considerar como sendo uma atipicidade o pesquisador (independente da sua condição de liderança) participar de quatro grupos ou mais, com vistas a redirecionar a definição de grupo para aquela estabelecida originalmente no projeto”.

Na primeira página do Diretório, o CNPq responde à indagação primeira do pesquisador: “para que serve?” -

O Diretório dos Grupos de Pesquisa possui três finalidades principais:

- No que se refere à sua utilização pela comunidade científica e tecnológica no dia-a-dia do exercício profissional, é um eficiente instrumento para o intercâmbio e a troca de informações. Com precisão e rapidez, é capaz de responder quem é quem, onde se encontra, o que está fazendo e o que produziu recentemente.
- Seja no nível das instituições, seja no das sociedades científicas ou, ainda, no das várias instâncias de organização político-administrativa do país, a base de dados do Diretório é uma fonte inesgotável de informação. Além daquelas informações diretamente disponíveis sobre os grupos, seu caráter censitário convida ao aprofundamento do conhecimento por meio das inúmeras possibilidades de estudos de tipo survey. A construção de amostras permitirá o alcance de respostas sobre campos não cobertos pelos dados, como, por exemplo, o financiamento, a avaliação qualitativa da produção científica e tecnológica, bem como o padrão fino das interações entre grupos de pesquisa e o setor produtivo. Desta forma, é uma poderosa ferramenta para o planejamento e a gestão das atividades de ciência e tecnologia.
- Finalmente, as bases de dados, na medida em que é recorrente (realização de censos), têm cada vez mais um importante papel na preservação da memória da atividade científico-tecnológica no Brasil.

Fonte inesgotável de informação. A mesma preocupação verificada entre os professores da Educação Básica encontra-se no meio acadêmico. No momento de compor o corpus teórico para esta ou aquela disciplina da graduação, o professor do ensino superior pode se ver na mesma situação apontada especificamente no ensino da literatura, ou seja, trabalha-se com aquilo que já é conhecido. Entre a inovação e a perpetuação, coloca-se aos grupos de pesquisa o desafio da seleção de informações. A filiação teórica, a relação entre as obras, a seleção qualitativa dos textos, são ações prementes à espera da intervenção dos centros de pesquisa.

Com a formação do CRELIT, a indagação sobre sua natureza logo aflorou como ponto a ser seriamente discutido entre os docentes. Tanto é que, em seu primeiro ano de estudos, o grupo priorizou o trabalho com leituras e discussões sobre as principais correntes críticas sobre o fenômeno literário, em paralelo com a análise de propostas metodológicas existentes sobre o ensino de literatura. Como fruto deste trabalho, foi publicado o *e-book* **Educação Literária em foco: entre teorias e práticas** (2008).² Neste segundo momento de trabalho, o grupo se propõe a investigar as principais linhas

² Disponível em: ww.faficp/dirposgrad/crelit – link produção.

teóricas que influenciaram e influenciam as propostas metodológicas para a abordagem do texto literário em sala de aula.

Também é preciso registrar que se o meio acadêmico visa conservar e fomentar espaço para a pesquisa, os compromissos com as instituições e agências de subsídio absorvem parte significativa do tempo dos docentes. Num mundo de tantas informações, a burocracia e o cumprimento de metas merecem ser observados quanto à eficácia que desempenham no sistema educacional como um todo. Pode-se notar, pois, a relevância de abrir e manter esse espaço como forma de agregar esforços para a produção de conhecimento.

Primeiro, porque a atuação em grupo permite a convergência do trabalho de pesquisadores provenientes de diferentes instituições de ensino superior em um só corpus de análise. A possibilidade de se realizar um trabalho mais rigoroso aumenta, bem como as diversas temáticas oriundas desse objeto que alimentam, assim, projetos de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso. Segundo, porque a atuação em grupo abre a possibilidade de se realizarem revisões críticas sobre a produção bibliográfica já existente com mais rapidez e melhor qualidade. Nesse ponto, aparece uma virtude que deve ser pensada quanto aos grupos de pesquisa: seu papel como gerenciador do conhecimento, orientando vocações locais e dialogando em nível regional, nacional ou internacional com outros centros de pesquisa a fim de se situar o papel da produção acadêmica para quem, no caso das licenciaturas, mais precisa de seus resultados com urgência: o professor formado nas instituições brasileiras de ensino superior.

Cientes de que o papel de gerenciar o conhecimento não corresponde, e jamais deverá corresponder, ao de censura ou delimitação de campos de investigação, grupos de pesquisa podem, porém, apontar tanto as necessidades mais urgentes da sociedade, quanto às lacunas das diversas áreas do conhecimento. Para o CRELIT, surge como preocupação central compreender o caminho da relação entre ensino e literatura no Brasil, retrocedendo o quanto possível às manifestações mais antigas desse processo. À medida que esses estudos avançarem, certamente emergirão quadros mais esclarecedores que respondam a questões básicas, porém ainda não esclarecidas: como metodologias de tanto sucesso nas pesquisas não emplacam nas políticas públicas? Por que a produção acadêmica parece tão distante dos profissionais atuantes na escola? Como a escola e a universidade lêem os mesmos textos? Qual a dimensão do problema da leitura de literatura ou da formação de leitores já abordada, discutida e sanada ao menos nos trabalhos acadêmicos?

Portanto, verificar quais são as respostas dadas a essas questões e como elas dialogam – se dialogam – é trabalho a ser realizado pelo grupo de pesquisa, o qual também deverá amadurecer suas idéias e questionamentos. Sem se esquecer de que a ponte sobre o abismo entre Educação Básica e Universidade já tem bastante material disperso em ambas as margens. É preciso construí-la.

REFERÊNCIAS

LAJOLO, Marisa. O Cônego Fernandes Pinheiro, sobrinho do Visconde, vai à escola. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), 9., 1995, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: 1995, 1. v., p. 252-3.

- MAAS, Adriana Kemp. **A leitura como formação do sujeito professor(a)**. Ijuí: UNIJUÍ, 2006. Dissertação.
- MAZANATTI, Vera Lúcia. **Ensino de literatura brasileira nos cursos de Letras e formação de professores: entre os discursos e a práticas**. Londrina: UEL, 2007. (Tese de Doutorado).
- MOACYR, Primitivo. **A instrução e o império**. São Paulo: Nacional, 1936. 3 v.
- OLIVEIRA, Vanderléia da Silva. **História Literária nos cursos de Letras: cânones e tradições**. Londrina, 2007. 410 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina.
- OLIVEIRA, V. S. (org.) **Educação literária em foco: entre teorias e práticas**. Cornélio Procopio, 2008. E-book. Disponível em: <www.faficp.br/dirposgrad/crelit>
- PEREIRA, Maria Cecília Rizzo. **A leitura na literatura infantil brasileira: a metodologia da personagem professor**. Presidente Prudente: UNESP, 2006. Dissertação de Mestrado.
- SAMPAIO, Maria Lúcia Pessoa. **A função mediadora do planejamento na aula de leitura de textos literários**. Natal: UFRN, 2005. Tese.
- VERRIER, Jean. Vãs querelas e verdadeiros objetivos do ensino da literatura na França. *In: Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.33, n.2, p. 207-213, maio/ago. 2007
- ZILBERMAN, Regina, MAGALHÃES, Ligia Cademartori. **Literatura infantil: autoritarismo e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

Sítio CNPQ <http://www.cnpq.br/gpesq/apresentacao.htm> - em 04/03/2009.

JOSÉ VERÍSSIMO: LITERATURA E CONSTRUÇÃO DO CÂNONE

Dr. Marcio Roberto Pereira (UNESP-Assis)

RESUMO: Este trabalho analisa a **História da literatura brasileira**, de José Veríssimo, a partir de ruptura com a crítica romântica ou com a interpretação cientificista ao adotar um ecletismo teórico que o faz desconfiar dos sistemas fechados e das classificações únicas. Da valorização etnológica ao sentimento nacionalista ou do cientificismo à defesa estética da construção do cânone literário, a trajetória de José Veríssimo é marcada por uma organicidade que gera o apuramento de seus critérios.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Brasileira; José Veríssimo; crítica literária; cânone, tradição

ABSTRACT: This essay analyses the **Brazilian Literature History** (1916), by José Veríssimo, that fixes a rupture among criticism romantic or with scientific method of interpretation taking as a basis a theoretical eclecticism that makes him distrustful of enclosed methods or restricted classifications. From ethnological valorization to National feeling or from Scientifics to the support of his theories about the importance of esthetics in the building of a Brazilian literary canon, José Veríssimo's trajectory is based upon an organicity that leads him to refined criteria.

KEYWORDS: Brazilian Literature; canon, José Veríssimo; literary criticism; tradition

O estudo da pátria brasileira não como simples agremiação política, mas como uma nacionalidade consciente deve ser o ponto de partida de todos os seus escritores, de todos os seus sábios e de todos os seus artistas, e a única base positiva para assentarem uma cultura verdadeiramente nacional. É esta a inspiração da minha obscuríssima vida literária e o espírito que dirige todos os meus trabalhos.

José Veríssimo, **Estudos brasileiros**, 1889.

Até 1870 a crítica literária brasileira era formada por escritores que, despojados de um instrumental teórico nomeadamente científico, reconheciam a história da literatura mais por seu lado histórico do que pelo literário. Fazem parte dessa fase, dentre outros, escritores estrangeiros e brasileiros como Friedrich Bouterwek (1765-1828), Sismonde de Sismondi (1773-1842), Ferdinand Denis (1798-1890), Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Santiago Nunes Ribeiro (falecido em 1847), Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1891). Tais escritores, estimulados pela fundação da Imprensa Régia no Brasil, pelo decreto de 1808, e pelo movimento de Independência e promoveram a discussão sobre a literatura brasileira e suas relações com o desenvolvimento da nação.

A crítica literária feita no decorrer do Romantismo esboça as primeiras sistematizações da literatura brasileira, reconhecendo a “brasildade” dos escritores que escrevem sobre o Brasil. Os críticos românticos ao recolher, catalogar e recuperar os textos que formam a literatura brasileira, fornecem as primeiras manifestações de uma cultura erudita que ratifica o desenvolvimento da nação brasileira configurando, assim, um corpus que será revalidado pelos críticos naturalistas a partir de uma variedade de modelos teóricos vindos da Europa.

O efeito desse trabalho será a reconstituição do passado intelectual brasileiro através da formação de uma “genealogia” do pensamento literário nacional. O século

XIX, marcado por grandes mudanças políticas e sociais que visam inserir o país na modernidade ocidental, desde 1808, com a chegada de D. João VI ao Brasil, inicia um processo de institucionalização da cultura e da política brasileira que redimensiona a esfera pública nacional e impõe, a partir da Independência (1822), novos rumos para a cultura brasileira.

Como exemplo tem-se a posição de Ferdinand Denis (cf. MOREIRA, 1991: 30), e muitos outros historiadores românticos, que, associando historicismo e nacionalismo, fundam um sentido retrospectivo para a análise dos escritores brasileiros, aliando ao nacional, originalidade e cor local. Através dessa conciliação, o Brasil inicia uma tradição que, até o início do século XX, vincula literatura brasileira à expressão da nacionalidade e desenvolvimento da sociedade.

O papel dos escritores românticos, ao reconstituir o passado nacional através de genealogias intelectuais, é iniciar uma organização intelectual. Isso os transformará em críticos-historiadores, preocupados com o desenvolvimento da consciência da cultura feita no Brasil, através da efervescência dos ideais românticos, das concepções que legitimam o solo nativo e do sentimento nacional como forma de originalidade e afirmação da nacionalidade.

A sistematização da literatura é feita a partir do ponto de vista cronológico, comprovando o enlace entre compromisso estético e cor local ao se estabelecer relações entre a formação da literatura nacional e o desenvolvimento do Brasil. Tendo seu ápice na Independência, os intelectuais da época identificam-se com os grupos nativos — daí o indianismo — produzindo uma literatura relacionada com o mundo tropical.

Através dos bosquejos, esboços, parnasos e florilégios surge, com o Romantismo, a sistematização cronológica da literatura brasileira alicerçada na bibliografia dos escritores mais representativos do Brasil. Ao longo do Segundo Reinado (1840-1889) algumas instituições, como os Institutos Históricos e Academias, são encarregadas de elaborar um novo conceito de nação. Os escritores românticos, através de imagens brasileiras — como o índio, o passado heróico, a natureza — em conformidade com os críticos, que misturavam história e literatura na construção de um imaginário nacional, criam um discurso local apoiado em valores metropolitanos, tidos como universais.

Após trezentos anos de colonização, o Brasil organiza um discurso, alicerçado na reordenação de um campo intelectual voltado para ideais de liberdade e originalidade, e, principalmente, de progressivo distanciamento dos modelos e valores portugueses.

Estimulando a incipiente literatura nacional e promovendo o registro das letras no Brasil, os críticos românticos orientam o gosto literário dos leitores e ditam as regras para os jovens escritores, ao formar e delimitar o patrimônio literário que será objeto de estudo dos críticos naturalistas. Na **História da literatura brasileira**, de José Veríssimo, por exemplo, grande parte dos capítulos é formada por escritores do Romantismo, servindo de matéria-prima para o crítico montar seu pensamento analítico. Se os românticos legitimam a literatura brasileira, através da definição do processo de desenvolvimento da autonomia do pensamento nacional, cabe aos críticos naturalistas rever via cientificismo o cânone proposto pelo romantismo. Assim sendo, por meio do pensamento de críticos brasileiros e estrangeiros ou da propagação das idéias literárias apresentadas em revistas e periódicos, os românticos debatem os rumos da literatura brasileira, destacando sua origem e caráter.

Com os ventos da República, no entanto, busca-se uma identificação com os grupos estrangeiros através de um sentimento cosmopolita que faz do Rio de Janeiro o centro da cultura, política e das idéias no Brasil.

Segundo José Veríssimo o “bando de idéias novas” que formam o pensamento dos intelectuais da chamada “geração de 70” definia um “modernismo” capaz de desvendar as motivações da cultura nacional (VERÍSSIMO, 1916: 45). A “geração de 70”, utilizando-se das idéias do positivismo e do evolucionismo, difunde os debates intelectuais da época, como a Abolição e a República, desenvolvendo um conceito evolutivo de História, que rompe com o conceito de História natural do século XVIII, vinculado à Biologia, Economia e Filologia, criando a ilusão de progresso e identidade com o novo Estado-nação brasileiro, ao defender os ideais da República e provocar o distanciamento da situação de colônia.

Os intelectuais da “geração de 70”, a partir de uma perspectiva dinâmica da história, discutem e contribuem para a formação de um novo pensamento na literatura e cultura brasileira, definindo uma elite intelectual que configura uma “ilustração” no desenvolvimento do ideário nacional. Machado de Assis, por exemplo, referindo-se aos poetas da “nova geração”, acreditava que esse **bando de idéias novas**, não seria o principal responsável pela definição da qualidade literária nacional. Ao analisar essa “nova geração”, Machado de Assis observa:

A geração atual tem nas mãos o futuro, contanto que lhe não afrouxe o entusiasmo. Pode adquirir o que lhe falta, e perder o que a deslustra; pode afirmar-se e seguir avante. Se não tem por ora uma expressão clara e definitiva, há de alcançá-la os idôneos. Um escritor de ultramar, Sainte-Beuve, disse um dia, que o talento pode embrenhar-se num mau sistema, mas se for verdadeiro e original, depressa se emancipará e achará a verdadeira poética. (MACHADO DE ASSIS, 1994: 853)

O entusiasmo a que se refere Machado de Assis pode ser caracterizado pela necessidade de formulação de um conceito de identidade nacional que produz um diálogo entre as matrizes européias e a cultura brasileira, consolidando o enlace entre arte, ciência e política. Com a recepção de modelos europeus, os pensadores da “nova geração” fazem uma interpretação da cultura brasileira, da raça e da natureza tropical a partir de um sincretismo de conceitos, noções e teorias que permeiam as relações entre cultura e sociedade.

As idéias predominantes para essa revisão dos valores da cultura nacional vinham da Europa através das doutrinas positivistas de Auguste Comte (1798-1857) e Émile Littré (1801-1881), do biologismo de Charles Darwin (1809-1882), do evolucionismo de Herbert Spencer (1820-1903), do determinismo de Hippolyte Taine, da concepção historiográfica de Buckle, da filosofia de Immanuel Kant (1724-1804) e Arthur Schopenhauer (1788-1860), entre outros.

A historiografia propõe um movimento de identidade e diferenciação na construção da inteligência brasileira, reproduzindo a experiência européia e sua relativa adaptação aos trópicos. Como afirma José Veríssimo: “o movimento que tenho chamado de modernismo e cujo mais evidente sinal foi, como o europeu de que se originou, o espírito crítico, deu à crítica outra direção e outros critérios.” (VERÍSSIMO, 1979: 275)

Vinculados aos ideais do positivismo e do evolucionismo, os letrados brasileiros conheciam melhor a Europa, e, por conseguinte suas idéias e filosofias, do que o próprio

Brasil. Tal vinculação trazia ao Rio de Janeiro, cenário da elite cultural brasileira, uma transformação no modo de vida e na mentalidade nacional.

Assim sendo, os intelectuais brasileiros, substituindo um pensamento calcado em relações sociais do tipo senhorial por outro do tipo burguês, buscam um cosmopolitismo que nega os elementos da cultura popular, promovendo uma “regeneração” da cultura brasileira, da cidade do Rio de Janeiro e da política nacional.

No decorrer do tempo, no entanto, essas modificações geram um sentimento de isolamento e ceticismo naqueles intelectuais que, como José Veríssimo, acreditavam na construção de um novo Brasil, a partir da mudança de regime do governo e da valorização da ciência como um antídoto contra todas os problemas sociais que assolavam o país.

Apesar da grande importância do Rio de Janeiro, considerado o principal centro cultural brasileiro, as idéias científicas encontram um terreno fértil em torno das academias de Direito e Medicina e dos grupos ou sociedades intelectuais de outras regiões. Entre esses grupos que faziam o movimento das idéias européias, podem-se citar os de Fortaleza, Recife e Salvador. No Ceará destacam-se pensadores como Capistrano de Abreu (1853-1927), Rocha Lima (1879-1917), Paula Nei (1858-1897), Araripe Júnior e muitos outros, que formam a *Academia Francesa*. Não obstante, em Pernambuco, tendo como líder Tobias Barreto (1839-1889), seguido por Sílvio Romero, a *Escola do Recife*. Desvinculando-se de Portugal, o Brasil toma as idéias da França — também uma mediadora do pensamento inglês e alemão — como parâmetro para a criação de um processo civilizatório universal.

As idéias científicas, vindas da França, consolidam a ruptura da colônia com a metrópole e promovem o reordenamento de uma sociedade que procura sustentar uma posição autônoma frente ao “mundo civilizado”. Ao se distanciar dos ideais de cultura de Portugal, desenvolvendo uma substituição dos ideais românticos por um “campo intelectual” centrado na ciência e no materialismo, os pensadores do século XIX redimensionam o papel do Brasil frente ao mundo. Na opinião de Afrânio Coutinho:

Em 1880, o Romantismo, ou a “escola subjetiva”, estava morto. Começava-se uma nova era, dominada pelo espírito filosófico, científico, de cunho materialista, naturalista, determinista. Por sua vez, o Brasil entrara num momento de grandes transformações sociais e econômicas. Era a própria estrutura da sociedade brasileira que mudara, dando início à industrialização, por sobre a tradicional composição agrária, latifundiária, aristocrática. (COUTINHO, 1969: 20)

A estrutura da sociedade brasileira sofre transformações ao propiciar a ascensão da burguesia ao poder, substituindo o modelo agrário-feudal, como centro de concentração política representada pelos senhores de engenho, por um modelo cuja importância das camadas urbanas é representado, posteriormente, pela figura do senhor do café.

Seguindo as mudanças da sociedade brasileira, os intelectuais acreditavam na noção do aperfeiçoamento indefinido do indivíduo, conforme os ideais do evolucionismo, libertando o homem do determinismo teológico e inserindo-o no materialismo. Nesse contexto, a literatura passou a ter como nota dominante a filosofia, o cientificismo ou as chamadas características realistas e naturalistas.

José Veríssimo, em sua **História da literatura brasileira**, dedica um capítulo ao chamado *Modernismo*. Para o crítico paraense as “novas idéias” teriam sido marcadas por fatos de “ordem política e social e ainda de ordem geral, (que) determinaram-lhe ou

facilitaram-lhe a manifestação aqui.” (VERÍSSIMO, 1916: 314). Entre esses fatos podem-se citar a Guerra do Paraguai, as discussões entre uma visão religiosa ou laica do ensino, a guerra franco-alemã, a revolução espanhola, a proclamação da República na França (1870) — que geraram uma agitação republicana no Brasil. Todos esses fatos, aliados ao “movimento das idéias”, contribuíram para a construção de novas abordagens da literatura e cultura brasileira.

Segundo José Veríssimo, “foi nos próprios livros franceses de Littré, de Quinet, de Taine ou de Renan, influenciados pelo pensamento alemão e também pelo inglês, que começamos desde aquele momento a instruir-nos de novas idéias.” (VERÍSSIMO, 1979: 347)

As referências para os críticos do século XIX, via de regra, eram emprestadas da **Histoire de la littérature anglaise** (1864), de Hypolite Taine, que condicionava a produção literária a uma análise biológica. Taine desenvolve a idéia da *faculté maitreisse*, que explica o “gênio individual” dos escritores mais importantes para uma nação. Veríssimo, seguindo Taine, também escolherá para sua **História** aqueles escritores que possuem maior representatividade para a literatura brasileira. A *faculdade-mestra* atua, portanto, como um princípio de valorização da individualidade dos escritores que, ao longo da história, tornaram-se modelos de representação artística e literária, servindo como elo entre o escritor e seu contexto.

Apesar do condicionamento da obra literária a conceitos biológicos, Taine não revela muito interesse pela história literária e a relação de continuidade ou totalidade da tradição literária na França, preferindo tratar as obras literárias a partir de suas características individuais. Aproximando o pensamento de Taine ao de Veríssimo, pode-se afirmar que ambos reuniram em si idéias e teorias que adquirem um complexo, e até mesmo contraditório, caminho crítico. No caso de Taine é possível observar a combinação entre o ideal hegeliano e a fisiologia naturalista, senso histórico e idealismo, individualidade e determinismo universal, consciência moral e intelectual. São coordenadas que complementam o pensamento de Taine ao concatenar a sociologia ao individualismo dos grandes escritores.

Precursor das relações entre sociologia e literatura, Taine procura relacionar o contexto social e político ao cenário artístico específico e suas relações com o público literário específico. Dessa relação nasce a valorização da “representatividade” do escritor que será uma das bases do pensamento de Veríssimo ao montar a **História**. A representatividade assume, assim, o papel de vinculação entre o espírito individual das obras e a nação.

Como observa Veríssimo:

Não há na verdade nação sem literatura. Assenta a justeza deste conceito de Ferrero no postulado de que a literatura é a expressão da sociedade, a manifestação escrita do pensamento e do sentimento de um povo. Um povo que não os tivesse, dignos de serem exprimidos, e que não achasse em si os estímulos necessários à sua expressão, não seria uma nação. (VERÍSSIMO, 1979: 43)

Para Veríssimo o elemento nacional adquire uma gradação de significado porque pode transformar-se em critério “ideológico”, quando se trata do período colonial, ou em critério estético quando se trata dos escritores românticos. De certa forma, Veríssimo adota um ponto de vista analítico calcado no conservadorismo romântico que encara a literatura colonial como ramo da portuguesa e a literatura nacional como legitimação do caráter nacional brasileiro. Resta ao crítico, no entanto, a tensão de

retratar a obra de Machado de Assis e inseri-la num contexto universal que determina a valorização do critério estético como o “natural desenvolvimento” das letras nacionais. Para João Alexandre Barbosa, a **História da literatura brasileira**:

Surgida sob o impacto poderoso que provocara no Brasil a difusão daquilo que ele mesmo (José Veríssimo) chamava de *bando de idéias novas*, sobretudo a partir dos anos 70, isto é, os princípios do positivismo, do evolucionismo e do determinismo, não apenas buscava fazer a crítica de princípios românticos que informara a atividade crítico-histórica imediatamente anterior, mas fazia da história literária a expressão de uma interpretação de largo espectro da cultura no Brasil, a **História**, de José Veríssimo já revelava o diálogo, sempre problemático para um homem de sua formação, em tudo semelhante à de Sílvio Romero, com os novos modelos de crítica, instaurados, como sempre acontece, a partir das próprias inovações literárias. (BARBOSA, 2002: 116)

Para se ter uma idéia da complexidade do campo intelectual do século XIX, José Veríssimo, ao escolher Machado de Assis para centro de seu cânone literário nacional, deixa de lado muitos escritores, como Euclides da Cunha (1866-1909) e Lima Barreto (1881-1922), que seriam conflitantes em relação aos propósitos do crítico. Assim sendo, o campo intelectual proposto por Veríssimo não poderia ser definido por escritores que mostrassem os problemas sociais do Brasil, mas por escritores que, de certa forma, continuassem um padrão de “esfera pública” centrado nos ideais europeus de civilização.

As escolhas de Veríssimo determinam uma utilização clássica da linguagem e não experimental, no caso Euclides da Cunha e Lima Barreto, cujo padrão de cultura seria desenvolvido pela elite intelectual que se concentrava na Academia Brasileira de Letras.

Segundo João Alexandre Barbosa, a “História é muito mais obra de um crítico literário que adotava um ponto de vista histórico que obra específica de historiador literário, preocupado antes em julgar valores do que pesquisar origens ou consagrar opiniões.” (BARBOSA, 1974: 75)

Sílvio Romero, por exemplo, tratava a crítica como uma forma de contribuição para a cultura nacional, ao passo que, Veríssimo buscava uma concepção crítica com base nas “boas e belas letras” aliadas ao contexto sócio-econômico do Brasil.

Quando os intelectuais da “geração de 70” percebem que os ideais republicanos não atendem às expectativas dos pensadores que esperavam um modelo sócio-político-cultural progressista e engajado na solução de todos os problemas sociais, transformam o Brasil num campo de debates e polêmicas, conforme definição de Roberto Ventura:

Ao longo das polêmicas entre Romero, Veríssimo, Araripe, Capistrano de Abreu e Teófilo Braga, surgem questões até hoje presentes na crítica literária: o predomínio da história ou da estética na interpretação literária, os destaques dos fatores extrínsecos ou intrínsecos da obra, a análise do tema e conteúdo ou da forma e linguagem, o conceito genérico ou específico de literatura. A história da crítica envolve, como observa René Wellek, uma série de debates sobre conceitos recorrentes e contestados. (VENTURA, 1991: 11)

Partido de conceitos centrados no positivismo e no cientificismo, José Veríssimo organiza um campo intelectual, convertendo a crítica literária num gênero, que traduz, legítima, e hierarquiza as obras literárias em fatores intrínsecos e extrínsecos ao campo intelectual de ação.

Agindo ambigualmente como uma espécie de representante dos escritores e porta voz do público, o crítico literário elabora seu discurso por meio de um ponto de vista literário que está agregado ao discurso de sua esfera pública. Os *conceitos* dos críticos românticos, dessa forma, procuram um ponto de equilíbrio entre história e literatura, tendo o índio como principal representante. Sílvio Romero, por outro lado, elege o mulato — *tipo variadíssimo* — para a elaboração de uma identidade nacional, apontando não somente a mestiçagem racial, mas a *mestiçagem moral* como forma de sustentar a nacionalidade em bases científicas, mesológicas e etnológicas (ROMERO, 1943: 441).

Os conceitos que Veríssimo adota em sua **História da literatura brasileira** também possuem a característica da recorrência ou da contestação. Ao mesmo tempo em que renega algumas fontes como critério único de análise do processo de formação da literatura brasileira, o crítico procura acompanhar a evolução desta através de um sistema ou seqüência que se inicia com a transformação do nativismo em nacionalismo e, por fim, em universalismo. Veríssimo não pretende apenas historiar, como faziam os românticos, todos os escritores delimitados em escolas estéticas, mas relativizar a importância do escritor para a sociedade brasileira e selecionar aquelas obras que possuem *traços diferenciais* — ou passaram por uma seleção natural — fazendo parte do cânone literário nacional. José Veríssimo define que:

Menos ainda do que qualquer dos gêneros literários aqui versados, não se constitui a crítica em aplicação particular da atividade literária. E como se não tivesse outra doutrina que o gosto pessoal dos que eventualmente a faziam, fosse pura externação de impressões, mais no intuito de louvor ou censura, que no de exame e explicação da obra, afetasse um tom retórico e ordinariamente se excedesse em divagações escusadas de trivialidades literárias ou em banalidades conceituosas, essa crítica, afora que é propriamente história literária feita por um Varnhagen, um Norberto, um Sotero e ainda um Fernandes Pinheiro, apenas deixou de si um outro documento estimável. Nada obstante foi útil e, ainda com as suas falhas e defeitos, serviu ao desenvolvimento das nossas letras. (VERÍSSIMO, 1916: 275)

Sem adotar uma postura única, Veríssimo possui um *senso de relatividade*, que faz sua atividade crítica ser norteada por uma infinidade de princípios estéticos e filosóficos que aparentemente sugerem uma idéia de livre-pensador, conforme Moisés Velinho ou Afrânio Coutinho, que na mesma direção considera que tal senso de relatividade é limitado ao processo de formação do campo intelectual proposto pelo crítico.

Um processo de “antropofagia” toma conta do crítico literário ao traçar o percurso histórico da literatura brasileira através daquelas obras mais representativas para determinado público-leitor.

No caso de José Veríssimo, o “processo antropofágico” se faz presente na releitura de teóricos, matrizes e modelos europeus que ganham uma nova abordagem por parte do crítico pois, de certa forma, são aclimatados ao ambiente brasileiro. Apesar da vinculação ao método de Taine e seus discípulos, Scherer na Alemanha, Brandes na Dinamarca e Brunetièrre na França, o crítico paraense consolida suas idéias a partir da configuração de uma **História da literatura brasileira** que considera o “natural” desenvolvimento da cultura, vinculado a um aprimoramento estético, formado por idéias e conceitos muitas vezes contraditórios, moldados pela revisão de sua própria obra, de seus conceitos e, principalmente, de um horizonte de leituras extremamente abrangente.

O resultado é a definição de um cânone literário interligado ao desenvolvimento de uma consciência nacional e à recuperação de uma cultura de fundo “iluminista”, que corre o risco de ser esquecida pela mudança das estruturas sociais.

A tarefa de Veríssimo, dessa forma, não é apenas de acompanhar através dos tempos o percurso de um objeto chamado literatura, a partir de uma definição comum para todas as épocas, “literatura como arte literária” segundo Veríssimo. É também preservar uma seleção de obras que “evoluem” para a representação de uma autonomia entendida como o rompimento dos vínculos com a metrópole e, conseqüentemente, a concepção de uma identidade própria para a cultura brasileira. Essa identidade, por sua vez, estaria atrelada aos princípios da crítica de Brunetière — julgamento, classificação e explicação — cujo modelo literário, voltado para a tradição francesa, valoriza os ideais morais e clássicos do passado através de posições-chave para o crítico: editor-chefe na *Revue des Deux Mondes*, professor da École Normale e membro da Academia Francesa.

Brunetière desenvolve uma visão pragmática da crítica e da história literária cujo papel deveria focalizar as obras literárias em si mesmas. Veríssimo utiliza-se dos três conceitos de Brunetière ao estabelecer que o julgamento deve isentar-se de qualquer preferência pessoal, impressão ou prazer subjetivo. Para o crítico francês, a crítica não deveria ser formada por uma rígida estrutura sistemática porque correria o risco de tornar-se um ramo do conhecimento social, mas ter um arcabouço teórico que sustentasse concepções literárias e artísticas (BRUNETIÈRE, 1884: 35). Outra lição de Brunetière resgatada por Veríssimo se refere aos pressupostos de uma teoria da história literária capaz de recortar o passado através das obras e escritores mais importantes e não a partir da formação de uma história da literatura confundida com um dicionário literário ou com uma história dos costumes. Conforme Brunetière:

Literatura, diríamos, move-se por ação e reação, convenção e revolta. Esse movimento não é, decerto, automático, mas resultado de forças humanas; uma obra original muda a direção do desenvolvimento; uma obra convencional o continua ou o repete. A individualidade adquire assim um enorme papel histórico nesse esquema de um bom neoclássico; assim, a individualidade “introduz na história literária algo que não existia antes, que não existiria sem ela, que continuará depois dela. (WELLEK, 1973: 63)

A lição sobre o cânone também servirá de parâmetro para as escolhas de Veríssimo ao montar sua **História da literatura brasileira**. É importante salientar que o conceito de evolução de Brunetière valoriza o “momento”, ou ponto de mudança, do aparecimento de uma obra singular inserida num “mapa geral” da evolução literária. Ao escrever sua **História** num momento de mudanças na estrutura da sociedade brasileira, em que se tem a definição de uma sociedade industrial, tecnocientífica e urbana, Veríssimo valorizará o “momento passado” como modelo estético para a recuperação de um ideal clássico de literatura.

O resultado da influência de Brunetière no pensamento de Veríssimo é a elaboração de uma história da literatura construída segundo uma herança cultural nacional filiada ao contexto do século XIX, que servirá como ponto de apoio para futuros historiadores. O ideal do crítico, portanto, seria apresentar uma totalidade de escritores e obras articuladas através da inter-relação de elementos estéticos, históricos, sociais, culturais e filosóficos.

Apesar de estar em contato com várias teorias e estéticas, José Veríssimo busca, em sua **História**, uma totalidade orgânica que entrelaça um ideal universal de beleza à manifestação de um espírito nacional original e independente. A constante busca por uma renovação de idéias e teorias, como define Heron de Alencar (VERÍSSIMO, 1963: 13), ou o amadurecimento do crítico através da distinção das três fases do crítico paraense feita por João Alexandre Barbosa (BARBOSA, 1974: 40), mostram José Veríssimo estabelecendo uma conexão entre a formação de uma história liberal, calcada nos ideais da filosofia e arte clássica, e uma história da nação brasileira que tem como princípio a definição de um povo e uma cultura independente e original. De certa forma seria a comprovação do resultado de um processo civilizatório que transforma a colônia em república independente.

Carregado de tensões, o campo social está integrado ao campo intelectual na formação da identidade nacional: na primeira metade do século XIX a identidade nacional estava ancorada na noção de pátria, povo, língua e território. Na segunda metade do século XIX, as questões de raça e meio geográfico estão interligadas aos ideais de nação e construção da cultura brasileira. Essa construção, no caso de Veríssimo, será solidificada através da definição de um cânone literário que considera o Rio de Janeiro como o representante ideal da cultura nacional.

Sintetizando suas preocupações intelectuais, José Veríssimo cria alguns pressupostos para sua **História**: a literatura brasileira é independente e reflete o pensamento de um povo porque adquiriu uma certa autonomia lingüística que cria obras com características inerentes a uma nação independente. A literatura brasileira é formada por dois períodos (colonial e nacional) que se vinculam ao “desenvolvimento” da sociedade brasileira.

Literatura é arte literária: essa definição de Veríssimo será o ponto de partida para a utilização de um instrumental crítico que fará a separação entre uma visão histórica da literatura, presente no período colonial, de uma visão estética da literatura. Assim sendo, a **História** segue um caminho cronológico que expõe a “marcha” da literatura nacional a partir da “seqüência natural dos fatos literários” (VERÍSSIMO, 1916: 33) vinculados à “evolução” literária nacional, através da articulação entre o ponto de vista estético e o histórico em que os escritores são divididos em “singular individualidade” ou “subsidiários”. O resultado de tal compreensão, por parte de Veríssimo, é a idéia de que “desenvolvimento implica formação e vice-versa” (VERÍSSIMO, 1916: 25) porque, a partir do Romantismo, a literatura brasileira sofre novos contatos e novas reações; a literatura é formada pela inter-relação entre leitor/obra/público. Os escritores selecionados por José Veríssimo, dessa forma, nasceram no Brasil e a história da literatura deve estar preocupada apenas com aqueles escritores que sobrevivem na memória coletiva da nação.

Outra característica importante para a seleção dos escritores que compõem a **História da literatura brasileira** é a definição de que, isolada ou em relação ao seu meio e seu tempo, a obra literária deve possuir “virtudes de pensamento e de expressão” (VERÍSSIMO, 1916: 33) possuir um interesse permanente e dar prazer intelectual aos leitores.

Esses pressupostos entrelaçam-se na busca de uma justificativa e significação para a obra de Veríssimo no contexto do século XIX. Não é por acaso, portanto, que o crítico inicia sua “Introdução” delineando o processo de emancipação cultural do Brasil:

A literatura que se escreve no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa. É isto absolutamente certo

desde o Romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política. Mas o sentimento que o promoveu e principalmente o distinguiu, o espírito nativista primeiro e o nacionalista depois, esse veio formando desde as nossas primeiras manifestações literárias, sem que a vassalagem ao pensamento e ao espírito português lograsse jamais abafá-lo. É exatamente essa persistência no tempo e no espaço de tal sentimento manifestado literariamente, que dá à nossa literatura unidade e lhe justifica a autonomia. (VERÍSSIMO, 1916: 23)

As palavras de Veríssimo demonstram sua persistência em valorizar o processo de formação da literatura brasileira a partir da criação de uma cultura peculiar ao Brasil e de uma língua, que se altera em contato com o meio e diversas culturas e, assim, sofre as modificações de seu tempo e espaço. Para o crítico, sua **História** representa a unidade de uma literatura que adquiriu características próprias e autonomia suficiente para selecionar aqueles escritores mais representativos — seja do ponto de vista histórico, seja do ponto de vista estético — delimitando o campo de ação do crítico.

Veríssimo pensa o Brasil segundo os postulados de uma **História da literatura brasileira** comprometida com o processo de desenvolvimento da nação e sistematização cronológico-interpretativa em que a miscelânea de fontes utilizadas cumpre o papel de explicar o desenvolvimento das letras no Brasil.

Assim sendo, a definição da crítica literária enquanto gênero e como instância mediadora entre o público e o escritor, estabelece um poder centralizador capaz de vincular a literatura aos demais ramos do conhecimento, como define José Veríssimo, e aliar a história da literatura brasileira ao incremento das artes e ao desenvolvimento do meio; “nosso progresso literário, correlacionado com a nossa evolução nacional”. (VERÍSSIMO, 1916: 35)

Gradativamente, a **História** vai abandonando o critério de nacionalidade, herdado da crítica romântica, substituindo-o por noções estéticas que colocam a literatura nacional no plano universal. Aliado a essa valorização da “universalidade” da literatura nacional se constrói o campo de ação do crítico literário e a especialização do discurso sobre a literatura. É importante notar, também, que para o crítico a literatura brasileira vai abandonando a valorização das “escolas literárias” em nome de “individualidades”, superando, assim, o modelo naturalista.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, H. Sobre José Veríssimo. In: VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.
- BARBOSA, J. A. **Alguma Crítica**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2002.
- _____. **A tradição do impasse**: linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo. São Paulo: Ática, 1974.
- BRUNETIÈRE, Ferdinand. **Histoire et littérature**. Paris: Calmann Lévy, 1884.
- COUTINHO, A. **A literatura no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1969.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. A nova geração. In: MACHADO DE ASSIS, J. M. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1994.
- MOREIRA, M. E. **Nacionalismo literário e crítica romântica**. Porto Alegre: IEL, 1991.

ROMERO, S. **História da literatura brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. tomo 5.

TAINÉ, H. **Histoire de la litterature anglaise**. Paris: Hachette, 1864. 5 v.

VENTURA, R. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, J. **Estudos brasileiros**. II, Rio de Janeiro: Laemmert, 1894.

_____. **Historia da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)**. 1^o milheiro. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & Cia, 1916

_____. A nossa evolução literária. In: _____. **Últimos estudos de literatura brasileira: sétima série**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

WELLEK, R. **História da crítica moderna**. São Paulo: Herder, 1973.

QUESTÕES DE REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA EM A MORTE DE VIRGÍLIO E EM SE UM VIAJANTE NUMA NOITE DE INVERNO

Mestranda Priscila Finger do Prado (UFSM)

A idéia de que o destino de um indivíduo é parte de sua unidade [...] é que permite a Homero imitar a vida real (Auerbach)

RESUMO: Pretende-se, com este trabalho, analisar a maneira como se constitui o processo de representação em dois romances de diferentes fases da modernidade, **Se um viajante numa noite de inverno**, de Ítalo Calvino, e **A morte de Virgílio**, de Hermann Broch. Com isso, busca-se verificar como se dá esse processo em narrativas da modernidade, bem como avaliar no que elas combinam e no que diferem tecnicamente.
PALAVRAS-CHAVE: romance; modernidade; representação.

ABSTRACT: This study intends to analyze the representation's process in modern novels as **Se um viajante numa noite de inverno**, de Ítalo Calvino, e **A morte de Virgílio**, de Hermann Broch. In this way, we search to verify, in the modern novels, its resemblances and its differences, technically.

KEYWORDS: novel; modernity; representation.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS – NOTAS SOBRE A REPRESENTAÇÃO NA LITERATURA

Nos estudos sobre a representação, como base a seguir ou a rechaçar, a idéia de imitação sempre esteve presente, de modo a lançar para fora da literatura o referente da comparação. Conforme Platão, no conhecido discurso X da **República**, “a arte de imitar está bem longe da verdade” (2001: 296), com o que se observa um distanciamento entre real e artifício. Na arte, afirma Aristóteles (2005:19), podem mudar os meios, os objetos ou a maneira, mas sempre permanece a idéia de imitação, aliada à de *correção*.

Contudo, nem só de visões “para fora” vive a representação. Hoje, já é questão aceita a de que o artista não tem como referente único a natureza, e sim uma concepção de natureza herdada culturalmente, com base em convenções epocais. Essa questão é destacada pelo estudioso E. H. Gombrich, em sua obra **Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica** (1995). Para o autor, “toda representação se funda em convenções” (1995), e este é um dos motivos para as artes de diferentes culturas e épocas serem diversas (o outro motivo seria o estilo individual). Gombrich, em obra diversa (1999), novamente se propõe a questão da representação, pela indagação da causa de um pedaço de pau servir a alguém como “cavalo”. Para ele, corroboram para esta representação a forma do objeto, que deve manter recorrências com a do objeto *imitado*, e a necessidade que o sujeito tem de utilizar-se de tal artefato. Dessa maneira, cria-se um substituto para o elemento desejado, a partir do material disponível, e tem-se uma representação do mesmo.

Já segundo Auerbach (1997), a obra pode se assemelhar à realidade, só que esta se constitui mais desordenadamente, sem a unidade que pode oferecer o artefato representacional. Assim, a idéia de *mimese* para o autor se baseia numa concepção de

natureza e de homem, de tal forma que a mudança nessa concepção permite novas formas de representar o natural e o humano.

Na modernidade, de maneira especial, observam-se algumas mudanças na concepção destes elementos. A industrialização e o crescente individualismo permitem ao artista uma visão mais restrita do mundo e do humano, de forma que nada mais pode ser concebido em termos de unidade e inteireza. Por isso, é claro que a representação também adquire novas formas, sendo que a *mimese* agora passa também pela idéia de produção, de acordo com a perspectiva de Costa Lima (1980):

Em suma, toda obra que não tem nem uma relação direta, nem a possibilidade de um efeito direto sobre o real, só poderá ser recebida como de ordem mimética, seja por representar um Ser previamente configurado – *mimesis de representação* – seja por produzir uma dimensão do ser – *mimesis da produção*. (1980: 171)

Ainda conforme Costa Lima (1980), a relação entre a representação social e a *mimesis* é clara, mas o que baseia a *mimesis* “não é a realidade, mas uma concepção de realidade [...] [que] permanece em vigor mesmo quando o produto mimético valoriza o oposto do que seria destacável segundo os valores então dominantes” (1980: 169). Com isso, torna-se necessário para o leitor refletir o processo através do qual o produto se constitui, para que obtenha maior entendimento sobre os sentidos possíveis para uma obra, já que, como afirma Hauser (1988), é pela substituição de coisas por sinais que se faz arte. E nesse processo moderno de *mimesis*, os sinais podem estar *substituindo* partes de um objeto somente, ou ainda traços conceptivos desse objeto, como foi possível, por exemplo, com a pintura cubista de Pablo Picasso.

Propõe-se, então, a leitura de dois romances de diferentes fases da modernidade: um da primeira metade do século XX e o outro da segunda metade do mesmo século. Como representante da prosa ficcional de caráter psicológico, destaca-se **A morte de Virgílio**, do austríaco Hermann Broch. **Se um viajante numa noite de inverno**, de Ítalo Calvino, constitui-se como um olhar do romance para seus pressupostos de produção e recepção, com uma perspectiva parodística, e mesmo debochada.

Neste trabalho, a atenção será dividida para a análise da constituição da representação nos dois romances, a fim de buscar verificar como se dá esse processo em romances da modernidade, bem como avaliar no que eles combinam e no que diferem tecnicamente.

2. A MORTE DE VIRGILIO: TRAÇOS DE UMA CONSCIÊNCIA À BEIRA DA MORTE

A narrativa moderna tende a centrar-se mais em cenas do que em sumários, conforme a tipologia de Norman Friedman, destacada por Ligia Chiappini Leite (1985). Assim, se o modo sumário de narrar abrangia determinado período de tempo, com a possibilidade de deslocamentos espaciais, com o modo cena será diferente, de forma que os deslocamentos espaço-temporais dar-se-ão principalmente na consciência do narrador ou da personagem.

Ao estudar a problemática do romance moderno, Rosenfeld (1996: 75) destaca a relação da obra com o *Zeitgeist*, ou seja, com o espírito de uma determinada época. Roselfeld (1996: 77) ressalta que uma das características do romance moderno, para tentar exprimir seu *Zeitgeist*, foi a ênfase na perspectiva, técnica usualmente ligada ao ambiente cinematográfico. Esse realce na técnica do ponto-de-vista se deve à perda da noção de totalidade que circundava o mundo e o homem; de forma que passamos a ter versões de fatos, e não mais o fato, características do humano, de acordo com as situações, ao invés de um homem com uma identidade una para todas as circunstâncias. Basta lembrarmos a máxima do filósofo Ortega Y Gasset: “eu sou eu e minhas circunstâncias”.

Desse modo, para Rosenfeld, o romance moderno busca “uma nova visão do homem e da realidade” (1996: 97), que denuncie a “precariedade da posição do indivíduo no mundo moderno” (1996: 97). Segundo o autor,

Os indivíduos – quase totalmente desindividualizados – são lançados no turbilhão de uma montagem caótica de monólogos interiores, notícias de jornal, estatísticas, cartazes de propaganda, informações políticas e meteorológicas, itinerários de bonde – montagem que reproduz, à maneira de rapidísimos cortes cinematográficos, o redemoinho da vida metropolitana (1996: 95).

Assim, sendo o indivíduo uma extensão do mundo e do momento em que vive, muito do que vive pode ser relacionado à experiência da sociedade como um todo. Para exemplificar essa afirmação, Rosenfeld (1996: 94) aponta para a narrativa de Albert Camus, **O estrangeiro**. Conforme o autor, buscam-se razões para as ações do protagonista dessa obra de Camus, no entanto, “o próprio assassinio que [o estrangeiro] comete é consequência de um reflexo e não de ódios ou emoções íntimas” (1996: 94).

A necessidade de se buscar razões para os atos das personagens constitui um dos indícios da modernidade de tentar conciliar as ações de uma pessoa à sua essência, isto é, a uma identidade que cubra seus gestos e desejos. Contudo, verificamos que, com a modernidade tardia -- ou, para alguns teóricos, a pós-modernidade -- a recuperação de uma identidade una para um indivíduo é uma atividade bastante improvável, uma vez que esse indivíduo assume várias identificações, de acordo com as circunstâncias que o rodeiam.

Em **A morte de Virgílio**, o processo narrativo predominante é a cena. Neste romance, tem-se um crescimento “por saturação”, na expressão de Franklin de Oliveira (1982: 11), dada a concentração em cada detalhe da cena, incrementada pela descrição lírica dos estados de consciência da personagem principal, em relação ao espaço em que se insere, destacando todas as sensações dos momentos e ambientes em que se encontra, ou mesmo dos quais recorda.

A morte de Virgílio, poeta latino, é o mote do romance para a articulação da linguagem, que permeia a tênue linha que separa o ser do não-ser. De maneira sintética, o que acontece nesta narrativa é a chegada do poeta a Brundísio, juntamente com a corte de Augusto, já bastante debilitado. O poeta tem de ser levado por escravos para um lugar onde possa descansar, sendo que lhe serve de guia um garoto, que parece ter o papel de enfatizar a função do poeta perante a sociedade da qual faz parte e para a qual contribui com seu fazer poético.

No romance de Broch, percebe-se a existência de um narrador em terceira pessoa que narra os acontecimentos pertinentes ao protagonista, sendo que o foco

narrativo está centrado em Virgílio, a quem, por vezes a voz do narrador cede, parecendo confundir-se. Tem-se, na narrativa, a presença de um artifício bastante comum aos romances a partir do século XX, que é o monólogo interior. Conforme Leite (1985), este procedimento exige um aprofundamento de um recurso já comum na narrativa anterior, o monólogo, só que com uma intensificação nos processos mentais das personagens. No caso do romance de Broch, do protagonista, especificamente.

É interessante destacar também que o romance é dividido entre quatro grandes partes ou capítulos, que são intitulados pelos quatro elementos: I. Água – A chegada; II. Fogo – A descida; Terra – a expectativa; e IV. Éter – O retorno. Nestes capítulos, tem-se a agonia do poeta latino perante a escrita, a vida, a morte e o sentido das coisas. Virgílio teme principalmente pelo fato de a morte chegar-se a ele antes da possibilidade de pôr fim à obra de sua vida, a **Eneida**. Com isso, a missão de Enéias e a sua missão na terra ficam incompletas, e por isso mesmo, por medo da incompletude e da imperfeição, o poeta deseja queimar sua obra.

Os títulos dados às partes do livro também apontam para os sentidos completados com o todo da obra. Como ponto de partida tem-se a água, elemento primordial, que remonta às origens da vida, mas que também simboliza emoções (CIRLOT, 2005), sendo que as ondas do mar demonstram os movimentos aos quais os sentimentos estão sujeitos. No princípio da trama, Virgílio chega ao porto de Brundísio, já debilitado, ciente da espera pela morte, mas também angustiado por sua existência e pelas falhas que encontra nela, ao rememorar o passado.

Na segunda parte do romance, tem-se o fogo a representar a chama da vida, mas também a responsabilidade dos que buscam o conhecimento. Aqui o poeta é comparado a Prometeu, símbolo da humanidade, por ter roubado o fogo divino e entregado aos humanos, garantindo sua superioridade perante os demais seres vivos. O poeta, como Prometeu, precisa arcar com as conseqüências de querer entregar o conhecimento aos homens, por isso o subtítulo do capítulo, “a descida”.

“Terra – A expectativa” é o título dado à terceira parte da narrativa de Broch. A terra é o útero da natureza, onde as coisas esperam até que possam ascender, como vapor d’água que retorna ao céu. Neste capítulo, chegam os amigos do poeta, com quem ele discute a possibilidade de destruir sua obra, embora não encontre forças para lutar pela causa. A espera pela morte continua evidente, como desde o princípio da narrativa, o poeta aguarda a morte e reflete sobre sua essência.

Enfim, o éter é o lugar do retorno. O poeta retorna à origem da vida, toma o caminho único dos mortais. Neste momento, aparecem reflexões sobre o ser e o fim, sobre o sentido das coisas, sobre o Verbo e seu poder instaurador de realidades e sobre o Nada, como possível depois da vida, como possível (não)-sentido para a existência humana. O poeta sente a possibilidade de volver-se, como se a comunhão com os elementos se efetivasse com a morte. Resta-lhe a fé no Verbo, em seu poder, que faz com que a obra literária uma vez feita já não pertença a seu autor, passe a integrar o universo.

Se a representação parte de uma concepção de realidade, e se a modernidade “fragmenta” as possibilidades do narrar, a narrativa de Hermann Broch se constitui como representação do homem moderno e de seus conflitos, mesmo tratando de uma personagem historicamente situada na Antiguidade latina. O homem em sua consciência é o objeto representado aqui, neste ciclo de expectativa entre a ciência de estar num processo: o processo de existir mortalmente. A morte fecha o ciclo da existência e devolve o homem ao seio da terra, à maneira de componente. Daí a narrativa efetivar-se

principalmente de cenas, para que os processos reflexivos do protagonista pudessem ser descritos, bem como sua relação com a escrita e a existência.

3. SE UM VIAJANTE NUMA NOITE DE INVERNO: A LEITURA E LEITORES REPRESENTADOS

O romance de Ítalo Calvino, **Se um viajante numa noite de inverno**, constitui-se de uma série de narrativas interligadas pela estrutura de um romance policial, no qual o protagonista, o Leitor, precisa desvendar o enigma dos livros inacabados e dos manuscritos roubados e falsificados. Nessa trajetória, em que a intriga é o elemento de identificação do leitor à história, pela ênfase no suspense e na ocultação de certos fatos em detrimento de outros, tem-se, no entanto, uma espécie de “deboche” da narrativa em sua estrutura. Se no romance policial convencional o suspense é a personagem principal, por ocultar fatos, geralmente indícios de um crime; no romance de Calvino, o “gênero” policial se combina a uma perspectiva da Teoria da Literatura, especificamente pela Estética da Recepção, destacando os modos de interpretar uma narrativa. De modo mais específico, tem-se a discussão da função do leitor perante a literatura na modernidade, desde aquele que lê por prazer (espécie em extinção), até aqueles leitores da obrigação (censura), chegando àqueles que entregam o emprego da leitura à tecnologia, de modo que se observa na narrativa de Calvino uma crítica ao academicismo e à função da universidade perante a leitura.

Dentre a busca do Leitor pela dissolução do enigma da leitura, também é possível encontrar resquícios da estrutura de um romance romântico, no qual há a necessidade do encontro amoroso. Também aqui se tem do narrador certo “deboche” com a estrutura do romance, em relação ao “horizonte de expectativas” do leitor que procura romantismo na narrativa moderna:

Antigamente, a narrativa tinha só dois jeitos de acabar: superadas todas as provocações, o herói e a heroína se casavam ou morriam. O sentido último ao qual remetiam todos os relatos tinha duas faces: a continuidade da vida, a inevitabilidade da morte (CALVINO, 2006: 262).

O próprio título de **Se um viajante numa noite de inverno**, especificamente pela presença da conjunção condicional “se”, aponta para uma incerteza que conduz a narrativa pelos vários caminhos possíveis da leitura. Este é um romance da “continuidade da vida”, por isso leve, descontraído, palatável ao leitor, que se torna personagem da narrativa, diferentemente do papel cabível a ele no romance policial, por exemplo, que era o de identificação à personagem incumbida de decifrar os mistérios da história. O fato de o protagonista ser chamado de “leitor”, portanto, acentua a identificação entre personagem e leitor empírico, incentivando o interesse do último em relação ao destino do primeiro. Acrescentado a isso, tem-se no primeiro e no último capítulo coincidências lingüísticas entre o começar e terminar da leitura. Assim, tem-se no início do romance a frase “Você vai começar a ler o novo romance de Italo Calvino” (2006: 11), e, ao fim, o enunciado: “Estou quase acabando **Se um viajante numa noite de inverno**, de Italo Calvino”, os quais parecem brincar com a coincidência entre o início e fim da leitura empírica.

Aqui, novamente se tem a literatura a representar a realidade por duas vias: a dita realidade pela concepção que o autor tem dela; e a própria convenção literária, pela atenção a categorias da Teoria da Literatura como autor e leitor, bem como a estruturas de gêneros do romance: policial, romântico, etc.

O prazer da representação, pois, está ligado tanto ao reconhecimento de formas e temas, quanto ao conhecimento da produção do romance, que parece comentar-se: “O romance começa numa estação ferroviária” (2006: 18).

De forma geral, então, tem-se um protagonista, Leitor, que, ao tentar finalizar a leitura de romances inacabados ou dispersos, encontra uma Leitora, com quem pode compartilhar tanto suas leituras quanto sua própria vida. Entremeados a essa sequência, há fragmentos de romances que o Leitor lê, os quais funcionam com a estrutura de contos, em que o ápice coincide com o final. Sobre isso, o autor do livro, em resposta à resenha de Ângelo Guglielmi sobre **Se um viajante numa noite de inverno**, argumenta: “Será mesmo que meus *incipit* se interrompem? Alguns críticos [...] e alguns leitores de gosto refinado sustentam que não: eles os consideram relatos acabados, que dizem tudo o que devem dizer e aos quais não há nada para acrescentar” (2006: 269).

Uma narrativa dentro da outra, à maneira de moldura, é o que se encontra neste romance de Calvino, pelo qual o leitor é guiado dentre os caminhos de um outro Leitor, o protagonista, identificando-se. No romance, ainda é possível observar a figura da leitora ideal – Ludmilla -- (categoria da Teoria da Literatura, esboçada por Umberto Eco); bem como o não-leitor (Irnério), que, em meio a uma sociedade baseada na letra, na informação e na comunicação, resiste à leitura; e ainda os leitores da universidade, centrados em distinções, em especificações conteudísticas e em discussões temáticas e teóricas.

Como narrativa da segunda metade do século XX, o romance de Calvino parece buscar uma retomada da técnica do sumário para o retorno do leitor e do prazer do texto ao universo ficcional, daí a apropriação de Calvino do modelo do romance policial, que sempre despertou adeptos apaixonados. **Se um viajante numa noite de inverno** se constitui como busca de reconciliação entre a literatura e a teoria, bem como entre o leitor e o estudioso, oferecendo material de trabalho e lazer a ambos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS – REPRESENTAÇÃO E MODERNIDADE

Pôde-se perceber pela breve análise dos romances **Se um viajante numa noite de inverno**, de Ítalo Calvino, e **A morte de Virgílio**, de Hermann Broch, algumas semelhanças e algumas disparidades quanto à questão da representação literária. Ambos partem do pressuposto que literatura é a representação de uma concepção da realidade, embora foquem aspectos diversos do real e de maneiras diferentes.

O romance de Broch faz parte de uma geração em que a literatura voltou-se de maneira mais evidente para si, buscando o trabalho poético com a linguagem, bem como os pares na tradição literária. Para muitos estudiosos, é comum a comparação da técnica narrativa usada por Broch àquela utilizada por James Joyce, em **Ulysses**. Sobre isso, Franklin de Oliveira observa que, embora haja semelhança entre as obras, do ponto de vista técnico, a comparação não pode ser feita com êxito, já que:

a estruturação do monólogo interior, nos dois romances, é totalmente diferente uma da outra. Em Joyce, o monólogo interior é uma justaposição e uma contraposição pontilhista de fragmentos da consciência. Em Broch, ele irrompe com um comentário lírico – comentário, no sentido musical do termo: no seu texto a poesia contrapõe com a poesia (1982: 16).

De fato, a linguagem ganha destaque no romance de Broch, em grandes períodos constituídos de vocábulos advindos de campos semânticos únicos, como a vida, a morte ou a noite. A própria estrutura do romance, em quatro cantos, com incisiva presença da cena sobre a do sumário, contribui para uma concepção de mundo e de homem não-inteiros, dos quais só se pode falar pontualmente, não cabendo comentários totalizantes.

Já a narrativa de Ítalo Calvino, **Se um viajante numa noite de inverno**, romance da segunda metade do século XX, a perspectiva é outra. A literatura volta-se para o mundo e para a convenção literária e teórica, parecendo “debochar” da estrutura do romance, ao mesmo tempo em que se utiliza dela e a modifica. Fazendo uso do modelo do romance policial, Calvino busca retomar o papel do sumário na narrativa, o qual alcançou o apogeu nos romances do século XIX, só que com alterações, misturando ao enredo problemáticas da Teoria da Literatura como o papel do autor, a função do leitor e a estrutura do romance em si.

O leitor, aqui, já não se deleita com extensas passagens densas de linguagem descritiva e reflexiva, mas sim com narrativas cercadas de suspense que se sobrepõem, em meio a um enredo, no qual o próprio Leitor é protagonista. A descrição dá lugar à narração, como tipo textual predominante.

Se, conforme a personagem do livro de Calvino, o romance pode optar pelo fim como *continuidade da vida* ou como *inevitabilidade da morte*, pode-se inferir que o primeiro romance analisado, **A morte de Virgílio**, de Hermann Broch, como o próprio título aponta, destaca a fatalidade de ser humano e mortal; e o romance de Italo Calvino, **Se um viajante numa noite de inverno**, pelo contrário, finaliza com um casamento e a idéia de prosseguimento que alimenta a vida humana perante o decreto do fim.

5. REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. **A poética clássica**. São Paulo: Cultrix, 2005.
- AUERBACH, Erich. **Dante**, poeta do mundo secular. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- BROCH, Hermann. **A morte de Virgílio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CALVINO, Ítalo. **Se um viajante numa noite de inverno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- COSTA LIMA, Luis. **Mimesis e modernidade** – formas das sombras. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- CIRLOT, Juan Eduardo. **Dicionário de símbolos**. São Paulo: Centauro, 2005.
- GOMBRICH, E. M. **Arte e ilusão**. Um estudo da Psicologia da representação pictórica. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. **Meditações sobre um cavaleiro de pau**. E outros ensaios sobre a teoria da arte. São Paulo: Edusp, 1999.
- HAUSER, Arnold. **Teorias da arte**. Lisboa: Editora Presença, 1988.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo** (ou A polêmica em torno da ilusão). São Paulo: Ática, 1985.

OLIVEIRA, F. de. Entrada no alumbramento. In: BROCH, Hermann. **A morte de Virgílio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ROSENFELD, Anatol. **Texto/ contexto I**. São Paulo: Perspectiva, 1996.